Finanças dos Municípios Capixabas

Ano 16 • 2010

Tecnologia da Informação para a Cidadania

E&L®

Produções de Software
Gestão Pública Integrada

www.el.com.br

E&L Produções de Software, empresa especializada em desenvolvimento de softwares de gestão para o setor público, ao longo de seus quase 20 anos de atuação trabalhando com seriedade e competência tem presença com clientes nos estados: ES, MG, RJ, BA e PE e está em constante busca de parcerias para atuação nos demais estados brasileiros. Desenvolvendo soluções com as melhores tecnologias disponíveis no mercado, busca a ampliação de seu portifólio de produtos e serviços sempre com o pensamento e objetivo de disponibilizar as melhores soluções para o cidadão.

A E&L está fazendo o lançamento dos produtos: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e ISS On-line com a finalidade de agilizar a fiscalização e melhorar consideravelmente a arrecadação nos municípios, bem como combater a sonegação de impostos.

ASSEPLAN

ASSEPLAN, empresa do Grupo E&L com o propósito de melhoria da arrecadação nos municípios, dispõe de profissionais altamente qualificados e especializados com formação nas áreas de Direito Tributário, Estatística e Contabilidade Pública. Além de Assessoria e Consultoria nas áreas, está lançando no mercado um novo produto voltado para melhoria da arrecadação do ISS Bancário, ISS de Contruções e outros impostos devidos aos municípios.

Grupo E&L: ASSEPLAN, elonline Internet e Rádio, ITILH

Matriz:

Av. Koehler, nº 238 - Centro
Domingos Martins - ES
Cep: 29.260-000
Telefax: (27) 3268-3123
E-mail: comercial@el.com.br

Filial de desenvolvimento:

Rua Presidente Dutra, nº 02, Ed. Lew, 3º andar
Campo Grande, Cariacica - ES
CEP: 29.146-650
Telefones: (27) 3343-2071 / (27) 3288-5904
E-mail: faleconosco@el.com.br

BSI ISO 9001:2000 FS 97327

www.el.com.br

APRESENTAÇÃO

Conheci o anuário **Finanças dos Municípios Capixabas** desde seu surgimento, quando ainda era prefeito de Vitória. Em 2001, atuando como Senador da República, fiz a apresentação de sua sexta edição e é com muito prazer que volto a ocupar este espaço, dez anos depois, em seu 16º lançamento.

Finanças dos Municípios Capixabas é uma iniciativa local que conquistou o Brasil. A experiência hoje é partilhada pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Seus editores publicam também o anuário **Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil**, distribuído em todo o país e, atualmente, elaborado em parceria com a Frente Nacional de Prefeitos. Muito nos orgulha ver o Espírito Santo exportando conhecimento para o resto do país.

Faço essa apresentação num momento em que o anuário traz os números fiscais de 2009, ano em que a crise financeira internacional interrompeu a forte expansão das receitas públicas que já perdurava por cinco anos. Em face da elevada exposição de nossa economia ao mercado externo, a crise nos acertou em cheio. Tanto as finanças do Governo do Estado quanto à dos municípios sofreram um forte impacto. Pesquisa feita com dados de 23 unidades federadas mostrou que o Estado do Espírito Santo amargou a segunda maior queda na Receita Corrente Líquida, de -6,8%, em 2009. No Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a queda de -11,8% foi a maior.

O baque foi muito forte, mas tínhamos uma situação fiscal robusta para enfrentar a situação. Nossa reserva financeira, deliberadamente acumulada nos bons anos de receita, serviu como colchão amortecedor. Assim, mesmo num cenário extremamente adverso, pudemos manter compromissos de gastos assumidos antes de 2009 e até aumentamos os investimentos. Atravessamos a crise com serenidade e saímos dela fortalecidos no cenário nacional na medida em que, ao final de 2009, detínhamos a terceira maior reserva financeira dentre 23 estados brasileiros.

O ano também foi difícil para os municípios capixabas. A receita total caiu -6,1%, em média, puxada pela queda nos repasses do ICMS. Outras importantes receitas municipais também recuaram: o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), os *royalties* e até o saldo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Das 78 cidades, 66 registraram queda na receita total em 2009. Nesse cenário, foram forçados a conter a expansão dos gastos, notadamente dos investimentos.

A prudência no campo fiscal é a maior virtude que o administrador público deve cultivar, posto que a história nos ensina que a economia tem seus altos e baixos. Avançamos muito nesses últimos anos em termos de gestão fiscal e este anuário tem acompanhado os nossos passos, servindo como um valioso instrumento de transparência e registro histórico.

Paulo Hartung
Governador do Estado do Espírito Santo

Sumário

Rua Dr. Eurico Aguiar, 888, sl. 504
CEP 29056-200 - Vitória - ES
Tels.: (27) 3235-7841/3235-7546
E-mail: aequus@aequus.com.br

Diretor:
Alberto Jorge Mendes Borges

Editora técnica:
Tânia Mara Cursino Villela

Administrativo:
Marta Luiza Cursino Villela

Equipe técnica:
Adriano do Carmo Santos
Juliano César Gomes
Luiz Eduardo de Souza Dalfior
Victor Batista Trindade

Assessoria de imprensa:
C2 Comunicação

Revisão:
Tríade Comunicação

Projeto gráfico:
Comunicação Impressa

Editoração:
Comunicação Impressa

Capa:
Cristina Xavier

Foto da capa:
Lagoa de Juparanã, em Linhares-ES

Ilustração:
José Paulo Ferrer (Zepa)

Impressão:
Gráfica e Editora GSA

Visite o site www.financasdosmunicipios.com.br

Copyright by Aequus Consultoria S/S Ltda
Proibida a reprodução total ou parcial da mesma sem a autorização dos titulares.

Finanças dos Municípios Capixabas / organização de Alberto J. M. Borges e Tânia M. C. Villela, v16 (2010). Vitória, ES: Aequus Consultoria, junho/2010

CDU: 336.1

Panorama

Panorama das finanças dos municípios capixabas **8**
Receitas *8*
Despesas *9*
Resultado orçamentário e suficiência financeira *10*

Receita

ISS **22**
IPTU **26**
ITBI **30**
Taxas **34**
Transferências **38**
QPM-ICMS **40**
FPM **48**
Dívida ativa **54**
Saldo Fundeb **58**
Royalties do petróleo **62**

Despesa

Pessoal **66**
Custeio **74**
Investimentos **78**
Encargos e amortizações da dívida **84**

Despesa por função

Câmaras municipais **88**
Educação **94**
Saúde **98**

Artigos

g100: os municípios pobres do Brasil e o caso de Cariacica **104**
Alberto J. Mendes Borges e Helder Ignacio Salomão

A LRF e as finanças do Estado do Espírito Santo **108**
Marcos Antônio Bragatto

Pela responsabilidade orçamentária **112**
Helio M. Tollini e José Roberto Afonso

A crise internacional e a economia capixaba **116**
Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Microempresas: um grande negócio para os municípios **120**
José Eugênio Vieira

Desempenho ou legalidade? O aparente paradoxo entre o controle de formalismo e o controle de resultado **124**
Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Estratégias sob medida.

Informação gera conteúdo. Conteúdo gera estratégia. Estratégia gera ação.

Com 15 anos de mercado e uma vasta experiência, a Futura é hoje a maior empresa de estudos estratégicos do Espírito Santo e uma das maiores do Brasil, atuando em quatro unidades de negócio: **Eleitoral, Governança Pública, Sustentabilidade e Varejo.** Buscando estratégias para gerar soluções e tomada de decisões, o Grupo Futura age direto ao ponto, desvendando o que você precisa em estudos feitos sob medida. Para nós, quanto maior o foco, melhor o desempenho.

FUTURA

www.futuranet.ws | 27 3235-5400

NOTAS METODOLÓGICAS

Agrupamento por mesorregiões

O anuário **Finanças dos Municípios Capixabas** apresenta os municípios nas tabelas sobre a evolução dos itens da receita e da despesa agrupados por mesorregiões. A divisão regional adotada é uma adaptação daquela definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que consistiu na inclusão da Região Metropolitana, composta por seis municípios retirados da Mesorregião Central: Cariacica, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Tal adaptação foi necessária devido ao comportamento diferenciado desses municípios, o que acabava por influenciar fortemente o desempenho do total da Mesorregião Central. Em cada mesorregião os municípios estão ordenados por ordem alfabética.

Índices de preços para atualização de valores

Todos os dados apresentados nesta edição foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de possibilitar a comparação entre diversos períodos. Foram utilizados índices médios anuais, corrigindo-se os valores para preços de 2009.

IPCA médio de 2009, utilizado como multiplicador para a atualização dos valores dos respectivos anos

2004	2005	2006	2007	2008	2009
1,2791	1,1969	1,1488	1,1084	1,0489	1,0000

Fonte de dados

A principal fonte de dados utilizada são os balanços municipais consolidados coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Nos casos em que os dados não estavam consolidados, eles foram substituídos pelas informações que os municípios transmitiram à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Outras fontes constantes na publicação são a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo (Sefaz), o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops) e o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Siope).

Deduções do Fundef/Fundeb

Nos balanços orçamentários dos municípios do Espírito Santo, desde quando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) foi instituído, em 1998, até o ano de 2001, a sua contabilização se deu de forma que implicava em uma dupla contagem dos recursos, acabando por superestimar as receitas e as despesas municipais.

A partir de 2002, a Secretaria do Tesouro Nacional definiu, pela Portaria nº 328, de 27/08/2001, complementada e alterada pela Portaria nº 300, de 27/06/2002, que as deduções de 15% de cada uma das receitas que são destinadas ao Fundef devem constar no balanço da receita. Mas, somente a partir de 2004, todos os municípios capixabas haviam adotado as deduções em seus balanços. Entretanto, a maioria dos balanços traz deduzida apenas a receita total, ficando as cabeças de contas, como a receita corrente, as transferências correntes, as transferências da União e as do Estado, superestimadas. Isso exige que a publicação faça essas deduções, especialmente na receita corrente, cujo valor é utilizado em muitas tabelas, na construção de indicadores de participação.

Os dados do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da Quota-parte Municipal no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS) estão publicados sem os descontos do Fundeb.

Sinais convencionais utilizados

Na apresentação das tabelas, quando necessário, utilizaram-se os seguintes sinais convencionais:

a) 0 ou 0,0 ➠ dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo;
b) -0 ou -0,0 ➠ dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo;
c) – ➠ dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
d) .. ➠ não se aplica dado numérico; e
e) ... ➠ dado numérico não disponível.

Comércio exterior capixaba

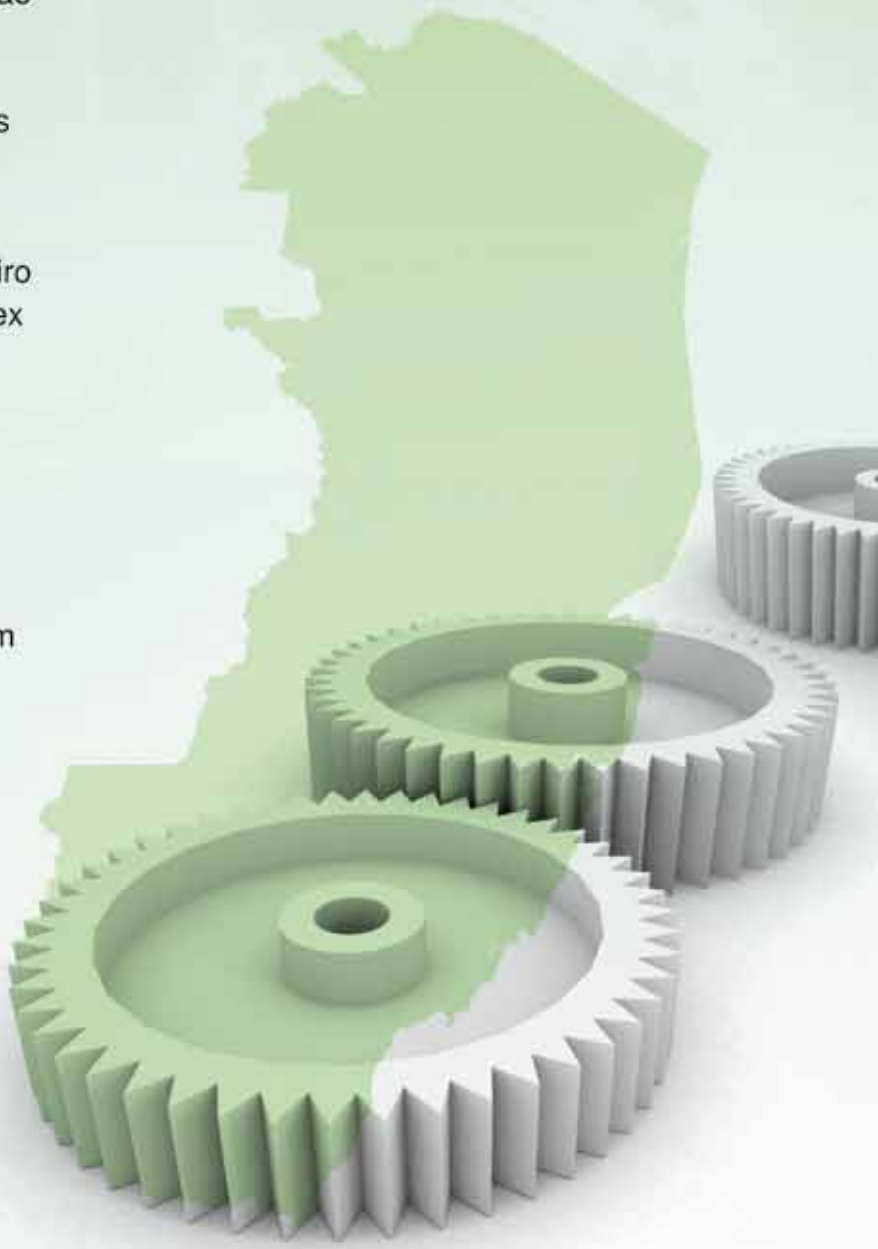
Impulso para o desenvolvimento do Espírito Santo

O ICMS gerado nas atividades de importação do Sistema Fundap é essencial para os municípios capixabas, já que 25% do total arrecadado pelo Estado são destinados aos cofres municipais.

Nos dez últimos anos foram mais de R$ 3,3 bilhões repassados. Só neste primeiro quadrimestre de 2010, ano em que o Sindiex comemora sua maioridade, o segmento repassou R$ 135,5 milhões às prefeituras.

Além do ICMS, as empresas fundapeanas geram riquezas para o Estado, com investimentos que somam mais de R$ 310 milhões, no período de 2006 a 2009, em galpões, armazéns e pátios para estocagem de mercadorias, e mais 3.045 empregos nesses quatro anos.

O segmento também é responsável por mais de 6.400 empregos diretos e mais de 19.200 indiretos no Espírito Santo, além dos 13.960 postos de trabalhos gerados e dos outros 69.188 mantidos pelo Fundapsocial – recursos das atividades de importação que financiam o programa Nossocrédito.



SINDIEX

SINDICATO DO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

18 anos em defesa do comércio exterior e do desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Informações, reclamações, sugestões e elogios
0800 726 2492 - Atendimento a deficientes auditivos
0800 725 7474 - Ouvidoria
caixa.gov.br

Conheça os regimes que estão fazendo o Brasil crescer forte e sustentável.

Soluções CAIXA para Regimes Próprios de Previdência Social

Na hora de estruturar e adequar os regimes de previdência do seu estado ou município, conte sempre com a CAIXA. São serviços de consultoria, capacitação e auxílio na implantação de sistemas de informações para regimes próprios de previdência. Soluções que se ajustam à capacidade econômica e financeira do ente público, e visam sempre ao crescimento sustentável e ao equilíbrio das contas públicas. Fale com o gerente e conheça as Soluções CAIXA para Regimes Próprios de Previdência Social.

CAIXA. O banco que acredita nas pessoas.

CAIXA

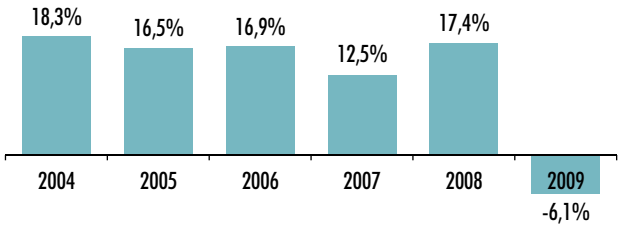
Panorama

Receitas

A eclosão da crise financeira internacional que abalou a economia mundial no segundo semestre de 2008 deixou profundas marcas nas finanças dos municípios capixabas. De 2003 até o advento da crise, eles vinham assistindo um crescimento vertiginoso em suas receitas, com alta acumulada de 112,8%, nesses cinco anos.

Em 2009 veio a guinada. Os municípios capixabas amargaram uma queda real de receita de -6,1%, que encolheu de R$ 6,17 bilhões em 2008, para R$ 5,79 bilhões em 2009. Entretanto, como uma parte expressiva dessa queda foi proveniente dos *royalties*, e esses recursos são concentrados em poucos municípios, convém excluí-los para que se possa obter um indicador que reflita com mais exatidão o que de fato ocorreu com a receita municipal em 2009. Após esse procedimento, verifica-se que a queda de receita foi um pouco mais branda, da ordem de -4,3%.

Taxa de crescimento da receita total em relação ao ano anterior



Em termos absolutos, ocorreu uma queda de receita da ordem de R$ 374,7 milhões. Quase metade dessa perda teve origem no encolhimento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em face da elevada exposição de nossa economia ao mercado externo, a arrecadação estadual de ICMS sofreu uma forte queda. Com isso, a parcela de 25% transferida aos municípios recuou em R$ 175,7 milhões, o que correspondeu a uma queda real de -9,6% (veja mais sobre ICMS na página 40).

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) apresentou uma queda real de -8,2%. A União transferiu R$ 77,3 milhões a menos, em valores já corridos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). No entanto, considerando-se a compensação feita pelo Governo Federal com o objetivo de anular as perdas no FPM de 2009, ou seja, de obter uma variação nominal igual a zero, a queda real foi de -3,9% (veja mais sobre FPM na página 48).

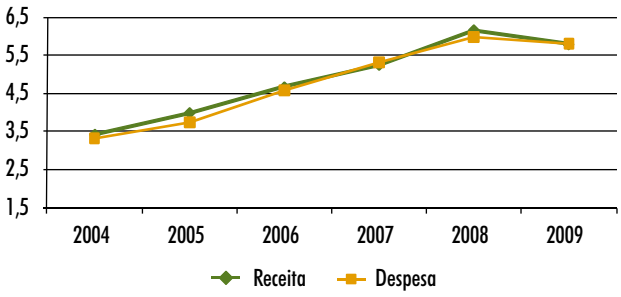
Puxados pela queda dos preços e do consumo internacional do petróleo, os *royalties* e as participações especiais pagos pelas empresas exploradoras aos municípios capixabas recuaram de R$ 313,5 milhões, em 2008, para R$ 189,6 milhões em 2009, uma queda, portanto, de -39,5%. O efeito da queda de receita da ordem de R$ 124 milhões se fez sentir, entretanto, num pequeno grupo de cidades que concentra a maior fatia desses recursos: 73,8%. Vale notar que, apesar da queda, os pagamentos de *royalties* em 2009 só foram inferiores aos efetivados em 2008 (veja mais sobre os *royalties* na página 62).

A arrecadação do conjunto dos tributos municipais, por sua vez, manteve-se praticamente estável, com ligeira alta de 0,9%, passando de R$ 974,2 milhões, em 2008, para R$ 982,7 milhões, em 2009. O recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos municípios capixabas teve alta de 8,5%, enquanto o do Imposto sobre Serviço (ISS) manteve-se praticamente estável. O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) foi mais sensível à crise e acusou queda de -5,8%, ao passo que o Imposto de Renda (IR) retido na fonte pelos municípios recuou -2,9%. O desempenho geral dos tributos municipais pode ser considerado um bom resultado num ano dominado pela forte crise financeira internacional. Entre 2003 e 2008, a arrecadação tributária dos municípios vinha crescendo num ritmo bastante acelerado, com taxa média anual de 13% (veja mais sobre os tributos nas páginas 22, 26, 30 e 34).

O saldo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) dos municípios – antes Fundef – vinha numa trajetória crescente nos últimos anos. Pela primeira vez na presente década ele retrocedeu em relação ao ano anterior. Ainda que positivo, ele recuou de R$ 426,1 milhões, em 2008, para R$ 386,6, em 2009. Esse saldo refere-se à diferença entre o valor das contribuições que os municípios realizam para esse Fundo e o valor que recebem dele (veja mais sobre Saldo Fundeb na página 58).

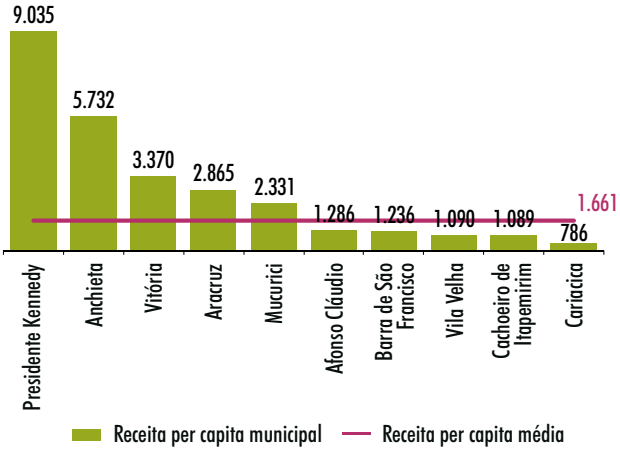
Evolução da receita e da despesa

em R$ bilhões - IPCA médio de 2009



As cinco maiores e menores receitas per capita no Espírito Santo

em R$



Desempenho das cidades

A redução de receita foi um fenômeno generalizado. Dos 78 municípios capixabas, 66 acusaram queda, cuja intensidade variou conforme a estrutura da receita.

Dentre os municípios com mais de 50 mil habitantes, exceto Vitória, Linhares foi quem presenciou a maior queda de receita, de R$ 51,1 milhões. Com recuo de -15,9%, sua receita total caiu de R$ 320,9 milhões, em 2008, para R$ 269,8 milhões, em 2009, puxada pelo declínio dos *royalties*, incluídas as participações especiais (R$ 29,7 milhões) e da arrecadação do ISS (R$ 11,5 milhões). Em Aracruz e São Mateus a queda na receita foi da ordem de R$ 28,7 milhões para cada um, protagonizada também pelo desempenho dos *royalties*, que recuaram, respectivamente, R$ 23 milhões e R$ 7,4 milhões. No caso de Aracruz, a contração de R$ 7 milhões provenientes do ICMS também foi bastante significativa.

Ainda entre as de maior porte populacional, também assistiram à queda de receita Cachoeiro de Itapemirim (-5,9%), Serra (-3,8%) e Vila Velha (-3,5%). Apesar de modestos, aumentos de receitas foram verificados em Guarapari (2,4%), Viana (2,2%), Cariacica (1,7%) e Colatina (1,5%).

Entre as cidades com menos de 50 mil habitantes, a maior queda foi registrada pelo Município de Pinheiros, de -23,1%. Em 2007 e 2008, o município havia recebido transferências anuais de capital da União de R$ 8,4 milhões, que praticamente deixaram de existir em 2009. Em Muqui, Fundão, Ibitirama e Divino de São Lourenço, a intensidade do recuo da receita foi da ordem de -16%.

A queda da receita municipal, associada ao aumento da população, gerou uma queda da receita por habitante, que passou de R$ 1.785,73 em 2008, para R$ 1.661,10 em 2009. Existe uma significativa disparidade de receita por habitante entre os municípios capixabas, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

Despesas

Pressionados pela queda das receitas, os municípios capixabas se depararam com a necessidade de diminuir o ritmo de expansão de alguns itens de despesa e cortar outros.

Os gastos com pessoal, que vinham crescendo de forma acentuada nos últimos anos, registraram aumento de 7,6% em 2009. Isso não foi suficiente, entretanto, para evitar que um grande número de municípios aumentasse o nível de comprometimento da receita corrente com o funcionalismo municipal. Em 2008, apenas 19 municípios destinavam mais da metade de sua receita corrente para a despesa com pessoal, número que pulou para 59, em 2009. Sem dúvida, um aumento vertiginoso e preocupante. Na média, o indicador saltou de 44,8% para 51,6%, o mais alto nível da atual década (veja mais sobre pessoal na página 66).

Os custeios, por sua vez, sofreram um ligeiro corte, na média de -2,2%. A exemplo dos gastos com pessoal, eles vinham de um crescimento acelerado nos últimos anos. Seu peso na receita corrente municipal permaneceu dentro da faixa que vinha ocupando e se fixou em 38,8%, em 2009 (veja mais sobre custeio na página 74).

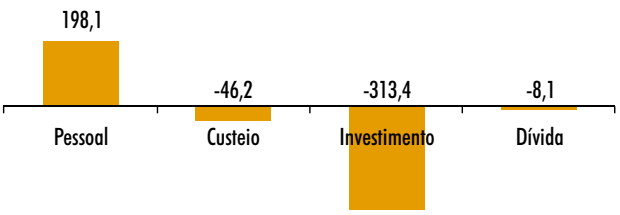
Os investimentos foram os mais afetados. A queda frente a 2008 foi de -28,3%. Eles recuaram de R$ 1,11 bilhão, em 2008, para R$ 794,2 milhões, em 2009. Seu peso na despesa total encolheu de 18,5% para apenas 13,7%. Além da queda da receita, outro fator decisivo para explicar esse desempenho é o fato de 2009 ter sido um ano de início de mandato, onde normalmente os governos recém-eleitos estão em fase de planejar o futuro. Tendem, portanto, a ser mais

cautelosos em efetuar novas despesas ou ampliar as antigas (veja mais sobre investimento na página 78).

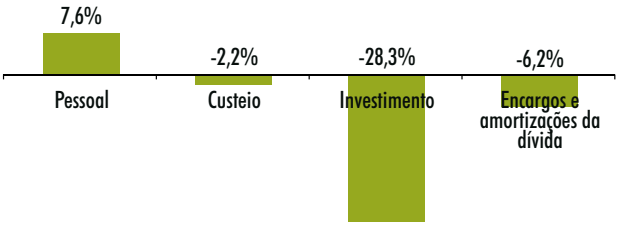
Em 2009, os municípios capixabas também registraram significativo recuo nas despesas com juros e amortizações de dívidas, que passaram de R$ 129,8 milhões para R$ 121,7 milhões, com queda de -6,2%. Foi a primeira queda dos últimos nove anos (veja mais sobre encargos e amortizações da dívida na página 84).

Volume de gasto adicional em cada item da despesa - 2009/2008

em R$ milhões - IPCA médio de 2009



Taxa de crescimento dos principais itens da despesa 2009/2008



Resultado orçamentário e suficiência financeira

O resultado orçamentário e a suficiência (ou insuficiência) financeira são dois indicadores que permitem que se tenha uma ideia geral sobre o estado de saúde das finanças públicas dos municípios.

O resultado orçamentário é a diferença entre as receitas e as despesas. Quando esse resultado é positivo, é chamado de superávit orçamentário. Caso contrário, é chamado de déficit orçamentário.

Superávit = receita > despesa
Déficit = receita < despesa

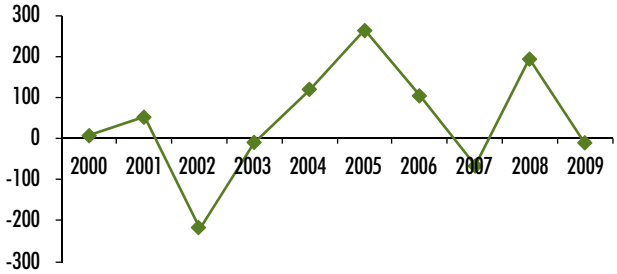
A grande maioria dos municípios conseguiu enfrentar o desafio de conduzir uma execução orçamentária equilibrada em 2009, mediante ajustes em seus níveis de despesa, para fazer frente à queda de receita provocada pela crise financeira internacional. Dos 78 municípios capixabas, 52 (exatos dois terços do total) obtiveram superávit orçamentário.

Dentre os que acusam déficits, o mais expressivo foi registrado por Vitória, de R$ 88,7 milhões, valor que correspondeu a 8,2% de sua receita. Em seguida aparece Serra, com R$ 34,8 milhões. Juntas, as duas cidades responderam por quase três quartos (74%) do total do déficit registrado pelos municípios capixabas em 2009.

Entre as cidades superavitárias, os casos mais expressivos são os de Presidente Kennedy (R$ 38,7 milhões), Cariacica (R$ 19,8 milhões), Vila Velha (R$ 18,6 milhões) e Cachoeiro de Itapemirim (R$ 18,1 milhões). No caso de Presidente Kennedy, o valor correspondeu a 39,2% de sua receita.

Evolução do resultado orçamentário

em R$ milhões - IPCA médio de 2009



Número de municípios com resultados orçamentários positivos e negativos - 2000-2009

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Positivos	31	50	19	26	62	64	57	51	56	52
Negativos	46	28	59	52	16	14	21	27	22	26
Total de municípios	**77**	**78**	**78**	**78**	**78**	**78**	**78**	**78**	**78**	**78**

É importante avaliar o resultado orçamentário em conjunto com a suficiência financeira, ou seja, a diferença entre as receitas e as despesas de um ano fiscal com a diferença entre ativos e passivos financeiros. O déficit orçamentário pode não significar nenhum prejuízo ao equilíbrio das contas públicas caso haja cobertura financeira (suficiência financeira). Isso significa que a administração municipal gastou mais do que recebeu naquele ano, porém, ela possuía um montante em ativos financeiros grande o suficiente para cobrir seus passivos financeiros (dívida de curto prazo) e também o déficit orçamentário.

Entretanto, os municípios devem apresentar seus balanços consolidados, ou seja, contendo os dados fiscais dos poderes Executivo e Legislativo, e das administrações direta e indireta. O nível de consolidação dos dados nos balanços anuais dos municípios nem sempre permite diferenciar os ativos e passivos de curto prazo de cada um desses entes. O caso que mais compromete a análise da situação financeira de curto prazo de um município, é a consolidação dos dados dos Institutos de Previdência. Nesses casos, a inclusão de sua reserva financeira como ativo disponível de curto prazo distorce a análise, pois esses recursos são destinados exclusivamente ao pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores públicos, não sendo assim lastro para cobrir os passivos de curto prazo do restante da administração.

Portanto, os dados de suficiência financeira apresentados nesta publicação (ver página 16) contêm essa distorção, pois sua fonte é o Anexo 14 dos balanços municipais consolidados. Feita essa ressalva é possível observar que a suficiência financeira dos municípios capixabas teve uma pequena melhora entre 2008 e 2009. Mesmo com crise, ela passou de R$ 800 milhões para R$ 926,2 milhões.

Principais itens da despesa municipal - 2004-2009

Despesa	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Participação na despesa total	
								2008	2009
	em R$ mil - IPCA médio de 2009						*em %*		
Pessoal[a]	1.450.690,3	1.687.128,4	1.973.846,3	2.316.176,0	2.592.921,0	2.791.046,4	7,6	43,4	48,1
Custeio[b]	1.306.770,0	1.452.098,9	1.716.380,5	1.954.796,5	2.143.454,8	2.097.252,4	-2,2	35,9	36,1
Investimentos[c]	479.611,4	503.016,5	773.057,6	933.889,1	1.107.611,2	794.244,6	-28,3	18,5	13,7
Dívida[d]	73.883,6	88.159,9	103.249,0	114.234,0	129.776,8	121.708,5	-6,2	2,2	2,1
Despesa total	**3.310.955,4**	**3.730.403,6**	**4.566.533,4**	**5.319.095,5**	**5.973.763,8**	**5.804.251,8**	**-2,8**	**100,0**	**100,0**
Receita total[e]	**3.428.079,6**	**3.995.188,6**	**4.670.118,1**	**5.253.325,1**	**6.167.282,5**	**5.792.570,5**	**-6,1**	**103,2**	**99,8**
Resultado orçamentário[f]	**117.124,2**	**264.785,0**	**103.584,7**	**-65.770,3**	**193.518,7**	**-11.681,4**	**-106,0**		

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário . Notas: [a]inclui encargos, inativos, pensionistas e salário-família. [b]abrange toda a despesa corrente exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas, salário-família e pagamentos de juros. [c]toda a despesa de capital exceto as amortizações da dívida. [d]encargos e amortizações da dívida. [e]receita total ajustada dos efeitos da conta Fundef / Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4). [f]equivale à receita total menos a despesa total.

▶Receita total[a] - 2004-2009

Regiões e municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Partic. rec. total[a] 2009	Rec. total[a] per capita 2009
	em R$ mil - IPCA médio de 2009						em %		em R$
MS Noroeste	**381.322,2**	**463.132,3**	**524.496,5**	**558.280,7**	**641.619,4**	**609.983,3**	**-4,9**	**10,5**	**1.497,9**
Água Doce do Norte	11.371,2	14.134,7	16.862,5	16.384,7	20.486,6	19.339,3	-5,6	0,3	1.599,5
Águia Branca	11.864,8	14.078,9	15.786,8	15.408,4	19.477,0	17.485,5	-10,2	0,3	1.840,0
Alto Rio Novo	8.546,5	9.948,2	11.253,2	12.142,5	14.751,3	12.981,4	-12,0	0,2	2.103,3
Baixo Guandu	33.464,9	40.732,8	42.103,8	43.543,7	48.419,5	42.853,6	-11,5	0,7	1.433,7
Barra de São Francisco	28.192,9	34.719,9	40.953,8	47.699,9	57.182,5	51.459,7	-10,0	0,9	1.235,7
Boa Esperança	16.519,1	18.885,2	18.829,5	21.517,9	25.429,9	23.470,8	-7,7	0,4	1.789,1
Colatina	99.928,0	119.964,2	134.979,8	150.263,1	155.567,1	157.851,5	1,5	2,7	1.417,4
Ecoporanga	25.007,5	28.001,1	30.177,7	31.637,6	36.429,8	35.056,7	-3,8	0,6	1.467,4
Governador Lindenberg	12.495,8	15.838,5	16.282,0	17.548,1	20.202,3	19.008,7	-5,9	0,3	1.824,2
Mantenópolis	12.487,1	14.983,5	17.306,8	19.200,5	20.599,0	19.968,3	-3,1	0,3	1.717,0
Marilândia	11.840,2	13.830,0	17.113,2	16.013,2	18.291,6	18.989,2	3,8	0,3	1.778,7
Nova Venécia	37.925,6	46.870,5	54.197,9	56.497,4	68.666,8	65.144,9	-5,1	1,1	1.405,4
Pancas	18.361,1	22.239,2	27.544,9	25.296,0	30.578,7	27.861,5	-8,9	0,5	1.506,3
São Domingos do Norte	9.233,2	12.112,9	13.069,1	14.613,9	17.647,1	15.365,8	-12,9	0,3	1.872,7
São Gabriel da Palha	19.811,7	27.468,2	32.164,1	33.940,3	43.960,4	42.592,5	-3,1	0,7	1.391,7
Vila Pavão	8.959,4	11.274,7	16.424,6	15.319,5	17.656,3	16.696,3	-5,4	0,3	1.829,5
Vila Valério	15.313,3	18.050,1	19.446,8	21.254,0	26.273,3	23.857,6	-9,2	0,4	1.698,3
MS Litoral Norte	**645.194,0**	**760.954,3**	**888.631,5**	**952.344,2**	**1.165.896,4**	**1.013.672,1**	**-13,1**	**17,5**	**1.925,2**
Aracruz	164.858,6	185.817,6	221.623,5	227.975,3	253.980,8	225.335,6	-11,3	3,9	2.864,8
Conceição da Barra	30.560,1	36.534,2	40.127,9	48.116,3	52.741,2	45.963,0	-12,9	0,8	1.698,6
Fundão	16.047,0	19.823,1	25.741,8	29.225,0	35.156,9	29.402,9	-16,4	0,5	1.789,5
Ibiraçu	13.985,7	16.917,9	19.176,7	21.269,6	23.608,8	21.429,0	-9,2	0,4	1.998,2
Jaguaré	41.060,0	49.279,4	51.254,2	46.909,2	54.349,3	47.702,8	-12,2	0,8	2.032,3
João Neiva	21.664,0	24.537,2	28.836,9	30.370,5	34.755,9	30.130,8	-13,3	0,5	2.060,8
Linhares	147.769,6	176.616,7	205.275,3	229.378,2	320.871,4	269.758,7	-15,9	4,7	2.033,4
Montanha	19.055,0	22.665,4	27.404,6	26.369,8	31.465,9	29.086,4	-7,6	0,5	1.542,6
Mucurici	9.555,1	11.348,4	14.344,6	13.737,2	15.220,8	13.774,7	-9,5	0,2	2.330,7
Pedro Canário	16.108,6	20.152,2	24.386,4	27.128,3	32.195,6	32.247,8	0,2	0,6	1.321,4
Pinheiros	19.220,9	24.433,7	31.856,9	41.652,3	46.452,4	35.744,5	-23,1	0,6	1.497,2
Ponto Belo	8.009,5	12.722,8	13.201,8	13.671,1	15.762,0	14.686,0	-6,8	0,3	2.026,5
Rio Bananal	18.476,2	23.813,7	25.862,1	29.926,2	35.073,7	35.523,1	1,3	0,6	2.059,7
São Mateus	101.618,9	115.132,1	131.006,2	137.263,2	180.017,0	151.337,4	-15,9	2,6	1.489,4
Sooretama	17.204,7	21.159,8	28.532,6	29.352,1	34.244,6	31.549,4	-7,9	0,5	1.327,8
MS Central	**343.425,5**	**407.609,3**	**496.022,5**	**547.964,5**	**619.029,0**	**589.168,3**	**-4,8**	**10,2**	**1.902,5**
Afonso Cláudio	25.889,7	29.765,5	34.352,0	36.404,3	41.260,3	40.370,6	-2,2	0,7	1.286,3
Alfredo Chaves	12.445,4	14.680,4	19.637,5	21.932,0	28.159,7	25.627,0	-9,0	0,4	1.757,1
Anchieta	52.536,4	62.475,0	81.876,0	106.939,2	108.896,3	115.936,9	6,5	2,0	5.732,1
Brejetuba	12.353,8	14.396,4	17.108,0	20.453,3	22.606,2	21.085,4	-6,7	0,4	1.900,1
Conceição do Castelo	13.563,1	17.939,2	21.449,3	21.947,9	26.058,8	22.161,2	-15,0	0,4	1.870,0
Domingos Martins	32.963,3	39.408,1	46.376,6	47.076,6	53.937,5	49.626,8	-8,0	0,9	1.529,1
Iconha	14.197,8	15.591,6	22.146,2	23.969,0	26.060,9	23.057,4	-11,5	0,4	1.937,4
Itaguaçu	14.482,5	17.720,5	21.957,3	23.219,2	26.611,2	23.022,5	-13,5	0,4	1.624,6
Itarana	11.312,7	13.358,7	17.439,8	16.615,4	20.984,7	19.649,0	-6,4	0,3	1.842,0
Laranja da Terra	11.699,8	13.791,7	15.756,6	17.131,2	19.671,2	18.261,7	-7,2	0,3	1.639,9
Marechal Floriano	17.659,6	19.396,9	23.657,2	24.762,8	26.465,8	25.408,5	-4,0	0,4	1.910,1
Piúma	14.849,0	19.499,4	23.468,7	25.800,1	26.933,9	29.169,6	8,3	0,5	1.694,7
Rio Novo do Sul	11.466,4	12.714,4	14.248,1	14.828,1	17.539,5	16.612,9	-5,3	0,3	1.451,3
Santa Leopoldina	15.610,0	17.880,8	19.041,3	21.220,4	24.994,3	21.496,8	-14,0	0,4	1.686,9
Santa Maria de Jetibá	30.458,4	35.416,2	38.608,7	45.167,7	55.595,4	51.409,9	-7,5	0,9	1.515,6
Santa Teresa	21.941,0	28.023,7	35.119,2	34.247,6	39.965,4	35.427,2	-11,4	0,6	1.708,0
São Roque do Canaã	9.725,9	11.903,7	14.282,3	14.550,3	18.106,3	18.177,4	0,4	0,3	1.680,4
Venda Nova do Imigrante	20.270,7	23.647,2	29.497,7	31.699,4	35.181,7	32.667,4	-7,1	0,6	1.631,1
Região Metropolitana	**1.546.570,0**	**1.789.204,1**	**2.089.308,8**	**2.437.293,2**	**2.784.967,5**	**2.682.996,8**	**-3,7**	**46,3**	**1.607,0**
Cariacica	150.076,0	180.749,5	213.060,4	254.399,1	282.755,9	287.447,2	1,7	5,0	785,7
Guarapari	77.890,4	88.637,9	103.533,3	114.746,8	132.424,4	135.565,3	2,4	2,3	1.296,9
Serra	326.372,8	409.203,1	514.430,6	569.535,0	667.971,1	642.638,7	-3,8	11,1	1.588,0
Viana	48.872,8	62.362,3	78.186,5	75.803,7	85.778,7	87.667,2	2,2	1,5	1.441,2
Vila Velha	253.904,3	292.635,1	339.921,6	376.921,8	466.808,5	450.691,6	-3,5	7,8	1.089,8
Vitória	689.453,7	755.616,1	840.176,4	1.045.886,8	1.149.228,9	1.078.986,7	-6,1	18,6	3.370,2
MS Sul	**511.567,9**	**574.288,7**	**671.659,0**	**757.442,6**	**955.770,2**	**896.749,9**	**-6,2**	**15,5**	**1.562,0**
Alegre	31.961,9	32.919,3	40.818,2	42.201,7	49.104,2	51.769,2	5,4	0,9	1.662,3
Apiacá	8.551,9	10.730,5	11.423,0	13.819,3	14.869,1	13.489,1	-9,3	0,2	1.711,2
Atílio Vivacqua	14.358,5	14.780,1	15.400,3	16.160,4	18.560,6	19.072,0	2,8	0,3	2.037,4
Bom Jesus do Norte	8.752,5	10.424,4	11.639,7	12.080,5	16.227,8	14.295,4	-11,9	0,2	1.478,0
Cachoeiro de Itapemirim	136.737,3	142.880,9	163.028,5	200.082,3	232.922,4	219.258,1	-5,9	3,8	1.089,4
Castelo	32.088,8	37.272,0	40.747,8	45.276,7	57.148,2	50.779,1	-11,1	0,9	1.528,9
Divino de São Lourenço	6.844,6	7.798,9	9.505,2	9.720,1	11.157,6	9.335,2	-16,3	0,2	1.863,0
Dores do Rio Preto	8.225,1	9.609,0	10.981,4	11.914,3	13.831,9	12.214,2	-11,7	0,2	1.940,9
Guaçuí	23.445,8	24.573,9	30.104,3	36.307,1	46.654,2	43.894,4	-5,9	0,8	1.641,3
Ibatiba	18.839,9	21.483,2	24.812,1	24.856,3	29.230,1	27.932,6	-4,4	0,5	1.364,5
Ibitirama	9.950,7	11.837,8	14.068,0	16.897,1	17.008,8	14.230,5	-16,3	0,2	1.540,4
Irupi	10.729,3	12.785,6	14.673,6	15.736,5	18.413,3	17.060,4	-7,3	0,3	1.589,2
Itapemirim	35.114,6	46.108,5	53.789,8	62.463,2	75.650,0	64.913,3	-14,2	1,1	1.981,4
Iúna	20.154,7	24.919,0	31.125,2	32.038,1	36.857,0	34.579,1	-6,2	0,6	1.317,9
Jerônimo Monteiro	10.778,8	11.638,8	15.611,8	16.091,0	18.957,5	17.395,8	-8,2	0,3	1.548,4
Marataízes	19.836,9	23.819,0	29.104,2	36.193,1	44.855,3	43.424,6	-3,2	0,7	1.336,1
Mimoso do Sul	22.679,3	26.787,6	32.768,9	34.635,8	38.296,9	36.576,8	-4,5	0,6	1.348,5
Muniz Freire	17.426,9	20.499,9	26.612,8	28.550,6	35.376,7	32.991,1	-6,7	0,6	1.797,1
Muqui	13.496,8	15.257,4	17.429,7	19.142,0	22.675,7	18.892,4	-16,7	0,3	1.314,1
Presidente Kennedy	27.052,4	28.372,5	28.398,4	36.634,2	100.835,6	98.511,7	-2,3	1,7	9.035,3
São José do Calçado	13.867,1	14.607,7	20.868,9	18.255,3	20.916,3	20.288,2	-3,0	0,4	1.850,3
Vargem Alta	20.674,2	25.182,8	28.747,3	28.387,0	36.221,0	35.847,0	-1,0	0,6	1.923,4
TOTAL	**3.428.079,6**	**3.995.188,6**	**4.670.118,1**	**5.253.325,1**	**6.167.282,5**	**5.792.570,5**	**-6,1**	**100,0**	**1.661,1**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: [a]receita total ajustada dos efeitos do Fundef / Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

▶ Receita total

Posição	Município	Receita total[a] em R$	População
1º	Vitória	1.078.986.672,9	320.156
2º	Serra	642.638.732,4	404.688
3º	Vila Velha	450.691.632,0	413.548
4º	Cariacica	287.447.195,7	365.859
5º	Linhares	269.758.706,3	132.664
6º	Aracruz	225.335.628,3	78.658
7º	Cachoeiro de Itapemirim	219.258.092,2	201.259
8º	Colatina	157.851.535,8	111.365
9º	São Mateus	151.337.397,5	101.613
10º	Guarapari	135.565.324,1	104.534
11º	Anchieta	115.936.885,6	20.226
12º	Presidente Kennedy	98.511.657,5	10.903
13º	Viana	87.667.206,8	60.829
14º	Nova Venécia	65.144.886,4	46.354
15º	Itapemirim	64.913.262,8	32.761
16º	Alegre	51.769.224,1	31.143
17º	Barra de São Francisco	51.459.713,8	41.645
18º	Santa Maria de Jetibá	51.409.903,4	33.921
19º	Castelo	50.779.068,8	33.212
20º	Domingos Martins	49.626.837,2	32.455
21º	Jaguaré	47.702.766,7	23.472
22º	Conceição da Barra	45.962.969,0	27.059
23º	Guaçuí	43.894.370,5	26.743
24º	Marataízes	43.424.573,0	32.502
25º	Baixo Guandu	42.853.564,8	29.891
26º	São Gabriel da Palha	42.592.507,1	30.604
27º	Afonso Cláudio	40.370.635,9	31.384
28º	Mimoso do Sul	36.576.768,7	27.124
29º	Vargem Alta	35.847.019,0	18.637
30º	Pinheiros	35.744.505,9	23.874
31º	Rio Bananal	35.523.090,5	17.247
32º	Santa Teresa	35.427.221,0	20.742
33º	Ecoporanga	35.056.676,0	23.891
34º	Iúna	34.579.073,8	26.239
35º	Muniz Freire	32.991.082,6	18.358
36º	Venda Nova do Imigrante	32.667.437,3	20.028
37º	Pedro Canário	32.247.769,2	24.404
38º	Sooretama	31.549.437,2	23.761
39º	João Neiva	30.130.838,9	14.621
40º	Fundão	29.402.893,7	16.431
41º	Piúma	29.169.640,7	17.212
42º	Montanha	29.086.378,8	18.856
43º	Ibatiba	27.932.585,8	20.471
44º	Pancas	27.861.523,3	18.497
45º	Alfredo Chaves	25.627.014,0	14.585
46º	Marechal Floriano	25.408.492,4	13.302
47º	Vila Valério	23.857.614,4	14.048
48º	Boa Esperança	23.470.800,0	13.119
49º	Iconha	23.057.394,7	11.901
50º	Itaguaçu	23.022.531,1	14.171
51º	Conceição do Castelo	22.161.236,8	11.851
52º	Santa Leopoldina	21.496.774,5	12.743
53º	Ibiraçu	21.429.050,0	10.724
54º	Brejetuba	21.085.358,0	11.097
55º	São José do Calçado	20.288.192,3	10.965
56º	Mantenópolis	19.968.298,1	11.630
57º	Itarana	19.648.975,1	10.667
58º	Água Doce do Norte	19.339.302,2	12.091
59º	Atílio Vivacqua	19.072.001,7	9.361
60º	Governador Lindenberg	19.008.675,0	10.420
61º	Marilândia	18.989.191,0	10.676
62º	Muqui	18.892.408,7	14.377
63º	Laranja da Terra	18.261.678,6	11.136
64º	São Roque do Canaã	18.177.374,8	10.817
65º	Águia Branca	17.485.464,7	9.503
66º	Jerônimo Monteiro	17.395.797,6	11.235
67º	Irupi	17.060.363,3	10.735
68º	Vila Pavão	16.696.288,3	9.126
69º	Rio Novo do Sul	16.612.922,0	11.447
70º	São Domingos do Norte	15.365.849,2	8.205
71º	Ponto Belo	14.686.011,2	7.247
72º	Bom Jesus do Norte	14.295.373,2	9.672
73º	Ibitirama	14.230.465,8	9.238
74º	Mucurici	13.774.657,5	5.910
75º	Apiacá	13.489.075,8	7.883
76º	Alto Rio Novo	12.981.440,0	6.172
77º	Dores do Rio Preto	12.214.247,1	6.293
78º	Divino de São Lourenço	9.335.245,6	5.011
TOTAL		5.792.570.457,6	3.487.199

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES. Nota: [a]receita total ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

▶ Receita total per capita

Posição	Município	A / B	Receita total[a] (A) em R$	População (B)
1º	Presidente Kennedy	9.035,3	98.511.657,5	10.903
2º	Anchieta	5.732,1	115.936.885,6	20.226
3º	Vitória	3.370,2	1.078.986.672,9	320.156
4º	Aracruz	2.864,8	225.335.628,3	78.658
5º	Mucurici	2.330,7	13.774.657,5	5.910
6º	Alto Rio Novo	2.103,3	12.981.440,0	6.172
7º	João Neiva	2.060,8	30.130.838,9	14.621
8º	Rio Bananal	2.059,7	35.523.090,5	17.247
9º	Atílio Vivacqua	2.037,4	19.072.001,7	9.361
10º	Linhares	2.033,4	269.758.706,3	132.664
11º	Jaguaré	2.032,3	47.702.766,7	23.472
12º	Ponto Belo	2.026,5	14.686.011,2	7.247
13º	Ibiraçu	1.998,2	21.429.050,0	10.724
14º	Itapemirim	1.981,4	64.913.262,8	32.761
15º	Dores do Rio Preto	1.940,9	12.214.247,1	6.293
16º	Iconha	1.937,4	23.057.394,7	11.901
17º	Vargem Alta	1.923,4	35.847.019,0	18.637
18º	Marechal Floriano	1.910,1	25.408.492,4	13.302
19º	Brejetuba	1.900,1	21.085.358,0	11.097
20º	São Domingos do Norte	1.872,7	15.365.849,2	8.205
21º	Conceição do Castelo	1.870,0	22.161.236,8	11.851
22º	Divino de São Lourenço	1.863,0	9.335.245,6	5.011
23º	São José do Calçado	1.850,3	20.288.192,3	10.965
24º	Itarana	1.842,0	19.648.975,1	10.667
25º	Águia Branca	1.840,0	17.485.464,7	9.503
26º	Vila Pavão	1.829,5	16.696.288,3	9.126
27º	Governador Lindenberg	1.824,2	19.008.675,0	10.420
28º	Muniz Freire	1.797,1	32.991.082,6	18.358
29º	Fundão	1.789,5	29.402.893,7	16.431
30º	Boa Esperança	1.789,1	23.470.800,0	13.119
31º	Marilândia	1.778,7	18.989.191,0	10.676
32º	Alfredo Chaves	1.757,1	25.627.014,0	14.585
33º	Mantenópolis	1.717,0	19.968.298,1	11.630
34º	Apiacá	1.711,2	13.489.075,8	7.883
35º	Santa Teresa	1.708,0	35.427.221,0	20.742
36º	Conceição da Barra	1.698,6	45.962.969,0	27.059
37º	Vila Valério	1.698,3	23.857.614,4	14.048
38º	Piúma	1.694,7	29.169.640,7	17.212
39º	Santa Leopoldina	1.686,9	21.496.774,5	12.743
40º	São Roque do Canaã	1.680,4	18.177.374,8	10.817
41º	Alegre	1.662,3	51.769.224,1	31.143
42º	Guaçuí	1.641,3	43.894.370,5	26.743
43º	Laranja da Terra	1.639,9	18.261.678,6	11.136
44º	Venda Nova do Imigrante	1.631,1	32.667.437,3	20.028
45º	Itaguaçu	1.624,6	23.022.531,1	14.171
46º	Água Doce do Norte	1.599,5	19.339.302,2	12.091
47º	Irupi	1.589,2	17.060.363,3	10.735
48º	Serra	1.588,0	642.638.732,4	404.688
49º	Jerônimo Monteiro	1.548,4	17.395.797,6	11.235
50º	Montanha	1.542,6	29.086.378,8	18.856
51º	Ibitirama	1.540,4	14.230.465,8	9.238
52º	Domingos Martins	1.529,1	49.626.837,2	32.455
53º	Castelo	1.528,9	50.779.068,8	33.212
54º	Santa Maria de Jetibá	1.515,6	51.409.903,4	33.921
55º	Pancas	1.506,3	27.861.523,3	18.497
56º	Pinheiros	1.497,2	35.744.505,9	23.874
57º	São Mateus	1.489,4	151.337.397,5	101.613
58º	Bom Jesus do Norte	1.478,0	14.295.373,2	9.672
59º	Ecoporanga	1.467,4	35.056.676,0	23.891
60º	Rio Novo do Sul	1.451,3	16.612.922,0	11.447
61º	Viana	1.441,2	87.667.206,8	60.829
62º	Baixo Guandu	1.433,7	42.853.564,8	29.891
63º	Colatina	1.417,4	157.851.535,8	111.365
64º	Nova Venécia	1.405,4	65.144.886,4	46.354
65º	São Gabriel da Palha	1.391,7	42.592.507,1	30.604
66º	Ibatiba	1.364,5	27.932.585,8	20.471
67º	Mimoso do Sul	1.348,5	36.576.768,7	27.124
68º	Marataízes	1.336,1	43.424.573,0	32.502
69º	Sooretama	1.327,8	31.549.437,2	23.761
70º	Pedro Canário	1.321,4	32.247.769,2	24.404
71º	Iúna	1.317,9	34.579.073,8	26.239
72º	Muqui	1.314,1	18.892.408,7	14.377
73º	Guarapari	1.296,9	135.565.324,1	104.534
74º	Afonso Cláudio	1.286,3	40.370.635,9	31.384
75º	Barra de São Francisco	1.235,7	51.459.713,8	41.645
76º	Vila Velha	1.089,8	450.691.632,0	413.548
77º	Cachoeiro de Itapemirim	1.089,4	219.258.092,2	201.259
78º	Cariacica	785,7	287.447.195,7	365.859
TOTAL		1.661,1	5.792.570.457,6	3.487.199

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES. População para 2009 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). Nota: [a]receita total ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

▶ Despesa total - 2004-2009

Regiões e municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Partic. desp. total 2009	Desp. total per capita 2009
	em R$ mil - IPCA médio de 2009						em %		em R$
MS Noroeste	**353.450,7**	**433.985,8**	**531.192,7**	**545.320,7**	**629.348,5**	**607.547,0**	**-3,5**	**10,5**	**1.491,9**
Água Doce do Norte	11.389,4	13.413,9	16.861,9	17.257,4	19.568,1	19.293,2	-1,4	0,3	1.595,7
Águia Branca	11.839,7	12.927,8	13.988,6	15.217,5	19.365,9	16.209,2	-16,3	0,3	1.705,7
Alto Rio Novo	8.353,5	9.717,4	11.252,7	12.141,4	14.506,3	15.151,4	4,4	0,3	2.454,9
Baixo Guandu	26.462,7	41.314,9	46.672,4	43.543,4	46.104,8	44.368,8	-3,8	0,8	1.484,4
Barra de São Francisco	27.398,0	28.059,1	40.640,6	46.607,9	57.043,3	54.796,1	-3,9	0,9	1.315,8
Boa Esperança	15.428,8	16.931,9	19.334,3	19.748,3	24.378,6	23.245,0	-4,6	0,4	1.771,9
Colatina	95.596,6	116.350,6	134.251,9	148.821,4	151.795,7	154.194,6	1,6	2,7	1.384,6
Ecoporanga	24.567,7	25.381,2	31.225,6	29.521,5	37.106,3	36.199,3	-2,4	0,6	1.515,2
Governador Lindenberg	12.023,9	14.799,3	17.797,4	17.400,6	21.738,6	18.707,1	-13,9	0,3	1.795,3
Mantenópolis	11.354,2	15.165,5	16.349,1	17.750,1	21.197,0	18.782,2	-11,4	0,3	1.615,0
Marilândia	12.257,4	13.357,6	17.996,2	16.142,8	18.282,4	17.936,2	-1,9	0,3	1.680,0
Nova Venécia	34.945,9	42.927,3	54.252,6	52.991,1	65.095,8	67.629,6	3,9	1,2	1.459,0
Pancas	17.219,1	20.524,4	26.907,3	25.035,7	27.733,7	26.686,7	-3,8	0,5	1.442,8
São Domingos do Norte	8.500,5	10.833,5	15.181,2	14.468,0	18.247,5	15.170,9	-16,9	0,3	1.849,0
São Gabriel da Palha	13.739,4	23.683,6	33.292,2	31.024,8	42.213,6	38.997,3	-7,6	0,7	1.274,3
Vila Pavão	8.337,7	11.029,7	15.898,3	17.100,2	17.605,6	16.546,2	-6,0	0,3	1.813,1
Vila Valério	14.036,0	17.568,1	19.290,4	20.548,4	27.365,2	23.633,3	-13,6	0,4	1.682,3
MS Litoral Norte	**651.905,9**	**725.301,0**	**869.014,7**	**946.605,7**	**1.087.821,3**	**1.009.208,0**	**-7,2**	**17,4**	**1.916,7**
Aracruz	169.408,9	148.674,8	217.165,4	229.366,3	234.661,0	219.099,2	-6,6	3,8	2.785,5
Conceição da Barra	28.892,7	37.965,1	38.212,7	44.256,2	50.528,8	47.697,4	-5,6	0,8	1.762,7
Fundão	15.188,3	18.597,5	25.207,9	30.721,9	34.990,6	32.674,4	-6,6	0,6	1.988,6
Ibiraçu	12.620,5	14.942,1	17.989,7	20.295,7	21.444,1	20.520,1	-4,3	0,4	1.913,5
Jaguaré	44.010,5	52.244,8	47.843,1	49.232,8	52.980,1	46.862,7	-11,5	0,8	1.996,5
João Neiva	20.500,1	21.611,2	28.506,8	28.928,8	33.624,0	28.938,5	-13,9	0,5	1.979,2
Linhares	147.619,3	184.178,0	203.988,5	228.929,4	301.219,5	268.028,4	-11,0	4,6	2.020,4
Montanha	18.798,8	21.224,8	25.619,4	27.890,0	32.755,5	28.583,8	-12,7	0,5	1.515,9
Mucurici	9.565,1	10.702,6	12.696,7	14.891,6	14.699,9	13.088,6	-11,0	0,2	2.214,7
Pedro Canário	20.603,8	23.396,8	22.060,2	29.919,3	29.514,7	30.994,7	5,0	0,5	1.270,1
Pinheiros	18.507,0	24.540,4	30.216,8	40.176,4	47.631,0	35.973,1	-24,5	0,6	1.506,8
Ponto Belo	7.942,1	12.645,9	13.104,6	12.332,9	16.049,3	14.126,7	-12,0	0,2	1.949,3
Rio Bananal	18.697,5	20.722,4	23.889,5	25.433,3	33.096,5	31.789,7	-3,9	0,5	1.843,2
São Mateus	103.593,7	113.710,0	131.716,3	136.266,4	150.474,0	158.079,4	5,1	2,7	1.555,7
Sooretama	15.957,6	20.144,5	30.797,0	27.964,5	34.152,5	32.751,3	-4,1	0,6	1.378,4
MS Central	**325.453,1**	**383.906,2**	**476.610,6**	**530.476,9**	**613.905,1**	**587.166,8**	**-4,4**	**10,1**	**1.896,0**
Afonso Cláudio	24.353,7	28.447,5	33.097,9	36.585,7	41.136,3	40.279,1	-2,1	0,7	1.283,4
Alfredo Chaves	11.198,1	13.585,3	18.464,8	22.115,5	27.286,2	27.451,2	0,6	0,5	1.882,2
Anchieta	53.802,0	55.145,9	75.383,9	98.086,6	113.535,5	108.991,2	-4,0	1,9	5.388,7
Brejetuba	10.553,4	14.423,5	17.093,6	20.003,9	23.019,9	21.697,2	-5,7	0,4	1.955,2
Conceição do Castelo	13.213,3	16.021,4	22.364,8	24.122,9	23.342,1	22.146,3	-5,1	0,4	1.868,7
Domingos Martins	31.251,1	36.441,9	43.952,2	41.808,6	48.687,3	51.350,1	5,5	0,9	1.582,2
Iconha	13.614,3	16.921,1	19.654,2	21.926,1	27.464,9	22.341,9	-18,7	0,4	1.877,3
Itaguaçu	12.391,4	16.069,1	20.791,0	23.077,6	25.386,4	22.866,3	-9,9	0,4	1.613,6
Itarana	10.213,1	11.985,0	17.749,4	16.691,4	22.445,7	18.353,4	-18,2	0,3	1.720,6
Laranja da Terra	11.324,0	12.918,8	15.385,0	16.556,3	20.267,3	18.237,5	-10,0	0,3	1.637,7
Marechal Floriano	17.180,2	18.908,4	23.215,1	24.747,5	27.022,9	26.187,6	-3,1	0,5	1.968,7
Piúma	13.856,7	19.170,7	23.369,6	24.091,7	26.568,8	27.480,8	3,4	0,5	1.596,6
Rio Novo do Sul[a]	11.525,7	12.619,7	14.870,1	14.612,9	17.262,9	16.315,7	-5,5	0,3	1.425,3
Santa Leopoldina	14.665,0	16.824,5	19.014,0	20.557,3	26.274,9	23.671,3	-9,9	0,4	1.857,6
Santa Maria de Jetibá	28.833,7	33.499,4	38.556,9	43.511,3	50.882,2	49.194,4	-3,3	0,8	1.450,3
Santa Teresa	20.338,9	25.771,9	31.665,7	34.368,8	39.811,0	40.258,4	1,1	0,7	1.940,9
São Roque do Canaã	9.120,4	10.762,5	13.945,1	14.483,4	17.938,3	17.683,1	-1,4	0,3	1.634,7
Venda Nova do Imigrante	18.018,3	24.389,6	28.037,4	33.129,5	35.572,5	32.661,5	-8,2	0,6	1.630,8
Região Metropolitana	**1.485.539,4**	**1.612.721,1**	**2.026.774,2**	**2.553.088,8**	**2.735.997,4**	**2.761.748,2**	**0,9**	**47,6**	**1.654,1**
Cariacica	137.957,4	166.190,0	183.406,6	269.463,4	270.869,3	267.604,1	-1,2	4,6	731,4
Guarapari	72.501,7	82.440,2	100.573,8	103.506,1	100.612,2	130.834,1	30,0	2,3	1.251,6
Serra	319.673,7	392.450,7	500.734,3	578.028,8	655.166,3	677.467,8	3,4	11,7	1.674,0
Viana	46.890,4	56.454,5	78.171,5	75.162,3	84.657,8	86.089,0	1,7	1,5	1.415,3
Vila Velha	264.170,5	275.996,1	336.987,6	375.074,3	478.849,4	432.097,7	-9,8	7,4	1.044,9
Vitória	644.345,6	639.189,6	826.900,5	1.151.854,0	1.145.842,4	1.167.655,5	1,9	20,1	3.647,1
MS Sul	**494.606,3**	**574.489,5**	**662.941,2**	**743.603,3**	**906.691,4**	**838.581,9**	**-7,5**	**14,4**	**1.460,6**
Alegre	33.907,4	32.922,6	36.485,6	41.903,0	48.961,7	48.670,7	-0,6	0,8	1.562,8
Apiacá	8.069,4	10.328,9	11.706,4	13.138,6	15.399,1	13.488,8	-12,4	0,2	1.711,1
Atílio Vivacqua	14.160,2	14.470,7	15.492,8	15.947,5	18.543,0	19.065,2	2,8	0,3	2.036,7
Bom Jesus do Norte	8.764,0	9.907,2	11.489,6	12.071,8	16.751,8	14.165,0	-15,4	0,2	1.464,5
Cachoeiro de Itapemirim	136.152,7	154.240,0	161.810,9	193.282,8	235.274,9	201.177,0	-14,5	3,5	999,6
Castelo	31.932,9	36.102,9	41.181,6	47.872,8	52.871,5	50.779,1	-4,0	0,9	1.528,9
Divino de São Lourenço	6.360,4	7.796,3	9.153,9	9.936,5	11.060,2	9.661,1	-12,7	0,2	1.928,0
Dores do Rio Preto	7.397,0	9.135,0	9.838,5	11.616,6	12.551,8	11.592,7	-7,6	0,2	1.842,2
Guaçuí	23.676,2	23.941,3	31.462,0	36.831,1	45.528,6	45.202,5	-0,7	0,8	1.690,3
Ibatiba	18.202,2	20.421,6	25.911,4	26.758,3	29.393,9	27.615,8	-6,0	0,5	1.349,0
Ibitirama	9.431,7	11.460,1	13.567,1	15.367,9	18.304,8	14.435,7	-21,1	0,2	1.562,6
Irupi	11.165,2	12.604,9	15.989,7	16.285,4	18.196,7	17.244,5	-5,2	0,3	1.606,4
Itapemirim	31.286,1	44.188,3	52.114,1	54.190,8	72.663,1	64.553,8	-11,2	1,1	1.970,4
Iúna	20.442,4	23.477,8	30.543,4	33.012,0	36.819,0	34.163,5	-7,2	0,6	1.302,0
Jerônimo Monteiro	10.227,1	12.424,2	15.741,4	15.155,6	17.539,4	16.375,4	-6,6	0,3	1.457,5
Marataízes	19.154,2	22.313,0	28.585,1	34.630,8	44.768,5	40.557,0	-9,4	0,7	1.247,8
Mimoso do Sul	21.716,4	26.714,0	32.686,6	33.627,9	37.680,6	37.957,9	0,7	0,7	1.399,4
Muniz Freire	17.119,4	19.544,2	26.173,6	28.432,4	33.428,0	32.990,6	-1,3	0,6	1.797,1
Muqui	12.419,2	15.247,7	17.030,7	19.611,5	22.419,7	21.207,6	-5,4	0,4	1.475,1
Presidente Kennedy	21.870,2	30.169,4	30.144,8	37.388,7	65.188,6	59.857,2	-8,2	1,0	5.490,0
São José do Calçado	12.258,7	13.927,1	19.307,9	18.055,0	20.758,2	20.119,6	-3,1	0,3	1.834,9
Vargem Alta	18.893,2	23.152,3	26.524,1	28.486,2	32.588,1	37.701,0	15,7	0,6	2.022,9
TOTAL	**3.310.955,4**	**3.730.403,6**	**4.566.533,4**	**5.319.095,5**	**5.973.763,8**	**5.804.251,8**	**-2,8**	**100,0**	**1.664,4**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: [a]os dados sobre a despesa do município não estavam consolidados em 2009.

Junto com as realizações do setor atacadista e distribuidor vem um Espírito Santo mais forte. É contribuindo de forma econômica e sociocultural, por meio das ações do Sincades e do Instituto Sincades, que participamos do desenvolvimento do nosso Estado.

Entidade filiada a:

ABAD

SISTEMA FECOMERCIO ES SESC SENAC

SINCADES
SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA E DISTRIBUIDOR DO ESPÍRITO SANTO
www.sincades.com.br

INSTITUTO SINCADES
INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL E CULTURAL
www.institutosincades.org.br

▶ Resultado orçamentário[a] - 2004-2009

Regiões e municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Resultado 2009 / Rec. total[b] 2009 em %	Ativo financeiro – Passivo financeiro	
								2008	2009
	em R$ mil - IPCA médio de 2009							em R$ mil - IPCA médio de 2009	
MS Noroeste	**27.871,5**	**29.146,5**	**-6.696,2**	**12.960,0**	**12.270,8**	**2.436,3**	**0,4**	**61.691,1**	**66.086,4**
Água Doce do Norte	-18,2	720,8	0,6	-872,7	918,5	46,1	0,2	995,5	1.134,5
Águia Branca	25,1	1.151,1	1.798,2	190,8	111,1	1.276,3	7,3	4.284,1	5.360,8
Alto Rio Novo	193,0	230,9	0,5	1,1	245,0	-2.170,0	-16,7	824,6	-295,4
Baixo Guandu	7.002,2	-582,1	-4.568,6	0,3	2.314,7	-1.515,3	-3,5	4.478,9	2.977,9
Barra de São Francisco	794,9	6.660,9	313,2	1.091,9	139,1	-3.336,3	-6,5	2.616,1	307,4
Boa Esperança	1.090,2	1.953,3	-504,8	1.769,6	1.051,3	225,8	1,0	5.343,6	5.371,5
Colatina	4.331,3	3.613,6	727,9	1.441,7	3.771,4	3.657,0	2,3	13.387,9	16.889,8
Ecoporanga	439,8	2.619,9	-1.048,0	2.116,2	-676,4	-1.142,6	-3,3	4.763,1	3.380,9
Governador Lindenberg	471,8	1.039,2	-1.515,4	147,5	-1.536,3	301,5	1,6	-767,1	-434,3
Mantenópolis	1.132,9	-182,0	957,7	1.450,4	-598,0	1.186,1	5,9	1.722,9	3.265,2
Marilândia	-417,2	472,4	-883,0	-129,7	9,2	1.053,0	5,5	564,2	1.564,6
Nova Venécia	2.979,7	3.943,2	-54,7	3.506,3	3.571,1	-2.484,7	-3,8	10.825,8	8.358,5
Pancas	1.142,0	1.714,8	637,6	260,3	2.845,0	1.174,8	4,2	3.936,1	4.943,7
São Domingos do Norte	732,7	1.279,3	-2.112,1	145,9	-600,4	194,9	1,3	440,5	661,4
São Gabriel da Palha	6.072,3	3.784,6	-1.128,1	2.915,5	1.746,8	3.595,2	8,4	8.319,5	12.086,4
Vila Pavão	621,7	245,0	526,3	-1.780,8	50,8	150,1	0,9	-262,3	69,5
Vila Valério	1.277,3	481,9	156,4	705,6	-1.091,9	224,4	0,9	217,7	443,9
MS Litoral Norte	**-6.711,8**	**35.653,2**	**19.616,8**	**5.738,5**	**78.075,1**	**4.464,1**	**0,4**	**136.798,6**	**154.687,4**
Aracruz	-4.550,3	37.142,9	4.458,1	-1.391,1	19.319,9	6.236,4	2,8	56.884,1	73.422,0
Conceição da Barra	1.667,4	-1.430,9	1.915,2	3.860,0	2.212,4	-1.734,4	-3,8	2.758,5	2.861,5
Fundão	858,7	1.225,5	533,9	-1.496,9	166,4	-3.271,5	-11,1	1.380,8	-2.538,7
Ibiraçu	1.365,3	1.975,8	1.186,9	973,9	2.164,7	909,0	4,2	9.116,9	9.505,6
Jaguaré	-2.950,5	-2.965,4	3.411,1	-2.323,6	1.369,2	840,1	1,8	1.256,8	2.467,9
João Neiva	1.163,9	2.926,0	330,0	1.441,6	1.131,9	1.192,3	4,0	7.149,2	7.972,4
Linhares	150,3	-7.561,4	1.286,8	448,7	19.651,9	1.730,3	0,6	31.540,6	33.324,5
Montanha	256,2	1.440,6	1.785,2	-1.520,2	-1.289,6	502,5	1,7	782,8	1.265,6
Mucurici	-10,0	645,8	1.647,9	-1.154,4	520,9	686,1	5,0	2.305,2	2.883,8
Pedro Canário	-4.495,1	-3.244,6	2.326,2	-2.791,0	2.680,9	1.253,1	3,9	-5.257,5	-948,4
Pinheiros	714,0	-106,7	1.640,1	1.475,9	-1.178,6	-228,6	-0,6	1.777,5	1.491,5
Ponto Belo	67,4	76,9	97,2	1.338,2	-287,2	559,3	3,8	178,6	729,5
Rio Bananal	-221,3	3.091,3	1.972,6	4.492,8	1.977,2	3.733,4	10,5	16.485,2	19.722,1
São Mateus	-1.974,8	1.422,0	-710,1	996,8	29.543,0	-6.742,0	-4,5	6.915,4	490,9
Sooretama	1.247,0	1.015,3	-2.264,4	1.387,5	92,1	-1.201,8	-3,8	3.524,5	2.037,3
MS Central	**17.972,4**	**23.703,1**	**19.411,9**	**17.487,5**	**5.123,9**	**2.001,5**	**0,3**	**85.677,5**	**84.963,0**
Afonso Cláudio	1.536,0	1.318,0	1.254,1	-181,5	124,0	91,5	0,2	3.043,0	3.286,3
Alfredo Chaves	1.247,3	1.095,1	1.172,7	-183,5	873,5	-1.824,1	-7,1	3.078,2	1.141,9
Anchieta	-1.265,6	7.329,1	6.492,1	8.852,7	-4.639,2	6.945,7	6,0	21.759,8	23.281,9
Brejetuba	1.800,5	-27,1	14,4	449,4	-413,6	-611,8	-2,9	1.043,7	652,9
Conceição do Castelo	349,8	1.917,8	-915,4	-2.175,0	2.716,8	15,0	0,1	3.313,2	3.174,5
Domingos Martins	1.712,2	2.966,3	2.424,4	5.267,9	5.250,2	-1.723,2	-3,5	19.847,9	19.177,6
Iconha	583,5	-1.329,5	2.492,0	2.042,9	-1.404,0	715,5	3,1	3.580,7	4.165,6
Itaguaçu	2.091,1	1.651,3	1.166,3	141,6	1.224,8	156,2	0,7	4.094,5	5.093,9
Itarana	1.099,6	1.373,7	-309,6	-76,0	-1.461,0	1.295,6	6,6	70,9	1.677,3
Laranja da Terra	375,8	872,8	371,5	574,9	-596,1	24,2	0,1	1.183,6	1.152,6
Marechal Floriano	479,4	488,5	442,1	15,3	-557,1	-779,1	-3,1	926,9	104,6
Piúma	992,3	328,7	99,1	1.708,4	365,1	1.688,8	5,8	2.631,4	4.297,7
Rio Novo do Sul[c]	-59,2	94,6	-621,9	215,2	276,6	297,3	1,8	-1.763,5	-507,3
Santa Leopoldina	945,0	1.056,3	27,2	663,0	-1.280,6	-2.174,5	-10,1	616,4	-1.185,4
Santa Maria de Jetibá	1.624,7	1.916,8	51,9	1.656,4	4.713,1	2.215,5	4,3	11.116,8	13.092,7
Santa Teresa	1.602,2	2.251,8	3.453,4	-121,3	154,4	-4.831,2	-13,6	8.264,7	3.226,3
São Roque do Canaã	605,5	1.141,2	337,3	67,0	168,0	494,3	2,7	1.866,0	2.273,3
Venda Nova do Imigrante	2.252,4	-742,4	1.460,3	-1.430,2	-390,8	5,9	0,0	1.003,5	856,4
Região Metropolitana	**61.030,6**	**176.483,0**	**62.534,6**	**-115.795,6**	**48.970,1**	**-78.751,4**	**-2,9**	**388.752,1**	**428.520,2**
Cariacica	12.118,6	14.559,5	29.653,9	-15.064,3	11.886,6	19.843,1	6,9	74.534,8	85.038,1
Guarapari	5.388,7	6.197,8	2.959,5	11.240,7	31.812,2	4.731,3	3,5	13.760,0	26.233,5
Serra	6.699,1	16.752,4	13.696,3	-8.493,8	12.804,8	-34.829,0	-5,4	22.922,6	92.997,1
Viana	1.982,4	5.907,9	15,0	641,4	1.121,0	1.578,2	1,8	11.200,9	13.128,6
Vila Velha	-10.266,2	16.639,0	2.934,0	1.847,5	-12.040,9	18.593,9	4,1	20.989,1	43.975,3
Vitória	45.108,0	116.426,4	13.275,9	-105.967,1	3.386,5	-88.668,8	-8,2	245.344,6	167.147,6
MS Sul	**16.961,6**	**-200,9**	**8.717,7**	**13.839,4**	**49.078,8**	**58.168,1**	**6,5**	**127.066,9**	**191.920,3**
Alegre	-1.945,6	-3,3	4.332,5	298,7	142,5	3.098,5	6,0	3.649,2	6.297,6
Apiacá	482,5	401,5	-283,3	680,7	-530,0	0,2	0,0	465,9	459,3
Atílio Vivacqua	198,3	309,4	-92,5	212,9	17,6	6,8	0,0	622,8	717,2
Bom Jesus do Norte	-11,5	517,1	150,1	8,6	-524,1	130,4	0,9	182,4	304,3
Cachoeiro de Itapemirim	584,6	-11.359,2	1.217,6	6.799,5	-2.352,5	18.081,1	8,2	37.933,2	58.672,5
Castelo	155,9	1.169,1	-433,8	-2.596,1	4.276,7	0,0	0,0	7.330,4	7.018,6
Divino de São Lourenço	484,2	2,6	351,3	-216,4	97,4	-325,8	-3,5	358,5	15,9
Dores do Rio Preto	828,1	473,9	1.142,8	297,7	1.280,0	621,5	5,1	4.717,0	5.107,4
Guaçuí	-230,4	632,6	-1.357,8	-524,1	1.125,5	-1.308,1	-3,0	2.094,0	3.692,6
Ibatiba	637,6	1.061,6	-1.099,3	-1.902,0	-163,8	316,8	1,1	-6.310,7	-889,4
Ibitirama	518,9	377,7	501,0	1.529,2	-1.296,0	-205,2	-1,4	1.354,8	1.221,7
Irupi	-435,9	180,7	-1.316,1	-548,9	216,6	-184,2	-1,1	-499,9	-563,3
Itapemirim	3.828,4	1.920,3	1.675,7	8.272,4	2.986,9	359,5	0,6	18.594,6	19.396,0
Iúna	-287,7	1.441,2	581,8	-973,8	37,9	415,6	1,2	418,0	851,1
Jerônimo Monteiro	551,7	-785,4	-129,6	935,3	1.418,1	1.020,4	5,9	2.948,0	3.287,1
Marataízes	682,6	1.506,0	519,2	1.562,3	86,9	2.867,5	6,6	3.244,4	5.999,7
Mimoso do Sul	962,9	73,6	82,3	1.007,9	616,3	-1.381,1	-3,8	232,0	-1.160,0
Muniz Freire	307,5	955,7	439,2	118,2	1.948,7	0,5	0,0	3.199,0	3.230,0
Muqui	1.077,6	9,7	398,9	-469,4	256,0	-2.315,2	-12,3	1.707,8	-621,0
Presidente Kennedy	5.182,3	-1.796,9	-1.746,4	-754,5	35.647,0	38.654,4	39,2	36.028,9	73.233,3
São José do Calçado	1.608,4	680,6	1.561,0	200,3	158,1	168,6	0,8	1.960,0	1.525,0
Vargem Alta	1.781,0	2.030,5	2.223,2	-99,1	3.632,9	-1.854,0	-5,2	6.836,6	4.125,0
TOTAL	**117.124,2**	**264.785,0**	**103.584,7**	**-65.770,3**	**193.518,7**	**-11.681,4**	**-0,2**	**799.986,2**	**926.177,4**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Notas: [a]equivale à receita total menos a despesa total, ajustadas dos efeitos do Fundef / Fundeb. [b]receita total ajustada dos efeitos do Fundef / Fundeb. (Ver "Notas metodológicas", na página 4). [c]os dados sobre a despesa do município não estavam consolidados em 2009.

Meio bilhão em obras.
É assim que se faz qualidade de vida na Serra.

A Prefeitura da Serra alcançou o maior investimento em obras públicas da história da cidade. Meio bilhão de reais estão sendo investidos na construção de escolas, centros de educação infantil, unidades de saúde, prontos-atendimentos, centros de vivência, galerias, além de realizar pavimentação e drenagem de diversas vias públicas, entre outros. É através do Orçamento Participativo que os moradores do município decidem, em conjunto com o poder público, as obras e os serviços a serem realizados.

É assim que a Serra cresce, investindo em você.

PREFEITURA DA SERRA
CIDADE DA GENTE
www.serra.es.gov.br

▶ Quadro comparativo da receita e da despesa - 2009

em R$ mil

Regiões e municípios	Receita total[a]	Receita tributária	ISS	IPTU	IRRF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal[b]	Custeio[c]	Investimentos[d]	População 2009 - IBGE
MS Noroeste	**609.983,3**	**32.585,0**	**15.911,7**	**3.692,7**	**5.833,0**	**2.845,7**	**4.243,9**	**144.715,8**	**180.116,5**	**607.547,0**	**308.225,5**	**226.227,1**	**62.579,6**	**407.237**
Água Doce do Norte	19.339,3	556,4	127,5	46,5	210,0	75,2	39,4	5.847,1	5.384,0	19.293,2	10.922,7	5.702,8	2.374,7	12.091
Águia Branca	17.485,5	426,4	198,7	26,4	109,1	51,8	40,5	4.385,3	6.184,8	16.209,2	8.497,2	5.674,4	1.857,6	9.503
Alto Rio Novo	12.981,4	446,1	250,2	43,3	98,7	25,0	28,9	4.385,3	3.685,4	15.151,4	7.582,4	5.460,7	1.910,0	6.172
Baixo Guandu	42.853,6	1.995,4	594,5	293,2	463,4	193,2	451,0	10.232,4	11.269,7	44.368,8	21.187,7	18.702,1	3.815,9	29.891
Barra de São Francisco	51.459,7	3.420,7	1.227,7	406,8	847,8	358,2	580,2	13.156,0	14.644,5	54.796,1	33.150,1	16.781,3	3.304,2	41.645
Boa Esperança	23.470,8	716,2	209,1	107,8	237,6	92,1	69,4	5.847,1	6.327,5	23.245,0	11.501,6	7.016,0	4.083,9	13.119
Colatina	157.851,5	13.933,5	8.624,7	1.826,1	1.197,5	972,6	1.312,6	23.388,4	37.748,9	154.194,6	74.518,9	60.018,2	16.428,0	111.365
Ecoporanga	35.056,7	982,1	339,0	25,6	293,6	208,5	115,4	10.232,4	13.700,3	36.199,3	18.128,7	14.663,5	2.787,2	23.891
Governador Lindenberg	19.008,7	493,8	180,5	23,5	203,0	32,9	54,0	5.847,1	7.986,2	18.707,1	9.005,7	6.458,1	3.224,4	10.420
Mantenópolis	19.968,3	568,6	116,0	87,3	177,1	100,3	87,8	5.847,1	4.755,3	18.782,2	9.550,6	7.345,9	1.498,4	11.630
Marilândia	18.989,2	828,3	441,1	49,7	251,5	56,7	29,3	5.847,1	6.790,0	17.936,2	9.446,2	7.503,2	870,6	10.676
Nova Venécia	65.144,9	3.374,0	1.584,1	370,5	727,0	263,7	428,5	14.617,8	17.845,6	67.629,6	36.509,8	23.424,4	6.867,7	46.354
Pancas	27.861,5	1.180,4	446,2	105,5	356,5	109,2	163,0	8.770,7	7.852,9	26.686,7	14.175,4	9.183,4	2.721,8	18.497
São Domingos do Norte	15.365,8	490,8	287,7	23,6	65,7	64,0	49,9	4.385,3	6.874,4	15.170,9	7.273,9	6.049,2	1.651,2	8.205
São Gabriel da Palha	42.592,5	2.026,7	684,8	201,9	350,1	173,0	616,9	10.232,4	12.503,4	38.997,3	19.362,4	14.805,5	4.546,9	30.604
Vila Pavão	16.696,3	310,3	88,5	36,1	112,1	23,8	49,7	4.385,3	6.080,1	16.546,2	8.651,0	5.854,0	1.594,2	9.126
Vila Valério	23.857,6	835,5	511,4	18,7	132,3	45,6	127,5	7.308,9	10.483,5	23.633,3	8.761,1	11.584,3	3.042,9	14.048
MS Litoral Norte	**1.013.672,1**	**139.680,9**	**111.731,4**	**5.323,2**	**12.690,9**	**4.036,5**	**5.382,8**	**160.795,4**	**264.296,7**	**1.009.208,0**	**504.014,2**	**387.967,8**	**96.933,6**	**526.541**
Aracruz	225.335,6	42.785,2	38.013,2	1.204,4	2.249,3	325,6	992,7	19.003,1	75.726,4	219.099,2	108.023,2	86.401,3	17.532,4	78.658
Conceição da Barra	45.963,0	4.496,1	3.543,9	169,2	550,3	103,2	129,5	10.232,4	12.048,6	47.697,4	29.082,7	14.439,2	3.336,0	27.059
Fundão	29.402,9	4.417,3	3.258,7	330,1	546,4	179,9	102,2	7.308,9	4.881,8	32.674,4	17.641,9	13.382,0	1.064,4	16.431
Ibiraçu	21.429,0	1.762,9	1.303,4	118,5	170,0	49,5	121,4	5.847,1	5.284,8	20.520,1	10.199,0	6.977,9	2.838,2	10.724
Jaguaré	47.702,8	3.251,4	2.443,6	95,9	466,0	126,1	119,9	8.770,7	16.583,9	46.862,7	18.306,4	22.766,8	5.538,2	23.472
João Neiva	30.130,8	1.599,2	707,9	117,7	216,0	131,2	426,4	7.308,9	6.927,7	28.938,5	12.126,9	14.037,2	2.403,4	14.621
Linhares	269.758,7	49.527,9	39.742,5	2.391,0	4.554,7	1.395,1	1.444,6	26.312,0	56.806,3	268.028,4	130.735,8	97.182,2	35.052,7	132.664
Montanha	29.086,4	1.162,6	714,5	54,4	196,5	117,1	80,2	8.770,7	9.145,8	28.583,8	13.780,7	10.348,9	3.996,2	18.856
Mucurici	13.774,7	370,3	235,1	17,4	72,0	21,6	24,4	4.385,3	4.722,7	13.088,6	5.822,7	5.060,6	1.918,3	5.910
Pedro Canário	32.247,8	1.810,7	1.587,9	19,0	66,4	34,6	102,9	10.232,4	6.395,4	30.994,7	15.966,2	11.535,3	2.673,5	24.404
Pinheiros	35.744,5	2.533,7	1.128,9	32,2	521,6	227,7	107,3	8.770,7	10.150,2	35.973,1	19.399,3	12.189,2	3.826,6	23.874
Ponto Belo	14.686,0	372,6	183,9	19,3	93,9	43,4	32,2	4.385,3	4.092,6	14.126,7	6.522,3	5.215,2	2.054,3	7.247
Rio Bananal	35.523,1	1.068,9	287,5	116,5	484,6	129,9	50,4	8.770,7	11.229,6	31.789,7	17.170,6	9.949,7	4.151,9	17.247
São Mateus	151.337,4	23.727,5	18.196,5	612,2	2.260,9	1.070,9	1.587,0	21.926,6	31.259,3	158.079,4	83.277,0	65.523,5	7.197,8	101.613
Sooretama	31.549,4	794,5	384,1	25,4	242,4	80,8	61,8	8.770,7	9.041,7	32.751,3	15.959,4	12.958,8	3.349,5	23.761
MS Central	**589.168,3**	**67.793,3**	**49.539,7**	**5.405,0**	**4.885,7**	**3.521,4**	**3.821,1**	**137.407,0**	**186.610,2**	**587.166,8**	**272.081,9**	**228.201,6**	**76.993,5**	**309.685**
Afonso Cláudio	40.370,6	1.561,5	802,4	299,7	257,3	142,1	60,0	11.694,2	10.321,7	40.279,1	20.432,3	16.625,3	2.973,4	31.384
Alfredo Chaves	25.627,0	1.960,4	1.268,5	154,6	140,9	143,4	253,0	7.308,9	6.550,5	27.451,2	9.896,9	10.707,6	6.197,0	14.585
Anchieta	115.936,9	39.254,4	34.774,8	1.953,7	1.023,7	1.041,5	460,7	8.770,7	44.875,6	108.991,2	46.407,7	44.938,8	16.085,0	20.226
Brejetuba	21.085,4	492,5	257,1	11,0	183,3	23,1	18,0	5.847,1	8.583,1	21.697,2	10.816,3	9.129,6	1.533,4	11.097
Conceição do Castelo	22.161,2	1.027,4	285,6	154,9	277,7	73,0	71,3	5.847,1	8.684,5	22.146,3	11.823,8	7.352,3	2.725,4	11.851
Domingos Martins	49.626,8	4.346,5	2.892,6	333,6	301,7	485,0	333,5	11.694,2	13.966,8	51.350,1	24.484,8	16.928,6	9.051,8	32.455
Iconha	23.057,4	984,5	429,0	182,1	90,8	49,3	233,1	5.847,1	5.816,1	22.341,9	10.739,3	9.292,1	1.490,7	11.901

Regiões e municípios	Receita total[a]	Receita tributária	ISS	IPTU	IRRF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal[b]	Custeio[c]	Investimentos[d]	População 2009 - IBGE
Itaguaçu	23.022,5	1.108,6	382,2	152,2	201,6	174,9	197,7	7.308,9	6.677,0	22.866,3	11.025,6	9.697,3	1.837,2	14.171
Itarana	19.649,0	696,1	274,1	72,8	126,3	83,1	139,8	5.847,1	5.268,1	18.353,4	7.953,2	8.644,9	1.688,9	10.667
Laranja da Terra	18.261,7	464,3	129,5	26,8	167,1	71,2	69,8	5.847,1	5.731,9	18.237,5	9.171,9	5.755,6	2.794,9	11.136
Marechal Floriano	25.408,5	1.634,9	879,8	132,5	259,8	167,7	195,0	5.847,1	8.267,4	26.187,6	13.673,1	9.730,7	2.407,7	13.302
Piúma	29.169,6	5.762,1	3.552,9	1.013,0	376,9	271,8	479,7	8.770,7	2.965,5	27.480,8	14.431,5	8.469,5	3.344,3	17.212
Rio Novo do Sul[e]	16.612,9	840,7	382,4	100,5	44,1	59,0	254,8	5.847,1	4.689,5	16.315,7	8.879,9	5.219,9	2.024,1	11.447
Santa Leopoldina	21.496,8	1.072,2	641,7	20,2	263,2	100,6	46,4	5.847,1	6.845,0	23.671,3	11.245,9	8.460,5	3.414,1	12.743
Santa Maria de Jetibá	51.409,9	1.848,0	740,7	139,0	530,2	167,1	271,0	11.694,2	19.234,4	49.194,4	23.750,4	19.863,2	4.510,4	33.921
Santa Teresa	35.427,2	1.900,8	663,8	358,3	299,3	271,4	308,1	8.770,7	9.559,9	40.258,4	17.965,2	15.948,2	5.694,7	20.742
São Roque do Canaã	18.177,4	504,2	233,0	49,7	145,6	31,4	44,6	5.847,1	5.499,6	17.683,1	7.058,0	7.228,2	3.206,9	10.817
Venda Nova do Imigrante	32.667,4	2.334,1	949,6	250,4	196,1	165,9	384,6	8.770,7	13.073,5	32.661,5	12.326,3	14.209,2	6.013,7	20.028
Região Metropolitana	**2.682.996,8**	**681.065,0**	**436.053,3**	**82.211,5**	**55.755,6**	**50.479,0**	**56.565,6**	**218.227,3**	**830.536,4**	**2.761.748,2**	**1.276.505,9**	**940.872,5**	**480.710,0**	**1.669.614**
Cariacica	287.447,2	46.369,6	32.762,5	4.292,2	3.507,2	1.642,1	4.165,6	37.813,6	57.319,4	267.604,1	135.047,4	71.802,9	51.828,2	365.859
Guarapari	135.565,3	32.482,7	9.741,1	10.041,8	2.587,9	4.902,8	5.209,3	23.388,4	13.499,2	130.834,1	67.861,9	44.328,6	16.704,4	104.534
Serra	642.638,7	126.011,5	83.585,3	12.035,4	13.588,2	7.719,9	9.082,7	37.813,6	270.458,7	677.467,8	293.859,4	227.490,8	139.029,1	404.688
Viana	87.667,2	14.275,0	11.136,8	802,1	1.268,7	254,8	812,8	16.079,5	15.621,3	86.089,0	45.430,2	25.199,7	13.235,2	60.829
Vila Velha	450.691,6	126.577,4	66.693,9	17.844,5	6.858,1	15.817,6	19.363,2	37.813,6	103.323,5	432.097,7	197.620,6	165.116,6	56.015,0	413.548
Vitória	1.078.986,7	335.348,7	232.133,7	37.195,6	27.945,6	20.141,9	17.932,0	65.318,4	370.314,4	1.167.655,5	536.686,3	406.933,8	203.898,1	320.156
MS Sul	**896.749,9**	**61.545,3**	**29.907,9**	**10.004,2**	**8.557,6**	**4.224,9**	**6.246,1**	**198.609,0**	**195.190,5**	**838.581,9**	**430.218,9**	**313.983,4**	**77.027,8**	**574.122**
Alegre	51.769,2	6.232,8	3.799,6	275,1	321,1	172,9	631,9	11.694,2	8.098,4	48.670,7	26.802,5	17.544,9	3.250,6	31.143
Apiacá	13.489,1	368,1	139,2	53,0	85,6	19,7	67,6	4.385,3	3.148,1	13.488,8	7.422,0	4.638,1	1.231,8	7.883
Atílio Vivacqua	19.072,0	700,1	252,9	51,2	208,2	67,1	120,7	4.385,3	5.567,3	19.065,2	8.831,2	6.623,4	3.466,8	9.361
Bom Jesus do Norte	14.295,4	406,4	140,5	122,1	51,0	28,3	64,5	4.385,3	3.429,0	14.165,0	6.803,1	5.286,9	1.750,1	9.672
Cachoeiro de Itapemirim	219.258,1	27.044,5	13.883,4	5.662,7	3.527,1	1.849,5	2.121,7	37.813,6	55.085,0	201.177,0	114.411,2	71.432,8	7.771,4	201.259
Castelo	50.779,1	4.109,6	1.215,4	499,3	249,3	449,3	618,2	11.694,2	17.081,3	50.779,1	25.459,7	17.142,8	8.049,5	33.212
Divino de São Lourenço	9.335,2	198,8	78,3	30,2	40,1	30,6	19,7	4.385,3	2.999,9	9.661,1	5.055,4	3.737,0	669,5	5.011
Dores do Rio Preto	12.214,2	246,1	92,2	23,9	57,0	36,7	36,3	4.385,3	3.446,5	11.592,7	5.632,0	4.719,0	1.114,3	6.293
Guaçuí	43.894,4	1.720,6	636,0	349,7	253,4	165,4	316,0	10.232,4	6.486,3	45.202,5	24.122,6	14.507,5	5.974,0	26.743
Ibatiba	27.932,6	810,3	293,7	25,4	264,4	64,4	101,3	8.770,7	6.213,3	27.615,8	14.386,2	10.515,5	2.051,3	20.471
Ibitirama	14.230,5	506,3	152,3	35,0	171,1	68,1	79,6	4.385,3	3.927,5	14.435,7	8.051,8	5.415,3	852,8	9.238
Irupi	17.060,4	428,4	154,3	53,4	122,7	48,3	49,6	5.847,1	5.862,9	17.244,5	9.332,7	6.604,9	913,5	10.735
Itapemirim	64.913,3	2.960,9	1.496,1	412,8	647,6	159,5	244,9	11.694,2	10.740,0	64.553,8	31.323,8	22.807,7	9.089,7	32.761
Iúna	34.579,1	1.438,6	504,6	110,7	346,1	154,4	318,5	10.232,4	8.636,2	34.163,5	18.219,6	12.249,0	3.260,8	26.239
Jerônimo Monteiro	17.395,8	857,6	141,4	220,2	195,7	35,1	66,5	5.847,1	3.744,0	16.375,4	10.040,4	4.980,1	948,9	11.235
Marataízes	43.424,6	4.068,1	1.938,0	820,5	497,5	222,9	589,2	11.694,2	5.648,4	40.557,0	24.132,0	12.695,0	3.047,8	32.502
Mimoso do Sul	36.576,8	2.636,9	2.067,5	226,3	146,2	101,3	95,7	10.232,4	8.648,9	37.957,9	18.326,2	17.335,0	1.873,4	27.124
Muniz Freire	32.991,1	1.509,8	469,1	284,1	222,7	87,1	219,6	8.770,7	11.529,3	32.990,6	16.362,7	13.328,5	2.824,8	18.358
Muqui	18.892,4	558,7	283,4	85,3	54,6	51,7	83,7	7.308,9	4.340,8	21.207,6	8.985,4	9.726,0	1.456,3	14.377
Presidente Kennedy	98.511,7	2.098,4	856,9	227,0	706,1	113,0	195,3	5.847,1	7.513,3	59.857,2	21.206,1	31.078,2	7.356,7	10.903
São José do Calçado	20.288,2	1.101,6	594,1	329,2	105,0	44,8	28,6	5.847,1	4.759,8	20.119,6	9.185,3	7.926,0	2.795,8	10.965
Vargem Alta	35.847,0	1.543,0	718,9	107,1	285,1	254,8	177,1	8.770,7	8.284,3	37.701,0	16.127,2	13.689,9	7.278,2	18.637
TOTAL	**5.792.570,5**	**982.669,4**	**643.144,0**	**106.636,6**	**87.722,8**	**65.107,6**	**76.259,5**	**859.754,4**	**1.656.750,3**	**5.804.251,8**	**2.791.046,4**	**2.097.252,4**	**794.244,6**	**3.487.199**

Fontes: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). População estimada para 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísitca (IBGE). Notas: [a]receita total ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4). [b]inclui despesa com inativos, pensionistas e salário-família. [c]refere-se a toda a despesa corrente, exceto pessoal, inativos, pensionistas, salário-família e pagamento de juros da dívida. [d]inclui toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida. [e]os dados sobre a despesa do município não estavam consolidados em 2009.

▶ Quadro comparativo da receita e da despesa per capita - 2009

em R$

Regiões e municípios	Receita total[a]	Receita tributária	ISS	IPTU	IRRF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal[b]	Custeio[c]	Investimentos[d]	População 2009 - IBGE
MS Noroeste	**1.497,9**	**80,0**	**39,1**	**9,1**	**14,3**	**7,0**	**10,4**	**355,4**	**442,3**	**1.491,9**	**756,9**	**555,5**	**153,7**	**407.237**
Água Doce do Norte	1.599,5	46,0	10,5	3,8	17,4	6,2	3,3	483,6	445,3	1.595,7	903,4	471,7	196,4	12.091
Águia Branca	1.840,0	44,9	20,9	2,8	11,5	5,4	4,3	461,5	650,8	1.705,7	894,2	597,1	195,5	9.503
Alto Rio Novo	2.103,3	72,3	40,5	7,0	16,0	4,0	4,7	710,5	597,1	2.454,9	1.228,5	884,7	309,5	6.172
Baixo Guandu	1.433,7	66,8	19,9	9,8	15,5	6,5	15,1	342,3	377,0	1.484,4	708,8	625,7	127,7	29.891
Barra de São Francisco	1.235,7	82,1	29,5	9,8	20,4	8,6	13,9	315,9	351,7	1.315,8	796,0	403,0	79,3	41.645
Boa Esperança	1.789,1	54,6	15,9	8,2	18,1	7,0	5,3	445,7	482,3	1.771,9	876,7	534,8	311,3	13.119
Colatina	1.417,4	125,1	77,4	16,4	10,8	8,7	11,8	210,0	339,0	1.384,6	669,1	538,9	147,5	111.365
Ecoporanga	1.467,4	41,1	14,2	1,1	12,3	8,7	4,8	428,3	573,5	1.515,2	758,8	613,8	116,7	23.891
Governador Lindenberg	1.824,2	47,4	17,3	2,3	19,5	3,2	5,2	561,1	766,4	1.795,3	864,3	619,8	309,4	10.420
Mantenópolis	1.717,0	48,9	10,0	7,5	15,2	8,6	7,6	502,8	408,9	1.615,0	821,2	631,6	128,8	11.630
Marilândia	1.778,7	77,6	41,3	4,7	23,6	5,3	2,7	547,7	636,0	1.680,0	884,8	702,8	81,5	10.676
Nova Venécia	1.405,4	72,8	34,2	8,0	15,7	5,7	9,2	315,4	385,0	1.459,0	787,6	505,3	148,2	46.354
Pancas	1.506,3	63,8	24,1	5,7	19,3	5,9	8,8	474,2	424,6	1.442,8	766,4	496,5	147,1	18.497
São Domingos do Norte	1.872,7	59,8	35,1	2,9	8,0	7,8	6,1	534,5	837,8	1.849,0	886,5	737,3	201,2	8.205
São Gabriel da Palha	1.391,7	66,2	22,4	6,6	11,4	5,7	20,2	334,3	408,6	1.274,3	632,7	483,8	148,6	30.604
Vila Pavão	1.829,5	34,0	9,7	4,0	12,3	2,6	5,4	480,5	666,2	1.813,1	948,0	641,5	174,7	9.126
Vila Valério	1.698,3	59,5	36,4	1,3	9,4	3,2	9,1	520,3	746,3	1.682,3	623,7	824,6	216,6	14.048
MS Litoral Norte	**1.925,2**	**265,3**	**212,2**	**10,1**	**24,1**	**7,7**	**10,2**	**305,4**	**501,9**	**1.916,7**	**957,2**	**736,8**	**184,1**	**526.541**
Aracruz	2.864,8	543,9	483,3	15,3	28,6	4,1	12,6	241,6	962,7	2.785,5	1.373,3	1.098,4	222,9	78.658
Conceição da Barra	1.698,6	166,2	131,0	6,3	20,3	3,8	4,8	378,2	445,3	1.762,7	1.074,8	533,6	123,3	27.059
Fundão	1.789,5	268,8	198,3	20,1	33,3	10,9	6,2	444,8	297,1	1.988,6	1.073,7	814,4	64,8	16.431
Ibiraçu	1.998,2	164,4	121,5	11,1	15,9	4,6	11,3	545,2	492,8	1.913,5	951,0	650,7	264,7	10.724
Jaguaré	2.032,3	138,5	104,1	4,1	19,9	5,4	5,1	373,7	706,5	1.996,5	779,9	970,0	236,0	23.472
João Neiva	2.060,8	109,4	48,4	8,0	14,8	9,0	29,2	499,9	473,8	1.979,2	829,4	960,1	164,4	14.621
Linhares	2.033,4	373,3	299,6	18,0	34,3	10,5	10,9	198,3	428,2	2.020,4	985,5	732,5	264,2	132.664
Montanha	1.542,6	61,7	37,9	2,9	10,4	6,2	4,3	465,1	485,0	1.515,9	730,8	548,8	211,9	18.856
Mucurici	2.330,7	62,7	39,8	2,9	12,2	3,7	4,1	742,0	799,1	2.214,7	985,2	856,3	324,6	5.910
Pedro Canário	1.321,4	74,2	65,1	0,8	2,7	1,4	4,2	419,3	262,1	1.270,1	654,2	472,7	109,6	24.404
Pinheiros	1.497,2	106,1	47,3	1,3	21,8	9,5	4,5	367,4	425,2	1.506,8	812,6	510,6	160,3	23.874
Ponto Belo	2.026,5	51,4	25,4	2,7	13,0	6,0	4,4	605,1	564,7	1.949,3	900,0	719,6	283,5	7.247
Rio Bananal	2.059,7	62,0	16,7	6,8	28,1	7,5	2,9	508,5	651,1	1.843,2	995,6	576,9	240,7	17.247
São Mateus	1.489,4	233,5	179,1	6,0	22,3	10,5	15,6	215,8	307,6	1.555,7	819,6	644,8	70,8	101.613
Sooretama	1.327,8	33,4	16,2	1,1	10,2	3,4	2,6	369,1	380,5	1.378,4	671,7	545,4	141,0	23.761
MS Central	**1.902,5**	**218,9**	**160,0**	**17,5**	**15,8**	**11,4**	**12,3**	**443,7**	**602,6**	**1.896,0**	**878,6**	**736,9**	**248,6**	**309.685**
Afonso Cláudio	1.286,3	49,8	25,6	9,6	8,2	4,5	1,9	372,6	328,9	1.283,4	651,0	529,7	94,7	31.384
Alfredo Chaves	1.757,1	134,4	87,0	10,6	9,7	9,8	17,3	501,1	449,1	1.882,2	678,6	734,2	424,9	14.585
Anchieta	5.732,1	1.940,8	1.719,3	96,6	50,6	51,5	22,8	433,6	2.218,7	5.388,7	2.294,5	2.221,8	795,3	20.226
Brejetuba	1.900,1	44,4	23,2	1,0	16,5	2,1	1,6	526,9	773,5	1.955,2	974,7	822,7	138,2	11.097
Conceição do Castelo	1.870,0	86,7	24,1	13,1	23,4	6,2	6,0	493,4	732,8	1.868,7	997,7	620,4	230,0	11.851
Domingos Martins	1.529,1	133,9	89,1	10,3	9,3	14,9	10,3	360,3	430,3	1.582,2	754,4	521,6	278,9	32.455
Iconha	1.937,4	82,7	36,0	15,3	7,6	4,1	19,6	491,3	488,7	1.877,3	902,4	780,8	125,3	11.901

Regiões e municípios	Receita total[a]	Receita tributária	ISS	IPTU	IRRF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal[b]	Custeio[c]	Investimentos[d]	População 2009 - IBGE
Itaguaçu	1.624,6	78,2	27,0	10,7	14,2	12,3	13,9	515,8	471,2	1.613,6	778,0	684,3	129,6	14.171
Itarana	1.842,0	65,3	25,7	6,8	11,8	7,8	13,1	548,1	493,9	1.720,6	745,6	810,4	158,3	10.667
Laranja da Terra	1.639,9	41,7	11,6	2,4	15,0	6,4	6,3	525,1	514,7	1.637,7	823,6	516,8	251,0	11.136
Marechal Floriano	1.910,1	122,9	66,1	10,0	19,5	12,6	14,7	439,6	621,5	1.968,7	1.027,9	731,5	181,0	13.302
Piúma	1.694,7	334,8	206,4	58,9	21,9	15,8	27,9	509,6	172,3	1.596,6	838,5	492,1	194,3	17.212
Rio Novo do Sul[e]	1.451,3	73,4	33,4	8,8	3,8	5,2	22,3	510,8	409,7	1.425,3	775,7	456,0	176,8	11.447
Santa Leopoldina	1.686,9	84,1	50,4	1,6	20,7	7,9	3,6	458,8	537,2	1.857,6	882,5	663,9	267,9	12.743
Santa Maria de Jetibá	1.515,6	54,5	21,8	4,1	15,6	4,9	8,0	344,7	567,0	1.450,3	700,2	585,6	133,0	33.921
Santa Teresa	1.708,0	91,6	32,0	17,3	14,4	13,1	14,9	422,8	460,9	1.940,9	866,1	768,9	274,5	20.742
São Roque do Canaã	1.680,4	46,6	21,5	4,6	13,5	2,9	4,1	540,5	508,4	1.634,7	652,5	668,2	296,5	10.817
Venda Nova do Imigrante	1.631,1	116,5	47,4	12,5	9,8	8,3	19,2	437,9	652,8	1.630,8	615,5	709,5	300,3	20.028
Região Metropolitana	**1.607,0**	**407,9**	**261,2**	**49,2**	**33,4**	**30,2**	**33,9**	**130,7**	**497,4**	**1.654,1**	**764,6**	**563,5**	**287,9**	**1.669.614**
Cariacica	785,7	126,7	89,5	11,7	9,6	4,5	11,4	103,4	156,7	731,4	369,1	196,3	141,7	365.859
Guarapari	1.296,9	310,7	93,2	96,1	24,8	46,9	49,8	223,7	129,1	1.251,6	649,2	424,1	159,8	104.534
Serra	1.588,0	311,4	206,5	29,7	33,6	19,1	22,4	93,4	668,3	1.674,0	726,1	562,1	343,5	404.688
Viana	1.441,2	234,7	183,1	13,2	20,9	4,2	13,4	264,3	256,8	1.415,3	746,9	414,3	217,6	60.829
Vila Velha	1.089,8	306,1	161,3	43,1	16,6	38,2	46,8	91,4	249,8	1.044,9	477,9	399,3	135,4	413.548
Vitória	3.370,2	1.047,5	725,1	116,2	87,3	62,9	56,0	204,0	1.156,7	3.647,1	1.676,3	1.271,0	636,9	320.156
MS Sul	**1.562,0**	**107,2**	**52,1**	**17,4**	**14,9**	**7,4**	**10,9**	**345,9**	**340,0**	**1.460,6**	**749,4**	**546,9**	**134,2**	**574.122**
Alegre	1.662,3	200,1	122,0	8,8	10,3	5,6	20,3	375,5	260,0	1.562,8	860,6	563,4	104,4	31.143
Apiacá	1.711,2	46,7	17,7	6,7	10,9	2,5	8,6	556,3	399,4	1.711,1	941,5	588,4	156,3	7.883
Atílio Vivacqua	2.037,4	74,8	27,0	5,5	22,2	7,2	12,9	468,5	594,7	2.036,7	943,4	707,5	370,3	9.361
Bom Jesus do Norte	1.478,0	42,0	14,5	12,6	5,3	2,9	6,7	453,4	354,5	1.464,5	703,4	546,6	180,9	9.672
Cachoeiro de Itapemirim	1.089,4	134,4	69,0	28,1	17,5	9,2	10,5	187,9	273,7	999,6	568,5	354,9	38,6	201.259
Castelo	1.528,9	123,7	36,6	15,0	7,5	13,5	18,6	352,1	514,3	1.528,9	766,6	516,2	242,4	33.212
Divino de São Lourenço	1.863,0	39,7	15,6	6,0	8,0	6,1	3,9	875,1	598,7	1.928,0	1.008,9	745,8	133,6	5.011
Dores do Rio Preto	1.940,9	39,1	14,7	3,8	9,1	5,8	5,8	696,9	547,7	1.842,2	895,0	749,9	177,1	6.293
Guaçuí	1.641,3	64,3	23,8	13,1	9,5	6,2	11,8	382,6	242,5	1.690,3	902,0	542,5	223,4	26.743
Ibatiba	1.364,5	39,6	14,3	1,2	12,9	3,1	4,9	428,4	303,5	1.349,0	702,8	513,7	100,2	20.471
Ibitirama	1.540,4	54,8	16,5	3,8	18,5	7,4	8,6	474,7	425,2	1.562,6	871,6	586,2	92,3	9.238
Irupi	1.589,2	39,9	14,4	5,0	11,4	4,5	4,6	544,7	546,1	1.606,4	869,4	615,3	85,1	10.735
Itapemirim	1.981,4	90,4	45,7	12,6	19,8	4,9	7,5	357,0	327,8	1.970,4	956,1	696,2	277,5	32.761
Iúna	1.317,9	54,8	19,2	4,2	13,2	5,9	12,1	390,0	329,1	1.302,0	694,4	466,8	124,3	26.239
Jerônimo Monteiro	1.548,4	76,3	12,6	19,6	17,4	3,1	5,9	520,4	333,2	1.457,5	893,7	443,3	84,5	11.235
Marataízes	1.336,1	125,2	59,6	25,2	15,3	6,9	18,1	359,8	173,8	1.247,8	742,5	390,6	93,8	32.502
Mimoso do Sul	1.348,5	97,2	76,2	8,3	5,4	3,7	3,5	377,2	318,9	1.399,4	675,6	639,1	69,1	27.124
Muniz Freire	1.797,1	82,2	25,6	15,5	12,1	4,7	12,0	477,8	628,0	1.797,1	891,3	726,0	153,9	18.358
Muqui	1.314,1	38,9	19,7	5,9	3,8	3,6	5,8	508,4	301,9	1.475,1	625,0	676,5	101,3	14.377
Presidente Kennedy	9.035,3	192,5	78,6	20,8	64,8	10,4	17,9	536,3	689,1	5.490,0	1.945,0	2.850,4	674,7	10.903
São José do Calçado	1.850,3	100,5	54,2	30,0	9,6	4,1	2,6	533,3	434,1	1.834,9	837,7	722,8	255,0	10.965
Vargem Alta	1.923,4	82,8	38,6	5,7	15,3	13,7	9,5	470,6	444,5	2.022,9	865,3	734,6	390,5	18.637
TOTAL	**1.661,1**	**281,8**	**184,4**	**30,6**	**25,2**	**18,7**	**21,9**	**246,5**	**475,1**	**1.664,4**	**800,4**	**601,4**	**227,8**	**3.487.199**

Fontes: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). População estimada para 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísitca (IBGE). Notas: [a]receita total ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4). [b]inclui despesa com inativos, pensionistas e salário-família. [c]refere-se a toda a despesa corrente, exceto pessoal, inativos, pensionistas, salário-família e pagamento de juros da dívida. [d]inclui toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida. [e]os dados sobre a despesa do município não estavam consolidados em 2009.

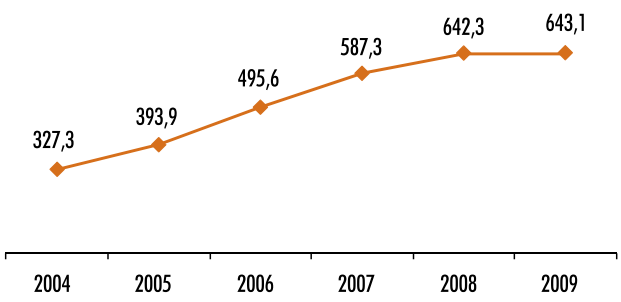
ISS

A crise financeira que sacudiu os mercados financeiros internacionais em setembro de 2008 comprometeu de forma decisiva a arrecadação de Imposto sobre Serviços (ISS) dos municípios capixabas no ano seguinte. Desde 2004, o ISS vinha acusando um forte ritmo de crescimento, ainda que perdesse força em 2007 e 2008. Em 2009, a arrecadação municipal sofreu uma forte freada em seu crescimento, cuja arrecadação de R$ 643,1 milhões situou-se no mesmo nível do ano anterior. Estagnação semelhante ocorreu em 2003, devido à forte crise que abalou a economia brasileira naquele ano.

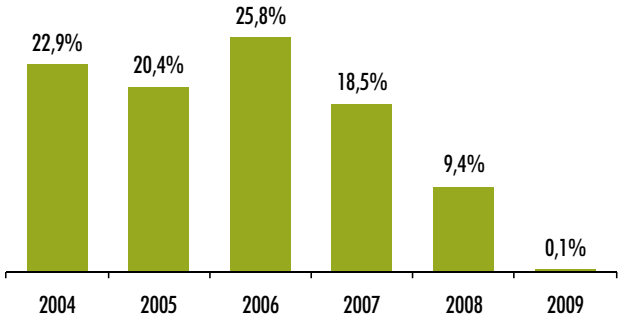
A forte expansão do ISS entre 2004 e 2008 foi alimentada pela expansão econômica recente em âmbitos nacional e estadual, bem como pela edição da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que fechou algumas brechas que havia na legislação anterior. Além disso, a utilização dos recursos da tecnologia da informação tem tornado mais eficiente o combate à sonegação.

Evolução da arrecadação do ISS

em R$ bilhões - IPCA médio de 2009



Taxa anual de crescimento do ISS



Mesmo num cenário de crise, a arrecadação de ISS cresceu de forma intensa nas cidades de Anchieta (R$ 7,9 milhões), Aracruz (R$ 7,2 milhões), Viana (R$ 4,5 milhões), Guarapari (R$ 3,9 milhões), São Mateus (R$ 2,7 milhões), Piúma (R$ 2,4 milhões) e Mimoso do Sul (R$ 1,1 milhão).

Em Anchieta, a arrecadação saltou de R$ 26,8 milhões em 2008, para R$ 34,8 milhões em 2009, alavancada pela construção da Usina de Tratamento de Gás (UTG) Sul Capixaba, bem como pela expansão dos serviços relacionados à cadeia produtiva do petróleo e do gás natural. A entrada em operação da terceira usina de pelotização da Samarco também contribuiu para essa elevação. Nos últimos anos, o excelente desempenho da arrecadação do ISS em Anchieta fez com que sua participação no total recolhido pelos municípios capixabas saltasse de 1,1% em 2003, para 5,4% em 2009, ano em que ocupou a sexta posição no *ranking* dos municípios com maior arrecadação do tributo, no Espírito Santo.

Em Viana, o adicional de R$ 4,5 milhões do ISS decorreu, em grande parte, da reforma e ampliação do Presídio de Segurança Máxima, das obras do gasoduto da Petrobras e da instalação de várias empresas de logística no município. Entre as cidades com mais de 50 mil habitantes, além das já citadas, Colatina obteve um aumento na receita de ISS de 8,5%, e em Guarapari, o forte aumento, de 66,2%, está associado ao baixo nível de arrecadação em 2008. Os demais municípios capixabas de maior porte populacional sentiram na arrecadação do ISS, em 2009, os efeitos da crise internacional. Em Linhares, a queda do ISS foi bastante intensa, após um longo período de aumentos anuais consecutivos. Em 2008, o recolhimento do ISS havia sido de R$ 51,2 milhões, valor que despencou para R$ 39,7 milhões em 2009, configurando uma forte queda de -22,4%, influenciada, basicamente, pela diminuição no ritmo de construção da UTG de Cacimbas. Em Cachoeiro de Itapemirim, o recuo foi de -9,6%, seguida por Serra (-6,9%) e Vila Velha (-4,2%). Em Vitória (-1,6%) e Cariacica (-1%) as quedas foram mais suaves.

A forte retração na arrecadação de ISS registrada em Linhares fez com que a sua participação no total recolhido pelos municípios capixabas recuasse de 8% em 2008, para 6,2% em 2009. Essa queda ocorreu após um movimento persistente, ocorrido nos últimos anos, de avanço do ISS recolhido em Linhares, frente aos demais municípios capixabas.

Mesmo sendo pequena, a queda no recolhimento do ISS da capital fez com que a sua participação no total arrecadado caísse de 36,7% em 2008, para 36,1% em 2009. Por mais um ano, Vitória perdeu espaço na arrecadação sobre os serviços. Em 2000, detinha metade de toda a arrecadação de ISS dos municípios capixabas. Por sua vez, o Município de Serra, que no biênio 2007-2008 deteve 14% do ISS, caiu para 13% em 2009.

As dez maiores receitas de ISS em 2009 e participação no total arrecadado

Posição	Municípios	Valor arrecadado *em R$ milhões*	Participação no total	Participação acumulada
			em %	
1º	Vitória	232,1	36,1	36,1
2º	Serra	83,6	13,0	49,1
3º	Vila Velha	66,7	10,4	59,5
4º	Linhares	39,7	6,2	65,6
5º	Aracruz	38,0	5,9	71,5
6º	Anchieta	34,8	5,4	77,0
7º	Cariacica	32,8	5,1	82,1
8º	São Mateus	18,2	2,8	84,9
9º	Cach. de Itapemirim	13,9	2,2	87,0
10º	Viana	11,1	1,7	88,8
	Total	**643,1**	**100,0**	**100,0**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

Peso nos orçamentos

Apesar da arrecadação do ISS ter ficado estável em 2009 frente a 2008, o pior desempenho das demais receitas fez com que a sua participação no conjunto da receita dos municípios capixabas aumentasse ligeiramente, passando de 10,4% em 2008, para 11,1% em 2009.

A seguir, são listadas as dez cidades em que o ISS obteve um maior peso na formação da receita total de 2009 e do ano anterior. Por ser um imposto que recai sobre as atividades tipicamente urbanas, o ISS é mais importante nos orçamentos das cidades com maior porte populacional e economia mais avançada, ou naquelas que detenham importantes plantas industriais.

As dez cidades com maior peso do ISS na receita total em 2008 e 2009

Posição	Município	2008	2009
1º	Anchieta	24,7%	30,0%
2º	Vitória	20,5%	21,5%
3º	Aracruz	12,1%	16,9%
4º	Vila Velha	14,9%	14,8%
5º	Linhares	16,0%	14,7%
6º	Serra	13,4%	13,0%
7º	Viana	7,7%	12,7%
8º	Piúma	4,4%	12,2%
9º	São Mateus	8,6%	12,0%
10º	Cariacica	11,7%	11,4%

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

aequus CONSULTORIA

Cada vez mais presente nas prefeituras de todo o Brasil

Aequus Consultoria

www.aequus.com.br
Tel.: (27) 3235-7841

▶Arrecadação do ISS - 2004-2009

Regiões e municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Participação 2009 no total do ISS	Participação 2009 na receita total[a]	ISS per capita 2009
	em R$ mil - IPCA médio de 2009						em %			em R$
MS Noroeste	**7.121,9**	**8.807,5**	**11.486,7**	**14.799,6**	**15.970,2**	**15.911,7**	**-0,4**	**2,5**	**2,6**	**39,1**
Água Doce do Norte	52,6	115,4	193,6	154,9	163,5	127,5	-22,1	0,0	0,7	10,5
Águia Branca	91,6	122,1	163,4	580,9	421,5	198,7	-52,9	0,0	1,1	20,9
Alto Rio Novo	54,8	109,3	109,8	83,3	133,9	250,2	86,9	0,0	1,9	40,5
Baixo Guandu	301,7	490,6	509,4	725,7	849,3	594,5	-30,0	0,1	1,4	19,9
Barra de São Francisco	565,5	842,6	963,1	1.127,7	1.207,7	1.227,7	1,7	0,2	2,4	29,5
Boa Esperança	124,1	155,7	174,1	147,4	317,0	209,1	-34,0	0,0	0,9	15,9
Colatina	4.117,4	4.772,0	5.960,1	8.013,7	7.946,0	8.624,7	8,5	1,3	5,5	77,4
Ecoporanga	206,8	219,3	332,2	395,6	348,5	339,0	-2,7	0,1	1,0	14,2
Governador Lindenberg	92,6	81,9	173,7	220,3	339,6	180,5	-46,9	0,0	0,9	17,3
Mantenópolis	31,5	79,9	126,7	126,1	115,2	116,0	0,8	0,0	0,6	10,0
Marilândia	28,4	62,6	111,3	201,9	217,1	441,1	103,2	0,1	2,3	41,3
Nova Venécia	685,4	804,8	962,1	1.216,3	1.634,6	1.584,1	-3,1	0,2	2,4	34,2
Pancas	145,2	179,8	251,0	390,9	377,8	446,2	18,1	0,1	1,6	24,1
São Domingos do Norte	102,6	148,4	248,4	334,3	460,6	287,7	-37,5	0,0	1,9	35,1
São Gabriel da Palha	208,2	244,2	532,6	514,9	744,4	684,8	-8,0	0,1	1,6	22,4
Vila Pavão	59,8	61,5	247,8	119,6	91,0	88,5	-2,7	0,0	0,5	9,7
Vila Valério	253,7	317,3	427,5	446,3	602,7	511,4	-15,1	0,1	2,1	36,4
MS Litoral Norte	**53.773,6**	**56.330,3**	**71.140,4**	**95.182,8**	**114.170,4**	**111.731,4**	**-2,1**	**17,4**	**11,0**	**212,2**
Aracruz	19.896,1	18.841,3	24.280,0	32.380,7	30.830,1	38.013,2	23,3	5,9	16,9	483,3
Conceição da Barra	2.059,7	2.577,6	2.291,3	2.358,5	4.163,5	3.543,9	-14,9	0,6	7,7	131,0
Fundão	2.179,1	2.552,7	3.924,5	3.792,3	3.652,8	3.258,7	-10,8	0,5	11,1	198,3
Ibiraçu	2.337,9	2.161,8	1.799,3	1.535,4	1.523,5	1.303,4	-14,4	0,2	6,1	121,5
Jaguaré	4.397,4	4.808,8	2.557,3	2.591,4	2.156,2	2.443,6	13,3	0,4	5,1	104,1
João Neiva	463,4	612,6	902,9	989,9	904,2	707,9	-21,7	0,1	2,3	48,4
Linhares	9.912,5	13.826,0	23.011,4	34.151,9	51.216,2	39.742,5	-22,4	6,2	14,7	299,6
Montanha	416,1	450,6	504,2	837,6	792,4	714,5	-9,8	0,1	2,5	37,9
Mucurici	119,3	96,5	241,1	244,8	286,9	235,1	-18,1	0,0	1,7	39,8
Pedro Canário	454,1	465,6	646,1	1.494,7	1.135,4	1.587,9	39,8	0,2	4,9	65,1
Pinheiros	299,0	419,3	491,6	643,8	1.120,7	1.128,9	0,7	0,2	3,2	47,3
Ponto Belo	28,7	147,4	352,3	140,9	150,0	183,9	22,6	0,0	1,3	25,4
Rio Bananal	60,1	80,9	173,0	344,4	260,6	287,5	10,3	0,0	0,8	16,7
São Mateus	11.054,1	9.134,8	9.572,7	13.343,8	15.544,7	18.196,5	17,1	2,8	12,0	179,1
Sooretama	96,3	154,5	392,5	332,7	433,2	384,1	-11,3	0,1	1,2	16,2
MS Central	**11.618,4**	**12.664,7**	**20.708,8**	**39.131,3**	**41.529,1**	**49.539,7**	**19,3**	**7,7**	**8,4**	**160,0**
Afonso Cláudio	277,0	308,4	633,4	650,6	704,1	802,4	13,9	0,1	2,0	25,6
Alfredo Chaves	214,8	291,3	814,3	1.259,2	1.988,7	1.268,5	-36,2	0,2	5,0	87,0
Anchieta	6.492,4	6.661,8	12.339,0	27.959,1	26.847,3	34.774,8	29,5	5,4	30,0	1.719,3
Brejetuba	104,3	368,5	206,4	264,1	320,3	257,1	-19,7	0,0	1,2	23,2
Conceição do Castelo	249,8	219,9	246,6	346,2	287,0	285,6	-0,5	0,0	1,3	24,1
Domingos Martins	1.221,0	1.016,2	1.313,7	1.786,4	3.841,6	2.892,6	-24,7	0,4	5,8	89,1
Iconha	213,0	336,7	257,8	378,8	699,2	429,0	-38,6	0,1	1,9	36,0
Itaguaçu	163,3	221,3	350,2	657,8	482,3	382,2	-20,7	0,1	1,7	27,0
Itarana	112,6	144,0	349,7	208,3	245,8	274,1	11,5	0,0	1,4	25,7
Laranja da Terra	97,9	118,8	141,7	122,2	165,4	129,5	-21,7	0,0	0,7	11,6
Marechal Floriano	534,7	602,6	761,5	748,9	982,9	879,8	-10,5	0,1	3,5	66,1
Piúma	259,5	327,9	662,4	1.062,1	1.195,3	3.552,9	197,2	0,6	12,2	206,4
Rio Novo do Sul	147,2	144,4	275,4	348,7	181,0	382,4	111,2	0,1	2,3	33,4
Santa Leopoldina	263,2	404,3	349,8	798,2	798,4	641,7	-19,6	0,1	3,0	50,4
Santa Maria de Jetibá	335,3	413,9	611,1	977,7	964,0	740,7	-23,2	0,1	1,4	21,8
Santa Teresa	483,1	495,2	664,5	735,1	753,4	663,8	-11,9	0,1	1,9	32,0
São Roque do Canaã	126,7	193,2	216,8	203,4	241,3	233,0	-3,4	0,0	1,3	21,5
Venda Nova do Imigrante	322,5	396,3	514,7	624,6	831,2	949,6	14,2	0,1	2,9	47,4
Região Metropolitana	**238.164,3**	**298.848,7**	**369.268,7**	**410.067,0**	**440.913,9**	**436.053,3**	**-1,1**	**67,8**	**16,3**	**261,2**
Cariacica	13.476,0	17.928,1	21.966,6	27.944,7	33.107,6	32.762,5	-1,0	5,1	11,4	89,5
Guarapari	4.249,2	4.569,5	5.871,0	9.093,6	5.861,0	9.741,1	66,2	1,5	7,2	93,2
Serra	38.791,9	58.293,7	82.680,7	82.571,6	89.827,8	83.585,3	-6,9	13,0	13,0	206,5
Viana	2.603,4	4.318,5	5.556,1	6.311,9	6.600,7	11.136,8	68,7	1,7	12,7	183,1
Vila Velha	35.671,8	42.502,6	55.415,8	60.279,6	69.588,2	66.693,9	-4,2	10,4	14,8	161,3
Vitória	143.372,1	171.236,3	197.778,6	223.865,6	235.928,6	232.133,7	-1,6	36,1	21,5	725,1
MS Sul	**16.584,3**	**17.268,9**	**22.986,2**	**28.109,5**	**29.673,8**	**29.907,9**	**0,8**	**4,7**	**3,3**	**52,1**
Alegre	443,7	510,3	1.348,3	2.243,6	3.256,9	3.799,6	16,7	0,6	7,3	122,0
Apiacá	83,7	84,1	210,1	155,7	170,3	139,2	-18,2	0,0	1,0	17,7
Atílio Vivacqua	384,5	245,2	229,1	248,3	256,0	252,9	-1,2	0,0	1,3	27,0
Bom Jesus do Norte	59,1	95,9	99,4	142,9	194,8	140,5	-27,9	0,0	1,0	14,5
Cachoeiro de Itapemirim	10.512,1	10.810,2	12.588,6	14.754,2	15.365,0	13.883,4	-9,6	2,2	6,3	69,0
Castelo	893,8	882,5	1.633,6	1.320,2	1.285,5	1.215,4	-5,5	0,2	2,4	36,6
Divino de São Lourenço	15,1	35,0	79,2	64,0	47,7	78,3	64,2	0,0	0,8	15,6
Dores do Rio Preto	46,0	93,4	339,0	336,0	188,7	92,2	-51,1	0,0	0,8	14,7
Guaçuí	196,2	239,3	324,2	425,0	406,5	636,0	56,5	0,1	1,4	23,8
Ibatiba	101,7	233,2	284,0	405,2	435,2	293,7	-32,5	0,0	1,1	14,3
Ibitirama	45,1	77,7	112,8	182,6	161,8	152,3	-5,8	0,0	1,1	16,5
Irupi	82,8	105,3	126,5	141,4	119,3	154,3	29,3	0,0	0,9	14,4
Itapemirim	1.027,7	1.220,0	1.168,5	2.643,6	1.863,2	1.496,1	-19,7	0,2	2,3	45,7
Iúna	299,6	333,9	484,9	417,5	469,5	504,6	7,5	0,1	1,5	19,2
Jerônimo Monteiro	41,3	67,0	146,6	251,5	134,9	141,4	4,8	0,0	0,8	12,6
Marataízes	889,5	496,7	957,5	1.072,8	1.294,5	1.938,0	49,7	0,3	4,5	59,6
Mimoso do Sul	396,9	221,1	597,5	597,6	936,0	2.067,5	120,9	0,3	5,7	76,2
Muniz Freire	191,5	409,1	440,1	306,0	376,6	469,1	24,6	0,1	1,4	25,6
Muqui	125,5	214,8	272,3	269,1	356,2	283,4	-20,4	0,0	1,5	19,7
Presidente Kennedy	216,2	298,2	666,9	1.024,4	1.045,9	856,9	-18,1	0,1	0,9	78,6
São José do Calçado	160,5	149,5	375,3	430,9	411,5	594,1	44,4	0,1	2,9	54,2
Vargem Alta	372,0	446,4	501,7	677,0	898,1	718,9	-20,0	0,1	2,0	38,6
TOTAL	**327.262,5**	**393.920,1**	**495.590,9**	**587.290,2**	**642.257,5**	**643.144,0**	**0,1**	**100,0**	**11,1**	**184,4**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: [a]receita total ajustada dos efeitos do Fundef / Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

▶ ISS

Posição	Município	ISS em R$	População
1º	Vitória	232.133.676,6	320.156
2º	Serra	83.585.336,7	404.688
3º	Vila Velha	66.693.948,5	413.548
4º	Linhares	39.742.470,3	132.664
5º	Aracruz	38.013.193,0	78.658
6º	Anchieta	34.774.844,2	20.226
7º	Cariacica	32.762.460,1	365.859
8º	São Mateus	18.196.450,5	101.613
9º	Cachoeiro de Itapemirim	13.883.408,2	201.259
10º	Viana	11.136.750,1	60.829
11º	Guarapari	9.741.086,5	104.534
12º	Colatina	8.624.668,2	111.365
13º	Alegre	3.799.593,3	31.143
14º	Piúma	3.552.863,6	17.212
15º	Conceição da Barra	3.543.906,0	27.059
16º	Fundão	3.258.662,4	16.431
17º	Domingos Martins	2.892.597,5	32.455
18º	Jaguaré	2.443.644,4	23.472
19º	Mimoso do Sul	2.067.463,5	27.124
20º	Marataízes	1.938.002,8	32.502
21º	Pedro Canário	1.587.888,5	24.404
22º	Nova Venécia	1.584.098,3	46.354
23º	Itapemirim	1.496.112,5	32.761
24º	Ibiraçu	1.303.404,0	10.724
25º	Alfredo Chaves	1.268.543,7	14.585
26º	Barra de São Francisco	1.227.707,5	41.645
27º	Castelo	1.215.397,5	33.212
28º	Pinheiros	1.128.886,4	23.874
29º	Venda Nova do Imigrante	949.593,9	20.028
30º	Marechal Floriano	879.805,4	13.302
31º	Presidente Kennedy	856.932,9	10.903
32º	Afonso Cláudio	802.369,1	31.384
33º	Santa Maria de Jetibá	740.747,9	33.921
34º	Vargem Alta	718.852,9	18.637
35º	Montanha	714.511,9	18.856
36º	João Neiva	707.908,2	14.621
37º	São Gabriel da Palha	684.820,1	30.604
38º	Santa Teresa	663.769,3	20.742
39º	Santa Leopoldina	641.717,9	12.743
40º	Guaçuí	636.012,4	26.743
41º	Baixo Guandu	594.541,3	29.891
42º	São José do Calçado	594.095,2	10.965
43º	Vila Valério	511.398,7	14.048
44º	Iúna	504.586,6	26.239
45º	Muniz Freire	469.121,8	18.358
46º	Pancas	446.199,0	18.497
47º	Marilândia	441.074,4	10.676
48º	Iconha	428.979,9	11.901
49º	Sooretama	384.055,2	23.761
50º	Rio Novo do Sul	382.366,5	11.447
51º	Itaguaçu	382.226,9	14.171
52º	Ecoporanga	339.018,0	23.891
53º	Ibatiba	293.748,7	20.471
54º	São Domingos do Norte	287.671,0	8.205
55º	Rio Bananal	287.516,7	17.247
56º	Conceição do Castelo	285.554,0	11.851
57º	Muqui	283.402,9	14.377
58º	Itarana	274.053,0	10.667
59º	Brejetuba	257.145,8	11.097
60º	Atílio Vivacqua	252.949,6	9.361
61º	Alto Rio Novo	250.214,4	6.172
62º	Mucurici	235.053,0	5.910
63º	São Roque do Canaã	232.994,8	10.817
64º	Boa Esperança	209.124,9	13.119
65º	Águia Branca	198.663,3	9.503
66º	Ponto Belo	183.871,1	7.247
67º	Governador Lindenberg	180.454,2	10.420
68º	Irupi	154.318,6	10.735
69º	Ibitirama	152.320,7	9.238
70º	Jerônimo Monteiro	141.382,7	11.235
71º	Bom Jesus do Norte	140.481,3	9.672
72º	Apiacá	139.230,4	7.883
73º	Laranja da Terra	129.504,3	11.136
74º	Água Doce do Norte	127.467,3	12.091
75º	Mantenópolis	116.029,0	11.630
76º	Dores do Rio Preto	92.200,5	6.293
77º	Vila Pavão	88.533,9	9.126
78º	Divino de São Lourenço	78.329,6	5.011
TOTAL		**643.143.985,2**	**3.487.199**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES.

▶ ISS per capita

Posição	Município	A / B	ISS (A) em R$	População (B)
1º	Anchieta	1.719,3	34.774.844,2	20.226
2º	Vitória	725,1	232.133.676,6	320.156
3º	Aracruz	483,3	38.013.193,0	78.658
4º	Linhares	299,6	39.742.470,3	132.664
5º	Serra	206,5	83.585.336,7	404.688
6º	Piúma	206,4	3.552.863,6	17.212
7º	Fundão	198,3	3.258.662,4	16.431
8º	Viana	183,1	11.136.750,1	60.829
9º	São Mateus	179,1	18.196.450,5	101.613
10º	Vila Velha	161,3	66.693.948,5	413.548
11º	Conceição da Barra	131,0	3.543.906,0	27.059
12º	Alegre	122,0	3.799.593,3	31.143
13º	Ibiraçu	121,5	1.303.404,0	10.724
14º	Jaguaré	104,1	2.443.644,4	23.472
15º	Guarapari	93,2	9.741.086,5	104.534
16º	Cariacica	89,5	32.762.460,1	365.859
17º	Domingos Martins	89,1	2.892.597,5	32.455
18º	Alfredo Chaves	87,0	1.268.543,7	14.585
19º	Presidente Kennedy	78,6	856.932,9	10.903
20º	Colatina	77,4	8.624.668,2	111.365
21º	Mimoso do Sul	76,2	2.067.463,5	27.124
22º	Cachoeiro de Itapemirim	69,0	13.883.408,2	201.259
23º	Marechal Floriano	66,1	879.805,4	13.302
24º	Pedro Canário	65,1	1.587.888,5	24.404
25º	Marataízes	59,6	1.938.002,8	32.502
26º	São José do Calçado	54,2	594.095,2	10.965
27º	Santa Leopoldina	50,4	641.717,9	12.743
28º	João Neiva	48,4	707.908,2	14.621
29º	Venda Nova do Imigrante	47,4	949.593,9	20.028
30º	Pinheiros	47,3	1.128.886,4	23.874
31º	Itapemirim	45,7	1.496.112,5	32.761
32º	Marilândia	41,3	441.074,4	10.676
33º	Alto Rio Novo	40,5	250.214,4	6.172
34º	Mucurici	39,8	235.053,0	5.910
35º	Vargem Alta	38,6	718.852,9	18.637
36º	Montanha	37,9	714.511,9	18.856
37º	Castelo	36,6	1.215.397,5	33.212
38º	Vila Valério	36,4	511.398,7	14.048
39º	Iconha	36,0	428.979,9	11.901
40º	São Domingos do Norte	35,1	287.671,0	8.205
41º	Nova Venécia	34,2	1.584.098,3	46.354
42º	Rio Novo do Sul	33,4	382.366,5	11.447
43º	Santa Teresa	32,0	663.769,3	20.742
44º	Barra de São Francisco	29,5	1.227.707,5	41.645
45º	Atílio Vivacqua	27,0	252.949,6	9.361
46º	Itaguaçu	27,0	382.226,9	14.171
47º	Itarana	25,7	274.053,0	10.667
48º	Afonso Cláudio	25,6	802.369,1	31.384
49º	Muniz Freire	25,6	469.121,8	18.358
50º	Ponto Belo	25,4	183.871,1	7.247
51º	Pancas	24,1	446.199,0	18.497
52º	Conceição do Castelo	24,1	285.554,0	11.851
53º	Guaçuí	23,8	636.012,4	26.743
54º	Brejetuba	23,2	257.145,8	11.097
55º	São Gabriel da Palha	22,4	684.820,1	30.604
56º	Santa Maria de Jetibá	21,8	740.747,9	33.921
57º	São Roque do Canaã	21,5	232.994,8	10.817
58º	Águia Branca	20,9	198.663,3	9.503
59º	Baixo Guandu	19,9	594.541,3	29.891
60º	Muqui	19,7	283.402,9	14.377
61º	Iúna	19,2	504.586,6	26.239
62º	Apiacá	17,7	139.230,4	7.883
63º	Governador Lindenberg	17,3	180.454,2	10.420
64º	Rio Bananal	16,7	287.516,7	17.247
65º	Ibitirama	16,5	152.320,7	9.238
66º	Sooretama	16,2	384.055,2	23.761
67º	Boa Esperança	15,9	209.124,9	13.119
68º	Divino de São Lourenço	15,6	78.329,6	5.011
69º	Dores do Rio Preto	14,7	92.200,5	6.293
70º	Bom Jesus do Norte	14,5	140.481,3	9.672
71º	Irupi	14,4	154.318,6	10.735
72º	Ibatiba	14,3	293.748,7	20.471
73º	Ecoporanga	14,2	339.018,0	23.891
74º	Jerônimo Monteiro	12,6	141.382,7	11.235
75º	Laranja da Terra	11,6	129.504,3	11.136
76º	Água Doce do Norte	10,5	127.467,3	12.091
77º	Mantenópolis	10,0	116.029,0	11.630
78º	Vila Pavão	9,7	88.533,9	9.126
TOTAL		**184,4**	**643.143.985,2**	**3.487.199**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES. População para 2009 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

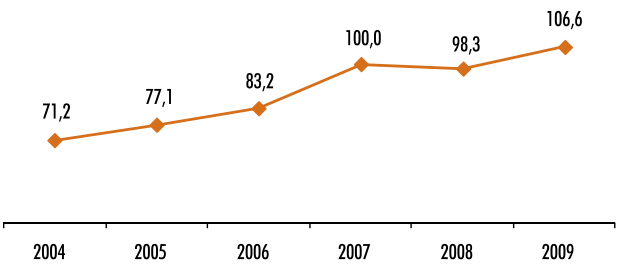
IPTU

Desempenho

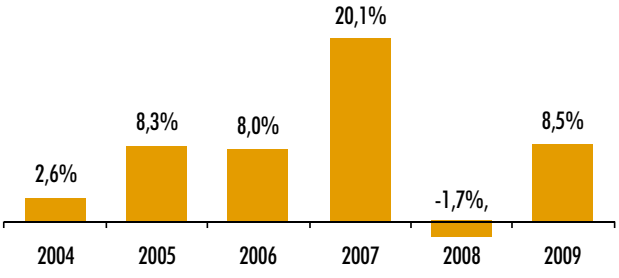
A arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) vem mantendo uma trajetória ascendente nos últimos anos, interrompida apenas em 2008, ano eleitoral e último ano de mandato das administrações passadas. Em 2009, o IPTU dos municípios capixabas totalizou R$ 106,6 milhões, resultando em um aumento real de 8,5%, em relação ao ano anterior. Tal desempenho foi profundamente influenciado por Guarapari e Vila Velha, pois, desconsiderando as duas cidades, o crescimento teria sido de apenas 2,7%.

Evolução da arrecadação do IPTU

em R$ milhões - IPCA médio de 2009



Taxa anual de crescimento do IPTU



Da arrecadação adicional de R$ 8,4 milhões, Guarapari e Vila Velha responderam por R$ 6,3 milhões, o que corresponde a três quartos (75%) do total. O extraordinário aumento de 55% em Guarapari deveu-se em parte ao péssimo desempenho verificado em 2008, quando a arrecadação do município havia declinado -21,2%.

Em Vila Velha, a arrecadação cresceu pelo terceiro ano consecutivo para atingir R$ 17,8 milhões em 2009, valor 17,9% acima do registrado no ano anterior.

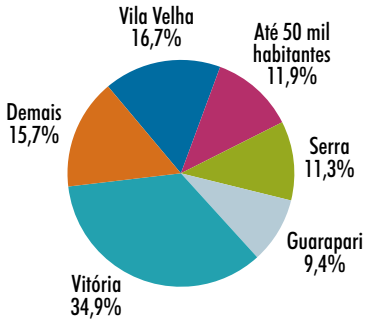
O tributo foi pouco afetado pela crise econômica internacional, uma vez que sua trajetória é mais influenciada por medidas administrativas do que pelos ciclos econômicos. Prova disso é que, dentre as demais 76 cidades, o IPTU cresceu em 54 e declinou em 22. Dentre os maiores municípios, aqueles com mais de 50 mil habitantes, a taxa de crescimento oscilou entre 10,1% e 19,5%. As exceções foram Colatina e Serra, cujas expansões foram de 4,4% e 1,3%, respectivamente, além de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, nos quais a arrecadação foi quase idêntica a de 2008.

Já as menores cidades, aquelas com até 50 mil habitantes, tiveram um crescimento médio de 10,9%. Os baixos níveis de arrecadação do tributo em pequenas cidades fazem com que oscilações se traduzam em elevadas taxas de variações positivas ou negativas. Em Mucurici, por exemplo, o valor recolhido foi multiplicado por dez. Em 2008, o município havia recolhido apenas R$ 1,6 mil de IPTU, quantia que passou para R$ 17,4 mil, em 2009, o que correspondeu a R$ 2,94 por habitante. Em Montanha e Água Doce do Norte, ele mais que dobrou. Além desses, verificaram-se elevadas taxas de expansão em São José do Calçado (72,6%), Vila Valério (63,9%) e Anchieta (53,9%). Em sentido contrário, o recolhimento caiu para menos da metade em Águia Branca, Alto Rio Novo e Pinheiros.

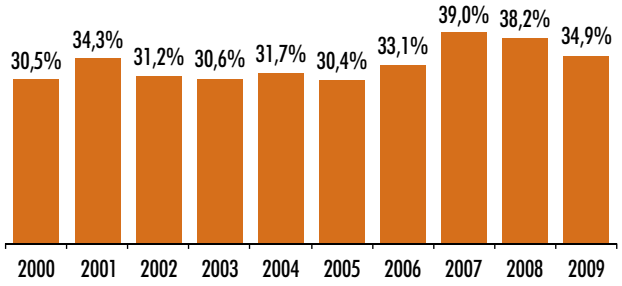
Concentração, peso e IPTU per capita

O IPTU está concentrado em poucos municípios, sendo que somente Vitória, Vila Velha, Serra e Guarapari, as quatro cidades de maiores arrecadações, respondem por 72,3% do total no Estado. Destaque deve ser dado à Vitória, que ao longo da década vem recolhendo mais de 30% do IPTU do conjunto dos municípios capixabas. Em 2009, a capital foi responsável por 34,9% do total, sendo seguida de longe por Vila Velha (16,7%), Serra (11,3%) e Guarapari (9,4%). As cidades com até 50 mil habitantes juntas representaram 11,9% do total.

Distribuição da arrecadação do IPTU

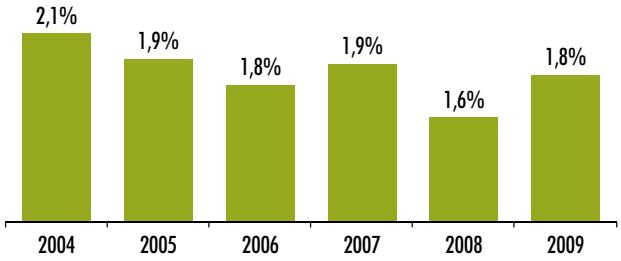


Evolução da participação de Vitória na arrecadação total de IPTU



O crescimento do IPTU, aliado à queda da receita municipal, elevou a participação do tributo nessa última de 1,6%, em 2008, para 1,8%, em 2009. Nas menores cidades, por terem pequena base de arrecadação do tributo, o IPTU participa de maneira discreta na composição da receita, em média 0,6%. A maior presença do imposto ocorre em Guarapari, onde chegou a representar 7,4% da receita total.

Evolução da participação do IPTU na receita municipal



A média do IPTU per capita dos municípios capixabas foi de R$ 30,58. Porém, os valores são muito díspares entre os municípios. Na capital (R$ 116,18), em Anchieta (R$ 96,60) e Guarapari (R$ 96,06), os valores recolhidos por habitante foram muito superiores à média. Já nas pequenas cidades com até 50 mil habitantes (exclusive Anchieta), o valor foi de R$ 9,20. Em Pedro Canário, foi arrecadado de IPTU a diminuta quantia de R$ 0,78 por habitante. Em Brejetuba, R$ 0,99, e, em Sooretama e Ecoporanga, R$ 1,07.

Essas situações refletem a base existente nos municípios de residências, indústrias e/ou unidades comerciais, bem como a política tributária que adotam, no que tange a alíquota, atualização da Planta Genérica de Valores, isenções e imunidades, estímulo ao pagamento e combate à sonegação.

▶ Arrecadação do IPTU - 2004-2009

Regiões e municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Participação 2009 no total do IPTU	Participação 2009 na receita total[a]	IPTU per capita 2009
	em R$ mil - IPCA médio de 2009						em %			em R$
MS Noroeste	**2.883,5**	**3.252,5**	**3.664,9**	**3.742,2**	**3.766,4**	**3.692,7**	**-2,0**	**3,8**	**0,6**	**9,1**
Água Doce do Norte	20,0	25,4	25,5	23,6	22,0	46,5	111,6	0,0	0,2	3,8
Águia Branca	20,0	27,4	42,5	29,5	119,6	26,4	-77,9	0,0	0,2	2,8
Alto Rio Novo	14,7	87,2	128,6	152,8	180,9	43,3	-76,0	0,0	0,3	7,0
Baixo Guandu	228,8	327,8	259,4	269,5	298,4	293,2	-1,7	0,3	0,7	9,8
Barra de São Francisco	270,6	309,6	343,8	383,1	369,8	406,8	10,0	0,4	0,8	9,8
Boa Esperança	50,3	47,2	80,2	75,5	103,0	107,8	4,7	0,1	0,5	8,2
Colatina	1.501,6	1.439,0	1.747,8	1.889,6	1.749,5	1.826,1	4,4	1,7	1,2	16,4
Ecoporanga	20,8	1,9	58,5	15,7	28,1	25,6	-8,9	0,0	0,1	1,1
Governador Lindenberg	42,7	59,3	41,3	29,2	26,3	23,5	-10,9	0,0	0,1	2,3
Mantenópolis	103,9	110,8	151,4	71,2	74,0	87,3	18,1	0,1	0,4	7,5
Marilândia	36,5	77,4	39,0	51,3	48,3	49,7	2,9	0,0	0,3	4,7
Nova Venécia	289,2	360,3	408,7	386,0	388,6	370,5	-4,7	0,3	0,6	8,0
Pancas	70,2	130,1	103,3	84,2	110,5	105,5	-4,5	0,1	0,4	5,7
São Domingos do Norte	20,2	20,4	21,4	21,8	21,1	23,6	11,9	0,0	0,2	2,9
São Gabriel da Palha	159,2	178,7	173,0	204,5	185,1	201,9	9,1	0,2	0,5	6,6
Vila Pavão	26,2	28,8	33,3	33,2	29,9	36,1	21,0	0,0	0,2	4,0
Vila Valério	8,6	21,3	7,0	21,5	11,4	18,7	63,9	0,0	0,1	1,3
MS Litoral Norte	**5.246,4**	**5.721,6**	**4.592,7**	**5.158,5**	**4.723,5**	**5.323,2**	**12,7**	**5,0**	**0,5**	**10,1**
Aracruz	2.061,0	2.441,4	1.266,7	1.290,4	1.007,9	1.204,4	19,5	1,1	0,5	15,3
Conceição da Barra	115,8	116,4	109,3	141,4	146,6	169,2	15,4	0,2	0,4	6,3
Fundão	274,8	354,4	273,3	361,4	275,0	330,1	20,1	0,3	1,1	20,1
Ibiraçu	71,3	90,2	108,0	106,5	104,8	118,5	13,1	0,1	0,6	11,1
Jaguaré	60,6	59,0	67,7	88,9	92,2	95,9	4,0	0,1	0,2	4,1
João Neiva	138,2	132,7	125,9	127,8	120,6	117,7	-2,4	0,1	0,4	8,0
Linhares	1.531,9	1.706,8	1.897,6	2.119,3	2.098,5	2.391,0	13,9	2,2	0,9	18,0
Montanha	44,7	49,2	27,4	89,4	19,6	54,4	177,6	0,1	0,2	2,9
Mucurici	4,0	3,1	4,1	0,9	1,6	17,4	958,0	0,0	0,1	2,9
Pedro Canário	18,6	24,8	18,1	33,5	31,4	19,0	-39,5	0,0	0,1	0,8
Pinheiros	39,8	37,4	31,9	79,8	121,8	32,2	-73,6	0,0	0,1	1,3
Ponto Belo	9,6	18,0	17,8	18,9	23,7	19,3	-18,6	0,0	0,1	2,7
Rio Bananal	80,2	56,2	79,7	91,7	97,2	116,5	19,8	0,1	0,3	6,8
São Mateus	772,7	576,9	540,6	577,6	555,5	612,2	10,2	0,6	0,4	6,0
Sooretama	23,2	55,1	24,5	30,9	27,1	25,4	-6,1	0,0	0,1	1,1
MS Central	**4.652,7**	**5.207,3**	**4.967,1**	**5.034,9**	**4.415,2**	**5.405,0**	**22,4**	**5,1**	**0,9**	**17,5**
Afonso Cláudio	228,5	286,0	250,4	267,5	249,3	299,7	20,2	0,3	0,7	9,6
Alfredo Chaves	59,2	72,8	95,1	98,5	110,7	154,6	39,7	0,1	0,6	10,6
Anchieta	1.753,0	1.909,1	1.910,5	1.953,4	1.269,3	1.953,7	53,9	1,8	1,7	96,6
Brejetuba	45,3	35,9	38,0	25,6	9,1	11,0	20,4	0,0	0,1	1,0
Conceição do Castelo	113,5	131,2	134,5	143,1	145,8	154,9	6,2	0,1	0,7	13,1
Domingos Martins	256,5	271,9	292,8	315,3	324,3	333,6	2,9	0,3	0,7	10,3
Iconha	142,2	295,4	100,2	132,5	220,3	182,1	-17,3	0,2	0,8	15,3
Itaguaçu	139,3	145,1	140,2	142,4	142,6	152,2	6,7	0,1	0,7	10,7
Itarana	61,3	63,7	66,9	73,1	65,3	72,8	11,5	0,1	0,4	6,8
Laranja da Terra	77,6	192,1	175,6	25,1	26,3	26,8	2,1	0,0	0,1	2,4
Marechal Floriano	104,3	98,0	125,1	136,8	136,2	132,5	-2,7	0,1	0,5	10,0
Piúma	1.006,8	1.063,7	942,9	934,0	985,0	1.013,0	2,8	0,9	3,5	58,9
Rio Novo do Sul	51,6	42,1	47,5	46,4	72,4	100,5	38,7	0,1	0,6	8,8
Santa Leopoldina	35,2	33,2	13,0	35,7	24,8	20,2	-18,3	0,0	0,1	1,6
Santa Maria de Jetibá	65,7	93,5	115,2	105,9	112,0	139,0	24,1	0,1	0,3	4,1
Santa Teresa	245,2	206,8	237,2	312,3	256,3	358,3	39,8	0,3	1,0	17,3
São Roque do Canaã	37,4	48,0	56,2	53,0	49,6	49,7	0,1	0,0	0,3	4,6
Venda Nova do Imigrante	230,0	218,9	225,8	234,4	215,8	250,4	16,0	0,2	0,8	12,5
Região Metropolitana	**50.214,7**	**54.988,8**	**61.310,3**	**76.787,8**	**75.594,5**	**82.211,5**	**8,8**	**77,1**	**3,1**	**49,2**
Cariacica	2.980,3	2.918,6	3.342,1	3.942,0	3.900,1	4.292,2	10,1	4,0	1,5	11,7
Guarapari	7.449,5	7.314,6	8.547,3	8.222,4	6.480,0	10.041,8	55,0	9,4	7,4	96,1
Serra	7.871,8	8.519,8	9.526,2	10.400,6	11.883,1	12.035,4	1,3	11,3	1,9	29,7
Viana	333,1	518,4	544,5	609,8	692,5	802,1	15,8	0,8	0,9	13,2
Vila Velha	9.019,9	12.290,0	11.798,2	14.578,9	15.138,1	17.844,5	17,9	16,7	4,0	43,1
Vitória	22.560,1	23.427,4	27.552,0	39.034,0	37.500,7	37.195,6	-0,8	34,9	3,4	116,2
MS Sul	**8.178,4**	**7.929,1**	**8.714,9**	**9.243,7**	**9.773,4**	**10.004,2**	**2,4**	**9,4**	**1,1**	**17,4**
Alegre	189,2	236,5	243,9	242,8	257,4	275,1	6,9	0,3	0,5	8,8
Apiacá	45,8	46,1	51,8	44,2	50,3	53,0	5,5	0,0	0,4	6,7
Atílio Vivacqua	42,8	43,7	43,2	44,5	36,9	51,2	38,9	0,0	0,3	5,5
Bom Jesus do Norte	77,0	95,2	92,9	119,3	106,6	122,1	14,6	0,1	0,9	12,6
Cachoeiro de Itapemirim	4.508,2	4.588,6	4.863,0	5.227,1	5.789,7	5.662,7	-2,2	5,3	2,6	28,1
Castelo	378,6	359,0	471,3	521,3	495,4	499,3	0,8	0,5	1,0	15,0
Divino de São Lourenço	20,6	22,1	18,8	29,6	27,3	30,2	10,6	0,0	0,3	6,0
Dores do Rio Preto	42,9	45,0	47,0	65,6	46,8	23,9	-49,0	0,0	0,2	3,8
Guaçuí	334,6	238,1	247,2	251,6	314,8	349,7	11,1	0,3	0,8	13,1
Ibatiba	36,5	48,2	12,1	56,6	39,5	25,4	-35,8	0,0	0,1	1,2
Ibitirama	2,2	65,7	70,0	36,6	28,9	35,0	21,1	0,0	0,2	3,8
Irupi	21,3	42,2	48,0	67,0	54,8	53,4	-2,5	0,1	0,3	5,0
Itapemirim	326,7	393,8	391,0	396,4	399,4	412,8	3,3	0,4	0,6	12,6
Iúna	76,3	106,5	95,4	100,1	104,1	110,7	6,3	0,1	0,3	4,2
Jerônimo Monteiro	163,4	138,9	192,2	210,8	219,2	220,2	0,5	0,2	1,3	19,6
Marataízes	1.020,4	732,2	847,9	879,9	791,5	820,5	3,7	0,8	1,9	25,2
Mimoso do Sul	268,4	210,7	170,5	194,7	226,9	226,3	-0,3	0,2	0,6	8,3
Muniz Freire	200,1	198,8	225,0	208,4	228,4	284,1	24,4	0,3	0,9	15,5
Muqui	67,0	70,3	70,5	77,1	76,4	85,3	11,6	0,1	0,5	5,9
Presidente Kennedy	103,1	91,9	188,2	171,6	168,0	227,0	35,2	0,2	0,2	20,8
São José do Calçado	163,7	44,0	207,8	171,6	190,8	329,2	72,6	0,3	1,6	30,0
Vargem Alta	89,6	111,6	117,4	126,8	120,5	107,1	-11,1	0,1	0,3	5,7
TOTAL	**71.175,6**	**77.099,4**	**83.249,9**	**99.967,1**	**98.273,0**	**106.636,6**	**8,5**	**100,0**	**1,8**	**30,6**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: [a]receita total ajustada dos efeitos do Fundef / Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

▶ IPTU

Posição	Município	IPTU em R$	População
1º	Vitória	37.195.649,3	320.156
2º	Vila Velha	17.844.516,5	413.548
3º	Serra	12.035.384,7	404.688
4º	Guarapari	10.041.764,3	104.534
5º	Cachoeiro de Itapemirim	5.662.729,9	201.259
6º	Cariacica	4.292.181,1	365.859
7º	Linhares	2.390.984,2	132.664
8º	Anchieta	1.953.749,9	20.226
9º	Colatina	1.826.109,0	111.365
10º	Aracruz	1.204.440,9	78.658
11º	Piúma	1.012.999,9	17.212
12º	Marataízes	820.532,3	32.502
13º	Viana	802.052,5	60.829
14º	São Mateus	612.180,6	101.613
15º	Castelo	499.294,9	33.212
16º	Itapemirim	412.772,5	32.761
17º	Barra de São Francisco	406.832,7	41.645
18º	Nova Venécia	370.520,4	46.354
19º	Santa Teresa	358.259,3	20.742
20º	Guaçuí	349.664,4	26.743
21º	Domingos Martins	333.556,2	32.455
22º	Fundão	330.118,7	16.431
23º	São José do Calçado	329.221,6	10.965
24º	Afonso Cláudio	299.719,6	31.384
25º	Baixo Guandu	293.205,6	29.891
26º	Muniz Freire	284.059,2	18.358
27º	Alegre	275.096,1	31.143
28º	Venda Nova do Imigrante	250.375,5	20.028
29º	Presidente Kennedy	227.039,0	10.903
30º	Mimoso do Sul	226.311,8	27.124
31º	Jerônimo Monteiro	220.241,6	11.235
32º	São Gabriel da Palha	201.914,8	30.604
33º	Iconha	182.115,3	11.901
34º	Conceição da Barra	169.242,5	27.059
35º	Conceição do Castelo	154.856,7	11.851
36º	Alfredo Chaves	154.634,8	14.585
37º	Itaguaçu	152.170,7	14.171
38º	Santa Maria de Jetibá	138.951,1	33.921
39º	Marechal Floriano	132.536,2	13.302
40º	Bom Jesus do Norte	122.054,7	9.672
41º	Ibiraçu	118.530,7	10.724
42º	João Neiva	117.677,3	14.621
43º	Rio Bananal	116.502,9	17.247
44º	Iúna	110.702,6	26.239
45º	Boa Esperança	107.839,3	13.119
46º	Vargem Alta	107.108,5	18.637
47º	Pancas	105.503,8	18.497
48º	Rio Novo do Sul	100.507,2	11.447
49º	Jaguaré	95.850,1	23.472
50º	Mantenópolis	87.322,8	11.630
51º	Muqui	85.306,0	14.377
52º	Itarana	72.777,3	10.667
53º	Montanha	54.399,7	18.856
54º	Irupi	53.433,3	10.735
55º	Apiacá	53.036,4	7.883
56º	Atílio Vivacqua	51.214,6	9.361
57º	Marilândia	49.688,3	10.676
58º	São Roque do Canaã	49.673,9	10.817
59º	Água Doce do Norte	46.513,2	12.091
60º	Alto Rio Novo	43.322,2	6.172
61º	Vila Pavão	36.148,4	9.126
62º	Ibitirama	35.012,0	9.238
63º	Pinheiros	32.183,1	23.874
64º	Divino de São Lourenço	30.175,9	5.011
65º	Laranja da Terra	26.844,8	11.136
66º	Águia Branca	26.401,3	9.503
67º	Ecoporanga	25.633,3	23.891
68º	Sooretama	25.407,5	23.761
69º	Ibatiba	25.351,1	20.471
70º	Dores do Rio Preto	23.861,7	6.293
71º	São Domingos do Norte	23.592,0	8.205
72º	Governador Lindenberg	23.486,7	10.420
73º	Santa Leopoldina	20.244,7	12.743
74º	Ponto Belo	19.285,5	7.247
75º	Pedro Canário	19.012,3	24.404
76º	Vila Valério	18.683,3	14.048
77º	Mucurici	17.354,4	5.910
78º	Brejetuba	11.007,1	11.097
TOTAL		106.636.636,0	3.487.199

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES.

▶ IPTU per capita

Posição	Município	A / B	IPTU (A) em R$	População (B)
1º	Vitória	116,2	37.195.649,3	320.156
2º	Anchieta	96,6	1.953.749,9	20.226
3º	Guarapari	96,1	10.041.764,3	104.534
4º	Piúma	58,9	1.012.999,9	17.212
5º	Vila Velha	43,1	17.844.516,5	413.548
6º	São José do Calçado	30,0	329.221,6	10.965
7º	Serra	29,7	12.035.384,7	404.688
8º	Cachoeiro de Itapemirim	28,1	5.662.729,9	201.259
9º	Marataízes	25,2	820.532,3	32.502
10º	Presidente Kennedy	20,8	227.039,0	10.903
11º	Fundão	20,1	330.118,7	16.431
12º	Jerônimo Monteiro	19,6	220.241,6	11.235
13º	Linhares	18,0	2.390.984,2	132.664
14º	Santa Teresa	17,3	358.259,3	20.742
15º	Colatina	16,4	1.826.109,0	111.365
16º	Muniz Freire	15,5	284.059,2	18.358
17º	Aracruz	15,3	1.204.440,9	78.658
18º	Iconha	15,3	182.115,3	11.901
19º	Castelo	15,0	499.294,9	33.212
20º	Viana	13,2	802.052,5	60.829
21º	Guaçuí	13,1	349.664,4	26.743
22º	Conceição do Castelo	13,1	154.856,7	11.851
23º	Bom Jesus do Norte	12,6	122.054,7	9.672
24º	Itapemirim	12,6	412.772,5	32.761
25º	Venda Nova do Imigrante	12,5	250.375,5	20.028
26º	Cariacica	11,7	4.292.181,1	365.859
27º	Ibiraçu	11,1	118.530,7	10.724
28º	Itaguaçu	10,7	152.170,7	14.171
29º	Alfredo Chaves	10,6	154.634,8	14.585
30º	Domingos Martins	10,3	333.556,2	32.455
31º	Marechal Floriano	10,0	132.536,2	13.302
32º	Baixo Guandu	9,8	293.205,6	29.891
33º	Barra de São Francisco	9,8	406.832,7	41.645
34º	Afonso Cláudio	9,6	299.719,6	31.384
35º	Alegre	8,8	275.096,1	31.143
36º	Rio Novo do Sul	8,8	100.507,2	11.447
37º	Mimoso do Sul	8,3	226.311,8	27.124
38º	Boa Esperança	8,2	107.839,3	13.119
39º	João Neiva	8,0	117.677,3	14.621
40º	Nova Venécia	8,0	370.520,4	46.354
41º	Mantenópolis	7,5	87.322,8	11.630
42º	Alto Rio Novo	7,0	43.322,2	6.172
43º	Itarana	6,8	72.777,3	10.667
44º	Rio Bananal	6,8	116.502,9	17.247
45º	Apiacá	6,7	53.036,4	7.883
46º	São Gabriel da Palha	6,6	201.914,8	30.604
47º	Conceição da Barra	6,3	169.242,5	27.059
48º	São Mateus	6,0	612.180,6	101.613
49º	Divino de São Lourenço	6,0	30.175,9	5.011
50º	Muqui	5,9	85.306,0	14.377
51º	Vargem Alta	5,7	107.108,5	18.637
52º	Pancas	5,7	105.503,8	18.497
53º	Atílio Vivacqua	5,5	51.214,6	9.361
54º	Irupi	5,0	53.433,3	10.735
55º	Marilândia	4,7	49.688,3	10.676
56º	São Roque do Canaã	4,6	49.673,9	10.817
57º	Iúna	4,2	110.702,6	26.239
58º	Santa Maria de Jetibá	4,1	138.951,1	33.921
59º	Jaguaré	4,1	95.850,1	23.472
60º	Vila Pavão	4,0	36.148,4	9.126
61º	Água Doce do Norte	3,8	46.513,2	12.091
62º	Dores do Rio Preto	3,8	23.861,7	6.293
63º	Ibitirama	3,8	35.012,0	9.238
64º	Mucurici	2,9	17.354,4	5.910
65º	Montanha	2,9	54.399,7	18.856
66º	São Domingos do Norte	2,9	23.592,0	8.205
67º	Águia Branca	2,8	26.401,3	9.503
68º	Ponto Belo	2,7	19.285,5	7.247
69º	Laranja da Terra	2,4	26.844,8	11.136
70º	Governador Lindenberg	2,3	23.486,7	10.420
71º	Santa Leopoldina	1,6	20.244,7	12.743
72º	Pinheiros	1,3	32.183,1	23.874
73º	Vila Valério	1,3	18.683,3	14.048
74º	Ibatiba	1,2	25.351,1	20.471
75º	Ecoporanga	1,1	25.633,3	23.891
76º	Sooretama	1,1	25.407,5	23.761
77º	Brejetuba	1,0	11.007,1	11.097
78º	Pedro Canário	0,8	19.012,3	24.404
TOTAL		30,6	106.636.636,0	3.487.199

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES. População para 2009 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

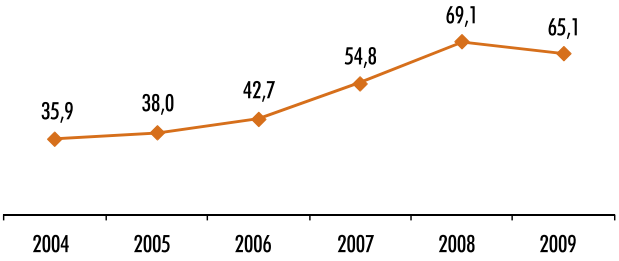
ITBI

A arrecadação do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* (ITBI) do conjunto dos municípios capixabas registrou o valor de R$ 65,1 milhões em 2009, resultando em decréscimo de -5,8% frente ao ano anterior. Essa queda interrompeu um período de consecutiva expansão desde 2004. Nos anos de 2007 e 2008, o ritmo de crescimento acelerou, quando foram registradas taxas acima de 25%.

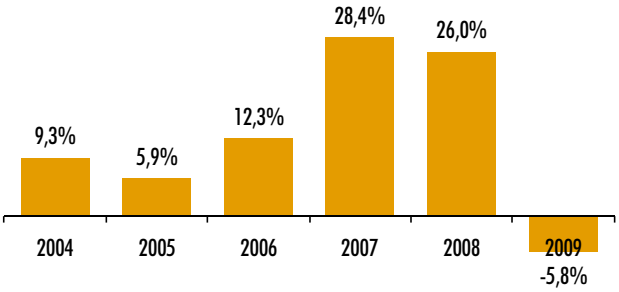
Essa guinada no desempenho do ITBI foi consequência direta da crise financeira internacional, na medida em que o setor imobiliário foi um dos mais afetados. Dos 78 municípios, 68% deles acusaram queda de arrecadação de ITBI entre 2008 e 2009.

Evolução da arrecadação do ITBI

em R$ milhões - IPCA médio de 2009



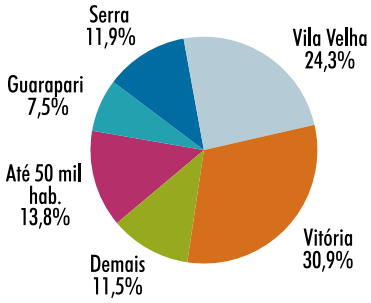
Taxa anual de crescimento do ITBI



Apesar de o recuo ter atingido a grande maioria dos municípios, o comportamento da arrecadação de Serra e Presidente Kennedy tiveram grande peso no desempenho de 2009. Serra, que representou 11,9% do montante arrecadado dos municípios, amargou uma variação negativa de -18,5%, tendo a receita reduzida em R$ 1,8 milhão. Já Presidente Kennedy teve uma queda de R$ 2,8 milhões, voltando ao patamar de arrecadação dos anos anteriores a 2008, ano atípico de recolhimento de ITBI, decorrente da aquisição de terras feita pela Mineradora Ferrous.

Excluindo Serra e Presidente Kennedy do montante da receita do ITBI dos municípios capixabas, o resultado apresenta um crescimento de 1%. Entretanto, considerando o alto crescimento em 2007 e 2008, os resultados apresentados pelos demais municípios atestam os efeitos da crise sobre o nível de arrecadação.

Participação dos municípios na receita do ITBI - 2009

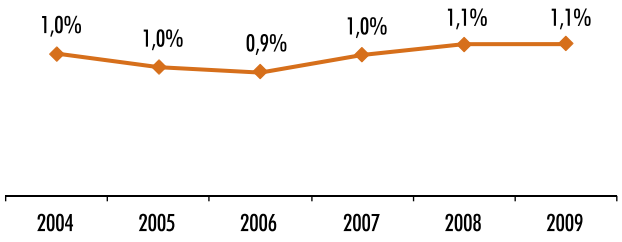


Os municípios de menor porte populacional, de até 50 mil habitantes, exceto Presidente Kennedy, apresentaram um resultado médio -7,8% menor que no ano de 2008. Mucurici registrou a maior queda: -76,3%. Pedro Canário (-60,2%), Pinheiros (-56,4%), Iconha (-52,7%) e Vila Valério (-51,3%) também tiveram redução superior a -50%. Em sentido contrário, Vargem Alta e Rio Novo do Sul apresentaram excepcionais taxas de crescimento: respectivamente, 261,1% e 127,8%.

Já entre os municípios com população superior a 50 mil habitantes, à exceção de Serra, Viana registrou o maior decréscimo, de -19,1%. Cariacica sofreu uma queda de -16%, seguido por Aracruz (-11,4%) e Guarapari (-10,7%). Cachoeiro de Itapemirim e Vila Velha tiveram melhores resultados, de -14,6% e -10,5%, respectivamente. No caso de Vila Velha houve uma forte desaceleração no crescimento da arrecadação. Em 2007 e 2008, o município havia obtido aumentos de arrecadação do ITBI de 20,9% e 33,3%, respectivamente. O mesmo ocorreu com Vitória, cujo crescimento de 3,1% foi muito aquém das taxas que vinha alcançando nos últimos três anos, superiores a 20%.

Apesar desses resultados, a participação do ITBI na receita total permaneceu no mesmo patamar. Isso porque a receita total teve uma queda de -6,1%, superior a do próprio ITBI. Os municípios onde as participações do ITBI atingiram seus maiores níveis de importância na receita total foram Guarapari (3,6%) e Vila Velha (3,5%).

Participação do ITBI na receita total



Com o aumento de 39,1% na arrecadação, Anchieta atingiu a segunda posição no *ranking* per capita estadual, com R$ 51,49 por habitante, ficando atrás apenas de Vitória, que, apesar do tímido crescimento na receita de 3,1%, lidera com R$ 62,91 por habitante. Em seguida, aparece Guarapari: R$ 46,90. Já o Município de Presidente Kennedy, que liderou o *ranking* no ano de 2008, teve o resultado per capita de R$ 10,37.

O município de Alto Rio Novo, que não acusou recolhimento de ITBI no ano de 2008, encerrou o ano de 2009 com o resultado baixo, com a relação de R$ 4,05 por habitante. O *ranking* completo se encontra na página 33.

Saiba mais sobre o ITBI

Tendo como fato gerador a compra e venda ou a cessão de imóveis, o imposto depende de transações entre agentes econômicos, cujas decisões são influenciadas por avaliações de uso ou de natureza patrimonial. Seu potencial arrecadador diferencia-se entre as cidades, variando conforme o nível de concentração urbana, o grau de desenvolvimento da estrutura produtiva e o nível de renda das pessoas. Seu comportamento depende ainda das condições estruturais ou conjunturais da economia, da oferta de crédito e da política de fiscalização dos governos locais.

Na primeira Constituição da República Federativa do Brasil, em 1891, o ITBI era de competência dos estados. Com a Emenda Constitucional nº 5, de 1961, distinguiu-se o imposto em ITBI *causa mortis* (herança ou sucessão) e ITBI *inter vivos* (transações imobiliárias), destinando-se a competência do primeiro aos estados e a do segundo aos municípios. Essa determinação foi sendo alterada ao longo das sucessivas constituições e emendas, até que na Constituição Federal de 1988 passou a vigorar o mesmo estabelecido em 1961.

O ITBI tem como fato gerador a transmissão da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis e a transmissão de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia. O contribuinte é definido em lei municipal, podendo ser qualquer uma das partes envolvidas na transação. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, e a definição da alíquota que incide sobre essa base é de plena competência municipal, não existindo limite para sua fixação.

▶ Arrecadação do ITBI - 2004-2009

Regiões e municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Participação 2009 no total do ITBI	Participação 2009 na receita total[a]	ITBI per capita 2009
	em R$ mil - IPCA médio de 2009						em %			em R$
MS Noroeste	**1.995,6**	**2.439,7**	**2.613,9**	**2.798,1**	**2.860,2**	**2.845,7**	**-0,5**	**4,4**	**0,5**	**7,0**
Água Doce do Norte	51,0	58,7	36,8	47,9	49,9	75,2	50,6	0,1	0,4	6,2
Águia Branca	49,5	60,5	91,0	54,3	56,8	51,8	-8,9	0,1	0,3	5,4
Alto Rio Novo	24,2	21,3	5,6	0,1	-	25,0	..	0,0	0,2	4,0
Baixo Guandu	155,3	175,7	195,7	153,8	97,3	193,2	98,7	0,3	0,5	6,5
Barra de São Francisco	383,0	372,9	417,9	404,8	370,7	358,2	-3,4	0,6	0,7	8,6
Boa Esperança	84,7	118,0	86,8	167,9	107,5	92,1	-14,3	0,1	0,4	7,0
Colatina	467,7	712,4	769,7	837,1	943,3	972,6	3,1	1,5	0,6	8,7
Ecoporanga	182,4	165,5	138,5	138,3	162,5	208,5	28,3	0,3	0,6	8,7
Governador Lindenberg	5,1	1,0	33,6	61,9	36,0	32,9	-8,5	0,1	0,2	3,2
Mantenópolis	143,7	146,6	135,8	114,4	117,5	100,3	-14,6	0,2	0,5	8,6
Marilândia	31,2	60,1	56,7	68,6	68,1	56,7	-16,7	0,1	0,3	5,3
Nova Venécia	151,7	165,0	286,2	269,8	333,9	263,7	-21,0	0,4	0,4	5,7
Pancas	74,5	114,1	97,2	141,0	134,0	109,2	-18,5	0,2	0,4	5,9
São Domingos do Norte	53,4	72,9	31,9	134,0	85,0	64,0	-24,8	0,1	0,4	7,8
São Gabriel da Palha	100,0	140,8	154,4	134,6	177,5	173,0	-2,5	0,3	0,4	5,7
Vila Pavão	12,8	13,2	13,9	30,2	26,9	23,8	-11,4	0,0	0,1	2,6
Vila Valério	25,7	41,1	62,2	39,5	93,5	45,6	-51,3	0,1	0,2	3,2
MS Litoral Norte	**3.801,7**	**3.299,7**	**3.399,1**	**5.613,7**	**4.761,8**	**4.036,5**	**-15,2**	**6,2**	**0,4**	**7,7**
Aracruz	445,3	433,9	647,2	814,8	367,6	325,6	-11,4	0,5	0,1	4,1
Conceição da Barra	255,8	74,5	51,7	252,4	158,3	103,2	-34,8	0,2	0,2	3,8
Fundão	155,7	94,3	110,7	114,1	152,2	179,9	18,2	0,3	0,6	10,9
Ibiraçu	75,8	32,7	38,7	59,9	75,7	49,5	-34,6	0,1	0,2	4,6
Jaguaré	95,2	84,1	82,3	149,5	135,1	126,1	-6,6	0,2	0,3	5,4
João Neiva	58,3	66,6	107,3	80,0	118,3	131,2	10,8	0,2	0,4	9,0
Linhares	1.073,6	1.066,8	881,3	1.425,0	1.460,1	1.395,1	-4,4	2,1	0,5	10,5
Montanha	669,0	139,3	176,4	188,3	215,6	117,1	-45,7	0,2	0,4	6,2
Mucurici	30,1	269,3	173,3	30,4	91,4	21,6	-76,3	0,0	0,2	3,7
Pedro Canário	65,8	101,0	45,6	415,2	86,8	34,6	-60,2	0,1	0,1	1,4
Pinheiros	153,0	157,0	295,0	348,8	522,6	227,7	-56,4	0,3	0,6	9,5
Ponto Belo	90,5	29,8	27,7	53,6	50,5	43,4	-14,1	0,1	0,3	6,0
Rio Bananal	70,6	102,3	86,0	190,1	176,3	129,9	-26,3	0,2	0,4	7,5
São Mateus	518,6	556,1	616,6	1.096,3	1.045,8	1.070,9	2,4	1,6	0,7	10,5
Sooretama	44,6	91,9	59,3	395,3	105,4	80,8	-23,3	0,1	0,3	3,4
MS Central	**2.264,1**	**2.308,1**	**2.300,2**	**2.897,6**	**3.651,3**	**3.521,4**	**-3,6**	**5,4**	**0,6**	**11,4**
Afonso Cláudio	183,8	149,1	128,7	141,7	196,6	142,1	-27,8	0,2	0,4	4,5
Alfredo Chaves	95,3	82,0	95,0	126,7	85,2	143,4	68,3	0,2	0,6	9,8
Anchieta	304,5	254,8	366,4	415,7	748,5	1.041,5	39,1	1,6	0,9	51,5
Brejetuba	34,6	62,9	56,1	24,4	27,3	23,1	-15,4	0,0	0,1	2,1
Conceição do Castelo	62,9	89,4	82,9	61,9	101,6	73,0	-28,2	0,1	0,3	6,2
Domingos Martins	480,7	486,6	451,6	594,0	584,6	485,0	-17,0	0,7	1,0	14,9
Iconha	30,2	17,1	38,5	140,6	104,2	49,3	-52,7	0,1	0,2	4,1
Itaguaçu	105,5	109,1	94,2	141,1	172,0	174,9	1,7	0,3	0,8	12,3
Itarana	26,8	49,3	63,2	86,8	62,4	83,1	33,2	0,1	0,4	7,8
Laranja da Terra	28,8	-	4,8	30,6	73,5	71,2	-3,2	0,1	0,4	6,4
Marechal Floriano	140,9	191,2	149,6	221,2	292,2	167,7	-42,6	0,3	0,7	12,6
Piúma	274,1	265,9	299,8	213,1	342,6	271,8	-20,7	0,4	0,9	15,8
Rio Novo do Sul	23,7	19,7	27,1	35,9	25,9	59,0	127,8	0,1	0,4	5,2
Santa Leopoldina	123,0	43,7	56,7	98,8	106,0	100,6	-5,1	0,2	0,5	7,9
Santa Maria de Jetibá	77,3	96,8	99,3	123,6	192,3	167,1	-13,1	0,3	0,3	4,9
Santa Teresa	139,2	192,5	185,9	238,2	312,7	271,4	-13,2	0,4	0,8	13,1
São Roque do Canaã	28,3	61,6	24,3	56,0	55,9	31,4	-43,9	0,0	0,2	2,9
Venda Nova do Imigrante	104,5	136,2	76,2	147,2	167,8	165,9	-1,1	0,3	0,5	8,3
Região Metropolitana	**25.807,8**	**27.132,7**	**31.493,3**	**39.984,0**	**51.091,7**	**50.479,0**	**-1,2**	**77,5**	**1,9**	**30,2**
Cariacica	620,7	646,7	1.048,7	1.968,8	1.954,8	1.642,1	-16,0	2,5	0,6	4,5
Guarapari	3.285,9	3.560,8	3.804,6	4.669,4	5.490,7	4.902,8	-10,7	7,5	3,6	46,9
Serra	3.395,4	3.439,0	4.556,1	6.508,5	9.477,6	7.719,9	-18,5	11,9	1,2	19,1
Viana	157,8	172,8	212,2	152,4	314,9	254,8	-19,1	0,4	0,3	4,2
Vila Velha	7.319,9	8.520,2	8.883,4	10.739,8	14.320,7	15.817,6	10,5	24,3	3,5	38,2
Vitória	11.028,2	10.793,3	12.988,4	15.945,1	19.533,0	20.141,9	3,1	30,9	1,9	62,9
MS Sul	**2.031,1**	**2.848,2**	**2.912,8**	**3.550,5**	**6.754,2**	**4.224,9**	**-37,4**	**6,5**	**0,5**	**7,4**
Alegre	118,3	139,4	197,0	185,1	172,3	172,9	0,3	0,3	0,3	5,6
Apiacá	22,7	43,1	47,9	25,4	30,1	19,7	-34,6	0,0	0,1	2,5
Atílio Vivacqua	17,0	31,5	32,1	51,9	70,5	67,1	-4,9	0,1	0,4	7,2
Bom Jesus do Norte	18,6	15,8	12,8	26,4	25,0	28,3	13,2	0,0	0,2	2,9
Cachoeiro de Itapemirim	868,9	997,5	1.283,6	1.533,3	1.613,4	1.849,5	14,6	2,8	0,8	9,2
Castelo	163,3	284,8	233,9	390,7	452,2	449,3	-0,6	0,7	0,9	13,5
Divino de São Lourenço	16,7	38,5	10,5	14,1	27,5	30,6	11,0	0,0	0,3	6,1
Dores do Rio Preto	19,8	24,2	27,8	33,4	28,2	36,7	29,9	0,1	0,3	5,8
Guaçuí	84,4	121,8	133,2	116,9	117,9	165,4	40,3	0,3	0,4	6,2
Ibatiba	9,6	120,2	30,9	36,9	55,0	64,4	17,1	0,1	0,2	3,1
Ibitirama	26,0	29,6	27,1	26,9	63,2	68,1	7,7	0,1	0,5	7,4
Irupi	48,3	59,4	48,5	49,5	69,1	48,3	-30,0	0,1	0,3	4,5
Itapemirim	46,6	86,0	80,3	154,2	227,0	159,5	-29,8	0,2	0,2	4,9
Iúna	135,9	171,6	130,7	191,5	164,7	154,4	-6,2	0,2	0,4	5,9
Jerônimo Monteiro	23,3	57,2	38,1	45,5	69,5	35,1	-49,4	0,1	0,2	3,1
Marataízes	93,9	140,5	162,9	209,8	209,7	222,9	6,3	0,3	0,5	6,9
Mimoso do Sul	7,6	64,6	119,6	90,4	130,3	101,3	-22,3	0,2	0,3	3,7
Muniz Freire	85,2	116,8	81,1	63,8	109,1	87,1	-20,2	0,1	0,3	4,7
Muqui	50,8	64,0	59,7	43,3	51,9	51,7	-0,5	0,1	0,3	3,6
Presidente Kennedy	58,6	126,2	81,3	112,4	2.939,9	113,0	-96,2	0,2	0,1	10,4
São José do Calçado	58,4	26,5	45,3	74,4	56,8	44,8	-21,3	0,1	0,2	4,1
Vargem Alta	57,1	89,0	28,6	74,4	70,6	254,8	261,1	0,4	0,7	13,7
TOTAL	**35.900,4**	**38.028,5**	**42.719,4**	**54.843,8**	**69.119,2**	**65.107,6**	**-5,8**	**100,0**	**1,1**	**18,7**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: [a]receita total ajustada dos efeitos do Fundef / Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

▶ ITBI

Posição	Município	ITBI em R$	População
1º	Vitória	20.141.884,8	320.156
2º	Vila Velha	15.817.577,4	413.548
3º	Serra	7.719.890,0	404.688
4º	Guarapari	4.902.758,4	104.534
5º	Cachoeiro de Itapemirim	1.849.493,7	201.259
6º	Cariacica	1.642.144,0	365.859
7º	Linhares	1.395.137,5	132.664
8º	São Mateus	1.070.903,8	101.613
9º	Anchieta	1.041.461,5	20.226
10º	Colatina	972.640,0	111.365
11º	Domingos Martins	485.043,8	32.455
12º	Castelo	449.301,0	33.212
13º	Barra de São Francisco	358.187,7	41.645
14º	Aracruz	325.555,3	78.658
15º	Piúma	271.760,5	17.212
16º	Santa Teresa	271.398,1	20.742
17º	Nova Venécia	263.730,2	46.354
18º	Vargem Alta	254.784,0	18.637
19º	Viana	254.753,6	60.829
20º	Pinheiros	227.670,6	23.874
21º	Marataízes	222.876,3	32.502
22º	Ecoporanga	208.501,4	23.891
23º	Baixo Guandu	193.225,9	29.891
24º	Fundão	179.890,5	16.431
25º	Itaguaçu	174.941,5	14.171
26º	São Gabriel da Palha	172.954,2	30.604
27º	Alegre	172.915,1	31.143
28º	Marechal Floriano	167.741,2	13.302
29º	Santa Maria de Jetibá	167.069,8	33.921
30º	Venda Nova do Imigrante	165.947,9	20.028
31º	Guaçuí	165.419,2	26.743
32º	Itapemirim	159.484,8	32.761
33º	Iúna	154.444,7	26.239
34º	Alfredo Chaves	143.361,9	14.585
35º	Afonso Cláudio	142.057,8	31.384
36º	João Neiva	131.153,7	14.621
37º	Rio Bananal	129.922,6	17.247
38º	Jaguaré	126.104,7	23.472
39º	Montanha	117.064,1	18.856
40º	Presidente Kennedy	113.041,2	10.903
41º	Pancas	109.236,4	18.497
42º	Conceição da Barra	103.181,2	27.059
43º	Mimoso do Sul	101.260,1	27.124
44º	Santa Leopoldina	100.622,6	12.743
45º	Mantenópolis	100.265,3	11.630
46º	Boa Esperança	92.115,7	13.119
47º	Muniz Freire	87.131,9	18.358
48º	Itarana	83.095,7	10.667
49º	Sooretama	80.809,5	23.761
50º	Água Doce do Norte	75.163,9	12.091
51º	Conceição do Castelo	72.965,9	11.851
52º	Laranja da Terra	71.162,7	11.136
53º	Ibitirama	68.100,9	9.238
54º	Atílio Vivacqua	67.081,2	9.361
55º	Ibatiba	64.400,3	20.471
56º	São Domingos do Norte	63.969,0	8.205
57º	Rio Novo do Sul	58.991,1	11.447
58º	Marilândia	56.701,4	10.676
59º	Águia Branca	51.752,8	9.503
60º	Muqui	51.690,3	14.377
61º	Ibiraçu	49.546,7	10.724
62º	Iconha	49.321,9	11.901
63º	Irupi	48.343,2	10.735
64º	Vila Valério	45.562,9	14.048
65º	São José do Calçado	44.750,1	10.965
66º	Ponto Belo	43.399,6	7.247
67º	Dores do Rio Preto	36.676,5	6.293
68º	Jerônimo Monteiro	35.145,9	11.235
69º	Pedro Canário	34.566,0	24.404
70º	Governador Lindenberg	32.925,0	10.420
71º	São Roque do Canaã	31.384,0	10.817
72º	Divino de São Lourenço	30.557,4	5.011
73º	Bom Jesus do Norte	28.336,5	9.672
74º	Alto Rio Novo	24.984,5	6.172
75º	Vila Pavão	23.814,8	9.126
76º	Brejetuba	23.090,8	11.097
77º	Mucurici	21.624,3	5.910
78º	Apiacá	19.692,6	7.883
TOTAL		**65.107.614,7**	**3.487.199**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES.

▶ ITBI per capita

Posição	Município	A / B	ITBI (A) em R$	População (B)
1º	Vitória	62,9	20.141.884,8	320.156
2º	Anchieta	51,5	1.041.461,5	20.226
3º	Guarapari	46,9	4.902.758,4	104.534
4º	Vila Velha	38,2	15.817.577,4	413.548
5º	Serra	19,1	7.719.890,0	404.688
6º	Piúma	15,8	271.760,5	17.212
7º	Domingos Martins	14,9	485.043,8	32.455
8º	Vargem Alta	13,7	254.784,0	18.637
9º	Castelo	13,5	449.301,0	33.212
10º	Santa Teresa	13,1	271.398,1	20.742
11º	Marechal Floriano	12,6	167.741,2	13.302
12º	Itaguaçu	12,3	174.941,5	14.171
13º	Fundão	10,9	179.890,5	16.431
14º	São Mateus	10,5	1.070.903,8	101.613
15º	Linhares	10,5	1.395.137,5	132.664
16º	Presidente Kennedy	10,4	113.041,2	10.903
17º	Alfredo Chaves	9,8	143.361,9	14.585
18º	Pinheiros	9,5	227.670,6	23.874
19º	Cachoeiro de Itapemirim	9,2	1.849.493,7	201.259
20º	João Neiva	9,0	131.153,7	14.621
21º	Colatina	8,7	972.640,0	111.365
22º	Ecoporanga	8,7	208.501,4	23.891
23º	Mantenópolis	8,6	100.265,3	11.630
24º	Barra de São Francisco	8,6	358.187,7	41.645
25º	Venda Nova do Imigrante	8,3	165.947,9	20.028
26º	Santa Leopoldina	7,9	100.622,6	12.743
27º	São Domingos do Norte	7,8	63.969,0	8.205
28º	Itarana	7,8	83.095,7	10.667
29º	Rio Bananal	7,5	129.922,6	17.247
30º	Ibitirama	7,4	68.100,9	9.238
31º	Atílio Vivacqua	7,2	67.081,2	9.361
32º	Boa Esperança	7,0	92.115,7	13.119
33º	Marataízes	6,9	222.876,3	32.502
34º	Baixo Guandu	6,5	193.225,9	29.891
35º	Laranja da Terra	6,4	71.162,7	11.136
36º	Água Doce do Norte	6,2	75.163,9	12.091
37º	Montanha	6,2	117.064,1	18.856
38º	Guaçuí	6,2	165.419,2	26.743
39º	Conceição do Castelo	6,2	72.965,9	11.851
40º	Divino de São Lourenço	6,1	30.557,4	5.011
41º	Ponto Belo	6,0	43.399,6	7.247
42º	Pancas	5,9	109.236,4	18.497
43º	Iúna	5,9	154.444,7	26.239
44º	Dores do Rio Preto	5,8	36.676,5	6.293
45º	Nova Venécia	5,7	263.730,2	46.354
46º	São Gabriel da Palha	5,7	172.954,2	30.604
47º	Alegre	5,6	172.915,1	31.143
48º	Águia Branca	5,4	51.752,8	9.503
49º	Jaguaré	5,4	126.104,7	23.472
50º	Marilândia	5,3	56.701,4	10.676
51º	Rio Novo do Sul	5,2	58.991,1	11.447
52º	Santa Maria de Jetibá	4,9	167.069,8	33.921
53º	Itapemirim	4,9	159.484,8	32.761
54º	Muniz Freire	4,7	87.131,9	18.358
55º	Ibiraçu	4,6	49.546,7	10.724
56º	Afonso Cláudio	4,5	142.057,8	31.384
57º	Irupi	4,5	48.343,2	10.735
58º	Cariacica	4,5	1.642.144,0	365.859
59º	Viana	4,2	254.753,6	60.829
60º	Iconha	4,1	49.321,9	11.901
61º	Aracruz	4,1	325.555,3	78.658
62º	São José do Calçado	4,1	44.750,1	10.965
63º	Alto Rio Novo	4,0	24.984,5	6.172
64º	Conceição da Barra	3,8	103.181,2	27.059
65º	Mimoso do Sul	3,7	101.260,1	27.124
66º	Mucurici	3,7	21.624,3	5.910
67º	Muqui	3,6	51.690,3	14.377
68º	Sooretama	3,4	80.809,5	23.761
69º	Vila Valério	3,2	45.562,9	14.048
70º	Governador Lindenberg	3,2	32.925,0	10.420
71º	Ibatiba	3,1	64.400,3	20.471
72º	Jerônimo Monteiro	3,1	35.145,9	11.235
73º	Bom Jesus do Norte	2,9	28.336,5	9.672
74º	São Roque do Canaã	2,9	31.384,0	10.817
75º	Vila Pavão	2,6	23.814,8	9.126
76º	Apiacá	2,5	19.692,6	7.883
77º	Brejetuba	2,1	23.090,8	11.097
78º	Pedro Canário	1,4	34.566,0	24.404
TOTAL		**18,7**	**65.107.614,7**	**3.487.199**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES. População para 2009 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

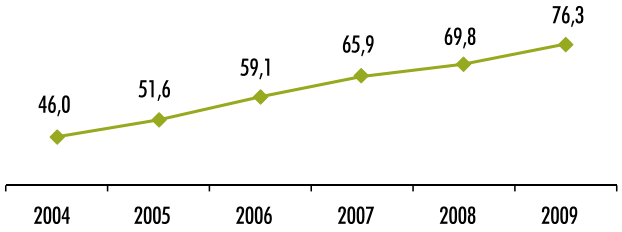
Taxas

Visando a uniformizar as informações divulgadas em todas as demais publicações da Aequus Consultoria, a partir desta edição, **Finanças dos Municípios Capixabas** não mais incluirá a receita da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (Cosip) nas análises das taxas. Dessa forma, o nosso leitor conseguirá comparar o desempenho das taxas dos municípios do Espírito Santo com o de qualquer outro da Região Sudeste, através das revistas **Finanças dos Municípios Fluminenses**, **Finanças dos Municípios Mineiros**, e **Finanças dos Municípios Paulistas**, ou com os principais municípios do Brasil, por meio do anuário **Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil**.

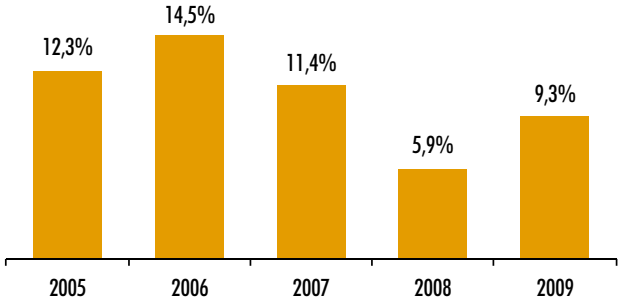
Após a nítida desaceleração de 2008, os municípios capixabas voltaram a aumentar o ritmo de crescimento da arrecadação das taxas, que teve um incremento de R$ 6,5 milhões em 2009, perfazendo um total de R$ 76,3 milhões, o que representou um aumento real de 9,3%, em relação a 2008. O desempenho desses dois anos pode ter sido influenciado pelo ciclo eleitoral, pois há uma tendência de menor rigidez na cobrança dos tributos em anos eleitorais, e de recuperação da arrecadação nos anos seguintes.

Evolução da arrecadação de taxas

em R$ milhões - IPCA médio de 2009



Variação anual da receita de taxas



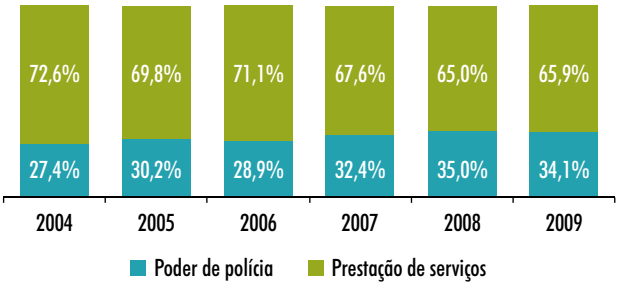
Em 2009, os municípios pequenos, com menos de 50 mil habitantes, apresentaram uma ligeira queda de -0,4%, interrompendo uma trajetória de quatro anos de crescimentos ininterruptos no recolhimento de taxas. As maiores reduções ocorreram nos municípios de Governador Lindenberg (-62,8%), Jaguaré (-56,4%), Guaçuí (-51,2%), Bom Jesus do Norte (-43,5%) e Boa Esperança (-40,9%). Em contrapartida, a arrecadação de taxas mais que dobrou em oito municípios: Alfredo Chaves, Alto Rio Novo, Atílio Vivacqua, Divino de São Lourenço, Dores do Rio Preto, Ibatiba, Mucurici e Vargem Alta. Dentre esses, cabe destacar a recuperação excepcional do município de Alto Rio Novo, após dois anos seguidos de arrecadação extremamente baixa, inferior a R$ 1 mil anual.

Já nos municípios com mais de 50 mil habitantes, exceto Vitória, as taxas tiveram um crescimento médio de 12,3%, influenciado, principalmente, pelo desempenho de Guarapari, que praticamente dobrou (98,3%) a arrecadação de taxas em relação a 2008. Excluindo Guarapari, os demais municípios apresentaram um aumento médio de 6,4%. Cariacica e Vila Velha apresentaram os segundo e terceiro maiores aumentos nesse grupo, com 11,7% e 10,3%, respectivamente. São Mateus, Colatina, Aracruz e Viana registraram quedas, que variaram entre -18,7% e -8,5%. Na capital, foram coletados

R$ 17,9 milhões em taxas, o que equivaleu a uma expansão de 9,2%, em relação a 2008, ou seja, R$ 1,5 milhão em recursos adicionais.

A maior parte dessa arrecadação é composta pelas taxas de prestação de serviços, que, em 2009, responderam por 65,9% do total. Entretanto, nota-se que, ao longo dos anos, tem aumentado a participação das taxas de poder de polícia. Entre 2004 e 2009, enquanto a receita total de taxas apresentou um aumento real acumulado de 65,9%, a coleta das taxas de poder de polícia mais que dobrou (106,1%), saltando de R$ 12,6 milhões para R$ 26,0 milhões, respectivamente. Já as taxas de prestação de serviços tiveram um aumento no desempenho de 50,7%, no mesmo período.

Composição da receita de taxas



A participação das taxas na formação da receita total dos municípios capixabas foi bem pequena, em média 1,3%, em 2009. Apenas em dois municípios, Vila Velha e Guarapari, sua importância foi um pouco maior: 4,3% e 3,8%, respectivamente. Em relação à receita tributária, o peso médio das taxas foi de 7,8%. No entanto, para oito municípios (Alfredo Chaves, Iconha, Itarana, João Neiva, Pedro Canário, Rio Novo do Sul, São Gabriel da Palha e Vila Velha) a receita de taxas figurou como a segunda maior fonte de receita própria, respondendo, em média, por 15,7% da arrecadação tributária.

As taxas são tributos cobrados pelos governos para o custeio específico de determinadas atividades públicas. Cada município possui plena autonomia para instituir os critérios para a sua arrecadação, desde que sejam observados os princípios de divisibilidade e especificidade, exigidos pela Constituição Federal.

Atualmente, as taxas são divididas em dois grandes grupos de acordo com a natureza da cobrança: pelo poder de polícia e pela prestação de serviços. As taxas pelo poder de polícia são recolhidas para custear as atividades ligadas à segurança, higiene, ordem social e urbana, autorização para o funcionamento de atividades econômicas, etc. Pode-se citar como exemplo as que são cobradas pela utilização de áreas públicas, publicidade, fiscalização e licenciamento ambiental, vigilância sanitária, execução de obras, entre outras.

Já as taxas pela prestação de serviços destinam-se ao custeio de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, tais como limpeza pública, utilização de cemitérios, coleta de lixo, utilização de internet pública, entre outras.

▶ Arrecadação das taxas - 2004-2009

Regiões e municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Participação 2009 no total das taxas	Participação 2009 na receita total[a]	Taxas per capita 2009
	em R$ mil - IPCA médio de 2009						em %			em R$
MS Noroeste	**3.218,3**	**3.141,1**	**3.790,9**	**4.144,5**	**4.296,7**	**4.243,9**	**-1,2**	**5,6**	**0,7**	**10,4**
Água Doce do Norte	53,0	37,3	37,0	37,8	27,6	39,4	42,8	0,1	0,2	3,3
Águia Branca	14,9	37,7	39,4	41,7	40,3	40,5	0,4	0,1	0,2	4,3
Alto Rio Novo	41,8	10,8	13,2	-	0,1	28,9	20.996,5	0,0	0,2	4,7
Baixo Guandu	248,4	399,7	475,8	397,1	478,6	451,0	-5,8	0,6	1,1	15,1
Barra de São Francisco	350,6	358,2	443,6	467,3	488,2	580,2	18,8	0,8	1,1	13,9
Boa Esperança	60,0	66,7	76,3	156,6	117,6	69,4	-40,9	0,1	0,3	5,3
Colatina	938,3	1.051,2	1.098,3	1.374,2	1.460,6	1.312,6	-10,1	1,7	0,8	11,8
Ecoporanga	76,5	76,2	114,1	80,2	93,4	115,4	23,5	0,2	0,3	4,8
Governador Lindenberg	110,0	60,8	77,4	156,4	145,1	54,0	-62,8	0,1	0,3	5,2
Mantenópolis	34,8	28,7	43,9	77,1	75,4	87,8	16,5	0,1	0,4	7,6
Marilândia	16,3	43,1	17,9	27,5	22,0	29,3	33,3	0,0	0,2	2,7
Nova Venécia	453,9	361,6	407,1	436,2	394,9	428,5	8,5	0,6	0,7	9,2
Pancas	60,5	78,0	263,2	189,5	205,7	163,0	-20,8	0,2	0,6	8,8
São Domingos do Norte	31,1	33,0	36,2	51,1	47,0	49,9	6,2	0,1	0,3	6,1
São Gabriel da Palha	441,5	327,8	480,2	490,7	545,5	616,9	13,1	0,8	1,4	20,2
Vila Pavão	217,5	82,8	93,4	91,6	79,5	49,7	-37,5	0,1	0,3	5,4
Vila Valério	69,1	87,4	74,0	69,4	75,2	127,5	69,7	0,2	0,5	9,1
MS Litoral Norte	**3.471,0**	**3.801,7**	**5.243,0**	**5.349,0**	**5.967,8**	**5.382,8**	**-9,8**	**7,1**	**0,5**	**10,2**
Aracruz	288,9	354,9	636,6	828,6	1.093,3	992,7	-9,2	1,3	0,4	12,6
Conceição da Barra	96,9	102,4	104,3	132,2	152,3	129,5	-15,0	0,2	0,3	4,8
Fundão	17,6	58,3	753,2	63,8	66,9	102,2	52,7	0,1	0,3	6,2
Ibiraçu	130,4	139,6	148,4	161,9	128,4	121,4	-5,5	0,2	0,6	11,3
Jaguaré	64,2	88,3	78,0	317,0	275,1	119,9	-56,4	0,2	0,3	5,1
João Neiva	331,7	339,0	382,7	398,9	409,1	426,4	4,2	0,6	1,4	29,2
Linhares	850,5	1.095,9	1.155,9	1.551,4	1.402,1	1.444,6	3,0	1,9	0,5	10,9
Montanha	48,9	38,1	57,4	65,0	64,0	80,2	25,4	0,1	0,3	4,3
Mucurici	2,1	33,4	22,5	18,5	10,0	24,4	142,8	0,0	0,2	4,1
Pedro Canário	50,5	69,3	71,8	51,1	81,4	102,9	26,4	0,1	0,3	4,2
Pinheiros	68,5	95,7	99,6	76,1	153,2	107,3	-30,0	0,1	0,3	4,5
Ponto Belo	21,2	33,6	40,5	39,9	29,4	32,2	9,5	0,0	0,2	4,4
Rio Bananal	4,2	9,6	11,0	44,0	47,2	50,4	6,8	0,1	0,1	2,9
São Mateus	1.460,0	1.303,0	1.618,0	1.541,7	1.953,2	1.587,0	-18,7	2,1	1,0	15,6
Sooretama	35,5	40,5	63,2	59,0	102,2	61,8	-39,5	0,1	0,2	2,6
MS Central	**2.137,5**	**2.638,8**	**3.068,1**	**3.616,0**	**3.636,2**	**3.821,1**	**5,1**	**5,0**	**0,6**	**12,3**
Afonso Cláudio	33,2	46,3	30,1	62,3	35,7	60,0	68,0	0,1	0,1	1,9
Alfredo Chaves	46,7	59,7	333,5	466,2	116,4	253,0	117,4	0,3	1,0	17,3
Anchieta	201,8	359,4	312,7	418,5	563,6	460,7	-18,3	0,6	0,4	22,8
Brejetuba	4,7	31,3	19,1	13,5	16,2	18,0	10,8	0,0	0,1	1,6
Conceição do Castelo	59,3	116,7	59,9	62,2	74,8	71,3	-4,7	0,1	0,3	6,0
Domingos Martins	330,5	294,4	282,0	309,0	451,5	333,5	-26,1	0,4	0,7	10,3
Iconha	144,1	46,9	149,0	217,7	286,8	233,1	-18,7	0,3	1,0	19,6
Itaguaçu	78,7	170,3	166,1	179,1	186,0	197,7	6,3	0,3	0,9	13,9
Itarana	66,4	215,6	177,3	202,6	121,6	139,8	15,0	0,2	0,7	13,1
Laranja da Terra	24,4	64,8	13,2	65,8	61,7	69,8	13,0	0,1	0,4	6,3
Marechal Floriano	136,5	166,6	164,1	200,3	207,4	195,0	-6,0	0,3	0,8	14,7
Piúma	365,8	399,3	431,2	393,7	425,7	479,7	12,7	0,6	1,6	27,9
Rio Novo do Sul	86,0	89,5	100,9	115,1	157,1	254,8	62,2	0,3	1,5	22,3
Santa Leopoldina	29,2	19,4	64,1	66,9	48,1	46,4	-3,4	0,1	0,2	3,6
Santa Maria de Jetibá	142,6	119,3	206,2	221,1	232,7	271,0	16,4	0,4	0,5	8,0
Santa Teresa	131,7	195,1	203,4	247,7	275,2	308,1	11,9	0,4	0,9	14,9
São Roque do Canaã	38,7	29,8	37,9	42,7	41,8	44,6	6,6	0,1	0,2	4,1
Venda Nova do Imigrante	217,2	214,5	317,3	331,4	333,6	384,6	15,3	0,5	1,2	19,2
Região Metropolitana	**33.143,7**	**38.062,2**	**42.295,6**	**46.483,3**	**49.540,2**	**56.565,6**	**14,2**	**74,2**	**2,1**	**33,9**
Cariacica	2.084,8	2.285,0	2.664,0	3.486,3	3.727,9	4.165,6	11,7	5,5	1,4	11,4
Guarapari	1.832,5	3.456,9	3.673,3	4.151,1	2.626,8	5.209,3	98,3	6,8	3,8	49,8
Serra	4.206,6	4.907,2	5.503,9	6.736,1	8.324,2	9.082,7	9,1	11,9	1,4	22,4
Viana	266,6	355,4	641,7	964,5	888,2	812,8	-8,5	1,1	0,9	13,4
Vila Velha	10.378,6	11.216,6	13.336,8	14.577,5	17.548,8	19.363,2	10,3	25,4	4,3	46,8
Vitória	14.374,5	15.841,2	16.475,9	16.567,8	16.424,2	17.932,0	9,2	23,5	1,7	56,0
MS Sul	**4.005,7**	**3.979,2**	**4.735,7**	**6.271,0**	**6.325,8**	**6.246,1**	**-1,3**	**8,2**	**0,7**	**10,9**
Alegre	406,5	411,2	414,5	520,4	688,8	631,9	-8,3	0,8	1,2	20,3
Apiacá	53,3	57,9	59,8	57,4	67,5	67,6	0,1	0,1	0,5	8,6
Atílio Vivacqua	87,8	55,5	57,7	68,5	45,0	120,7	168,2	0,2	0,6	12,9
Bom Jesus do Norte	27,7	51,1	71,7	110,6	114,0	64,5	-43,5	0,1	0,5	6,7
Cachoeiro de Itapemirim	1.032,4	1.112,8	1.064,9	2.125,5	2.032,9	2.121,7	4,4	2,8	1,0	10,5
Castelo	514,1	490,7	540,5	570,5	592,4	618,2	4,3	0,8	1,2	18,6
Divino de São Lourenço	3,6	3,4	3,4	8,8	9,6	19,7	104,1	0,0	0,2	3,9
Dores do Rio Preto	17,9	15,7	19,3	16,1	11,5	36,3	216,4	0,0	0,3	5,8
Guaçuí	326,8	429,7	679,1	771,3	647,3	316,0	-51,2	0,4	0,7	11,8
Ibatiba	144,2	53,0	37,2	48,7	33,8	101,3	200,1	0,1	0,4	4,9
Ibitirama	25,3	43,9	89,1	166,5	102,8	79,6	-22,5	0,1	0,6	8,6
Irupi	29,3	31,9	26,9	49,2	60,0	49,6	-17,4	0,1	0,3	4,6
Itapemirim	780,0	260,4	228,0	282,5	254,1	244,9	-3,6	0,3	0,4	7,5
Iúna	172,2	198,4	313,4	345,5	308,7	318,5	3,2	0,4	0,9	12,1
Jerônimo Monteiro	35,8	49,1	44,9	69,1	44,6	66,5	49,1	0,1	0,4	5,9
Marataízes	89,9	310,0	584,5	623,4	586,9	589,2	0,4	0,8	1,4	18,1
Mimoso do Sul	4,1	27,9	125,5	93,2	90,0	95,7	6,3	0,1	0,3	3,5
Muniz Freire	94,4	105,3	112,2	116,3	154,2	219,6	42,4	0,3	0,7	12,0
Muqui	61,3	55,4	60,0	77,4	81,6	83,7	2,6	0,1	0,4	5,8
Presidente Kennedy	26,7	97,0	55,9	60,2	287,4	195,3	-32,0	0,3	0,2	17,9
São José do Calçado	23,7	50,5	51,6	54,4	44,0	28,6	-35,0	0,0	0,1	2,6
Vargem Alta	48,7	68,4	95,7	35,6	68,7	177,1	157,7	0,2	0,5	9,5
TOTAL	**45.976,2**	**51.623,1**	**59.133,3**	**65.863,8**	**69.766,7**	**76.259,5**	**9,3**	**100,0**	**1,3**	**21,9**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: [a] receita total ajustada dos efeitos do Fundef / Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

▶ Taxas

Posição	Município	Taxas em R$	População
1º	Vila Velha	19.363.247,6	413.548
2º	Vitória	17.931.962,7	320.156
3º	Serra	9.082.695,7	404.688
4º	Guarapari	5.209.272,9	104.534
5º	Cariacica	4.165.647,7	365.859
6º	Cachoeiro de Itapemirim	2.121.721,4	201.259
7º	São Mateus	1.587.040,0	101.613
8º	Linhares	1.444.645,8	132.664
9º	Colatina	1.312.604,4	111.365
10º	Aracruz	992.710,2	78.658
11º	Viana	812.752,5	60.829
12º	Alegre	631.926,3	31.143
13º	Castelo	618.152,3	33.212
14º	São Gabriel da Palha	616.947,2	30.604
15º	Marataízes	589.205,6	32.502
16º	Barra de São Francisco	580.160,9	41.645
17º	Piúma	479.745,6	17.212
18º	Anchieta	460.650,1	20.226
19º	Baixo Guandu	450.994,7	29.891
20º	Nova Venécia	428.450,2	46.354
21º	João Neiva	426.414,4	14.621
22º	Venda Nova do Imigrante	384.606,1	20.028
23º	Domingos Martins	333.524,6	32.455
24º	Iúna	318.466,7	26.239
25º	Guaçuí	316.011,7	26.743
26º	Santa Teresa	308.071,2	20.742
27º	Santa Maria de Jetibá	270.960,0	33.921
28º	Rio Novo do Sul	254.819,7	11.447
29º	Alfredo Chaves	253.001,2	14.585
30º	Itapemirim	244.881,8	32.761
31º	Iconha	233.091,2	11.901
32º	Muniz Freire	219.622,4	18.358
33º	Itaguaçu	197.685,0	14.171
34º	Presidente Kennedy	195.301,8	10.903
35º	Marechal Floriano	195.024,4	13.302
36º	Vargem Alta	177.094,2	18.637
37º	Pancas	162.981,3	18.497
38º	Itarana	139.838,0	10.667
39º	Conceição da Barra	129.466,2	27.059
40º	Vila Valério	127.537,0	14.048
41º	Ibiraçu	121.351,7	10.724
42º	Atílio Vivacqua	120.676,8	9.361
43º	Jaguaré	119.888,7	23.472
44º	Ecoporanga	115.363,6	23.891
45º	Pinheiros	107.325,0	23.874
46º	Pedro Canário	102.896,7	24.404
47º	Fundão	102.225,4	16.431
48º	Ibatiba	101.315,5	20.471
49º	Mimoso do Sul	95.680,8	27.124
50º	Mantenópolis	87.809,3	11.630
51º	Muqui	83.706,0	14.377
52º	Montanha	80.192,6	18.856
53º	Ibitirama	79.632,2	9.238
54º	Conceição do Castelo	71.314,4	11.851
55º	Laranja da Terra	69.763,8	11.136
56º	Boa Esperança	69.444,6	13.119
57º	Apiacá	67.591,9	7.883
58º	Jerônimo Monteiro	66.546,7	11.235
59º	Bom Jesus do Norte	64.459,4	9.672
60º	Sooretama	61.807,0	23.761
61º	Afonso Cláudio	60.011,2	31.384
62º	Governador Lindenberg	53.964,1	10.420
63º	Rio Bananal	50.357,1	17.247
64º	São Domingos do Norte	49.862,1	8.205
65º	Vila Pavão	49.702,8	9.126
66º	Irupi	49.580,8	10.735
67º	Santa Leopoldina	46.415,5	12.743
68º	São Roque do Canaã	44.575,9	10.817
69º	Águia Branca	40.472,6	9.503
70º	Água Doce do Norte	39.359,9	12.091
71º	Dores do Rio Preto	36.347,4	6.293
72º	Ponto Belo	32.157,1	7.247
73º	Marilândia	29.303,2	10.676
74º	Alto Rio Novo	28.896,6	6.172
75º	São José do Calçado	28.566,3	10.965
76º	Mucurici	24.350,6	5.910
77º	Divino de São Lourenço	19.651,2	5.011
78º	Brejetuba	17.963,4	11.097
TOTAL		**76.259.462,2**	**3.487.199**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES.

▶ Taxas per capita

Posição	Município	A / B	Taxas (A) em R$	População (B)
1º	Vitória	56,0	17.931.962,7	320.156
2º	Guarapari	49,8	5.209.272,9	104.534
3º	Vila Velha	46,8	19.363.247,6	413.548
4º	João Neiva	29,2	426.414,4	14.621
5º	Piúma	27,9	479.745,6	17.212
6º	Anchieta	22,8	460.650,1	20.226
7º	Serra	22,4	9.082.695,7	404.688
8º	Rio Novo do Sul	22,3	254.819,7	11.447
9º	Alegre	20,3	631.926,3	31.143
10º	São Gabriel da Palha	20,2	616.947,2	30.604
11º	Iconha	19,6	233.091,2	11.901
12º	Venda Nova do Imigrante	19,2	384.606,1	20.028
13º	Castelo	18,6	618.152,3	33.212
14º	Marataízes	18,1	589.205,6	32.502
15º	Presidente Kennedy	17,9	195.301,8	10.903
16º	Alfredo Chaves	17,3	253.001,2	14.585
17º	São Mateus	15,6	1.587.040,0	101.613
18º	Baixo Guandu	15,1	450.994,7	29.891
19º	Santa Teresa	14,9	308.071,2	20.742
20º	Marechal Floriano	14,7	195.024,4	13.302
21º	Itaguaçu	13,9	197.685,0	14.171
22º	Barra de São Francisco	13,9	580.160,9	41.645
23º	Viana	13,4	812.752,5	60.829
24º	Itarana	13,1	139.838,0	10.667
25º	Atílio Vivacqua	12,9	120.676,8	9.361
26º	Aracruz	12,6	992.710,2	78.658
27º	Iúna	12,1	318.466,7	26.239
28º	Muniz Freire	12,0	219.622,4	18.358
29º	Guaçuí	11,8	316.011,7	26.743
30º	Colatina	11,8	1.312.604,4	111.365
31º	Cariacica	11,4	4.165.647,7	365.859
32º	Ibiraçu	11,3	121.351,7	10.724
33º	Linhares	10,9	1.444.645,8	132.664
34º	Cachoeiro de Itapemirim	10,5	2.121.721,4	201.259
35º	Domingos Martins	10,3	333.524,6	32.455
36º	Vargem Alta	9,5	177.094,2	18.637
37º	Nova Venécia	9,2	428.450,2	46.354
38º	Vila Valério	9,1	127.537,0	14.048
39º	Pancas	8,8	162.981,3	18.497
40º	Ibitirama	8,6	79.632,2	9.238
41º	Apiacá	8,6	67.591,9	7.883
42º	Santa Maria de Jetibá	8,0	270.960,0	33.921
43º	Mantenópolis	7,6	87.809,3	11.630
44º	Itapemirim	7,5	244.881,8	32.761
45º	Bom Jesus do Norte	6,7	64.459,4	9.672
46º	Laranja da Terra	6,3	69.763,8	11.136
47º	Fundão	6,2	102.225,4	16.431
48º	São Domingos do Norte	6,1	49.862,1	8.205
49º	Conceição do Castelo	6,0	71.314,4	11.851
50º	Jerônimo Monteiro	5,9	66.546,7	11.235
51º	Muqui	5,8	83.706,0	14.377
52º	Dores do Rio Preto	5,8	36.347,4	6.293
53º	Vila Pavão	5,4	49.702,8	9.126
54º	Boa Esperança	5,3	69.444,6	13.119
55º	Governador Lindenberg	5,2	53.964,1	10.420
56º	Jaguaré	5,1	119.888,7	23.472
57º	Ibatiba	4,9	101.315,5	20.471
58º	Ecoporanga	4,8	115.363,6	23.891
59º	Conceição da Barra	4,8	129.466,2	27.059
60º	Alto Rio Novo	4,7	28.896,6	6.172
61º	Irupi	4,6	49.580,8	10.735
62º	Pinheiros	4,5	107.325,0	23.874
63º	Ponto Belo	4,4	32.157,1	7.247
64º	Águia Branca	4,3	40.472,6	9.503
65º	Montanha	4,3	80.192,6	18.856
66º	Pedro Canário	4,2	102.896,7	24.404
67º	São Roque do Canaã	4,1	44.575,9	10.817
68º	Mucurici	4,1	24.350,6	5.910
69º	Divino de São Lourenço	3,9	19.651,2	5.011
70º	Santa Leopoldina	3,6	46.415,5	12.743
71º	Mimoso do Sul	3,5	95.680,8	27.124
72º	Água Doce do Norte	3,3	39.359,9	12.091
73º	Rio Bananal	2,9	50.357,1	17.247
74º	Marilândia	2,7	29.303,2	10.676
75º	São José do Calçado	2,6	28.566,3	10.965
76º	Sooretama	2,6	61.807,0	23.761
77º	Afonso Cláudio	1,9	60.011,2	31.384
78º	Brejetuba	1,6	17.963,4	11.097
TOTAL		**21,9**	**76.259.462,2**	**3.487.199**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES. População para 2009 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

Transferências

As transferências têm o objetivo de redistribuir recursos entre as três esferas de governo e as regiões que apresentam diferentes níveis de renda e desenvolvimento. Elas podem ser repassadas ou da União para os estados e municípios ou dos estados para os municípios.

Há dois tipos de transferências: as constitucionais e legais (conforme descrito no quadro abaixo), que são estabelecidas pela Constituição Federal; e as voluntárias, que, como o próprio nome sugere, são recursos financeiros repassados às esferas subnacionais em função de acordos e convênios entre a União, os estados e os municípios.

Em 2009, os municípios capixabas receberam R$ 4,01 bilhões em transferências das esferas supranacionais, respondendo por 69,3% da composição da receita total das cidades do Estado. As mais significativas foram a Quota-parte Municipal no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS) e o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que juntas equivaleram a pouco mais da metade (50,2%) do volume total de recursos transferidos aos municípios (veja mais sobre ICMS na página 40 e sobre o FPM na página 48).

Quadro das transferências constitucionais e legais recebidas pelos municípios

Nome da transferência	Origem dos recursos		Critério de distribuição aos municípios
Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	União	22,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).	Distribuído de acordo com coeficientes definidos pelo Decreto-lei nº 1.881/81.
IPI exportação ou Fundo de exportação	União Estado	A União transfere 10% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos estados, proporcionalmente ao valor de suas exportações. Os estados transferem 25% do que recebem aos municípios.	De acordo com o índice de participação do município no ICMS.
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)	União	Arrecadação do ITR dos imóveis rurais situados no município.	50%
Compensação pela desoneração das exportações (Lei Kandir – LC nº 87/96)	União	O valor da compensação é definido na Lei Orçamentária da União e é distribuído aos estados de acordo com coeficientes definidos no anexo da LC nº 115, de 26/12/2002. Do valor de cada Estado, 25% são repassados aos seus municípios.	De acordo com o índice de participação do município no ICMS*.
IOF-Ouro	União	Da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras sobre o Ouro (IOF), quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, 30% são transferidos ao Estado e 70% ao município onde foi extraído o ouro.	70%
Quota-parte Municipal no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS)	Estado	25% da arrecadação líquida do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).	De acordo com o índice de participação do município[1].
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)	Estado	50% da arrecadação do IPVA dos veículos automotores licenciados no município.	50%
Fundo para Redução das Desigualdades Regionais	Estado	30% da arrecadação estadual proveniente dos *royalties* que incidem sobre a produção de petróleo e gás à alíquota de 5%.	Proporcionalmente à população e inversamente proporcional ao índice de participação do município na distribuição do ICMS, excluídos aqueles com índice acima de 10 e os que receberem mais de 2% do total dos *royalties* repassados aos municípios.

Nome da transferência	Origem dos recursos		Critério de distribuição aos municípios
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)**	Estado municípios	**Recursos que já compunham o Fundef** FPM, Fundo de Participação dos Estados (FPE), ICMS do Estado, QPM-ICMS, IPI exportação e compensação pela desoneração das exportações. Percentual progressivo: 2007, 16,66%; 2008, 18,33%, a partir de 2009, 20%. **Recursos novos com o Fundeb** Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doações (ITCMD), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Quota-parte de 50% do Imposto Territorial Rural devido aos municípios (ITR) e receitas da dívida ativa e de juros e multas incidentes sobre as fontes acima relacionadas. Percentual progressivo: 2007, 6,66%; 2008, 13,33%, a partir de 2009, 20%.	De acordo com o número de alunos matriculados na rede municipal de ensino básico em relação a esse número total dos municípios e do Estado.
Quota-parte do Salário-Educação	Empresas ↓ INSS ou FNDE	2,5% do total das remunerações pagas pelas empresas vinculadas à Seguridade Social. Desse valor, descontados 1% de taxa de administração do INSS e as despesas do Sistema de Manutenção do Ensino (SME), 90% são distribuídos da seguinte forma: 1/3 é a cota federal e 2/3 são a cota estadual e municipal. A destinação dos 10% restantes será decidida por um comitê constituído no âmbito do Ministério da Educação.	As cotas estadual e municipal são distribuídas de acordo com o número de alunos matriculados no ensino fundamental nas respectivas redes de ensino.
Repasses para o Sistema Único de Saúde (SUS)	União Estado	O Fundo Municipal de Saúde (FMS) recebe recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) e do Fundo Estadual de Saúde (FES), além dos recursos próprios do município (15% de sua receita de impostos). O FNS é formado pelas receitas da arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas (CSSL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do DPVAT (seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos). O FES é formado por 12% da receita estadual de impostos e pelos recursos que o Estado recebe do FNS.	Uma parcela dos recursos distribuídos pelo FNS é fixa, de acordo com a população municipal, e outra, variável, de acordo com os procedimentos médicos, ambulatoriais e hospitalares realizados pelo SUS municipal. Além disso, existem recursos direcionados a programas específicos e a convênios. Os estados repassam aos municípios recursos para incentivo ao Programa de Saúde da Família (PSF) e para assistência farmacêutica.

Fonte: Constituição Federal; Lei Estadual nº 8.308/2006; Lei Federal nº 11.494/2007; Emenda Constitucional nº 29/2000; Lei Federal nº 9.394/1996 e Lei Federal nº 8.142/1990.
** Veja sobre os critérios para a formação do índice de participação para os municípios do Espírito Santo na página 42.*
*** Veja sobre o Fundeb no item Saldo Fundeb, página 58.*

Compensações financeiras

Nome da transferência	Origem dos recursos		Critério de distribuição aos municípios
Compensação financeira pela extração de minerais	Empresas mineradoras ↓ União	Do valor correspondente a 3% do faturamento líquido da venda do produto mineral, 23% são distribuídos aos estados, 65% aos municípios, 2% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e 10% ao Ministério das Minas e Energia.	65% aos municípios.
Compensação financeira pela exploração de recursos hídricos	Concessionárias distribuidoras de energia elétrica ↓ União	Do correspondente a 6% do valor da energia elétrica produzida, 45% são repassados aos estados, 45% aos municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério das Minas e Energia e 4% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	45% aos municípios onde se localizam instalações destinadas à produção de energia elétrica ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios.
Compensação financeira pela exploração de petróleo, xisto betuminoso e gás natural	Empresas concessionárias da exploração de petróleo, xisto betuminoso e gás natural ↓ União	De 5% a 10% do valor da produção de óleo bruto, xisto betuminoso e gás extraídos dos territórios ou da plataforma continental onde se fixa a lavra ou se localizam instalações de embarque ou desembarque.	Veja na seção sobre *royalties*, na página 62.

Fonte: Constituição Federal e Lei Federal nº 9.478/1997.

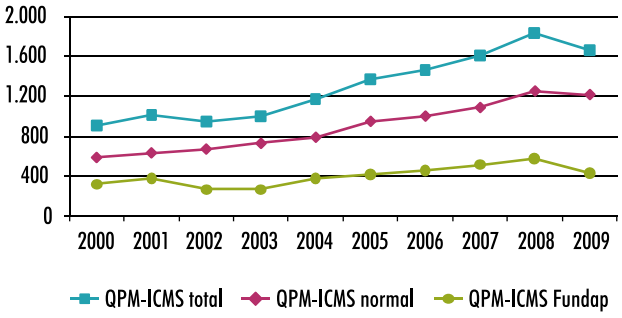
QPM-ICMS

A crise financeira internacional que eclodiu no terceiro trimestre de 2008 afetou duramente as transferências de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) do governo estadual aos municípios capixabas em 2009. Desde 2004, os repasses de ICMS realizados pelo governo estadual aos municípios vinham apresentando um excelente desempenho, com crescimento real acumulado de 83% até 2008. Em 2009, o cenário sofreu uma brusca virada. O ICMS transferido recuou -9,6%, totalizando R$ 1,66 bilhão, o mesmo nível de dois anos atrás. O volume de recursos repassados a menor, de R$ 175,7 milhões, responde quase pela metade (46,9%) da queda global das receitas dos municípios capixabas em 2009, que foi de R$ 374,7 milhões.

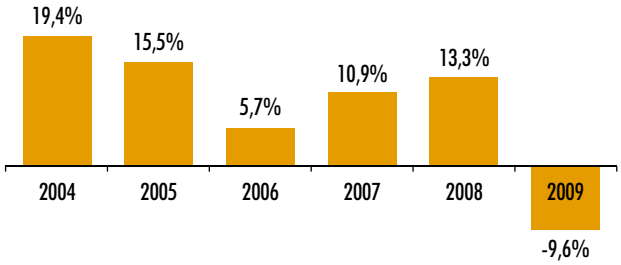
Dados coletados nos Relatórios de Gestão Fiscal de 23 estados brasileiros mostram que a queda de arrecadação de ICMS do Espírito Santo, de -11,8% em termos reais, foi a mais intensa do país, em função da elevada exposição externa da nossa economia, fortemente centrada em *commodities* dos segmentos da metalurgia e da celulose. A travada nos mercados de crédito e no comércio mundial fez com que o ICMS proveniente das operações do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) respondesse pela maior fatia da queda no volume global do ICMS transferido aos municípios em 2009. Com uma queda de -24,5%, o ICMS Fundap encolheu R$ 141,9 milhões, valor que correspondeu a 80,8% de toda perda do ICMS sofrida pelos municípios capixabas no ano. Já o ICMS "normal" encolheu -2,9%, com queda de R$ 36 milhões no total de recursos transferidos.

Evolução das transferências de ICMS total, normal e Fundap 2000-2009

em R$ milhões - IPCA médio de 2009



Taxa anual de crescimento da QPM-ICMS

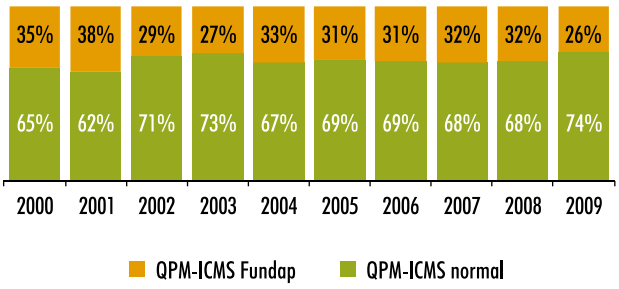


Evolução da QPM-ICMS total, normal e Fundap - 2000-2008
em R$ mil - IPCA médio de 2009

ANO	QPM-ICMS total		QPM-ICMS normal		Participação total (%)	QPM-ICMS Fundap		Participação total (%)
	em R$ mil	Variação %	*em R$ mil*	Variação %		*em R$ mil*	Variação %	
2000	910.923	20,2	588.652	20,8	64,4	322.271	19,1	35,4
2001	1.016.327	11,6	634.803	7,8	62,5	381.524	18,4	37,5
2002	943.732	-7,1	673.045	6,0	71,3	270.687	-29,1	28,7
2003	1.000.731	6,0	730.030	8,5	72,9	270.700	0,0	27,1
2004	1.171.754	17,1	790.717	8,3	67,5	381.037	40,8	32,5
2005	1.369.686	16,9	949.711	20,1	69,3	419.975	10,2	30,7
2006	1.459.824	6,6	1.002.348	5,5	68,7	457.476	8,9	31,3
2007	1.606.538	10,1	1.087.877	8,5	67,7	518.661	13,4	32,3
2008	1.832.640	14,1	1.253.092	15,2	68,4	579.549	11,7	31,6
2009	1.654.730	-9,7	1.217.059	-2,9	73,6	437.671	-24,5	26,4

Fonte: relatórios do Banestes e Siafem.

Participações da QPM-ICMS normal e Fundap na QPM-ICMS total 2000-2009



Impacto individual

Em termos relativos, o município que sofreu a maior queda da Quota-parte Municipal no ICMS (QPM-ICMS) foi Conceição da Barra: -24,6%. Além do recuo dos valores transferidos pelo Estado, o município amargou uma queda de -16,6% no seu Índice de Participação dos Municípios (IPM), que passou de 0,872 em 2008 para 0,727 em 2009. Queda acentuada da QPM-ICMS também foi sentida em Itapemirim (-21,2%), João Neiva (-19,4%), Baixo Guandu (-19,0%), Conceição do Castelo (-17,9%), Vitória (-17%), Santa Leopoldina (-16,6%) e Ibitirama (-15,7%). Em termos absolutos, a capital sofreu uma queda de R$ 75,8 milhões na QPM-ICMS, a maior entre os municípios capixabas. Em seguida, aparecem Serra (R$ 28,1 milhões), Aracruz (R$ 7 milhões), Cachoeiro de Itapemirim (R$ 6 milhões) e Cariacica (R$ 4,9 milhões).

Mesmo diante da crise, dez municípios conseguiram manter ou aumentar sua QPM-ICMS. Em Presidente Kennedy, o aumento foi de R$ 40,3%, o que lhe garantiu recursos adicionais de R$ 2,2 milhões. Fundão teve alta de 10,5%, e Anchieta obteve uma receita adicional na QPM-ICMS de R$ 3,9 milhões. Nos três casos, o que lhes garantiu o elevado aumento do ICMS foi o forte aumento dos respectivos IPM, de 55,5%, 22,4% e 21,4%.

Peso nos orçamentos

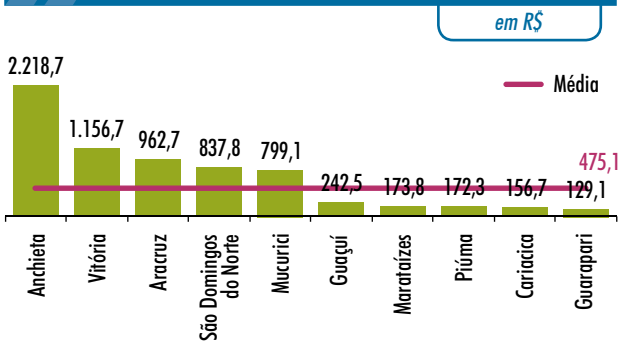
A forte queda das transferências do ICMS fez com que seu peso médio na receita corrente dos municípios recuasse 1,1 ponto percentual frente ao ano anterior, e atingisse o percentual de 30,6%. Considerando o conjunto das demais receitas, sua participação foi de 28,6%.

Os municípios mais dependentes da QPM-ICMS, em 2009, foram: São Domingos do Norte (44,7%), Vila Valério (43,9%), Serra (42,1%), Governador Lindenberg (42%), Brejetuba (40,7%) e Venda Nova do Imigrante (40,0%). No outro extremo, seu peso na receita foi muito pequeno para Presidente Kennedy (7,6%), Guarapari (10%), Piúma (10,2%), Marataízes (13%), Guaçuí (14,8%) e Alegre (15,6%).

ICMS per capita

O valor médio do ICMS repassado por habitante, em 2009, foi de R$ 475,09. Para 19 municípios, o indicador do ICMS per capita foi superior a R$ 600. No outro extremo, 20 municípios receberam valores inferiores a R$ 350. Isso mostra que existe uma forte discrepância dos valores transferidos de ICMS por habitante. O topo da lista foi ocupado por Anchieta (R$ 2.218,71), seguido por Vitória (R$ 1.156,67), Aracruz (R$ 962,73), São Domingos do Norte (R$ 837,83) e Mucurici (R$ 799,11). No outra extremidade encontram-se Guarapari (R$ 129,14), Cariacica (R$ 156,67), Piúma (R$ 172,29), Marataízes (R$ 173,79) e Guaçuí (R$ 242,54). Veja o *ranking* completo na página 45.

As cinco maiores e menores QPM-ICMS per capita 2009



Número de municípios por faixa de recebimento de ICMS

Intervalo da receita da QPM-ICMS per capita de 2009	Número de cidades	Participação no total
Mais de R$ 600	19	24,4%
Entre R$ 350 e R$ 600	39	50,0%
Menos de R$ 350	20	25,6%
Total	**78**	**100,0%**

Primeiro quadrimestre de 2010

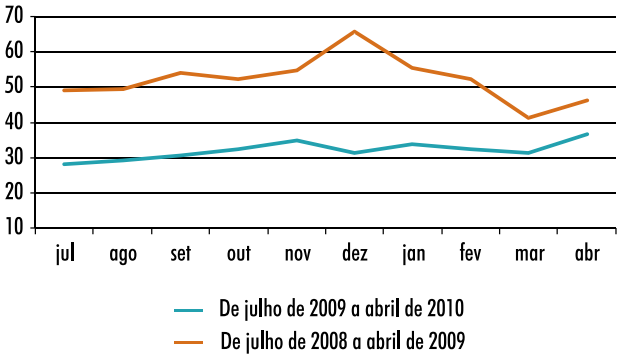
De janeiro a abril de 2010, o total de ICMS transferido aos municípios capixabas apresentou ligeira queda de -2% em relação a 2009. Esse resultado reflete comportamentos bem diferentes do ICMS Normal e ICMS Fundap. O ICMS Normal emitiu sinal de recuperação. No primeiro quadrimestre de 2010 os valores transferidos aos municípios foi 12,3% maior do que o efetivado em igual período do ano anterior e 5,7%

maior na mesma base de comparação de 2008. Já o ICMS Fundap caiu em relação a 2009 e 2008, respectivamente -31,2% e -10,7%.

Pode-se notar que, desde julho de 2009, os valores transferidos de ICMS Fundap caíram de patamar. De julho de 2009 a abril de 2010 o ICMS Fundap flutuou em torno de R$ 32 milhões ao mês. Entre julho de 2008 e abril de 2009 a média mensal foi de R$ 52 milhões.

Transferências mensais do ICMS Fundap

em R$ milhões - IPCA médio de 2009



Saiba mais sobre a distribuição do ICMS

A parcela de ICMS destinada a cada município é distribuída de acordo com o IPM no ICMS, que é calculado anualmente. A Constituição Federal, no artigo 158, parágrafo único, determina que os estados devem distribuir, no mínimo, 75% da QPM-ICMS de acordo com o valor adicionado do município, e os demais 25% de acordo com critérios adotados no próprio Estado. No Espírito Santo, os critérios adotados estão relacionados no quadro a seguir.

De todos os índices parciais que compõem o IPM, o mais importante é o Valor Adicionado (VA), ponderado em 75% na formação do índice final. No entanto, em municípios onde o VA é relativamente baixo, os índices relativos aos demais critérios de distribuição, como área territorial, propriedades rurais, produção agrícola e saúde, podem desempenhar papel importante na definição do IPM. É importante verificar quais desses índices parciais são significativos no município e qual o grau de manobra existente para elevá-los. Por exemplo, em alguns municípios o índice parcial da produção agrícola é tão importante quanto o do VA. Desse modo, qualquer variação no valor da produção agrícola local em relação à produção agrícola total do Estado pode afetar o IPM dessas cidades.

Critérios de distribuição da QPM-ICMS no Espírito Santo		Pesos
1. Valor Adicionado	Proporcional ao VA do município, de dois anos anteriores ao da apuração, em relação ao total dos municípios do Estado	75%
2. Área	Proporcional à área do município em relação à área total do Estado	5%
3. Propriedades rurais	Proporcional ao número de propriedades rurais no município em relação ao total do Estado	7%
4. Produção agrícola	Proporcional à comercialização de produtos agrícolas e hortifrutigranjeiros do município, dos dois exercícios anteriores ao da apuração, em relação ao total do Estado	6%
5. Saúde	Percentual rateado igualmente entre os dez municípios de maior VA que estejam enquadrados na gestão mais avançada do Sistema Único de Saúde (SUS)	0,5%
	Para os demais municípios:	
	Percentual dividido igualmente entre os municípios que estejam enquadrados na gestão mais avançada do SUS	2,5%
	Proporcional à participação do gasto com saúde e saneamento básico no gasto total do município em relação à soma dessas participações de todos os municípios do Estado	3%
	Igualmente distribuído entre os municípios participantes de consórcio para prestação de serviços de saúde	1%

Fonte: Lei Estadual nº 5.344, de 19/12/1996.

Projeto Águas Limpas

- melhoria da qualidade de vida dos capixabas
- redução da taxa de mortalidade infantil
- aumento da expectativa de vida
- redução dos gastos com saúde
- garantia de abastecimento em quantidade e qualidade

Estes são os principais benefícios deste importante empreendimento do Governo do Estado do Espírito Santo.

É por essas razões que o Consórcio Enger Etep sente orgulho em fazer parte dessa história.

CONSÓRCIO enger Etep

Av. Anisio Fernandes Coelho, 1527 - Jardim da Penha - CEP 29060-670 - Vitória - ES - (27) 3235-9444
consorcioengeretep@consorcioengeretep.com.br

enger engenharia

(11) 4133-6951 • comercial@enger.com.br

Etep

(27) 3315-0316 - etep.sp@etep.com.br

▶QPM-ICMS - 2004-2009

Regiões e municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Partic. na rec. total[a] 2009	QPM-ICMS per capita 2009
	em R$ mil - IPCA médio de 2009						em %		em R$
MS Noroeste	**133.112,2**	**149.363,4**	**147.921,8**	**165.350,6**	**189.510,7**	**180.116,5**	**-5,0**	**29,5**	**442,3**
Água Doce do Norte	4.015,0	4.446,7	4.251,2	4.871,0	5.825,6	5.384,0	-7,6	27,8	445,3
Águia Branca	4.373,1	5.183,4	4.556,6	5.119,5	6.376,0	6.184,8	-3,0	35,4	650,8
Alto Rio Novo	2.175,8	2.553,0	3.195,0	3.337,1	3.904,4	3.685,4	-5,6	28,4	597,1
Baixo Guandu	14.703,2	16.343,1	16.529,8	15.380,7	13.912,8	11.269,7	-19,0	26,3	377,0
Barra de São Francisco	8.937,3	10.437,6	10.601,1	13.583,4	15.564,2	14.644,5	-5,9	28,5	351,7
Boa Esperança	5.318,1	5.765,4	5.215,1	5.967,6	6.586,8	6.327,5	-3,9	27,0	482,3
Colatina	26.109,6	27.901,8	27.572,9	32.174,1	38.908,9	37.748,9	-3,0	23,9	339,0
Ecoporanga	9.793,2	11.831,3	11.769,7	12.940,7	14.593,7	13.700,3	-6,1	39,1	573,5
Governador Lindenberg	6.714,5	7.273,5	7.868,2	8.891,4	8.959,9	7.986,2	-10,9	42,0	766,4
Mantenópolis	4.099,4	4.645,5	4.091,5	6.020,2	5.171,7	4.755,3	-8,1	23,8	408,9
Marilândia	4.850,4	5.364,8	4.865,2	5.328,9	6.469,6	6.790,0	5,0	35,8	636,0
Nova Venécia	13.680,3	14.783,4	14.044,3	16.227,1	19.070,1	17.845,6	-6,4	27,4	385,0
Pancas	6.534,8	8.031,0	7.246,9	7.258,4	8.543,3	7.852,9	-8,1	28,2	424,6
São Domingos do Norte	3.391,6	4.298,5	4.758,4	5.169,8	6.815,4	6.874,4	0,9	44,7	837,8
São Gabriel da Palha	7.688,0	8.929,8	8.409,5	9.118,2	12.110,6	12.503,4	3,2	29,4	408,6
Vila Pavão	3.689,8	4.561,4	5.210,2	5.717,6	6.581,2	6.080,1	-7,6	36,4	666,2
Vila Valério	7.038,0	7.013,0	7.736,1	8.245,1	10.116,3	10.483,5	3,6	43,9	746,3
MS Litoral Norte	**224.933,7**	**276.226,2**	**268.283,5**	**251.853,8**	**285.684,2**	**264.296,7**	**-7,5**	**26,1**	**501,9**
Aracruz	82.256,0	109.867,2	103.775,2	78.587,1	82.764,1	75.726,4	-8,5	33,6	962,7
Conceição da Barra	10.596,0	12.385,5	11.755,8	14.280,5	15.987,2	12.048,6	-24,6	26,2	445,3
Fundão	3.670,3	3.733,9	3.155,6	3.924,9	4.418,9	4.881,8	10,5	16,6	297,1
Ibiraçu	3.105,7	3.553,1	4.406,1	5.085,2	5.683,7	5.284,8	-7,0	24,7	492,8
Jaguaré	16.463,6	20.373,5	16.379,3	15.796,7	18.348,9	16.583,9	-9,6	34,8	706,5
João Neiva	6.153,9	7.008,7	6.541,0	7.528,6	8.598,9	6.927,7	-19,4	23,0	473,8
Linhares	45.861,3	50.880,9	48.697,0	49.204,1	58.304,2	56.806,3	-2,6	21,1	428,2
Montanha	6.381,1	7.162,2	7.955,2	8.811,0	10.174,1	9.145,8	-10,1	31,4	485,0
Mucurici	3.453,1	3.774,9	4.756,0	4.989,4	5.499,3	4.722,7	-14,1	34,3	799,1
Pedro Canário	5.530,6	6.662,9	6.949,7	7.483,5	7.119,9	6.395,4	-10,2	19,8	262,1
Pinheiros	6.713,6	7.824,8	9.193,5	9.753,8	11.079,0	10.150,2	-8,4	28,4	425,2
Ponto Belo	2.387,4	3.275,1	3.778,8	3.872,0	4.600,7	4.092,6	-11,0	27,9	564,7
Rio Bananal	6.671,8	7.507,6	7.607,7	8.535,3	11.121,4	11.229,6	1,0	31,6	651,1
São Mateus	20.681,9	26.285,3	26.679,8	27.069,1	33.444,1	31.259,3	-6,5	20,7	307,6
Sooretama	5.007,4	5.930,6	6.652,6	6.932,8	8.539,8	9.041,7	5,9	28,7	380,5
MS Central	**125.325,5**	**147.115,2**	**164.283,5**	**184.009,7**	**199.873,1**	**186.610,2**	**-6,6**	**31,7**	**602,6**
Afonso Cláudio	8.081,0	8.794,3	8.529,5	9.588,0	11.309,6	10.321,7	-8,7	25,6	328,9
Alfredo Chaves	4.015,9	4.176,5	5.659,0	6.316,6	7.273,1	6.550,5	-9,9	25,6	449,1
Anchieta	24.599,2	31.567,3	35.845,0	42.491,7	40.972,9	44.875,6	9,5	38,7	2.218,7
Brejetuba	4.331,5	4.563,5	6.576,5	8.548,1	9.753,1	8.583,1	-12,0	40,7	773,5
Conceição do Castelo	5.266,8	7.365,1	8.319,3	9.054,4	10.576,8	8.684,5	-17,9	39,2	732,8
Domingos Martins	11.794,4	13.783,2	13.567,3	13.883,9	15.383,4	13.966,8	-9,2	28,1	430,3
Iconha	3.382,7	3.593,9	4.842,9	5.684,1	6.784,4	5.816,1	-14,3	25,2	488,7
Itaguaçu	3.932,5	4.631,1	5.690,2	6.512,5	7.406,5	6.677,0	-9,8	29,0	471,2
Itarana	3.160,9	3.897,2	4.783,7	5.037,5	5.738,0	5.268,1	-8,2	26,8	493,9
Laranja da Terra	3.789,1	4.326,8	5.076,2	5.490,5	6.214,8	5.731,9	-7,8	31,4	514,7
Marechal Floriano	8.805,0	8.975,9	10.318,0	10.266,2	9.105,4	8.267,4	-9,2	32,5	621,5
Piúma	2.832,6	2.959,5	2.586,5	2.770,2	3.189,7	2.965,5	-7,0	10,2	172,3
Rio Novo do Sul	3.058,3	3.525,4	4.077,7	4.438,2	5.418,4	4.689,5	-13,5	28,2	409,7
Santa Leopoldina	5.961,8	6.430,0	7.181,2	7.431,2	8.208,8	6.845,0	-16,6	31,8	537,2
Santa Maria de Jetibá	13.039,7	15.634,5	16.231,5	18.349,7	21.040,2	19.234,4	-8,6	37,4	567,0
Santa Teresa	7.672,1	8.226,7	8.159,4	9.456,5	10.797,6	9.559,9	-11,5	27,0	460,9
São Roque do Canaã	3.323,8	4.049,6	4.595,4	4.923,8	5.810,4	5.499,6	-5,3	30,3	508,4
Venda Nova do Imigrante	8.278,0	10.614,7	12.244,3	13.766,6	14.890,1	13.073,5	-12,2	40,0	652,8
Região Metropolitana	**569.656,7**	**639.692,7**	**701.543,3**	**829.732,4**	**943.487,6**	**830.536,4**	**-12,0**	**31,0**	**497,4**
Cariacica	39.920,7	44.842,1	51.014,2	57.462,4	62.234,2	57.319,4	-7,9	19,9	156,7
Guarapari	8.630,0	9.705,7	10.621,7	11.444,5	13.805,9	13.499,2	-2,2	10,0	129,1
Serra	154.177,1	189.623,5	230.368,2	271.658,7	298.558,1	270.458,7	-9,4	42,1	668,3
Viana	12.216,8	16.346,7	16.100,5	14.859,4	16.701,8	15.621,3	-6,5	17,8	256,8
Vila Velha	74.005,8	79.925,3	82.079,4	88.058,2	106.025,6	103.323,5	-2,5	22,9	249,8
Vitória	280.706,3	299.249,4	311.359,2	386.249,1	446.162,1	370.314,4	-17,0	34,3	1.156,7
MS Sul	**142.362,0**	**168.613,2**	**177.238,8**	**187.113,6**	**213.897,7**	**195.190,5**	**-8,7**	**21,8**	**340,0**
Alegre	6.658,5	7.121,5	6.893,7	7.967,8	9.184,3	8.098,4	-11,8	15,6	260,0
Apiacá	2.903,3	3.359,1	2.761,2	3.573,8	3.612,1	3.148,1	-12,8	23,3	399,4
Atílio Vivacqua	4.527,7	5.170,8	4.719,3	5.489,5	6.306,3	5.567,3	-11,7	29,2	594,7
Bom Jesus do Norte	2.713,1	2.862,6	2.586,1	2.737,6	3.469,0	3.429,0	-1,2	24,0	354,5
Cachoeiro de Itapemirim	42.070,7	48.488,4	50.924,2	53.837,5	61.121,7	55.085,0	-9,9	25,1	273,7
Castelo	10.335,3	13.792,1	14.570,2	15.663,6	18.713,8	17.081,3	-8,7	33,6	514,3
Divino de São Lourenço	2.387,7	2.643,9	2.756,7	3.126,2	3.520,1	2.999,9	-14,8	32,1	598,7
Dores do Rio Preto	1.744,6	2.138,4	2.773,9	3.066,6	3.921,3	3.446,5	-12,1	28,2	547,7
Guaçuí	5.723,2	5.754,3	5.821,7	6.524,5	7.364,7	6.486,3	-11,9	14,8	242,5
Ibatiba	6.202,7	6.389,4	5.974,6	6.039,2	6.947,8	6.213,3	-10,6	22,2	303,5
Ibitirama	3.168,2	3.663,6	4.304,9	4.745,7	4.660,1	3.927,5	-15,7	27,6	425,2
Irupi	3.378,1	3.567,8	4.217,2	4.858,4	5.682,5	5.862,9	3,2	34,4	546,1
Itapemirim	6.820,1	14.207,9	17.756,1	14.301,5	13.633,5	10.740,0	-21,2	16,5	327,8
Iúna	6.052,6	6.802,6	7.630,1	8.243,9	9.532,7	8.636,2	-9,4	25,0	329,1
Jerônimo Monteiro	2.317,4	2.847,5	3.283,6	3.644,2	4.106,7	3.744,0	-8,8	21,5	333,2
Marataízes	3.740,4	4.120,1	4.959,0	4.973,7	5.774,3	5.648,4	-2,2	13,0	173,8
Mimoso do Sul	7.984,8	8.918,0	8.326,6	8.828,3	9.681,6	8.648,9	-10,7	23,6	318,9
Muniz Freire	5.448,9	6.041,7	7.132,7	8.245,1	12.177,8	11.529,3	-5,3	34,9	628,0
Muqui	3.871,3	4.520,7	4.018,2	4.228,0	4.785,0	4.340,8	-9,3	23,0	301,9
Presidente Kennedy	3.654,0	4.230,1	4.437,9	4.858,6	5.353,9	7.513,3	40,3	7,6	689,1
São José do Calçado	4.407,0	4.618,2	4.234,4	4.696,5	5.097,6	4.759,8	-6,6	23,5	434,1
Vargem Alta	6.252,6	7.354,6	7.156,5	7.463,5	9.251,1	8.284,3	-10,5	23,1	444,5
TOTAL	**1.195.390,0**	**1.381.010,6**	**1.459.270,8**	**1.618.060,1**	**1.832.453,2**	**1.656.750,3**	**-9,6**	**28,6**	**475,1**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: [a]receita total ajustada dos efeitos do Fundef / Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

▶ QPM-ICMS

Posição	Município	QPM-ICMS em R$	População
1º	Vitória	370.314.359,4	320.156
2º	Serra	270.458.653,7	404.688
3º	Vila Velha	103.323.520,5	413.548
4º	Aracruz	75.726.380,8	78.658
5º	Cariacica	57.319.373,3	365.859
6º	Linhares	56.806.288,2	132.664
7º	Cachoeiro de Itapemirim	55.084.957,2	201.259
8º	Anchieta	44.875.606,8	20.226
9º	Colatina	37.748.895,6	111.365
10º	São Mateus	31.259.303,5	101.613
11º	Santa Maria de Jetibá	19.234.421,1	33.921
12º	Nova Venécia	17.845.608,3	46.354
13º	Castelo	17.081.299,7	33.212
14º	Jaguaré	16.583.890,8	23.472
15º	Viana	15.621.295,4	60.829
16º	Barra de São Francisco	14.644.482,8	41.645
17º	Domingos Martins	13.966.787,3	32.455
18º	Ecoporanga	13.700.302,2	23.891
19º	Guarapari	13.499.168,1	104.534
20º	Venda Nova do Imigrante	13.073.498,5	20.028
21º	São Gabriel da Palha	12.503.364,9	30.604
22º	Conceição da Barra	12.048.592,6	27.059
23º	Muniz Freire	11.529.268,5	18.358
24º	Baixo Guandu	11.269.671,6	29.891
25º	Rio Bananal	11.229.600,6	17.247
26º	Itapemirim	10.740.035,4	32.761
27º	Vila Valério	10.483.489,3	14.048
28º	Afonso Cláudio	10.321.680,2	31.384
29º	Pinheiros	10.150.187,5	23.874
30º	Santa Teresa	9.559.926,2	20.742
31º	Montanha	9.145.764,4	18.856
32º	Sooretama	9.041.662,8	23.761
33º	Conceição do Castelo	8.684.474,6	11.851
34º	Mimoso do Sul	8.648.911,4	27.124
35º	Iúna	8.636.165,6	26.239
36º	Brejetuba	8.583.051,6	11.097
37º	Vargem Alta	8.284.307,4	18.637
38º	Marechal Floriano	8.267.377,9	13.302
39º	Alegre	8.098.370,0	31.143
40º	Governador Lindenberg	7.986.207,1	10.420
41º	Pancas	7.852.914,6	18.497
42º	Presidente Kennedy	7.513.266,6	10.903
43º	João Neiva	6.927.720,3	14.621
44º	São Domingos do Norte	6.874.429,8	8.205
45º	Santa Leopoldina	6.845.042,6	12.743
46º	Marilândia	6.790.018,9	10.676
47º	Itaguaçu	6.677.036,9	14.171
48º	Alfredo Chaves	6.550.538,0	14.585
49º	Guaçuí	6.486.307,7	26.743
50º	Pedro Canário	6.395.429,2	24.404
51º	Boa Esperança	6.327.535,4	13.119
52º	Ibatiba	6.213.282,3	20.471
53º	Águia Branca	6.184.778,2	9.503
54º	Vila Pavão	6.080.117,1	9.126
55º	Irupi	5.862.871,1	10.735
56º	Iconha	5.816.128,6	11.901
57º	Laranja da Terra	5.731.918,2	11.136
58º	Marataízes	5.648.413,9	32.502
59º	Atílio Vivacqua	5.567.328,9	9.361
60º	São Roque do Canaã	5.499.570,5	10.817
61º	Água Doce do Norte	5.383.995,8	12.091
62º	Ibiraçu	5.284.791,6	10.724
63º	Itarana	5.268.137,8	10.667
64º	Fundão	4.881.794,7	16.431
65º	São José do Calçado	4.759.757,6	10.965
66º	Mantenópolis	4.755.297,5	11.630
67º	Mucurici	4.722.712,6	5.910
68º	Rio Novo do Sul	4.689.523,9	11.447
69º	Muqui	4.340.817,1	14.377
70º	Ponto Belo	4.092.552,3	7.247
71º	Ibitirama	3.927.541,8	9.238
72º	Jerônimo Monteiro	3.744.044,7	11.235
73º	Alto Rio Novo	3.685.431,0	6.172
74º	Dores do Rio Preto	3.446.495,8	6.293
75º	Bom Jesus do Norte	3.429.049,7	9.672
76º	Apiacá	3.148.132,9	7.883
77º	Divino de São Lourenço	2.999.922,5	5.011
78º	Piúma	2.965.450,1	17.212
TOTAL		**1.656.750.300,4**	**3.487.199**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES.

▶ QPM-ICMS per capita

Posição	Município	A / B	QPM-ICMS (A) em R$	População (B)
1º	Anchieta	2.218,7	44.875.606,8	20.226
2º	Vitória	1.156,7	370.314.359,4	320.156
3º	Aracruz	962,7	75.726.380,8	78.658
4º	São Domingos do Norte	837,8	6.874.429,8	8.205
5º	Mucurici	799,1	4.722.712,6	5.910
6º	Brejetuba	773,5	8.583.051,6	11.097
7º	Governador Lindenberg	766,4	7.986.207,1	10.420
8º	Vila Valério	746,3	10.483.489,3	14.048
9º	Conceição do Castelo	732,8	8.684.474,6	11.851
10º	Jaguaré	706,5	16.583.890,8	23.472
11º	Presidente Kennedy	689,1	7.513.266,6	10.903
12º	Serra	668,3	270.458.653,7	404.688
13º	Vila Pavão	666,2	6.080.117,1	9.126
14º	Venda Nova do Imigrante	652,8	13.073.498,5	20.028
15º	Rio Bananal	651,1	11.229.600,6	17.247
16º	Águia Branca	650,8	6.184.778,2	9.503
17º	Marilândia	636,0	6.790.018,9	10.676
18º	Muniz Freire	628,0	11.529.268,5	18.358
19º	Marechal Floriano	621,5	8.267.377,9	13.302
20º	Divino de São Lourenço	598,7	2.999.922,5	5.011
21º	Alto Rio Novo	597,1	3.685.431,0	6.172
22º	Atílio Vivacqua	594,7	5.567.328,9	9.361
23º	Ecoporanga	573,5	13.700.302,2	23.891
24º	Santa Maria de Jetibá	567,0	19.234.421,1	33.921
25º	Ponto Belo	564,7	4.092.552,3	7.247
26º	Dores do Rio Preto	547,7	3.446.495,8	6.293
27º	Irupi	546,1	5.862.871,1	10.735
28º	Santa Leopoldina	537,2	6.845.042,6	12.743
29º	Laranja da Terra	514,7	5.731.918,2	11.136
30º	Castelo	514,3	17.081.299,7	33.212
31º	São Roque do Canaã	508,4	5.499.570,5	10.817
32º	Itarana	493,9	5.268.137,8	10.667
33º	Ibiraçu	492,8	5.284.791,6	10.724
34º	Iconha	488,7	5.816.128,6	11.901
35º	Montanha	485,0	9.145.764,4	18.856
36º	Boa Esperança	482,3	6.327.535,4	13.119
37º	João Neiva	473,8	6.927.720,3	14.621
38º	Itaguaçu	471,2	6.677.036,9	14.171
39º	Santa Teresa	460,9	9.559.926,2	20.742
40º	Alfredo Chaves	449,1	6.550.538,0	14.585
41º	Água Doce do Norte	445,3	5.383.995,8	12.091
42º	Conceição da Barra	445,3	12.048.592,6	27.059
43º	Vargem Alta	444,5	8.284.307,4	18.637
44º	São José do Calçado	434,1	4.759.757,6	10.965
45º	Domingos Martins	430,3	13.966.787,3	32.455
46º	Linhares	428,2	56.806.288,2	132.664
47º	Pinheiros	425,2	10.150.187,5	23.874
48º	Ibitirama	425,2	3.927.541,8	9.238
49º	Pancas	424,6	7.852.914,6	18.497
50º	Rio Novo do Sul	409,7	4.689.523,9	11.447
51º	Mantenópolis	408,9	4.755.297,5	11.630
52º	São Gabriel da Palha	408,6	12.503.364,9	30.604
53º	Apiacá	399,4	3.148.132,9	7.883
54º	Nova Venécia	385,0	17.845.608,3	46.354
55º	Sooretama	380,5	9.041.662,8	23.761
56º	Baixo Guandu	377,0	11.269.671,6	29.891
57º	Bom Jesus do Norte	354,5	3.429.049,7	9.672
58º	Barra de São Francisco	351,7	14.644.482,8	41.645
59º	Colatina	339,0	37.748.895,6	111.365
60º	Jerônimo Monteiro	333,2	3.744.044,7	11.235
61º	Iúna	329,1	8.636.165,6	26.239
62º	Afonso Cláudio	328,9	10.321.680,2	31.384
63º	Itapemirim	327,8	10.740.035,4	32.761
64º	Mimoso do Sul	318,9	8.648.911,4	27.124
65º	São Mateus	307,6	31.259.303,5	101.613
66º	Ibatiba	303,5	6.213.282,3	20.471
67º	Muqui	301,9	4.340.817,1	14.377
68º	Fundão	297,1	4.881.794,7	16.431
69º	Cachoeiro de Itapemirim	273,7	55.084.957,2	201.259
70º	Pedro Canário	262,1	6.395.429,2	24.404
71º	Alegre	260,0	8.098.370,0	31.143
72º	Viana	256,8	15.621.295,4	60.829
73º	Vila Velha	249,8	103.323.520,5	413.548
74º	Guaçuí	242,5	6.486.307,7	26.743
75º	Marataízes	173,8	5.648.413,9	32.502
76º	Piúma	172,3	2.965.450,1	17.212
77º	Cariacica	156,7	57.319.373,3	365.859
78º	Guarapari	129,1	13.499.168,1	104.534
TOTAL		**475,1**	**1.656.750.300,4**	**3.487.199**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES. População para 2009 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

▶ Evolução dos índices de participação dos municípios na QPM-ICMS de 2000 a 2010

Mesorregiões e municípios	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
MS Noroeste	**11,955**	**11,520**	**10,939**	**10,846**	**11,143**	**10,812**	**10,132**	**10,198**	**10,340**	**10,869**	**10,765**
Água Doce do Norte	0,371	0,336	0,324	0,333	0,336	0,333	0,291	0,290	0,318	0,325	0,312
Águia Branca	0,395	0,410	0,378	0,365	0,366	0,375	0,312	0,317	0,348	0,373	0,376
Alto Rio Novo	0,204	0,189	0,197	0,196	0,182	0,184	0,219	0,206	0,213	0,219	0,267
Baixo Guandu	1,554	1,498	1,370	1,304	1,230	1,182	1,132	0,948	0,758	0,680	0,697
Barra de São Francisco	0,765	0,773	0,755	0,727	0,748	0,755	0,726	0,839	0,849	0,884	0,835
Boa Esperança	0,395	0,403	0,461	0,454	0,445	0,417	0,358	0,368	0,359	0,382	0,355
Colatina	3,086	2,622	2,363	2,413	2,184	2,018	1,889	1,987	2,123	2,279	2,279
Ecoporanga	0,782	0,769	0,743	0,746	0,820	0,856	0,806	0,799	0,796	0,827	0,830
Governador Lindenberg*	...	0,320	0,320	0,320	0,565	0,526	0,539	0,549	0,489	0,482	0,461
Mantenópolis	0,349	0,344	0,344	0,352	0,343	0,336	0,280	0,372	0,282	0,287	0,283
Marilândia	0,409	0,418	0,411	0,383	0,406	0,388	0,333	0,329	0,353	0,410	0,405
Nova Venécia	1,257	1,163	1,129	1,134	1,145	1,068	0,962	1,002	1,042	1,077	1,040
Pancas	0,667	0,713	0,622	0,531	0,547	0,581	0,496	0,448	0,466	0,474	0,483
São Domingos do Norte	0,272	0,227	0,234	0,250	0,284	0,311	0,326	0,319	0,372	0,415	0,408
São Gabriel da Palha	0,677	0,533	0,512	0,539	0,644	0,646	0,576	0,563	0,661	0,755	0,735
Vila Pavão	0,237	0,251	0,256	0,265	0,309	0,330	0,357	0,353	0,359	0,367	0,372
Vila Valério	0,535	0,551	0,520	0,534	0,589	0,506	0,530	0,509	0,552	0,633	0,627
MS Litoral Norte	**15,456**	**17,180**	**18,850**	**18,641**	**18,795**	**19,985**	**18,376**	**15,600**	**15,606**	**15,951**	**16,156**
Aracruz	4,795	6,405	7,965	7,311	6,881	7,951	7,108	4,846	4,524	4,571	4,162
Conceição da Barra	0,889	0,819	0,784	0,802	0,893	0,896	0,805	0,882	0,872	0,727	0,844
Fundão	0,372	0,380	0,359	0,333	0,307	0,270	0,216	0,249	0,241	0,295	0,337
Ibiraçu	0,277	0,297	0,272	0,238	0,260	0,257	0,302	0,314	0,310	0,319	0,316
Jaguaré	0,754	0,835	0,912	1,139	1,379	1,474	1,121	0,975	1,001	1,001	0,893
João Neiva	0,457	0,463	0,491	0,510	0,515	0,507	0,448	0,478	0,469	0,418	0,388
Linhares	3,238	3,243	3,235	3,595	3,803	3,680	3,334	3,037	3,181	3,426	4,211
Montanha	0,387	0,359	0,409	0,533	0,534	0,518	0,545	0,544	0,555	0,552	0,538
Mucurici	0,238	0,250	0,286	0,281	0,289	0,273	0,326	0,308	0,300	0,285	0,290
Pedro Canário	0,405	0,373	0,408	0,427	0,463	0,482	0,476	0,462	0,388	0,386	0,414
Pinheiros	0,516	0,531	0,496	0,526	0,562	0,566	0,630	0,640	0,616	0,613	0,619
Ponto Belo	0,173	0,209	0,207	0,187	0,201	0,237	0,260	0,239	0,251	0,247	0,245
Rio Bananal	0,782	0,747	0,687	0,616	0,558	0,543	0,521	0,527	0,607	0,678	0,660
São Mateus	1,759	1,776	1,873	1,710	1,731	1,902	1,828	1,671	1,825	1,887	1,716
Sooretama	0,414	0,493	0,466	0,433	0,419	0,429	0,456	0,428	0,466	0,546	0,523
MS Central	**10,365**	**11,044**	**11,072**	**10,744**	**10,473**	**10,651**	**11,257**	**11,399**	**10,913**	**11,263**	**12,594**
Afonso Cláudio	0,742	0,794	0,776	0,719	0,676	0,636	0,584	0,592	0,617	0,623	0,669
Alfredo Chaves	0,357	0,380	0,352	0,348	0,336	0,302	0,388	0,390	0,397	0,394	0,423
Anchieta	1,512	1,983	2,229	2,192	2,054	2,284	2,456	2,624	2,233	2,710	4,072
Brejetuba	0,452	0,547	0,534	0,449	0,362	0,330	0,451	0,528	0,532	0,518	0,510
Conceição do Castelo	0,399	0,399	0,382	0,391	0,441	0,533	0,570	0,559	0,577	0,524	0,438
Domingos Martins	0,950	1,024	1,065	0,981	0,987	0,997	0,929	0,857	0,839	0,843	0,887
Iconha	0,305	0,327	0,305	0,297	0,283	0,269	0,332	0,351	0,370	0,351	0,338
Itaguaçu	0,402	0,412	0,397	0,343	0,329	0,335	0,390	0,401	0,404	0,403	0,390
Itarana	0,314	0,335	0,353	0,295	0,256	0,282	0,328	0,311	0,313	0,318	0,309
Laranja da Terra	0,293	0,331	0,356	0,339	0,317	0,313	0,348	0,339	0,339	0,346	0,334
Marechal Floriano	0,725	0,699	0,623	0,706	0,737	0,649	0,707	0,633	0,496	0,499	0,492
Piúma	0,253	0,256	0,248	0,245	0,237	0,214	0,177	0,171	0,174	0,179	0,182
Rio Novo do Sul	0,237	0,231	0,236	0,241	0,256	0,255	0,280	0,274	0,297	0,283	0,287
Santa Leopoldina	0,618	0,532	0,526	0,478	0,499	0,465	0,492	0,498	0,459	0,413	0,402
Santa Maria de Jetibá	1,031	1,063	1,029	1,132	1,091	1,131	1,112	1,133	1,148	1,161	1,222
Santa Teresa	0,779	0,729	0,729	0,658	0,642	0,595	0,559	0,584	0,589	0,577	0,550
São Roque do Canaã	0,312	0,342	0,320	0,290	0,277	0,293	0,315	0,304	0,317	0,332	0,334
Venda Nova do Imigrante	0,684	0,660	0,612	0,640	0,693	0,768	0,839	0,850	0,812	0,789	0,755
Região Metropolitana	**49,494**	**47,168**	**46,321**	**47,497**	**47,676**	**46,350**	**48,083**	**51,228**	**51,465**	**50,127**	**48,656**
Cariacica	3,386	3,454	3,268	3,273	3,341	3,323	3,500	3,533	3,394	3,460	3,735
Guarapari	0,896	0,781	0,700	0,701	0,721	0,700	0,728	0,706	0,753	0,815	0,825
Serra	12,557	12,606	13,453	13,511	12,901	13,720	15,795	16,777	16,283	16,325	15,225
Viana	1,137	1,175	1,045	0,913	1,023	1,183	1,103	0,917	0,911	0,943	0,976
Vila Velha	5,920	6,122	6,158	6,491	6,192	5,781	5,624	5,437	5,785	6,238	6,231
Vitória	25,598	23,030	21,697	22,608	23,498	21,643	21,333	23,858	24,339	22,346	21,664
MS Sul	**12,730**	**13,088**	**12,818**	**12,272**	**11,913**	**12,202**	**12,152**	**11,575**	**11,676**	**11,790**	**11,829**
Alegre	0,586	0,596	0,608	0,594	0,557	0,515	0,472	0,492	0,501	0,490	0,483
Apiacá	0,272	0,239	0,276	0,239	0,243	0,243	0,189	0,222	0,197	0,190	0,178
Atílio Vivacqua	0,333	0,339	0,370	0,357	0,379	0,374	0,323	0,339	0,344	0,336	0,345
Bom Jesus do Norte	0,223	0,268	0,260	0,233	0,227	0,207	0,177	0,169	0,196	0,207	0,203
Cachoeiro de Itapemirim	4,176	4,022	3,855	3,728	3,517	3,508	3,491	3,333	3,337	3,323	3,181
Castelo	0,961	1,008	0,946	0,838	0,865	0,998	0,998	0,967	1,021	1,031	0,999
Divino de São Lourenço	0,127	0,154	0,145	0,163	0,200	0,195	0,198	0,193	0,192	0,181	0,184
Dores do Rio Preto	0,144	0,174	0,176	0,176	0,147	0,155	0,190	0,190	0,214	0,208	0,198
Guaçuí	0,396	0,387	0,384	0,469	0,479	0,416	0,398	0,403	0,401	0,402	0,397
Ibatiba	0,429	0,531	0,572	0,528	0,519	0,462	0,409	0,372	0,379	0,375	0,398
Ibitirama	0,235	0,342	0,346	0,286	0,265	0,265	0,295	0,293	0,254	0,237	0,252
Irupi	0,318	0,397	0,369	0,340	0,282	0,258	0,289	0,300	0,310	0,354	0,389
Itapemirim	0,669	0,586	0,536	0,516	0,571	1,029	1,217	0,882	0,743	0,648	0,892
Iúna	0,520	0,667	0,669	0,609	0,509	0,492	0,523	0,509	0,520	0,520	0,517
Jerônimo Monteiro	0,176	0,179	0,177	0,184	0,194	0,206	0,225	0,225	0,224	0,226	0,235
Marataízes	0,362	0,341	0,316	0,314	0,313	0,298	0,340	0,307	0,315	0,341	0,324
Mimoso do Sul	0,706	0,763	0,761	0,702	0,668	0,645	0,570	0,545	0,528	0,522	0,524
Muniz Freire	0,445	0,499	0,517	0,497	0,460	0,437	0,489	0,509	0,665	0,696	0,650
Muqui	0,349	0,342	0,323	0,316	0,324	0,327	0,275	0,261	0,261	0,262	0,258
Presidente Kennedy	0,294	0,274	0,274	0,270	0,306	0,306	0,304	0,300	0,292	0,454	0,463
São José do Calçado	0,316	0,347	0,334	0,347	0,365	0,334	0,290	0,290	0,278	0,287	0,276
Vargem Alta	0,693	0,633	0,604	0,566	0,523	0,532	0,490	0,474	0,504	0,500	0,483
TOTAL	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

*Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo. Nota: * Município instalado em 2001.*

SEMCO/PMC

CARIACICA
REDE EMPREENDEDORA

Joaquim abriu uma microempresa. Agora, ele já possui três padarias, com 40 funcionários, e pode fornecer produtos para outros empreendedores como a **Fábia** e, é claro, para o consumidor final, como a **Marleide**.

Fábia tem um buffet e faz bolos e salgados para festas. Ela está no ramo há 10 anos e já conquistou muitos clientes. Hoje ela possui oito funcionários com carteira assinada e trabalha em parceria com a **Márcia**.

Marleide é costureira e há 15 anos trabalha por conta própria. Ela presta serviços para empresas do ramo da moda e também pode confeccionar uniformes para o **Joaquim**, **Fábia** e **Márcia**.

Márcia faz decoração com bolas e aluga fantasias, mesas e cadeiras para eventos. Seja para crianças, noivos ou empresas que procuram tanto seu serviço quanto os da **Fábia**, do **Joaquim** e da **Marleide**.

Rogério presta serviços de publicidade que podem ser oferecidos à **Marleide**, **Joaquim**, **Fábia** e **Márcia**. Agora, ele quer formalizar sua empresa e ter acesso a crédito, com juros baixos, para ampliar seu negócio.

Márcia Araújo, 38 anos
decoradora de festa
moradora de Campo Grande
CLIENTE NOSSOCRÉDITO

Fábia Bonaparte, 44 anos
dona de buffet
moradora de Vila Capixaba
CLIENTE NOSSOCRÉDITO

Joaquim Corrêa, 52 anos
panificador
morador de Bela Aurora
CLIENTE CIAMPE

Marleide Ferreira, 45 anos
costureira
moradora de Boa Sorte
CLIENTE NOSSOCRÉDITO

Rogério Lima, 37 anos
produtor de áudio
morador de Bela Aurora
FUTURO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Todos os personagens são reais. Histórias de como o empreendedorismo pode transformar vidas e gerar novas oportunidades. Assim como eles, acredite também no empreendedor que existe em você. Conheça os programas da Prefeitura de Cariacica voltados para quem trabalha por conta própria ou para quem já possui o seu negócio e quer crescer. Saiba mais sobre o Empreendedor Individual (EI), o Centro Integrado de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (CIAMPE) e o NOSSOCRÉDITO acessando:
www.cariacica.es.gov.br

120 anos
CARIACICA
PREFEITURA MUNICIPAL

FPM

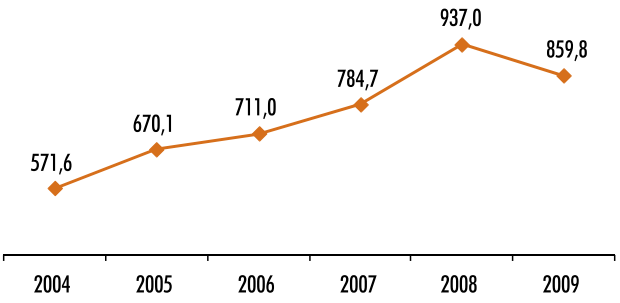
Desempenho

Em 2009, a crise financeira internacional atingiu em cheio a economia brasileira, que ficou estagnada (-0,2%) na comparação com o ano anterior. Esse cenário adverso, aliado às isenções no âmbito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), visando a estimular a atividade econômica, puxou para baixo a arrecadação federal do Imposto de Renda (IR) e do IPI, que declinaram -4,7% e -25,7%, respectivamente. Com isso, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) distribuído aos municípios capixabas recuou -8,2%.

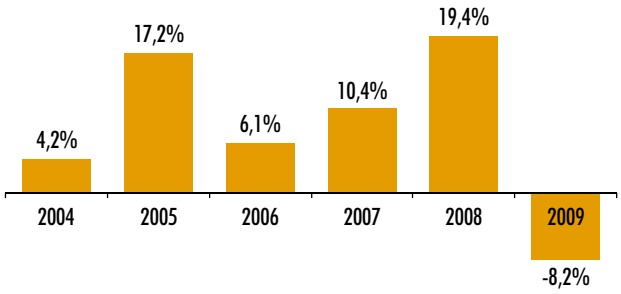
A União transferiu R$ 859,8 milhões a título de FPM aos municípios capixabas em 2009. Foi o primeiro ano de recuo do FPM desde 2004. Apesar da queda, os valores transferidos em 2009 são superiores aos repasses realizados em anos anteriores a 2008.

Evolução do FPM no Espírito Santo

em R$ milhões - IPCA médio de 2009



Taxa anual de crescimento do FPM no Espírito Santo



Em função dos critérios de distribuição, a queda do FPM foi a mesma (-9,4%) na maioria dos municípios. As exceções foram Cariacica, Serra, Vila Velha e Cachoeiro de Itapemirim, municípios que fazem parte do fundo de reserva, cuja retração foi de -10,1%.

Além deles, Linhares e Guarapari, que mudaram de faixa populacional, tiveram quedas mais amenas, de -4% e -3,3%, respectivamente. A mudança de faixa propiciou ainda que Ecoporanga, Governador Lindenberg, Pedro Canário, Rio Bananal, Piúma e Alegre aumentassem o volume de FPM recebido da União, sendo o mais elevado de 20,8%, registrado em Governador Lindenberg.

Em 2009, Vitória recebeu R$ 65,3 milhões, valor 9,2% menor que o de 2008. Devido ao crescimento da renda per capita do Estado, a participação da cidade no FPM-Capital declinou de 1,66%, em 2005, para 1,35%, no biênio 2008-2009. Apesar da queda, esse percentual é superior à participação do município na população das capitais brasileiras de 0,7%.

Compensação

Como medida de apoio e compensação pelas perdas sofridas no FPM, tanto pela queda da atividade econômica como pela isenção do IPI concedida a diversos produtos, o governo editou a Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009 (originalmente, Medida Provisória nº 462, de 14 de maio de 2009). Essa lei estabeleceu que os municípios que apresentassem diferenças negativas nos repasses do FPM no exercício de 2009 em relação a 2008 receberiam uma complementação de igual valor, de forma que sua variação nominal fosse igual a zero.

Valores das parcelas das compensações do FPM repassadas aos municípios do Brasil e do Espírito Santo em 2009

Parcela	Data do crédito	Brasil	Espírito Santo
		em R$	
1ª	25/5/2009	755.008.284,59	4.646.392,79
2ª	22/6/2009	197.827.847,76	3.413.940,22
3ª	21/7/2009	9.734.549,18	-
4ª	19/10/2009	904.925.735,42	15.615.400,43
Subtotal		**1.867.496.416,95**	**23.675.733,44**
5ª	28/1/2010	516.609.664,89	8.978.715,96
Total		**2.384.106.081,84**	**32.654.449,40**

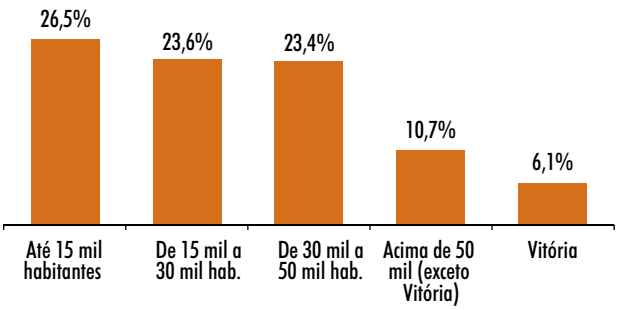
Fonte: Medida Provisória nº 462, de 14/05/2009.

De fato, considerando toda a compensação feita em favor dos municípios capixabas, até a última parcela creditada em janeiro de 2010, a variação nominal do FPM foi zero. Em valores reais, a retração foi de -3,9%.

Importância do FPM

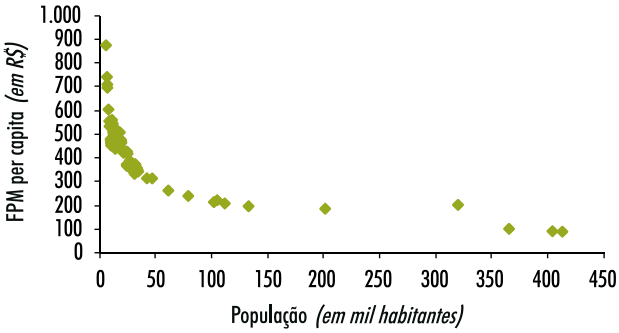
A reposição das perdas foi de grande importância para os menores municípios, pois eles têm forte dependência do FPM. Nos municípios com até 15 mil habitantes, o FPM respondeu por 26,5% de suas receitas em 2009; participou com pouco mais de 23% na receita total daqueles com população entre 15 mil e 50 mil habitantes; com 10,7% naqueles com população acima de 50 mil habitantes, exceto a capital; e apenas com 6,1% na receita de Vitória.

Participação do FPM na receita municipal por faixa populacional - 2009



Em termos per capita, a média recebida pelos municípios capixabas em 2009 foi de R$ 246,55. A liderança e a última posição do *ranking* couberam, respectivamente, aos municípios de menor e maior portes populacionais. Divino de São Lourenço obteve R$ 875,14 por habitante contra R$ 91,44 de Vila Velha. A relação inversa entre o valor do FPM per capita e o tamanho do município pode ser bem observada no gráfico a seguir.

FPM per capita e população residente - 2009



Primeiro quadrimestre de 2010

No acumulado de janeiro a abril de 2010, o Governo Federal distribuiu aos municípios capixabas R$ 277,3 milhões, o que representou uma queda de -3,2% sobre o valor distribuído no mesmo período do ano anterior, de R$ 286,4 milhões, a preços corrigidos pelo IPCA. No entanto, é possível perceber sinais de recuperação se for desconsiderado o mês de janeiro. No acumulado de fevereiro a abril de 2010, o FPM cresceu 2,5% sobre o mesmo período do ano anterior.

Saiba mais sobre o FPM

O FPM é uma transferência constitucional (CF, artigo 159, I, b) que os municípios recebem da União. Ele é formado por 22,5% da arrecadação líquida do IR e do IPI. A cada dez dias os municípios recebem uma quota do fundo.

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 55, de 20 de setembro de 2007, foi destinado mais 1% do IR e do IPI, arrecadados no período de 12 meses, que é repassado, em uma única parcela, no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano.

O FPM é dividido em três partes: FPM-Interior, FPM-Reserva e FPM-Capital. Do total dos recursos transferidos, 86,4% são destinados aos municípios do interior, 10% para as capitais e 3,6% compõem o Fundo de Reserva (veja quadro na página seguinte).

Em 2 de janeiro de 1990, o Tribunal de Contas da União publicou a Resolução nº 242, que fixou a participação de cada Estado no conjunto dos recursos do FPM-Interior. O congelamento dos percentuais por Estado garante que a criação de novos municípios reflita apenas nas finanças das cidades do Estado onde foram criados os municípios. A sua distribuição é feita de acordo com o número de habitantes. São fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual que varia de 0,6, para municípios com até 10.188 habitantes, até 4,0, para aqueles com população acima de 156.216 habitantes.

Desse modo, ao aumentar a população do município, aumenta seu coeficiente e também sua participação no FPM. Entretanto, o crescimento das faixas populacionais estabelecidas é proporcionalmente maior que o dos coeficientes. Através desse mecanismo, os municípios com menos habitantes são beneficiados, recebendo relativamente mais recursos que os mais populosos.

Subdivisões do FPM		Critérios de distribuição
FPM-Interior	86,4% do FPM total. É distribuído aos municípios do interior do país.	Coeficientes definidos por faixa populacional no Decreto-Lei nº 1.881/81. Desde 1990, a participação de cada município é obtida dividindo-se seu respectivo coeficiente pelo somatório dos coeficientes dos municípios do Estado. O Espírito Santo possui 77 municípios enquadrados nesse grupo.
FPM-Reserva	3,6% do FPM total. É enviado aos municípios do interior com população superior a 142.633 habitantes.	De acordo com coeficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do respectivo Estado. Em 2009, participaram desse fundo 152 municípios brasileiros. Desses, quatro são capixabas.
FPM-Capital	10% do FPM total. É distribuído às capitais estaduais.	Coeficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do Estado. A participação da capital é obtida dividindo-se seu coeficiente pelo somatório dos coeficientes de todas as capitais.

Fonte: Lei Federal nº 5.172, de 25/10/1966 e Decreto-Lei nº 1.881, de 27/08/1981.

Participação no FPM-Interior, número de municípios e população por Estado

Unidades da Federação	Participação em 2009 *em %*	Número de municípios* 2008	População 2008
Acre	0,2630	21	378.675
Alagoas	2,0883	101	2.203.414
Amapá	0,1392	15	254.144
Amazonas	1,2452	61	1.632.086
Bahia	9,2695	416	11.553.842
Ceará	4,5864	183	5.976.913
Espírito Santo	**1,7595**	**77**	**3.135.831**
Goiás	3,7318	245	4.579.602
Maranhão	3,9715	216	5.318.713
Mato Grosso	1,8949	140	2.412.995
Mato Grosso do Sul	1,5004	77	1.588.869
Minas Gerais	14,1846	852	17.415.430
Pará	3,2948	142	5.897.369
Paraíba	3,1942	222	3.049.524
Paraná	7,2857	398	8.762.077
Pernambuco	4,7952	183	7.181.202
Piauí	2,4015	223	2.325.098
Rio de Janeiro	2,7379	91	9.711.315
Rio Grande do Norte	2,4324	166	2.308.365
Rio Grande do Sul	7,3011	495	9.424.994
Rondônia	0,7464	51	1.114.380
Roraima	0,0851	14	151.853
Santa Catarina	4,1997	292	5.650.241
São Paulo	14,2620	644	30.021.386
Sergipe	1,3342	74	1.462.589
Tocantins	1,2955	138	1.096.499
Total	**100,0000**	**5.537**	**144.607.406**

*Fonte: Decisão Normativa nº 92, de 19/11/2008 - Tribunal de Contas da União. Nota: *exceto as capitais.*

Os municípios do interior com mais de 142.633 habitantes também são incluídos no FPM-Reserva. Visando a beneficiar as cidades localizadas em estados pobres, é considerado para o cálculo do seu repasse, além do número de habitantes, o fator representativo do inverso da renda per capita do Estado. No Espírito Santo quatro cidades são beneficiadas: Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Serra e Vila Velha.

O FPM-Capital favorece as capitais localizadas nos estados mais pobres, pois também utiliza como critérios de distribuição a população e o inverso da renda per capita do respectivo Estado. A participação de cada capital no total do FPM-Capital é obtida com a divisão de seu coeficiente pela soma dos coeficientes de todas as capitais.

Coeficientes para distribuição do FPM-Interior

Categoria do município segundo o número de habitantes				Coeficiente
Até	10.188			0,6
De	10.189	a	13.584	0,8
De	13.585	a	16.980	1,0
De	16.981	a	23.772	1,2
De	23.773	a	30.564	1,4
De	30.565	a	37.356	1,6
De	37.357	a	44.148	1,8
De	44.149	a	50.940	2,0
De	50.941	a	61.128	2,2
De	61.129	a	71.316	2,4
De	71.317	a	81.504	2,6
De	81.505	a	91.692	2,8
De	91.693	a	101.880	3,0
De	101.881	a	115.464	3,2
De	115.465	a	129.048	3,4
De	129.049	a	142.632	3,6
De	142.633	a	156.216	3,8
Além de	156.216			4,0

Fonte: Decreto-Lei nº 1.881, de 27/08/1981.

Coeficiente, participação no FPM-capital e população das capitais

Capital	UF	Coeficiente de 2009	Participação no total 2009 *em %*	População 2008
Aracaju	SE	3,2	2,71	536.785
Belém	PA	7,0	5,92	1.424.124
Belo Horizonte	MG	6,0	5,08	2.434.642
Boa Vista	RR	2,8	2,37	260.930
Brasília	DF	2,0	1,69	2.557.158
Campo Grande	MS	2,4	2,03	747.189
Cuiabá	MT	2,0	1,69	544.737
Curitiba	PR	4,5	3,81	1.828.092
Florianópolis	SC	1,6	1,35	402.346
Fortaleza	CE	12,5	10,58	2.473.614
Goiânia	GO	3,6	3,05	1.265.394
João Pessoa	PB	5,0	4,23	693.082
Macapá	AP	2,8	2,37	359.020
Maceió	AL	6,3	5,29	924.143
Manaus	AM	4,0	3,39	1.709.010
Natal	RN	3,6	3,05	798.065
Palmas	TO	3,6	3,05	184.010
Porto Alegre	RS	3,2	2,67	1.430.220
Porto Velho	RO	3,2	2,71	379.186
Recife	PE	7,0	5,92	1.552.992
Rio Branco	AC	3,6	3,05	301.398
Rio de Janeiro	RJ	3,5	2,96	6.161.047
Salvador	BA	9,0	7,62	2.948.733
São Luís	MA	6,3	5,29	986.826
São Paulo	SP	3,0	2,54	10.990.249
Teresina	PI	5,0	4,23	794.599
Vitória	**ES**	**1,6**	**1,35**	**317.817**
Total		**118,2**	**100,00**	**45.005.408**

Fonte: Decisão Normativa nº 92, de 19/11/2008 - Tribunal de Contas da União.

futura

Cabos umbilicais Prysmian.
Qualidade absoluta.
Confiabilidade total.

A Prysmian tem a mais completa linha de cabos umbilicais do mercado e desenvolve, no Brasil, produtos com a mais avançada tecnologia, garantindo qualidade e confiabilidade em soluções para todas as necessidades da indústria petrolífera. Umbilicais Eletro Hidráulicos com mangueiras metálicas e termoplásticas, Umbilicais Eletro Ópticos e cabos para bombas submersas: qualidade absoluta, confiabilidade total.

PRYSMIAN
CABLES & SYSTEMS

Evoluindo com você.

21 3212-3550 www.prysmian.com.br

▶ FPM - 2004-2009

Regiões e municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Partic. na rec. total[a] 2009	FPM per capita 2009
	em R$ mil - IPCA médio de 2009						em %		em R$
MS Noroeste	**94.923,2**	**108.914,5**	**113.474,3**	**125.862,8**	**156.468,0**	**144.715,8**	**-7,5**	**23,7**	**355,4**
Água Doce do Norte	4.250,8	4.747,6	4.805,6	5.173,8	6.452,3	5.847,1	-9,4	30,2	483,6
Águia Branca	3.365,2	3.716,0	3.713,8	3.942,0	4.839,2	4.385,3	-9,4	25,1	461,5
Alto Rio Novo	3.011,0	3.405,3	3.494,6	3.818,7	4.839,2	4.385,3	-9,4	33,8	710,5
Baixo Guandu	6.553,4	7.531,5	7.861,8	8.746,1	11.291,5	10.232,4	-9,4	23,9	342,3
Barra de São Francisco	8.324,6	9.594,6	10.045,5	11.209,8	14.517,7	13.156,0	-9,4	25,6	315,9
Boa Esperança	4.733,3	5.575,6	5.962,0	6.768,2	6.452,3	5.847,1	-9,4	24,9	445,7
Colatina	14.523,7	16.815,4	17.688,1	19.832,7	25.809,2	23.388,4	-9,4	14,8	210,0
Ecoporanga	7.261,8	7.437,3	7.429,3	7.883,9	9.678,4	10.232,4	5,7	29,2	428,3
Governador Lindenberg	2.840,0	3.345,4	3.577,2	4.060,9	4.839,2	5.847,1	20,8	30,8	561,1
Mantenópolis	4.250,8	4.747,6	4.805,6	5.173,8	6.452,3	5.847,1	-9,4	29,3	502,8
Marilândia	3.786,7	4.458,2	4.768,6	5.414,5	6.452,3	5.847,1	-9,4	30,8	547,7
Nova Venécia	8.678,8	10.620,9	11.135,5	12.441,6	16.130,7	14.617,8	-9,4	22,4	315,4
Pancas	5.667,8	6.500,0	6.770,0	7.514,3	9.678,4	8.770,7	-9,4	31,5	474,2
São Domingos do Norte	2.840,0	3.345,4	3.577,2	4.060,9	4.839,2	4.385,3	-9,4	28,5	534,5
São Gabriel da Palha	7.261,8	8.152,9	8.300,2	8.992,6	11.291,5	10.232,4	-9,4	24,0	334,3
Vila Pavão	2.840,0	3.345,4	3.577,2	4.060,9	4.839,2	4.385,3	-9,4	26,3	480,5
Vila Valério	4.733,3	5.575,6	5.962,0	6.768,2	8.065,4	7.308,9	-9,4	30,6	520,3
MS Litoral Norte	**103.401,9**	**118.610,6**	**125.735,5**	**143.483,2**	**172.598,7**	**160.795,4**	**-6,8**	**15,9**	**305,4**
Aracruz	11.360,0	13.381,4	15.497,4	17.597,2	20.969,9	19.003,1	-9,4	8,4	241,6
Conceição da Barra	6.626,7	7.805,8	8.346,8	9.475,4	11.291,5	10.232,4	-9,4	22,3	378,2
Fundão	4.733,3	5.575,6	5.962,0	6.768,2	8.065,4	7.308,9	-9,4	24,9	444,8
Ibiraçu	3.786,7	4.460,5	4.769,6	5.414,5	6.452,3	5.847,1	-9,4	27,3	545,2
Jaguaré	5.680,0	6.690,7	7.154,4	8.121,8	9.678,4	8.770,7	-9,4	18,4	373,7
João Neiva	4.782,2	5.468,4	5.678,2	6.282,4	8.065,4	7.308,9	-9,4	24,3	499,9
Linhares	18.537,9	20.612,7	20.711,7	22.001,6	27.422,2	26.312,0	-4,0	9,8	198,3
Montanha	5.680,0	5.477,3	5.681,2	6.282,4	9.678,4	8.770,7	-9,4	30,2	465,1
Mucurici	3.365,2	3.716,0	3.713,8	3.942,0	4.839,2	4.385,3	-9,4	31,8	742,0
Pedro Canário	5.680,0	6.690,7	7.154,4	8.121,8	9.678,4	10.232,4	5,7	31,7	419,3
Pinheiros	5.667,8	6.500,0	6.770,0	7.514,3	9.678,4	8.770,7	-9,4	24,5	367,4
Ponto Belo	2.840,0	3.345,4	3.577,2	4.060,9	4.839,2	4.385,3	-9,4	29,9	605,1
Rio Bananal	4.782,2	5.468,4	5.678,2	8.121,2	8.065,4	8.770,7	8,7	24,7	508,5
São Mateus	14.200,0	16.726,8	17.886,1	21.657,7	24.196,1	21.926,6	-9,4	14,5	215,8
Sooretama	5.680,0	6.690,7	7.154,4	8.121,8	9.678,4	8.770,7	-9,4	27,8	369,1
MS Central	**86.946,7**	**104.252,8**	**112.298,0**	**127.136,5**	**150.015,7**	**137.407,0**	**-8,4**	**23,3**	**443,7**
Afonso Cláudio	7.439,0	8.563,0	8.953,7	9.977,9	12.904,6	11.694,2	-9,4	29,0	372,6
Alfredo Chaves	4.733,3	5.575,6	5.962,0	6.768,2	8.065,4	7.308,9	-9,4	28,5	501,1
Anchieta	5.680,0	6.690,7	7.154,4	8.121,8	9.678,4	8.770,7	-9,4	7,6	433,6
Brejetuba	3.786,7	4.460,5	4.769,6	5.414,5	6.452,3	5.847,1	-9,4	27,7	526,9
Conceição do Castelo	3.786,7	4.460,5	4.769,6	5.414,5	6.452,3	5.847,1	-9,4	26,4	493,4
Domingos Martins	7.573,3	8.921,0	9.539,2	10.829,1	12.904,6	11.694,2	-9,4	23,6	360,3
Iconha	3.786,7	4.460,5	4.769,6	5.414,5	6.452,3	5.847,1	-9,4	25,4	491,3
Itaguaçu	4.733,3	5.575,6	5.962,0	6.768,2	8.065,4	7.308,9	-9,4	31,7	515,8
Itarana	3.786,7	4.460,5	4.769,6	5.414,5	6.452,3	5.847,1	-9,4	29,8	548,1
Laranja da Terra	3.786,7	4.460,5	4.769,6	5.414,5	6.452,3	5.847,1	-9,4	32,0	525,1
Marechal Floriano	3.786,7	4.460,5	5.958,1	6.768,2	6.452,3	5.847,1	-9,4	23,0	439,6
Piúma	4.733,3	6.680,8	7.151,1	8.121,8	8.065,4	8.770,7	8,7	30,1	509,6
Rio Novo do Sul	3.786,7	4.460,5	4.769,6	5.414,5	6.452,3	5.847,1	-9,4	35,2	510,8
Santa Leopoldina	3.786,7	4.460,5	4.769,6	5.414,5	6.452,3	5.847,1	-9,4	27,2	458,8
Santa Maria de Jetibá	6.626,7	8.911,1	9.535,9	10.829,1	12.904,6	11.694,2	-9,4	22,7	344,7
Santa Teresa	5.667,8	6.500,0	6.770,0	7.514,3	9.678,4	8.770,7	-9,4	24,8	422,8
São Roque do Canaã	3.786,7	4.460,5	4.769,6	5.414,5	6.452,3	5.847,1	-9,4	32,2	540,5
Venda Nova do Imigrante	5.680,0	6.690,7	7.154,4	8.121,8	9.678,4	8.770,7	-9,4	26,8	437,9
Região Metropolitana	**155.679,3**	**185.523,1**	**197.641,9**	**206.488,9**	**240.078,5**	**218.227,3**	**-9,1**	**8,1**	**130,7**
Cariacica	26.440,9	31.062,4	33.275,1	35.298,7	42.063,7	37.813,6	-10,1	13,2	103,4
Guarapari	14.200,0	17.832,0	19.075,2	21.658,1	24.196,1	23.388,4	-3,3	17,3	223,7
Serra	26.440,9	31.062,4	33.275,1	35.298,7	42.063,7	37.813,6	-10,1	5,9	93,4
Viana	10.413,3	12.266,3	13.116,5	14.890,0	17.743,8	16.079,5	-9,4	18,3	264,3
Vila Velha	26.440,9	31.062,4	33.275,1	35.298,7	42.063,7	37.813,6	-10,1	8,4	91,4
Vitória	51.743,2	62.237,7	65.625,0	64.044,6	71.947,3	65.318,4	-9,2	6,1	204,0
MS Sul	**130.672,0**	**152.847,7**	**161.834,1**	**181.740,0**	**217.888,6**	**198.609,0**	**-8,8**	**22,1**	**345,9**
Alegre	7.439,0	8.563,0	8.953,7	9.977,9	11.291,5	11.694,2	3,6	22,6	375,5
Apiacá	2.840,0	3.345,4	3.577,2	4.060,9	4.839,2	4.385,3	-9,4	32,5	556,3
Atílio Vivacqua	3.011,0	3.405,3	3.494,6	3.818,7	4.839,2	4.385,3	-9,4	23,0	468,5
Bom Jesus do Norte	2.840,0	3.345,4	3.577,2	4.060,9	4.839,2	4.385,3	-9,4	30,7	453,4
Cachoeiro de Itapemirim	26.440,9	31.063,0	33.275,4	36.113,5	42.063,7	37.813,6	-10,1	17,2	187,9
Castelo	7.573,3	8.921,0	9.539,2	10.829,1	12.904,6	11.694,2	-9,4	23,0	352,1
Divino de São Lourenço	2.840,0	3.345,4	3.577,2	4.060,9	4.839,2	4.385,3	-9,4	47,0	875,1
Dores do Rio Preto	2.840,0	3.345,4	3.577,2	4.060,9	4.839,2	4.385,3	-9,4	35,9	696,9
Guaçuí	6.626,7	7.805,8	8.346,8	9.475,4	11.291,5	10.232,4	-9,4	23,3	382,6
Ibatiba	5.680,0	6.690,7	7.154,4	8.121,8	9.678,4	8.770,7	-9,4	31,4	428,4
Ibitirama	2.840,0	3.345,4	3.577,2	5.414,1	4.839,2	4.385,3	-9,4	30,8	474,7
Irupi	3.786,7	4.460,5	4.769,6	5.414,5	6.452,3	5.847,1	-9,4	34,3	544,7
Itapemirim	7.616,1	9.179,2	9.390,3	10.224,4	12.904,6	11.694,2	-9,4	18,0	357,0
Iúna	6.907,6	7.842,2	8.081,0	8.869,3	11.291,5	10.232,4	-9,4	29,6	390,0
Jerônimo Monteiro	3.896,6	4.436,9	4.586,4	5.050,6	6.452,3	5.847,1	-9,4	33,6	520,4
Marataízes	7.573,3	8.921,0	9.539,2	10.829,1	12.904,6	11.694,2	-9,4	26,9	359,8
Mimoso do Sul	6.626,7	7.805,8	8.346,8	9.475,4	11.291,5	10.232,4	-9,4	28,0	377,2
Muniz Freire	5.680,0	6.690,7	7.154,4	8.121,8	9.678,4	8.770,7	-9,4	26,6	477,8
Muqui	4.782,2	5.468,4	5.678,2	6.282,4	8.065,4	7.308,9	-9,4	38,7	508,4
Presidente Kennedy	3.365,2	3.716,0	3.713,8	3.942,0	6.452,3	5.847,1	-9,4	5,9	536,3
São José do Calçado	3.786,7	4.460,5	4.769,6	5.414,5	6.452,3	5.847,1	-9,4	28,8	533,3
Vargem Alta	5.680,0	6.690,7	7.154,4	8.121,8	9.678,4	8.770,7	-9,4	24,5	470,6
TOTAL	**571.623,1**	**670.148,8**	**710.983,8**	**784.711,3**	**937.049,6**	**859.754,4**	**-8,2**	**14,8**	**246,5**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Nota: [a]receita total ajustada dos efeitos do Fundef / Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

▶ FPM

Posição	Município	FPM em R$	População
1º	Vitória	65.318.385,7	320.156
2º	Cachoeiro de Itapemirim	37.813.637,6	201.259
3º	Cariacica	37.813.637,6	365.859
4º	Serra	37.813.637,6	404.688
5º	Vila Velha	37.813.637,6	413.548
6º	Linhares	26.311.969,3	132.664
7º	Colatina	23.388.417,3	111.365
8º	Guarapari	23.388.417,3	104.534
9º	São Mateus	21.926.641,2	101.613
10º	Aracruz	19.003.089,2	78.658
11º	Viana	16.079.537,1	60.829
12º	Nova Venécia	14.617.760,9	46.354
13º	Barra de São Francisco	13.155.985,0	41.645
14º	Afonso Cláudio	11.694.208,9	31.384
15º	Alegre	11.694.208,9	31.143
16º	Castelo	11.694.208,9	33.212
17º	Domingos Martins	11.694.208,9	32.455
18º	Itapemirim	11.694.208,9	32.761
19º	Marataízes	11.694.208,9	32.502
20º	Santa Maria de Jetibá	11.694.208,9	33.921
21º	Baixo Guandu	10.232.432,9	29.891
22º	Conceição da Barra	10.232.432,9	27.059
23º	Ecoporanga	10.232.432,9	23.891
24º	Guaçuí	10.232.432,9	26.743
25º	Iúna	10.232.432,9	26.239
26º	Mimoso do Sul	10.232.432,9	27.124
27º	Pedro Canário	10.232.432,9	24.404
28º	São Gabriel da Palha	10.232.432,9	30.604
29º	Anchieta	8.770.656,8	20.226
30º	Ibatiba	8.770.656,8	20.471
31º	Jaguaré	8.770.656,8	23.472
32º	Montanha	8.770.656,8	18.856
33º	Muniz Freire	8.770.656,8	18.358
34º	Pancas	8.770.656,8	18.497
35º	Pinheiros	8.770.656,8	23.874
36º	Piúma	8.770.656,8	17.212
37º	Rio Bananal	8.770.656,8	17.247
38º	Santa Teresa	8.770.656,8	20.742
39º	Sooretama	8.770.656,8	23.761
40º	Vargem Alta	8.770.656,8	18.637
41º	Venda Nova do Imigrante	8.770.656,8	20.028
42º	Alfredo Chaves	7.308.880,8	14.585
43º	Fundão	7.308.880,8	16.431
44º	Itaguaçu	7.308.880,8	14.171
45º	João Neiva	7.308.880,8	14.621
46º	Muqui	7.308.880,8	14.377
47º	Vila Valério	7.308.880,8	14.048
48º	Água Doce do Norte	5.847.104,7	12.091
49º	Boa Esperança	5.847.104,7	13.119
50º	Brejetuba	5.847.104,7	11.097
51º	Conceição do Castelo	5.847.104,7	11.851
52º	Ibiraçu	5.847.104,7	10.724
53º	Iconha	5.847.104,7	11.901
54º	Irupi	5.847.104,7	10.735
55º	Itarana	5.847.104,7	10.667
56º	Jerônimo Monteiro	5.847.104,7	11.235
57º	Laranja da Terra	5.847.104,7	11.136
58º	Mantenópolis	5.847.104,7	11.630
59º	Marechal Floriano	5.847.104,7	13.302
60º	Marilândia	5.847.104,7	10.676
61º	Presidente Kennedy	5.847.104,7	10.903
62º	Rio Novo do Sul	5.847.104,7	11.447
63º	Santa Leopoldina	5.847.104,7	12.743
64º	São José do Calçado	5.847.104,7	10.965
65º	São Roque do Canaã	5.847.104,7	10.817
66º	Governador Lindenberg	5.847.104,6	10.420
67º	Águia Branca	4.385.328,6	9.503
68º	Alto Rio Novo	4.385.328,6	6.172
69º	Apiacá	4.385.328,6	7.883
70º	Atílio Vivacqua	4.385.328,6	9.361
71º	Bom Jesus do Norte	4.385.328,6	9.672
72º	Divino de São Lourenço	4.385.328,6	5.011
73º	Dores do Rio Preto	4.385.328,6	6.293
74º	Ibitirama	4.385.328,6	9.238
75º	Mucurici	4.385.328,6	5.910
76º	Ponto Belo	4.385.328,6	7.247
77º	São Domingos do Norte	4.385.328,6	8.205
78º	Vila Pavão	4.385.328,6	9.126
TOTAL		**859.754.433,2**	**3.487.199**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

▶ FPM per capita

Posição	Município	A / B	FPM (A) em R$	População (B)
1º	Divino de São Lourenço	875,1	4.385.328,6	5.011
2º	Mucurici	742,0	4.385.328,6	5.910
3º	Alto Rio Novo	710,5	4.385.328,6	6.172
4º	Dores do Rio Preto	696,9	4.385.328,6	6.293
5º	Ponto Belo	605,1	4.385.328,6	7.247
6º	Governador Lindenberg	561,1	5.847.104,6	10.420
7º	Apiacá	556,3	4.385.328,6	7.883
8º	Itarana	548,1	5.847.104,7	10.667
9º	Marilândia	547,7	5.847.104,7	10.676
10º	Ibiraçu	545,2	5.847.104,7	10.724
11º	Irupi	544,7	5.847.104,7	10.735
12º	São Roque do Canaã	540,5	5.847.104,7	10.817
13º	Presidente Kennedy	536,3	5.847.104,7	10.903
14º	São Domingos do Norte	534,5	4.385.328,6	8.205
15º	São José do Calçado	533,3	5.847.104,7	10.965
16º	Brejetuba	526,9	5.847.104,7	11.097
17º	Laranja da Terra	525,1	5.847.104,7	11.136
18º	Jerônimo Monteiro	520,4	5.847.104,7	11.235
19º	Vila Valério	520,3	7.308.880,8	14.048
20º	Itaguaçu	515,8	7.308.880,8	14.171
21º	Rio Novo do Sul	510,8	5.847.104,7	11.447
22º	Piúma	509,6	8.770.656,8	17.212
23º	Rio Bananal	508,5	8.770.656,8	17.247
24º	Muqui	508,4	7.308.880,8	14.377
25º	Mantenópolis	502,8	5.847.104,7	11.630
26º	Alfredo Chaves	501,1	7.308.880,8	14.585
27º	João Neiva	499,9	7.308.880,8	14.621
28º	Conceição do Castelo	493,4	5.847.104,7	11.851
29º	Iconha	491,3	5.847.104,7	11.901
30º	Água Doce do Norte	483,6	5.847.104,7	12.091
31º	Vila Pavão	480,5	4.385.328,6	9.126
32º	Muniz Freire	477,8	8.770.656,8	18.358
33º	Ibitirama	474,7	4.385.328,6	9.238
34º	Pancas	474,2	8.770.656,8	18.497
35º	Vargem Alta	470,6	8.770.656,8	18.637
36º	Atílio Vivacqua	468,5	4.385.328,6	9.361
37º	Montanha	465,1	8.770.656,8	18.856
38º	Águia Branca	461,5	4.385.328,6	9.503
39º	Santa Leopoldina	458,8	5.847.104,7	12.743
40º	Bom Jesus do Norte	453,4	4.385.328,6	9.672
41º	Boa Esperança	445,7	5.847.104,7	13.119
42º	Fundão	444,8	7.308.880,8	16.431
43º	Marechal Floriano	439,6	5.847.104,7	13.302
44º	Venda Nova do Imigrante	437,9	8.770.656,8	20.028
45º	Anchieta	433,6	8.770.656,8	20.226
46º	Ibatiba	428,4	8.770.656,8	20.471
47º	Ecoporanga	428,3	10.232.432,9	23.891
48º	Santa Teresa	422,8	8.770.656,8	20.742
49º	Pedro Canário	419,3	10.232.432,9	24.404
50º	Iúna	390,0	10.232.432,9	26.239
51º	Guaçuí	382,6	10.232.432,9	26.743
52º	Conceição da Barra	378,2	10.232.432,9	27.059
53º	Mimoso do Sul	377,2	10.232.432,9	27.124
54º	Alegre	375,5	11.694.208,9	31.143
55º	Jaguaré	373,7	8.770.656,8	23.472
56º	Afonso Cláudio	372,6	11.694.208,9	31.384
57º	Sooretama	369,1	8.770.656,8	23.761
58º	Pinheiros	367,4	8.770.656,8	23.874
59º	Domingos Martins	360,3	11.694.208,9	32.455
60º	Marataízes	359,8	11.694.208,9	32.502
61º	Itapemirim	357,0	11.694.208,9	32.761
62º	Castelo	352,1	11.694.208,9	33.212
63º	Santa Maria de Jetibá	344,7	11.694.208,9	33.921
64º	Baixo Guandu	342,3	10.232.432,9	29.891
65º	São Gabriel da Palha	334,3	10.232.432,9	30.604
66º	Barra de São Francisco	315,9	13.155.985,0	41.645
67º	Nova Venécia	315,4	14.617.760,9	46.354
68º	Viana	264,3	16.079.537,1	60.829
69º	Aracruz	241,6	19.003.089,2	78.658
70º	Guarapari	223,7	23.388.417,3	104.534
71º	São Mateus	215,8	21.926.641,2	101.613
72º	Colatina	210,0	23.388.417,3	111.365
73º	Vitória	204,0	65.318.385,7	320.156
74º	Linhares	198,3	26.311.969,3	132.664
75º	Cachoeiro de Itapemirim	187,9	37.813.637,6	201.259
76º	Cariacica	103,4	37.813.637,6	365.859
77º	Serra	93,4	37.813.637,6	404.688
78º	Vila Velha	91,4	37.813.637,6	413.548
TOTAL		**246,5**	**859.754.433,2**	**3.487.199**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). População para 2009 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

Dívida ativa

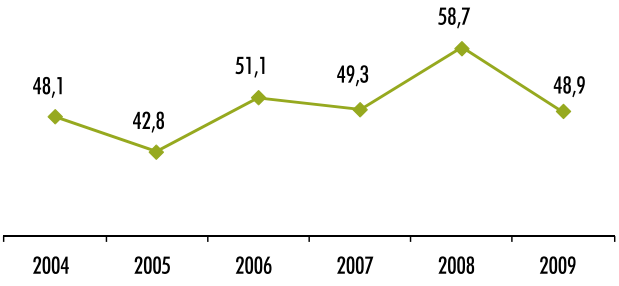
Receita da dívida ativa

A dívida ativa é formada por um conjunto de créditos da municipalidade contra terceiros. A maior parcela tem origem em débitos tributários não pagos pelos contribuintes.

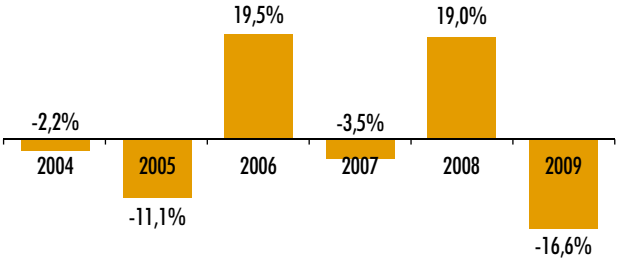
A arrecadação dos créditos da dívida ativa dos municípios capixabas alternou crescimento e queda no período 2004-2009. Após atingir seu maior patamar em 2008, com R$ 58,7 milhões, ela declinou acentuadamente para R$ 48,9 milhões em 2009, o que correspondeu a uma retração de -16,6%. Essa queda foi puxada pelo desempenho de Guarapari, que recolheu R$ 8,9 milhões a menos que no ano anterior. Ao excluí-lo da análise, a retração do conjunto teria sido de -1,9%.

Evolução da receita da dívida ativa

em R$ milhões - IPCA médio de 2009



Taxa anual de crescimento da receita da dívida ativa

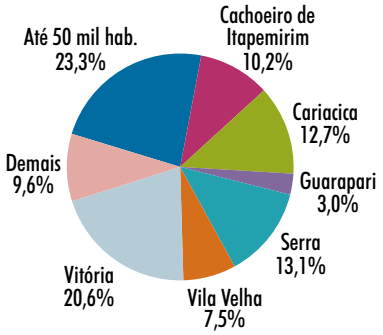


Entre os municípios com mais de 50 mil habitantes, exceto Vitória, a receita da dívida ativa declinou acentuadamente em Guarapari (-85,8%), Colatina (-48,8%) e Viana (-29,4%). Aracruz e Vila Velha também registraram quedas relevantes com -13,7% e -9,8%, respectivamente. Contrabalancearam esse movimento Linhares, com expansão de 92,7%, e Serra, cujo avanço foi de 18,8%. Na capital, a retração foi de -11,6%.

Diversos municípios com menos de 50 mil habitantes apresentaram variações bruscas no nível de arrecadação. Em Atílio Vivacqua e Pinheiros o recolhimento foi mais que o quádruplo. Em Divino de São Lourenço e Itarana superou o triplo. Foi mais que o dobro em Água Doce do Norte, Venda Nova do Imigrante, Alegre e Santa Maria de Jetibá. Comportamentos opostos foram observados em Dores do Rio Preto, Vila Pavão, Marechal Floriano, Irupi, Presidente Kennedy, Ibatiba, Ibitirama, Águia Branca, Piúma e Iconha, nos quais o recolhimento caiu para menos da metade. São José do Calçado não acusou arrecadação de créditos referentes à dívida ativa.

A receita da dívida ativa está concentrada em um pequeno grupo de municípios. Vitória, Serra, Cariacica e Cachoeiro de Itapemirim juntos arrecadaram 56,6% do total. As cidades com até 50 mil habitantes foram responsáveis por apenas 23,3% do total.

Participação dos municípios na receita da dívida ativa 2009



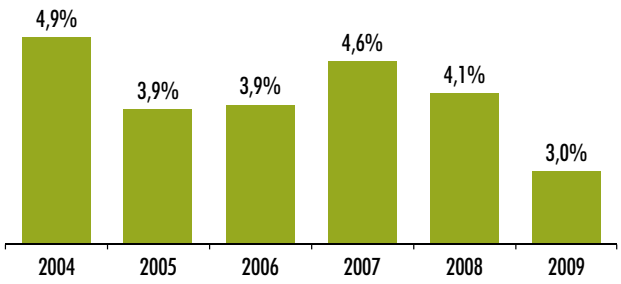
Indicador de resgate

O esforço dos municípios em recuperar seus créditos junto aos devedores pode ser mensurado através do indicador de resgate, que expressa, em percentual, a razão entre a receita da dívida ativa e o estoque total da dívida inscrita no ano anterior.

O estoque total da dívida ativa do conjunto dos municípios capixabas acumulado até o final de 2008 foi de R$ 1,62 bilhão. Desse montante, foram resgatados 3%, o pior resultado da série. Tal desempenho é explicado tanto pela queda na arrecadação da dívida ativa, de -16,6%, quanto pela expansão de 13,2% no total inscrito, que passou de R$ 1,43 bilhão, em 2007, para R$ 1,62 bilhão, em 2008.

Em 2009, o valor total da dívida ativa inscrita dos municípios capixabas deu um grande salto de 78,8% para alcançar R$ 2,89 bilhões. Esse aumento foi determinado pelos resultados de Vila Velha e Itapemirim, que inscreveram R$ 603,4 milhões e R$ 479,3 milhões de novos créditos na dívida ativa.

Indicador de resgate da dívida ativa



Os municípios que obtiveram os maiores índices de recuperação dos créditos inscritos na dívida ativa foram Itarana (41,5%), Venda Nova do Imigrante (33,7%), Rio Bananal (33,6%), Apiacá (30,7%), Santa Maria de Jetibá (29,8%), Alegre (23,4%) e Atílio Vivacqua (20,7%) para ficar naqueles com percentuais acima de 20%. Entre os municípios com mais de 50 mil habitantes, o melhor desempenho foi obtido por Linhares, com 11,7%. Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim, Serra, Viana, Aracruz e Colatina ficaram acima da média de 3%, resgatando entre 6,2% e 3,4% de seus créditos. Na capital, o indicador foi de 1,6%.

aequus CONSULTORIA

Cada vez mais presente nas prefeituras de todo o Brasil

www.aequus.com.br
Tel.: (27) 3235-7841

▶ Receita da dívida ativa - 2004-2009

Regiões e municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009 A	Variação 2009/ 2008	Estoque da dívida 2008 B	A / B	Partic. na rec. total[a] 2009	Receita da dívida ativa per capita 2009
	em R$ mil - IPCA médio de 2009						em %	em R$	em %		em R$
MS Noroeste	**5.056,3**	**2.932,7**	**3.118,8**	**2.981,3**	**3.261,0**	**2.540,8**	**9,4**	**46.183,3**	**5,5**	**0,4**	**6,2**
Água Doce do Norte	35,1	46,7	54,7	25,2	14,2	41,0	188,5	334,8	12,2	0,2	3,4
Águia Branca	3,7	14,0	18,5	7,6	18,7	7,6	-59,5	411,6	1,8	0,0	0,8
Alto Rio Novo	81,0	17,7	7,1	0,0	0,0	25,2	-	386,7	6,5	0,2	4,1
Baixo Guandu	148,9	170,0	323,7	212,5	169,5	250,6	47,8	2.542,9	9,9	0,6	8,4
Barra de São Francisco	178,0	230,0	305,4	679,2	211,9	327,6	54,6	2.430,1	13,5	0,6	7,9
Boa Esperança	35,3	33,8	159,7	160,6	36,6	38,8	6,0	1.320,6	2,9	0,2	3,0
Colatina	3.376,7	1.121,1	919,6	1.075,5	1.668,4	854,2	-48,8	24.990,6	3,4	0,5	7,7
Ecoporanga	269,3	322,9	166,4	30,3	21,9	31,0	41,5	868,1	3,6	0,1	1,3
Governador Lindenberg	4,5	11,2	5,3	6,0	2,8	3,8	34,1	41,9	9,0	0,0	0,4
Mantenópolis	29,3	4,2	226,6	115,2	148,0	169,9	14,8	4.336,8	3,9	0,9	14,6
Marilândia	27,3	63,4	17,4	47,2	33,8	22,6	-33,0	828,8	2,7	0,1	2,1
Nova Venécia	386,9	426,5	353,2	298,7	421,5	315,7	-25,1	1.975,8	16,0	0,5	6,8
Pancas	95,4	77,0	47,7	72,3	55,5	64,2	15,7	1.109,7	5,8	0,2	3,5
São Domingos do Norte	27,8	59,7	14,3	10,0	19,6	20,4	4,1	221,0	9,2	0,1	2,5
São Gabriel da Palha	234,3	211,0	181,9	167,8	233,7	271,4	16,1	3.326,6	8,2	0,6	8,9
Vila Pavão	24,6	28,6	22,2	28,6	161,9	20,5	-87,3	164,3	12,5	0,1	2,2
Vila Valério	98,2	95,0	295,1	44,6	43,0	76,4	77,4	893,2	8,6	0,3	5,4
MS Litoral Norte	**4.855,5**	**2.986,5**	**3.768,6**	**3.887,3**	**3.096,2**	**3.923,0**	**26,7**	**77.130,7**	**5,1**	**0,4**	**7,5**
Aracruz	1.826,1	416,1	928,9	1.071,1	729,7	629,5	-13,7	17.552,2	3,6	0,3	8,0
Conceição da Barra	255,7	373,0	898,1	320,2	336,5	352,4	4,7	14.104,0	2,5	0,8	13,0
Fundão	100,8	92,2	65,3	48,5	52,6	55,2	5,0	2.313,5	2,4	0,2	3,4
Ibiraçu	63,4	216,0	136,8	300,0	282,7	282,0	-0,3	3.372,6	8,4	1,3	26,3
Jaguaré	55,1	56,8	103,1	100,7	79,2	69,6	-12,1	5.709,3	1,2	0,1	3,0
João Neiva	209,3	196,9	197,5	214,9	171,6	158,3	-7,7	1.347,0	11,8	0,5	10,8
Linhares	2.066,1	1.078,1	936,5	1.121,5	992,7	1.913,0	92,7	16.323,8	11,7	0,7	14,4
Montanha	45,6	70,7	27,9	21,4	19,2	17,8	-7,5	1.427,4	1,2	0,1	0,9
Mucurici	2,3	2,3	0,4	4,3	2,2	4,1	86,7	348,9	1,2	0,0	0,7
Pedro Canário	34,7	79,3	40,1	55,7	40,4	23,2	-42,4	1.960,2	1,2	0,1	1,0
Pinheiros	47,8	87,5	50,0	36,2	25,3	103,5	308,9	1.176,7	8,8	0,3	4,3
Ponto Belo	5,4	14,0	10,5	10,7	11,8	8,7	-26,3	113,6	7,7	0,1	1,2
Rio Bananal	6,1	17,6	83,6	108,3	65,4	32,9	-49,7	97,9	33,6	0,1	1,9
São Mateus	111,4	264,4	247,6	431,9	258,1	246,9	-4,3	10.514,4	2,3	0,2	2,4
Sooretama	25,8	21,7	42,2	41,9	28,8	25,9	-10,1	769,3	3,4	0,1	1,1
MS Central	**1.493,8**	**2.463,8**	**5.903,6**	**3.530,0**	**3.576,9**	**3.467,3**	**-3,1**	**68.140,5**	**5,1**	**0,6**	**11,2**
Afonso Cláudio	168,7	135,5	152,1	170,6	129,6	204,8	58,0	2.697,7	7,6	0,5	6,5
Alfredo Chaves	21,6	95,5	136,2	171,0	66,7	60,9	-8,7	1.181,8	5,2	0,2	4,2
Anchieta	257,0	727,3	4.014,5	1.228,0	1.096,6	987,5	-9,9	44.515,8	2,2	0,9	48,8
Brejetuba	0,0	0,0	2,5	3,1	0,0	3,3	-	104,7	3,2	0,0	0,3
Conceição do Castelo	91,1	67,4	50,8	31,3	28,4	38,2	34,6	767,2	5,0	0,2	3,2
Domingos Martins	65,0	149,9	142,2	167,8	281,5	217,3	-22,8	1.638,8	13,3	0,4	6,7
Iconha	63,8	26,1	26,9	314,7	237,8	114,3	-51,9	2.440,3	4,7	0,5	9,6
Itaguaçu	86,6	107,1	86,9	116,7	102,9	93,9	-8,7	869,3	10,8	0,4	6,6
Itarana	12,8	30,2	23,4	49,8	15,9	47,8	200,5	115,1	41,5	0,2	4,5
Laranja da Terra	15,0	23,2	24,9	34,6	33,1	20,2	-39,0	510,8	4,0	0,1	1,8
Marechal Floriano	42,0	73,4	83,9	123,9	190,9	43,1	-77,5	1.259,6	3,4	0,2	3,2
Piúma	381,7	582,5	660,2	445,5	753,9	334,1	-55,7	5.734,3	5,8	1,1	19,4
Rio Novo do Sul	50,8	63,8	63,8	36,0	31,2	55,7	78,6	638,1	8,7	0,3	4,9
Santa Leopoldina	17,6	2,9	3,7	9,0	18,8	15,1	-20,1	450,6	3,3	0,1	1,2
Santa Maria de Jetibá	19,3	54,7	88,0	389,0	411,7	831,0	101,9	2.791,9	29,8	1,6	24,5
Santa Teresa	69,9	166,2	139,9	111,1	89,1	174,8	96,2	1.719,3	10,2	0,5	8,4
São Roque do Canaã	22,3	29,8	42,4	13,8	10,5	10,6	1,3	67,7	15,7	0,1	1,0
Venda Nova do Imigrante	108,8	128,3	161,2	114,0	78,2	214,7	174,5	637,4	33,7	0,7	10,7
Região Metropolitana	**31.681,9**	**29.344,2**	**31.591,3**	**30.806,9**	**38.967,3**	**28.911,1**	**-25,8**	**1.186.749,1**	**2,4**	**1,1**	**17,3**
Cariacica	3.382,2	2.810,8	4.757,1	5.873,5	6.274,1	6.234,2	-0,6	100.030,6	6,2	2,2	17,0
Guarapari	5.202,3	3.791,6	3.082,1	3.261,2	10.326,1	1.464,4	-85,8	113.444,6	1,3	1,1	14,0
Serra	4.048,8	4.573,9	4.798,2	6.254,8	5.391,4	6.405,5	18,8	125.341,6	5,1	1,0	15,8
Viana	311,6	3.628,4	1.591,0	1.416,9	1.505,8	1.062,9	-29,4	21.626,4	4,9	1,2	17,5
Vila Velha	2.156,9	4.708,2	5.968,6	2.272,3	4.081,4	3.681,0	-9,8	214.128,3	1,7	0,8	8,9
Vitória	16.580,0	9.831,3	11.394,3	11.728,2	11.388,6	10.063,1	-11,6	612.177,6	1,6	0,9	31,4
MS Sul	**5.050,3**	**5.054,9**	**6.734,5**	**8.113,9**	**9.806,4**	**10.106,8**	**3,1**	**239.824,1**	**4,2**	**1,1**	**17,6**
Alegre	305,0	526,7	1.074,5	653,1	850,7	1.891,1	122,3	8.065,7	23,4	3,7	60,7
Apiacá	36,8	69,0	94,6	65,9	81,0	133,9	65,3	436,1	30,7	1,0	17,0
Atílio Vivacqua	31,6	24,2	32,5	29,7	22,4	94,2	320,4	455,6	20,7	0,5	10,1
Bom Jesus do Norte	17,7	22,8	23,9	22,1	8,0	6,3	-20,8	1.212,5	0,5	0,0	0,7
Cachoeiro de Itapemirim	2.567,0	2.239,9	2.914,6	4.339,6	5.053,8	5.012,2	-0,8	88.409,5	5,7	2,3	24,9
Castelo	442,6	184,9	222,2	293,5	334,2	192,9	-42,3	2.223,7	8,7	0,4	5,8
Divino de São Lourenço	5,5	17,0	65,7	24,5	14,0	44,2	215,9	232,3	19,0	0,5	8,8
Dores do Rio Preto	5,6	9,6	8,8	10,7	5,6	0,1	-98,1	182,7	0,1	0,0	0,0
Guaçuí	314,7	121,6	144,0	169,5	92,0	158,5	72,2	2.055,1	7,7	0,4	5,9
Ibatiba	0,0	49,4	66,4	89,0	47,5	17,9	-62,2	1.195,6	1,5	0,1	0,9
Ibitirama	14,9	31,6	26,0	69,6	102,8	41,3	-59,8	391,9	10,5	0,3	4,5
Irupi	8,3	36,2	10,6	19,3	31,1	9,6	-69,1	233,9	4,1	0,1	0,9
Itapemirim	332,8	300,9	465,6	436,2	415,0	458,1	10,4	47.277,1	1,0	0,7	14,0
Iúna	183,9	99,8	271,8	274,1	138,6	184,3	33,0	1.426,0	12,9	0,5	7,0
Jerônimo Monteiro	12,5	83,0	26,5	29,8	152,5	173,6	13,8	1.124,0	15,4	1,0	15,4
Marataízes	477,2	687,4	779,1	822,8	875,8	826,6	-5,6	56.490,1	1,5	1,9	25,4
Mimoso do Sul	0,0	57,1	200,9	200,7	206,8	158,1	-23,5	12.447,0	1,3	0,4	5,8
Muniz Freire	78,6	51,6	62,2	168,7	242,6	251,8	3,8	1.957,5	12,9	0,8	13,7
Muqui	27,6	35,1	38,3	78,6	42,5	42,1	-0,8	1.394,5	3,0	0,2	2,9
Presidente Kennedy	98,9	157,1	130,0	126,9	997,3	325,1	-67,4	7.890,1	4,1	0,3	29,8
São José do Calçado	67,2	169,8	47,8	150,4	49,0	0,0	-100,0	3.891,9	0,0	0,0	0,0
Vargem Alta	21,9	80,4	28,7	39,4	43,4	84,8	95,7	831,1	10,2	0,2	4,6
TOTAL	**48.137,8**	**42.782,1**	**51.116,8**	**49.319,3**	**58.707,8**	**48.949,1**	**-16,6**	**1.618.027,7**	**3,0**	**0,8**	**14,0**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: [a]receita total ajustada dos efeitos do Fundef / Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

▶ Receita da dívida ativa

Posição	Município	Receita da dívida ativa em R$	População
1º	Vitória	10.063.071,9	320.156
2º	Serra	6.405.487,6	404.688
3º	Cariacica	6.234.247,9	365.859
4º	Cachoeiro de Itapemirim	5.012.233,6	201.259
5º	Vila Velha	3.681.038,6	413.548
6º	Linhares	1.912.961,0	132.664
7º	Alegre	1.891.147,3	31.143
8º	Guarapari	1.464.372,1	104.534
9º	Viana	1.062.874,8	60.829
10º	Anchieta	987.515,1	20.226
11º	Colatina	854.202,1	111.365
12º	Santa Maria de Jetibá	830.990,6	33.921
13º	Marataízes	826.586,4	32.502
14º	Aracruz	629.471,5	78.658
15º	Itapemirim	458.128,9	32.761
16º	Conceição da Barra	352.403,9	27.059
17º	Piúma	334.073,2	17.212
18º	Barra de São Francisco	327.603,4	41.645
19º	Presidente Kennedy	325.060,8	10.903
20º	Nova Venécia	315.734,6	46.354
21º	Ibiraçu	281.972,8	10.724
22º	São Gabriel da Palha	271.394,9	30.604
23º	Muniz Freire	251.806,7	18.358
24º	Baixo Guandu	250.579,4	29.891
25º	São Mateus	246.919,7	101.613
26º	Domingos Martins	217.307,8	32.455
27º	Venda Nova do Imigrante	214.738,1	20.028
28º	Afonso Cláudio	204.809,8	31.384
29º	Castelo	192.851,3	33.212
30º	Iúna	184.338,6	26.239
31º	Santa Teresa	174.775,4	20.742
32º	Jerônimo Monteiro	173.555,8	11.235
33º	Mantenópolis	169.876,9	11.630
34º	Guaçuí	158.538,0	26.743
35º	João Neiva	158.329,4	14.621
36º	Mimoso do Sul	158.093,0	27.124
37º	Apiacá	133.853,6	7.883
38º	Iconha	114.306,6	11.901
39º	Pinheiros	103.465,6	23.874
40º	Atílio Vivacqua	94.185,9	9.361
41º	Itaguaçu	93.906,4	14.171
42º	Vargem Alta	84.848,2	18.637
43º	Vila Valério	76.368,4	14.048
44º	Jaguaré	69.625,4	23.472
45º	Pancas	64.202,6	18.497
46º	Alfredo Chaves	60.903,1	14.585
47º	Rio Novo do Sul	55.710,8	11.447
48º	Fundão	55.244,5	16.431
49º	Itarana	47.813,7	10.667
50º	Divino de São Lourenço	44.177,0	5.011
51º	Marechal Floriano	43.050,3	13.302
52º	Muqui	42.138,5	14.377
53º	Ibitirama	41.299,6	9.238
54º	Água Doce do Norte	40.986,8	12.091
55º	Boa Esperança	38.839,4	13.119
56º	Conceição do Castelo	38.225,1	11.851
57º	Rio Bananal	32.900,0	17.247
58º	Ecoporanga	30.968,7	23.891
59º	Sooretama	25.902,7	23.761
60º	Alto Rio Novo	25.188,3	6.172
61º	Pedro Canário	23.237,5	24.404
62º	Marilândia	22.642,0	10.676
63º	Vila Pavão	20.523,4	9.126
64º	São Domingos do Norte	20.394,2	8.205
65º	Laranja da Terra	20.198,7	11.136
66º	Ibatiba	17.933,1	20.471
67º	Montanha	17.794,4	18.856
68º	Santa Leopoldina	15.054,1	12.743
69º	São Roque do Canaã	10.609,7	10.817
70º	Irupi	9.579,6	10.735
71º	Ponto Belo	8.728,0	7.247
72º	Águia Branca	7.580,3	9.503
73º	Bom Jesus do Norte	6.349,8	9.672
74º	Mucurici	4.091,8	5.910
75º	Governador Lindenberg	3.759,2	10.420
76º	Brejetuba	3.310,5	11.097
77º	Dores do Rio Preto	106,2	6.293
78º	São José do Calçado	-	10.965
TOTAL		**48.949.096,0**	**3.487.199**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES.

▶ Receita da dívida ativa per capita

Posição	Município	A / B	Receita da dívida ativa (A) em R$	População (B)
1º	Alegre	60,7	1.891.147,3	31.143
2º	Anchieta	48,8	987.515,1	20.226
3º	Vitória	31,4	10.063.071,9	320.156
4º	Presidente Kennedy	29,8	325.060,8	10.903
5º	Ibiraçu	26,3	281.972,8	10.724
6º	Marataízes	25,4	826.586,4	32.502
7º	Cachoeiro de Itapemirim	24,9	5.012.233,6	201.259
8º	Santa Maria de Jetibá	24,5	830.990,6	33.921
9º	Piúma	19,4	334.073,2	17.212
10º	Viana	17,5	1.062.874,8	60.829
11º	Cariacica	17,0	6.234.247,9	365.859
12º	Apiacá	17,0	133.853,6	7.883
13º	Serra	15,8	6.405.487,6	404.688
14º	Jerônimo Monteiro	15,4	173.555,8	11.235
15º	Mantenópolis	14,6	169.876,9	11.630
16º	Linhares	14,4	1.912.961,0	132.664
17º	Guarapari	14,0	1.464.372,1	104.534
18º	Itapemirim	14,0	458.128,9	32.761
19º	Muniz Freire	13,7	251.806,7	18.358
20º	Conceição da Barra	13,0	352.403,9	27.059
21º	João Neiva	10,8	158.329,4	14.621
22º	Venda Nova do Imigrante	10,7	214.738,1	20.028
23º	Atílio Vivacqua	10,1	94.185,9	9.361
24º	Iconha	9,6	114.306,6	11.901
25º	Vila Velha	8,9	3.681.038,6	413.548
26º	São Gabriel da Palha	8,9	271.394,9	30.604
27º	Divino de São Lourenço	8,8	44.177,0	5.011
28º	Santa Teresa	8,4	174.775,4	20.742
29º	Baixo Guandu	8,4	250.579,4	29.891
30º	Aracruz	8,0	629.471,5	78.658
31º	Barra de São Francisco	7,9	327.603,4	41.645
32º	Colatina	7,7	854.202,1	111.365
33º	Iúna	7,0	184.338,6	26.239
34º	Nova Venécia	6,8	315.734,6	46.354
35º	Domingos Martins	6,7	217.307,8	32.455
36º	Itaguaçu	6,6	93.906,4	14.171
37º	Afonso Cláudio	6,5	204.809,8	31.384
38º	Guaçuí	5,9	158.538,0	26.743
39º	Mimoso do Sul	5,8	158.093,0	27.124
40º	Castelo	5,8	192.851,3	33.212
41º	Vila Valério	5,4	76.368,4	14.048
42º	Rio Novo do Sul	4,9	55.710,8	11.447
43º	Vargem Alta	4,6	84.848,2	18.637
44º	Itarana	4,5	47.813,7	10.667
45º	Ibitirama	4,5	41.299,6	9.238
46º	Pinheiros	4,3	103.465,6	23.874
47º	Alfredo Chaves	4,2	60.903,1	14.585
48º	Alto Rio Novo	4,1	25.188,3	6.172
49º	Pancas	3,5	64.202,6	18.497
50º	Água Doce do Norte	3,4	40.986,8	12.091
51º	Fundão	3,4	55.244,5	16.431
52º	Marechal Floriano	3,2	43.050,3	13.302
53º	Conceição do Castelo	3,2	38.225,1	11.851
54º	Jaguaré	3,0	69.625,4	23.472
55º	Boa Esperança	3,0	38.839,4	13.119
56º	Muqui	2,9	42.138,5	14.377
57º	São Domingos do Norte	2,5	20.394,2	8.205
58º	São Mateus	2,4	246.919,7	101.613
59º	Vila Pavão	2,2	20.523,4	9.126
60º	Marilândia	2,1	22.642,0	10.676
61º	Rio Bananal	1,9	32.900,0	17.247
62º	Laranja da Terra	1,8	20.198,7	11.136
63º	Ecoporanga	1,3	30.968,7	23.891
64º	Ponto Belo	1,2	8.728,0	7.247
65º	Santa Leopoldina	1,2	15.054,1	12.743
66º	Sooretama	1,1	25.902,7	23.761
67º	São Roque do Canaã	1,0	10.609,7	10.817
68º	Pedro Canário	1,0	23.237,5	24.404
69º	Montanha	0,9	17.794,4	18.856
70º	Irupi	0,9	9.579,6	10.735
71º	Ibatiba	0,9	17.933,1	20.471
72º	Águia Branca	0,8	7.580,3	9.503
73º	Mucurici	0,7	4.091,8	5.910
74º	Bom Jesus do Norte	0,7	6.349,8	9.672
75º	Governador Lindenberg	0,4	3.759,2	10.420
76º	Brejetuba	0,3	3.310,5	11.097
77º	Dores do Rio Preto	0,0	106,2	6.293
78º	São José do Calçado	-	-	10.965
TOTAL		**14,0**	**48.949.096,0**	**3.487.199**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES. População para 2009 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

Saldo Fundeb

Em 1996, por meio da Emenda Constitucional nº 14/1996, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O objetivo da criação do Fundef era promover a universalização, a manutenção e a melhoria da qualidade do ensino, com o foco principal na reestruturação dos salários e na qualificação do magistério do ensino fundamental público. Para isso, parte da receita de impostos e transferências dos estados e dos municípios foi subvinculada exclusivamente à manutenção e ao desenvolvimento dessa modalidade de ensino.

O Fundef vigorou durante dez anos, de 1997 a 2006. Durante esse período, 15% das receitas estadual e municipal do Fundo de Participação dos Estados (FPE), do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – incluída a Quota-parte Municipal e qualquer compensação feita com os recursos desse imposto –, da desoneração pelas exportações (Lei Kandir – Lei Complementar nº 87/1996) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI-exportação) era deduzida dos orçamentos públicos e encaminhada ao Fundef. Esses recursos eram distribuídos aos estados e municípios proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ensino fundamental de suas respectivas redes de ensino. Para minimizar as desigualdades regionais, a legislação do Fundef também fixou, em âmbito nacional, um valor mínimo de repasse por aluno (atualizado todos os anos por decreto presidencial), cabendo à União complementar esse valor, caso o mesmo não fosse alcançado nos estados ou municípios.

Em 2006, último ano de vigência do Fundef, foi criado por meio da Emenda Constitucional nº 53/2006 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que viria a vigorar, em substituição ao Fundef, no período de 2007 a 2020. O novo fundo possui basicamente os mesmos objetivos do anterior, porém a sua atuação é muito mais abrangente, atendendo não só ao ensino fundamental, mas a toda educação básica pública (educações infantil, especial e de jovens e adultos, e os ensinos fundamental e médio). A distribuição dos recursos é feita obedecendo-se as divisões de atuação prioritária na educação básica, definidas no artigo 211 da Constituição Federal. Ou seja, os municípios recebem os repasses proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental, e os estados em relação às matrículas dos ensinos fundamental e médio.

Para suprir o aumento da demanda, ampliaram-se também as fontes de receita ao Fundeb. Além dos recursos do Fundef, foram incorporados mais três novos tributos (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR), aumentando-se progressivamente suas alíquotas de contribuição até o patamar de 20%. A complementação da União, que antes só ocorria quando o valor por aluno não atingia o mínimo nacional, também passou a ser compulsória e progressiva, como mostram os quadros abaixo:

Fonte das receitas dos estados e dos municípios para o Fundeb

Estados	ICMS	IPVA	ITCD	FPE	IPI-exportação	LC87/96
Municípios	ICMS	IPVA	ITR	FPM	IPI-exportação	LC87/96

Fonte: Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006; Lei Federal nº 11.494, de 20/06/2007 e Decreto nº 6.253, de 13/11/2007.

Percentuais aplicados sobre as fontes de receita para o Fundeb

Fontes de receita do Fundeb	2007	2008	2009*
ICMS, FPE, FPM, IPI-exp., LC 87/96	16,66%	18,33%	20%
IPVA, ITR, ITCD	6,66%	13,33%	20%

*Fonte: Emenda Constitucional nº 53/2006, Lei nº 11.494/2007 e Decreto nº 6.253/2007. *A partir de 2009 o percentual será sempre de 20%.*

A inclusão dos alunos das novas modalidades de ensino contempladas pelo Fundeb ocorreu gradualmente (33,33%, em 2007; 66,66%, em 2008; e 100%, a partir de 2009), de forma a compatibilizar o incremento das despesas com a progressividade do fluxo das receitas.

A maior parcela dos subsídios do Fundeb (mínimo de 60%) deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício, e o restante dos recursos em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública (aquisição, manutenção e funcionamento das instalações e equipamentos necessários ao ensino; uso e manutenção de bens e serviços, material didático, transporte escolar, entre outras).

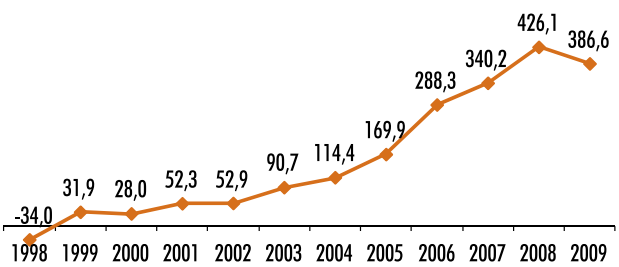
Desempenho

A diferença entre os recursos destinados à formação do Fundeb e o montante recebido do mesmo fundo do conjunto dos municípios capixabas foi positivo em R$ 386,6 milhões em 2009, valor 9,3% menor que o registrado em 2008.

Pela primeira vez, desde que entrou em vigor em 2007, houve queda no saldo Fundeb dos municípios do Espírito Santo. Essa redução é um reflexo direto da crise que se abateu sobre a economia em 2009, que fez reduzir tanto a arrecadação quanto os repasses constitucionais aos entes governamentais. Como o Fundeb é formado por uma parcela da receita de impostos e transferências do Estado e dos municípios, qualquer alteração nessas receitas impacta diretamente os repasses do fundo.

Evolução do saldo Fundef/Fundeb

em R$ milhões - IPCA médio de 2009

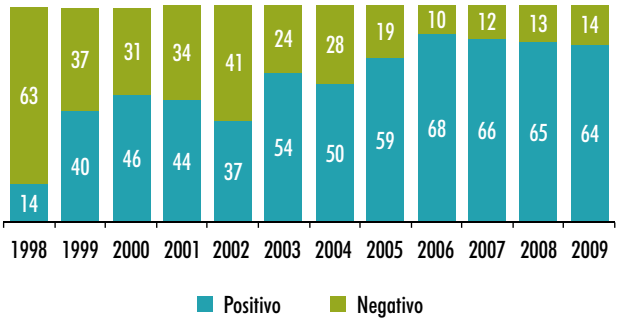


A contrapartida do superávit dos municípios é o saldo negativo do governo do Estado do Espírito Santo, que ao longo dos anos vem registrando déficits cada vez maiores junto ao fundo. Esse movimento deveu-se à municipalização do ensino fundamental, que acentuou-se após a instituição do Fundef em 1997 (veja gráfico e tabela na página seguinte).

Desde 2007, quando o Fundeb entrou em vigor, os municípios de Cariacica e Vila Velha são os que apresentam os maiores saldos. Em 2009, o saldo Fundeb dessas duas cidades foi de R$ 53,2 milhões e R$ 45,5 milhões, respectivamente. Em seguida aparece o Município de Serra, com R$ 36,4 milhões.

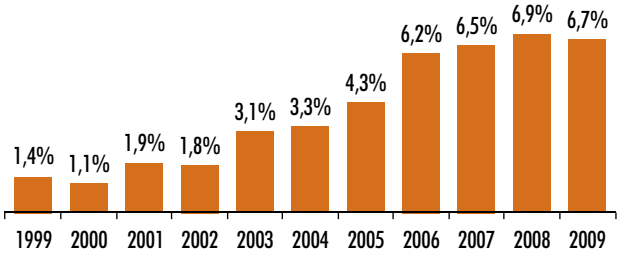
Os municípios com saldo Fundeb negativo permanecem praticamente os mesmos desde 2007, totalizando, em 2009, 14 cidades. Dentre esses, Divino de São Lourenço, Governador Lindenberg, Itarana, São Roque do Canaã e Venda Nova do Imigrante nunca apresentaram saldo positivo, desde 1998, quando ainda vigorava o antigo Fundef. Os maiores déficits têm ocorrido em Vitória e Governador Lindenberg, os quais atingiram, em 2009, respectivamente, R$ 4,2 milhões e R$ 1,3 milhão, enquanto nos demais municípios o mesmo foi inferior a R$ 634 mil. Apenas em Governador Lindenberg e Divino de São Lourenço, o déficit do Fundeb comprometeu fatias expressivas da receita total: 6,9% e 6,8%, respectivamente. Nos demais municípios que acusaram saldo negativo, o impacto foi bem menor, variando entre 2,6%, em São Domingos do Norte, e 0,3% em Anchieta.

Evolução do número de municípios com saldos Fundef/Fundeb positivos e negativos

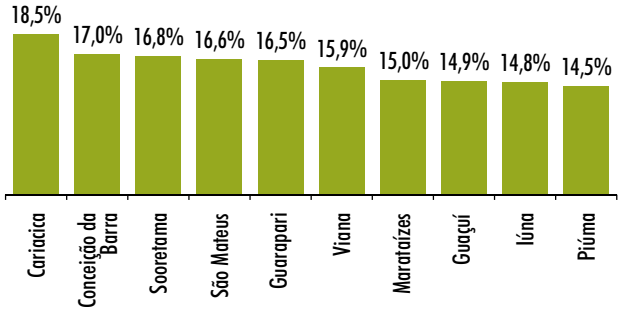


A redução de -9,3% do saldo Fundeb, entre 2008 e 2009, também afetou a participação do mesmo na receita total do conjunto dos municípios capixabas, que caiu de 6,9% em 2008 para 6,7% em 2009, depois de seis anos de sucessivos aumentos. Em sete municípios (Cariacica, Conceição da Barra, Guarapari, Marataízes, São Mateus, Sooretama e Viana) a importância do saldo Fundeb na formação da receita total de 2009 foi bastante acentuada, variando entre 15%, em Marataízes, e 18,5%, em Cariacica.

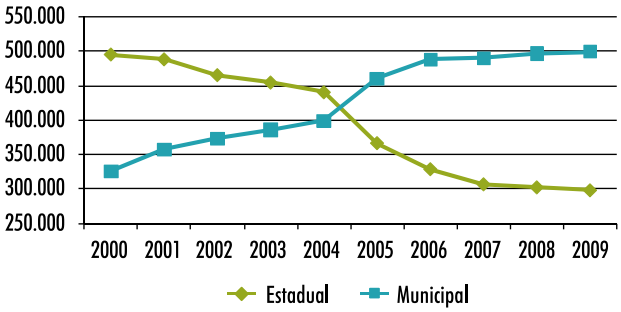
Evolução da participação do saldo Fundef/Fundeb na receita total



As dez maiores participações do saldo Fundeb na composição da receita total - 2009



Evolução das matrículas nas redes estadual e municipal da educação básica



Matrícula inicial nas redes de ensino estadual e municipal no Espírito Santo - 2000-2009

Rede	Modalidade de ensino	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Participação no total de 2009
Estadual	Fundamental	303.922	281.561	268.309	250.129	237.822	175.960	148.015	137.609	133.960	131.457	16,5%
	Médio	134.613	143.955	132.604	134.491	132.915	126.362	123.602	116.330	117.101	116.178	14,6%
	EJA	56.381	62.349	63.965	69.480	66.425	62.286	55.604	51.525	49.495	49.093	6,2%
	Especial	629	624	701	664	3.467	2.126	1.673	1.445	1.887	1.478	0,2%
	Subtotal	**495.545**	**488.489**	**465.579**	**454.764**	**440.629**	**366.734**	**328.894**	**306.909**	**302.443**	**298.206**	**37,4%**
Municipal	Infantil	75.436	106.246	111.612	116.708	119.037	119.176	118.057	119.521	123.256	128.420	16,1%
	Fundamental	237.895	238.895	248.970	255.266	263.515	320.928	349.687	351.644	348.172	346.365	43,4%
	Médio	1759	980	900	919	810	1156	716	209	99	98	0,0%
	Especial	145	93	87	117	3.436	4.975	5.093	5.765	9.303	5.661	0,7%
	EJA	10.789	11.622	11.641	12.765	12.188	14.095	14.552	13.003	15.878	18.789	2,4%
	Subtotal	**326.024**	**357.836**	**373.210**	**385.775**	**398.986**	**460.330**	**488.105**	**490.142**	**496.708**	**499.333**	**62,6%**
Total		**821.569**	**846.325**	**838.789**	**840.539**	**839.615**	**827.064**	**816.999**	**797.051**	**799.151**	**797.539**	**100,0%**

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Saldo Fundef / Fundeb[a] - 2004-2009

Regiões e municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2009		Partic. na rec. total[c] 2009 em %
							Receita Fundeb[b]	Despesa Fundeb	
	em R$ mil - IPCA médio de 2009								
MS Noroeste	**12.548,2**	**20.939,4**	**43.644,7**	**42.426,8**	**51.673,4**	**42.066,3**	**109.029,2**	**66.962,9**	**6,9**
Água Doce do Norte	151,1	604,9	1.172,5	1.001,3	1.439,3	1.137,6	3.393,1	2.255,6	5,9
Águia Branca	515,6	738,9	1.170,5	960,1	1.061,2	830,1	2.969,6	2.139,6	4,7
Alto Rio Novo	696,1	463,9	501,2	522,7	701,8	522,0	2.129,6	1.607,6	4,0
Baixo Guandu	1.053,0	1.177,4	2.934,4	2.415,8	4.933,3	3.824,7	8.293,4	4.468,8	8,9
Barra de São Francisco	998,7	2.632,3	5.737,4	6.247,9	6.508,5	4.474,6	10.273,6	5.799,0	8,7
Boa Esperança	-28,2	532,6	1.365,7	1.266,7	2.456,9	1.762,8	4.230,3	2.467,5	7,5
Colatina	9.803,3	13.493,0	14.840,0	15.417,5	17.735,9	16.102,1	29.179,4	13.077,3	10,2
Ecoporanga	-209,9	-125,4	191,8	342,0	415,1	160,1	5.001,8	4.841,7	0,5
Governador Lindenberg	-1.416,2	-1.555,6	-1.274,5	-1.423,0	-1.294,5	-1.316,3	1.495,3	2.811,6	-6,9
Mantenópolis	679,6	1.323,5	2.173,1	1.605,6	1.962,8	1.197,6	3.329,8	2.132,2	6,0
Marilândia	-470,1	-520,0	60,5	8,3	-54,6	-180,7	2.399,8	2.580,5	-1,0
Nova Venécia	1.575,8	1.895,7	9.834,9	9.394,3	10.494,1	9.050,4	15.774,0	6.723,6	13,9
Pancas	-268,6	151,2	1.224,3	1.412,8	1.595,4	1.319,0	4.663,1	3.344,2	4,7
São Domingos do Norte	-67,5	-191,3	-188,0	-232,9	-436,2	-397,8	1.892,6	2.290,4	-2,6
São Gabriel da Palha	-898,8	-828,1	2.375,7	1.995,4	2.737,1	2.508,4	7.203,4	4.695,1	5,9
Vila Pavão	12,6	508,0	1.053,3	1.122,7	1.249,1	1.160,7	3.273,9	2.113,1	7,0
Vila Valério	421,8	638,4	471,8	369,6	168,4	-88,7	3.526,4	3.615,1	-0,4
MS Litoral Norte	**12.718,8**	**25.235,4**	**53.999,3**	**73.156,6**	**95.711,1**	**90.985,3**	**179.398,7**	**88.413,5**	**9,0**
Aracruz	-416,3	-586,6	3.385,1	7.486,2	10.930,2	10.284,0	30.144,2	19.860,2	4,6
Conceição da Barra	2.044,4	2.266,7	4.879,9	5.449,3	7.262,8	7.822,5	12.345,7	4.523,2	17,0
Fundão	721,8	1.296,8	1.635,8	1.892,7	3.712,9	3.041,3	5.537,0	2.495,7	10,3
Ibiraçu	-1.064,3	28,7	-104,6	-377,5	-104,9	-96,8	2.214,4	2.311,2	-0,5
Jaguaré	-1.026,5	-1.210,1	2.563,1	3.214,7	4.281,3	4.536,4	9.728,4	5.192,1	9,5
João Neiva	-1.700,0	100,5	2.627,4	2.631,7	2.394,9	2.211,2	5.134,8	2.923,6	7,3
Linhares	1.361,7	3.828,4	5.247,5	15.601,8	21.675,7	21.599,7	39.348,3	17.748,7	8,0
Montanha	451,6	1.024,7	1.221,7	1.760,3	1.912,3	1.539,9	5.174,1	3.634,2	5,3
Mucurici	-58,0	177,1	270,6	-50,0	150,8	156,4	1.996,6	1.840,3	1,1
Pedro Canário	-89,0	776,9	1.960,1	2.499,4	3.306,9	2.379,6	5.737,2	3.357,6	7,4
Pinheiros	251,7	187,3	4.032,5	4.333,4	5.215,6	4.841,4	8.703,8	3.862,3	13,5
Ponto Belo	-130,8	196,3	477,8	314,2	465,4	474,8	2.170,1	1.695,3	3,2
Rio Bananal	364,2	370,8	2.228,9	2.265,7	2.384,6	1.782,5	5.871,2	4.088,7	5,0
São Mateus	9.859,2	13.853,3	19.626,4	21.266,4	26.534,9	25.116,4	36.394,5	11.278,1	16,6
Sooretama	2.149,2	2.924,7	3.946,9	4.868,4	5.587,7	5.296,1	8.898,3	3.602,2	16,8
MS Central	**1.243,1**	**4.266,1**	**19.591,1**	**16.731,8**	**21.648,2**	**18.807,8**	**85.661,7**	**66.853,9**	**3,2**
Afonso Cláudio	1.331,7	2.482,9	4.093,5	4.004,7	4.175,2	4.148,9	8.625,0	4.476,1	10,3
Alfredo Chaves	-442,6	-537,4	1.061,9	616,2	888,0	647,3	3.557,2	2.909,9	2,5
Anchieta	-491,0	-801,1	2.078,8	-241,9	1.532,6	-311,8	10.751,4	11.063,2	-0,3
Brejetuba	-106,0	177,0	-1,5	36,6	-250,7	88,3	2.988,6	2.900,3	0,4
Conceição do Castelo	-557,2	-839,5	1.187,9	1.085,1	1.124,2	1.266,3	4.216,2	2.949,9	5,7
Domingos Martins	1.108,4	1.704,7	3.226,5	3.001,1	3.898,0	3.652,7	8.950,6	5.297,9	7,4
Iconha	327,3	505,9	433,9	476,9	935,7	616,4	3.289,3	2.672,9	2,7
Itaguaçu	609,3	701,8	737,2	416,6	461,0	330,8	3.149,4	2.818,6	1,4
Itarana	-227,8	-236,3	-160,4	-150,5	-182,4	-180,9	2.069,8	2.250,7	-0,9
Laranja da Terra	437,7	472,3	392,5	381,5	222,0	125,7	2.454,9	2.329,2	0,7
Marechal Floriano	-350,2	-309,7	291,5	447,6	1.455,9	1.658,9	4.601,8	2.942,9	6,5
Piúma	610,6	627,0	3.682,6	4.349,9	4.736,8	4.236,9	6.649,5	2.412,6	14,5
Rio Novo do Sul	30,2	29,3	308,6	172,7	267,3	238,9	2.402,8	2.163,9	1,4
Santa Leopoldina	46,0	210,1	101,4	-81,7	-21,0	-72,9	2.488,0	2.561,0	-0,3
Santa Maria de Jetibá	-267,8	-376,9	-202,5	219,8	345,9	183,7	6.599,1	6.415,4	0,4
Santa Teresa	1.616,8	1.871,6	3.101,8	2.732,3	3.090,8	2.953,8	6.743,0	3.789,3	8,3
São Roque do Canaã	-258,2	-319,7	-411,6	-408,0	-467,3	-434,2	1.860,8	2.295,0	-2,4
Venda Nova do Imigrante	-2.173,9	-1.095,8	-331,1	-327,0	-563,6	-341,0	4.264,3	4.605,3	-1,0
Região Metropolitana	**69.102,8**	**96.992,3**	**128.681,2**	**155.330,6**	**184.673,9**	**167.271,4**	**401.174,3**	**233.902,9**	**6,2**
Cariacica	17.043,1	26.007,3	32.128,7	47.693,7	56.575,1	53.201,8	74.085,9	20.884,1	18,5
Guarapari	12.630,7	14.805,4	19.542,2	18.734,7	23.848,2	22.414,2	31.094,3	8.680,1	16,5
Serra	14.433,4	18.426,5	27.872,8	26.383,4	39.448,6	36.427,3	102.102,4	65.675,1	5,7
Viana	8.470,4	9.430,0	15.308,7	14.850,0	15.422,8	13.979,2	20.724,9	6.745,7	15,9
Vila Velha	18.028,6	26.280,8	28.733,9	51.582,0	56.748,9	45.470,6	82.735,9	37.265,3	10,1
Vitória	-1.503,3	2.042,4	5.094,9	-3.913,0	-7.369,7	-4.221,8	90.430,9	94.652,6	-0,4
MS Sul	**18.836,0**	**22.427,2**	**42.367,8**	**52.554,9**	**72.415,6**	**67.441,7**	**149.940,0**	**82.498,3**	**7,5**
Alegre	-101,9	-45,0	-20,3	-43,8	806,3	954,3	4.969,8	4.015,5	1,8
Apiacá	378,8	380,8	1.429,8	1.323,8	1.535,7	1.157,7	2.779,7	1.622,0	8,6
Atílio Vivacqua	1.785,9	1.631,8	748,5	959,8	2.007,3	1.657,6	3.675,8	2.018,2	8,7
Bom Jesus do Norte	44,2	43,5	405,3	75,7	-68,6	-293,2	1.670,5	1.963,7	-2,1
Cachoeiro de Itapemirim	7.277,6	10.647,9	11.466,3	19.482,5	24.736,4	23.366,9	43.868,1	20.501,2	10,7
Castelo	804,6	721,0	2.189,0	2.030,5	4.304,1	3.907,2	9.974,7	6.067,5	7,7
Divino de São Lourenço	-158,2	-199,2	-166,6	-345,2	-574,3	-634,3	822,9	1.457,2	-6,8
Dores do Rio Preto	293,6	230,2	276,0	76,2	-66,1	-176,3	1.398,8	1.575,1	-1,4
Guaçuí	446,7	609,0	4.214,5	4.259,1	6.936,0	6.529,6	10.082,5	3.552,9	14,9
Ibatiba	2.392,3	1.960,4	2.838,9	3.056,8	3.713,6	3.634,8	6.683,1	3.048,3	13,0
Ibitirama	157,9	301,2	722,0	882,8	968,8	1.183,5	2.843,3	1.659,8	8,3
Irupi	792,3	1.098,4	1.095,0	1.177,0	1.061,3	1.020,1	3.376,4	2.356,2	6,0
Itapemirim	1.235,2	658,1	752,3	1.853,8	3.164,7	4.380,1	8.932,7	4.552,6	6,7
Iúna	1.317,4	1.138,8	5.171,8	4.853,3	5.886,0	5.108,7	8.951,1	3.842,4	14,8
Jerônimo Monteiro	334,9	348,9	346,2	357,7	681,3	527,6	2.439,8	1.912,2	3,0
Marataízes	-74,3	-70,1	3.117,3	3.677,9	6.920,1	6.509,4	10.164,7	3.655,3	15,0
Mimoso do Sul	514,7	317,7	552,5	1.671,8	1.891,6	1.744,2	5.612,2	3.868,0	4,8
Muniz Freire	217,5	197,1	3.220,1	3.221,2	3.068,1	2.212,0	6.292,6	4.080,5	6,7
Muqui	57,2	70,9	80,1	196,9	552,5	664,8	2.992,2	2.327,5	3,5
Presidente Kennedy	767,3	1.034,7	976,1	1.186,5	1.208,4	744,2	3.525,8	2.781,6	0,8
São José do Calçado	-300,7	-243,6	597,3	140,0	880,1	598,6	2.758,2	2.159,6	3,0
Vargem Alta	653,1	1.594,9	2.355,6	2.460,6	2.802,3	2.644,1	6.125,1	3.481,0	7,4
TOTAL	**114.448,9**	**169.860,5**	**288.284,1**	**340.200,7**	**426.122,2**	**386.572,5**	**925.204,0**	**538.631,5**	**6,7**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: [a]saldo Fundef / Fundeb é a diferença entre a receita do Fundo e a despesa com o Fundo. [b]não inclui receitas de complementações nem de convênios. [c]receita total ajustada dos efeitos do Fundef / Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Royalties do petróleo

Os *royalties* do petróleo e do gás natural são compensações financeiras devidas aos governos pelas empresas exploradoras. As participações especiais são compensações, mas de caráter extraordinário, pagas nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade em relação a cada campo.

As empresas que atuam no setor petrolífero no Espírito Santo pagaram em *royalties* e participações especiais aos municípios capixabas o valor recorde de R$ 313,5 milhões, em 2008. Em 2009, o valor foi de R$ 189,6 milhões, com queda de -39,5%, a preços corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O cálculo para pagamento dos *royalties* e das participações especiais é feito mediante a multiplicação do preço do petróleo e do gás natural pela quantidade produzida desses bens. Em 2009, preço e produção sofreram queda. A produção de petróleo no Espírito Santo caiu -14,9%, após passar os anos de 2007 e 2008 praticamente estáveis. A alta cotação do preço internacional do petróleo foi a maior responsável pelo recorde na receita de *royalties* em 2008. Conforme dados da Organization of the Petroleum Exporting Countries (Opec), o preço internacional do barril do petróleo alcançou o valor médio de US$ 94,45 em 2008, contra US$ 69,08 do ano anterior. Já em 2009, o preço médio atingiu um patamar abaixo do cotado em 2007, resultando em uma queda de 35,4% frente a 2008.

A maior parcela dos *royalties* e participações especiais é canalizada para os municípios produtores (veja quadro de distribuição dos *royalties* na página 65). Maior beneficiado, os valores de Presidente Kennedy corresponderam a 39,1% do total e representam 75,3% de sua receita corrente. Linhares recebeu 15,3%. Juntos, auferiram mais da metade do total dos *royalties* pagos aos municípios capixabas. Incluindo São Mateus, Itapemirim e Aracruz, o percentual sobe a 73,8%. Acrescentados outros oito municípios de maior participação, o percentual chega a quase 90%.

Detententor de 2,2% dos *royalties* e participações especiais municipais capixabas, Marataízes foi a única cidade que não teve seus *royalties* diminuídos em 2009. Com alta de 41,8%, os recursos compuseram 14,8% de sua receita corrente. Em Presidente Kennedy, a queda foi suave, de -3,5%. Nos demais municípios em que os *royalties* e participações têm maior expressão, as perdas foram grandes. Em Linhares e Aracruz, a variação negativa foi de -50,5% e -66,8%, respectivamente. Em Linhares, os *royalties* recuaram de R$ 58,8 milhões para R$ 29,1 milhões, fazendo com que sua participação na receita corrente caísse de 19,7%, em 2008, para 11,4%, em 2009. Em Aracruz a redução foi de R$ 34,5 milhões para R$ 11,5 milhões. Serra, por sua vez, perdeu R$ 11,9 milhões.

Os demais municípios capixabas receberam entre R$ 263,5 mil e R$ 615,5 mil, com participação média na receita corrente de 1%. Nesses municípios, os *royalties* de 2009 foram praticamente reduzidos pela metade frente aos valores de 2008.

Royalties e participações especiais de petróleo e gás dos estados

Estados	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Participação no total 2009
	em R$ milhões - IPCA médio de 2009							*em %*	
Alagoas	31,41	37,16	43,48	50,91	43,07	43,46	28,59	-34,2	0,5
Amazonas	153,04	180,20	211,55	184,40	158,85	195,13	142,87	-26,8	2,5
Bahia	156,79	171,45	181,51	195,47	171,11	214,91	139,23	-35,2	2,4
Ceará	19,30	17,57	16,70	16,23	14,55	17,61	11,10	-36,9	0,2
Espírito Santo[1]	**92,25**	**80,44**	**85,13**	**129,24**	**182,76**	**435,14**	**310,77**	**-28,6**	**5,4**
Paraná	4,11	9,60	10,40	7,44	5,26	5,67	0,08	-98,5	0,0
Rio de Janeiro[1]	3.911,84	3.947,68	4.808,89	5.859,58	4.835,19	7.045,47	4.884,83	-30,7	84,7
Rio Grande do Norte	202,45	237,11	247,74	231,91	192,57	246,43	149,30	-39,4	2,6
Sergipe	75,71	81,49	98,92	116,22	113,86	159,12	94,68	-40,5	1,6
São Paulo	5,45	5,05	4,96	5,41	4,84	4,39	3,51	-19,9	0,1
Total estados	**4.652,35**	**4.767,75**	**5.709,27**	**6.796,81**	**5.722,05**	**8.367,31**	**5.764,97**	**-31,1**	**100,0**

Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Nota : [1]não estão excluídas as retenções relativas aos contratos de antecipação ou venda futura de royalties firmados pelo Rio de Janeiro e o Espírito Santo com a União.

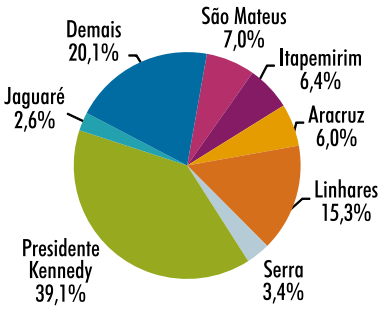
Assim como os municípios, os estados também recebem recursos provenientes do petróleo e do gás natural. Em 2009, os estados receberam R$ 5,76 bilhões, dos quais, R$ 2,38 bilhões (41,4%) foram referentes a *royalties* e R$ 3,38 bilhões (58,6%) vieram como participacões especiais. Apesar da queda de -28,6%, em relação a 2008, o Estado do Espírito Santo se consolidou como o segundo maior recebedor de recursos de *royalties* e participações, posição alcançada no ano de 2008. O Estado do Rio de Janeiro é o líder no recebimento dessa compensação. Sozinho, deteve 84,7% do total dos estados brasileiros.

Do total dos *royalties* do Espírito Santo referente à alíquota de 5% sobre produção de petróleo e gás natural, 30% é destinado aos municípios através do Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais (FRDR), criado pela Lei nº 8.308, de 12 de junho de 2006. De acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo, foi repassado aos municípios o montante de R$ 21,8 milhões em 2009.

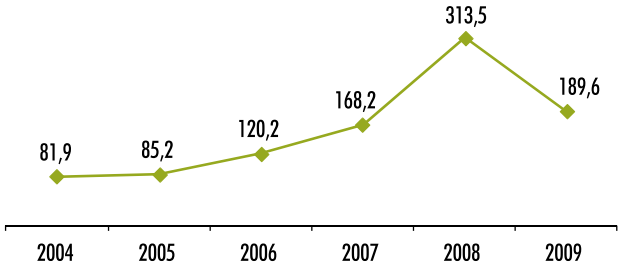
Para efeito de distribuição dos recursos desse Fundo aos municípios, são utilizados como critérios o inverso do Índice de Participação Municipal no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (IPM do ICMS) e a população, ponderados respectivamente por 80% e 20%. Esses critérios beneficiam os municípios com os menores IPM e os de maior população.

Estão excluídos da distribuição desse Fundo, os municípios com IPM acima de 10% e aqueles que já tenham recebido, no exercício financeiro imediatamente anterior, mais de 2% do total dos *royalties* destinados aos municípios do Estado. Dessa forma, o governo estadual procura compensar as cidades que, além de receberem pouco ou nada de *royalties*, também não contam com grandes somas advindas do ICMS.

Distribuição dos royalties - 2009

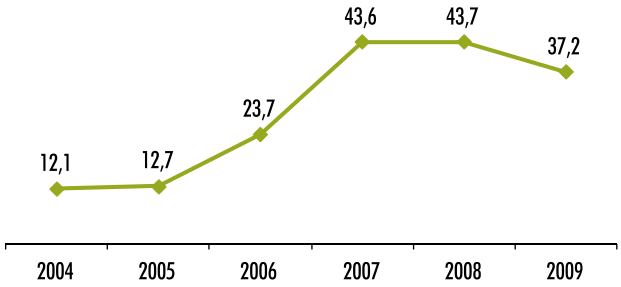


Evolução dos royalties dos municípios do Espírito Santo



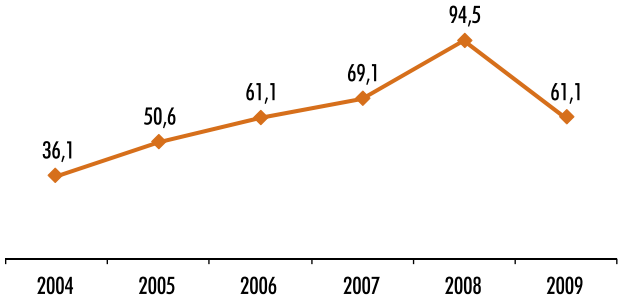
Produção de petróleo no Espírito Santo

em milhões de barris equivalentes de petróleo

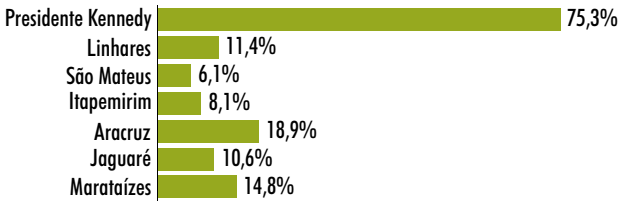


Preço do barril do petróleo

em US$



Participação dos royalties na receita corrente - 2009



Distribuição dos royalties, participação no total e participação na receita corrente - 2006-2009

Municípios	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Participação no total 2009	Participação na receita corrente 2009	Receita de *royalties* per capita 2009
	em R$ mil - IPCA médio de 2009				*em %*			*em R$*
Presidente Kennedy *	13.749,8	21.011,9	76.815,6	74.095,7	-3,5	39,1	75,3	7.045,4
Linhares **	23.890,5	27.052,9	58.784,9	29.072,9	-50,5	15,3	11,4	443,1
São Mateus	20.832,7	18.259,8	20.666,5	13.270,5	-35,8	7,0	6,1	262,7
Itapemirim **	2.667,3	11.038,9	19.644,4	12.067,7	-38,6	6,4	8,1	193,3
Aracruz **	15.557,4	23.273,0	34.491,4	11.466,9	-66,8	6,0	18,9	1.052,8
Serra **	8.436,4	12.766,4	18.443,2	6.504,0	-64,7	3,4	1,1	45,6
Jaguaré *	8.602,6	7.782,1	8.995,0	4.975,2	-44,7	2,6	10,6	383,2
Marataízes **	318,1	1.595,9	2.959,1	4.197,1	41,8	2,2	14,8	180,1
Vitória **	2.929,3	4.829,8	7.439,1	3.334,1	-55,2	1,8	0,3	23,2
Fundão **	3.836,2	6.520,4	8.687,2	3.107,9	-64,2	1,6	0,8	21,0
Vila Velha	2.929,3	4.301,7	6.282,3	3.034,4	-51,7	1,6	2,7	310,6
Anchieta	1.830,8	2.688,5	3.926,4	2.062,6	-47,5	1,1	4,9	120,8
Conceição da Barra	1.635,3	1.693,8	2.159,6	1.238,7	-42,6	0,7	2,7	45,8
Demais municípios	12.983,8	25.388,6	44.246,6	21.155,4	-52,2	11,2	0,9	23,6
Total*	**120.199,6**	**168.203,7**	**313.541,2**	**189.583,0**	**-39,5**	**100,0**	**3,5**	**89,9**

** Inclui os valores da participação especial. ** Receberam participação especial em 2009.*
Fonte: dados sobre royalties da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e dados da receita corrente dos balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES) sem terem sido apreciados em plenário.

Saiba mais sobre os royalties

Segundo estabelece a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, conhecida como a Lei do Petróleo, a alíquota básica dos *royalties* de petróleo é de 10%, sendo facultado à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) reduzi-la até um mínimo de 5%, em função de fatores adversos e riscos geológicos do processo de exploração. Essas alíquotas incidem sobre o valor da produção do petróleo e do gás, dando origem às somas financeiras a serem pagas pelas concessionárias.

Cada uma dessas parcelas (até a alíquota de 5% e acima de 5%) tem os seus critérios específicos de distribuição. A seguir é apresentado um resumo da repartição dos *royalties* de petróleo gerados na plataforma continental. Não se fez menção àqueles gerados em terra, pois a exploração de petróleo e gás no Estado do Espírito Santo é realizada majoritariamente no mar desde 2006, quando passou a responder por mais de 70% do volume total.

A Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, afirma em seu artigo 8º que é vedada a aplicação dos recursos de *royalties* em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal. A vedação quanto ao pagamento de dívidas não se aplica às dívidas para com a União e suas entidades, como o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS). Os *royalties* podem, no entanto, ser utilizados na capitalização de fundos de previdência.

O quadro que se segue foi elaborado com base no Guia dos *Royalties* do Petróleo e do Gás Natural, elaborado pela ANP. Para um conhecimento mais aprofundado sobre o assunto consultar o Guia ou o site www.anp.gov.br.

Quadro resumo da distribuição dos royalties gerados na plataforma continental

Parcela da alíquota até 5 %		Parcela da alíquota acima de 5 %	
Beneficiários			
30%	Aos estados confrontantes com os poços	25%	Ministério de Ciência e Tecnologia
30%	Aos municípios confrontantes com os poços	22,5%	Estados confrontantes com campos
20%	Ao Ministério da Marinha	22,5%	Municípios litorâneos confrontantes com campos
10%	Ao Fundo Especial	15%	Ministério da Marinha
10%	Aos municípios com instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás	7,5%	Fundo Especial (estados e municípios)
		7,5%	Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás
Critérios de distribuição aos municípios			
30%	**Aos municípios confrontantes com os poços, divididos da seguinte forma:** 60% → aos municípios integrantes da **zona de produção principal** = municípios litorâneos confrontantes com os poços + municípios que dispõem de instalações industriais para processamento e escoamento de petróleo e gás. 10% → aos municípios integrantes da **zona de produção secundária** = municípios atravessados por oleodutos e gasodutos, destinados exclusivamente ao escoamento da produção petrolífera marítima. 30% → aos municípios **limítrofes à zona de produção principal**, excluídos os integrantes da zona de produção secundária. São considerados municípios limítrofes os que fazem **fronteira** ou que estejam **localizados numa mesma área geoeconômica** com algum dos municípios pertencentes à zona de produção principal. Entende-se por área **geoeconômica** as mesorregiões geográficas, tal como definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos três casos acima, o rateio entre os municípios é realizado de acordo com a população, segundo os mesmos coeficientes populacionais que servem de base para a distribuição do FPM, o que beneficia os municípios de menor porte populacional (para mais informações sobre os coeficientes populacionais consulte a seção do FPM na página 48).	**22,5%**	**Municípios litorâneos confrontantes com campos** Percentual rateado entre os municípios litorâneos confrontantes com os campos de petróleo e gás proporcionalmente à área do campo localizada em cada um deles. Para efeito de cálculo dessas áreas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza linhas ortogonais e paralelas projetadas a partir do litoral brasileiro.
10%	**Aos municípios com instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás.** Percentual igualmente distribuído entre os municípios em questão.	**7,5%**	**Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás.** Percentual distribuído segundo os volumes movimentados de petróleo e gás de origem nacional, nas referidas instalações.

Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Pessoal

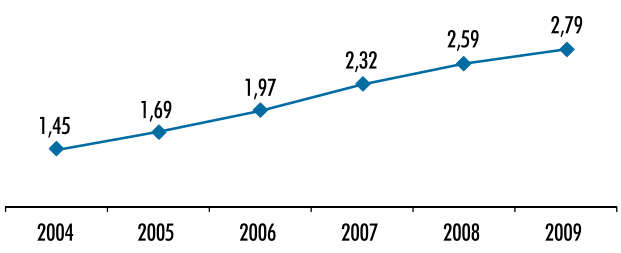
Desempenho

Em 2009, os municípios capixabas registraram um gasto com pessoal, incluindo as despesas com encargos sociais, inativos e pensionistas, de R$ 2,79 bilhões, superando em 7,6% a despesa de 2008.

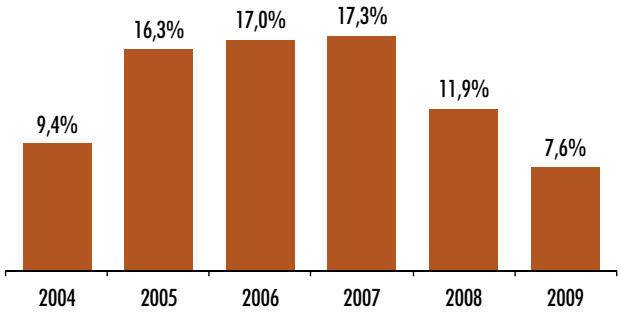
Apesar do crescimento, ocorreu um desaquecimento no aumento dos gastos com pessoal. Pela primeira vez em seis anos, a despesa com pessoal registrou um aumento inferior a 9%, o que indica que houve uma certa precaução, por parte dos governos municipais, em refrear os gastos com essa categoria de despesa para poderem enfrentar a crise econômica. Para explicitar o esforço de redução dos 78 municípios do Espírito Santo, 57 registraram aumentos nos gastos com pessoal superiores a 10%, e apenas quatro tiveram redução, em 2008. Já em 2009, houve uma mudança nesse cenário: dez municípios apresentaram redução nas despesas com pessoal e, em outros 49, o aumento foi inferior a 10%.

Evolução do gasto com pessoal

em R$ bilhões - IPCA médio de 2009



Taxa anual de crescimento do gasto com pessoal



Nos municípios menores, com menos de 50 mil habitantes, o aumento médio registrado foi de 6,2%, inferior à média do conjunto dos municípios capixabas. Sete dessas cidades reduziram as suas despesas com pessoal: Rio Novo do Sul (-7,7%), João Neiva (-6%), Iúna (-4,7%), Santa Leopoldina (-3,9%), Jaguaré (-1,6%), Barra de São Francisco (-0,9%) e Dores do Rio Preto (-0,9%). Em contrapartida, em 13 cidades houve aumentos nas despesas com pessoal superior a 10%, sendo que em três esse aumento foi próximo ou superior a 20%: Presidente Kennedy (29,3%), Mimoso do Sul (24,3%) e Nova Venécia (19,1%).

Já nas cidades maiores, com população acima de 50 mil habitantes, exceto Vitória, o aumento médio dos gastos com pessoal foi de 10,8%. Mais da metade dos municípios desse grupo elevaram seus gastos acima de 10%. Pelo segundo ano consecutivo, Serra foi quem registrou o maior aumento: 22%, elevando sua despesa de R$ 240,9 milhões em 2008, para R$ 293,9 milhões em 2009. Em seguida, aparecem Viana (19,6%), Guarapari (18,9%), Linhares (16,9%), Vila Velha (14,8%) e São Mateus (11,9%). Apenas duas cidades reduziram os gastos: Cachoeiro de Itapemirim (-4,7%) e Aracruz (-0,8%).

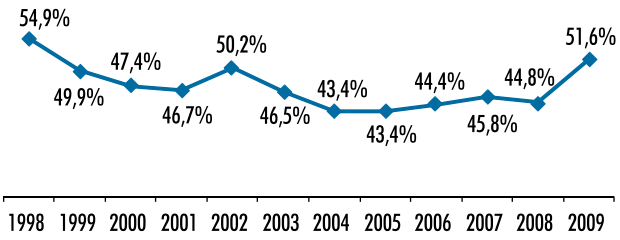
A capital também registrou aumento na sua despesa com pessoal, porém muito mais contido que os demais municípios. Seus dispêndios com o funcionalismo passaram de R$ 519,1 milhões em 2008, para R$ 536,7 milhões em 2009, o que representou um acréscimo de 3,4%.

A queda da receita em 2009 impactou significativamente a participação da despesa com pessoal na receita corrente. Em 2008, 44,8% da receita corrente foram destinados para custear as despesas com pessoal, enquanto que, em 2009, esse percentual subiu para 51,6%, o maior desde 1999. Nota-se também que o número de municípios que comprometeram mais de 50% da receita corrente em gastos com pessoal aumentou vertiginosamente, saltando de 19 casos, em 2008, para 59, em 2009.

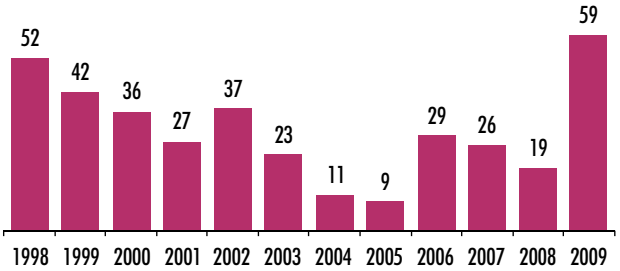
De acordo com as informações divulgadas no *site* do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), em 2009 oito municípios não cumpriram o limite máximo de 60% de comprometimento dos gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). São eles: Água Doce do Norte, Alto Rio Novo, Atílio Vivacqua, Barra de São Francisco, Fundão, Marechal Floriano, Rio Novo do Sul e

Santa Leopoldina. Desses, apenas três municípios (Barra de São Francisco, Rio Novo do Sul e Santa Leopoldina) conseguiram diminuir o gasto para atender ao limite da LRF, entretanto, essa redução foi insuficiente para enquadrá-los às especificidades da lei. Nos outros cinco municípios houve aumento na despesa com pessoal, que variou de 0,6%, em Atílio Vivacqua, a 9,8%, em Marechal Floriano.

Participação do gasto com pessoal na receita corrente

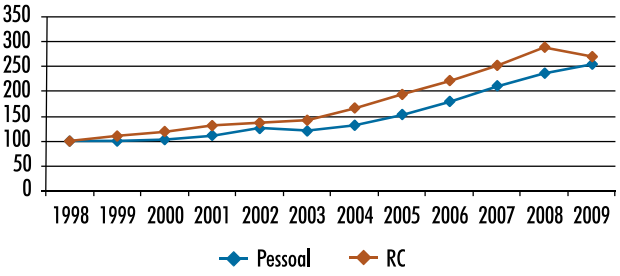


Número de municípios que comprometeram mais de 50% da receita corrente em gastos com pessoal



Evolução do gasto com pessoal e da receita corrente

ano base 1998=100



Número de municípios em relação ao cumprimento do limite para o gasto com pessoal de acordo com a LRF - 2009

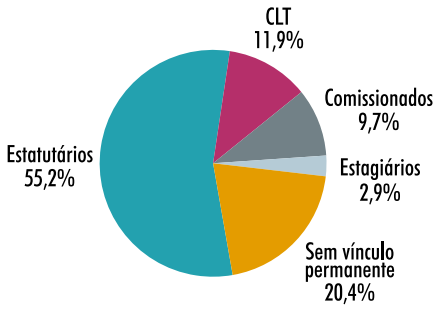
	Cumpriu	Não cumpriu	Total
Executivo	64	12	76
Legislativo	74	2	76
Município	68	8	76

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - Relatório Estatístico das Remessas por Pontos da LRF. Acesso em 14 de junho de 2010. Nota: até a data do acesso, o TCEES ainda não havia analisado as informações dos municípios de São Mateus e Dores do Rio Preto.

Número de servidores

De acordo com a pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros, realizada em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os municípios capixabas mantinham 122.888 servidores. A maioria (55,2%) está contratada sob o regime estatutário, enquanto que outros 11,9% são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os servidores comissionados equivalem a 9,7% do total, e os estagiários a 2,9%. Os 20,4% restantes são formados por servidores "sem vínculo permanente". Segundo o IBGE, essa última categoria abriga todos os servidores cedidos por outros órgãos públicos federais ou estaduais, os prestadores de serviços que atuam como profissionais liberais (por exemplo, um contador contratado pela prefeitura para fazer o balanço, um advogado contratado para uma consultoria jurídica, um publicitário para uma campanha de *marketing*, etc.), os voluntários, os contratados administrativamente, dentre outros.

Composição do quadro de servidores - 2009



Número de servidores por mil habitantes - 2009

Os dez maiores		
1º	Anchieta	121
2º	Presidente Kennedy	98
3º	Alto Rio Novo	83
4º	Fundão	71
5º	Conceição da Barra	68
6º	Atílio Vivacqua	67
7º	Marechal Floriano	67
8º	Apiacá	67
9º	São José do Calçado	64
10º	Ponto Belo	63

Os dez menores		
1º	Vila Velha	17
2º	Cariacica	21
3º	Guarapari	22
4º	Serra	23
5º	Cachoeiro de Itapemirim	28
6º	São Gabriel da Palha	29
7º	Colatina	29
8º	Boa Esperança	30
9º	Vila Valério	31
10º	Viana	32

O número de funcionários públicos municipais por habitante tende a ser maior nos menores municípios. Anchieta, com 121 servidores para cada mil habitantes, mais uma vez liderou o *ranking* entre os municípios capixabas, seguido por Presidente Kennedy, com 98. Na outra ponta, com a menor relação de servidores por mil habitantes, aparecem Vila Velha e Cariacica, com 17 e 21 funcionários, respectivamente.

O número de servidores por habitantes tende a ser menor em municípios de maior porte populacional. Fatores econômicos, políticos e administrativos contribuem para essa circunstância. Pode-se destacar o ganho de escala que os municípios maiores têm no fornecimento dos serviços públicos, bem como a escassez da oferta de empregos pela iniciativa privada nas pequenas cidades do interior, o que pressiona o poder público a contratar uma quantidade relativamente maior de servidores. O tamanho da receita por habitante dos municípios também exerce influência. O topo da lista das cidades com maior número de servidores por habitante foi ocupado, em 2009, por Anchieta e Presidente Kennedy, duas cidades com as maiores receitas per capita entre os municípios capixabas.

A Prefeitura de Linhares fez as contas:

Obras
–
Desperdício
=
Qualidade de Vida.

Administrar uma cidade é como cuidar da casa da gente: exige trabalho e, acima de tudo, competência para não deixar faltar nada para quem amamos.

A Prefeitura de Linhares controla as despesas para manter o nível de investimentos. O resultado não poderia ser melhor.

Linhares atrai investidores, que apostam no potencial econômico do município, como a Weg Motores, fabricante de motores para eletrodomésticos de linha branca, como geladeira, por exemplo.

A implantação da multinacional aqui garante a geração de oportunidades, emprego e renda.

O Plano de Gestão Participativa (PGP) dá autonomia ao cidadão linharense para ajudar a Prefeitura a planejar o que será melhor para ele e sua família.

Essa parceria permitiu, por exemplo, a entrega de 3 Centros de Educação Infantil e 3 Escolas de Ensino Fundamental. E tem mais. Estão sendo investidos mais de R$ 16 milhões na construção de seis Centros de Educação Infantil e duas escolas de ensino fundamental.

Na saúde, 7 unidades de saúde estenderam o horário de atendimento. O funcionamento até as 21h garante mais comodidade e ajuda a desafogar o Pronto Socorro do Hospital Geral de Linhares. Duas novas unidades de saúde estão sendo construídas.

Mais de 24 mil pessoas foram atendidas em 16 Ações Comunitárias. Obras de infra-estrutura levam esgoto e pavimentação a vários pontos do município. Só no bairro Interlagos, são 87 mil metros quadrados de drenagem e pavimentação. Um investimento de R$ 5 milhões.

Em Linhares é assim.
A Prefeitura faz + com menos,
e cada vez melhor.

LINHARES
PREFEITURA
O futuro acontece aqui

Casamarela

▶ Despesa com pessoal[a] - 2004-2009

Regiões e municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Participação 2009 no total da desp. pessoal[a]	Participação 2009 na receita corrente	Despesa pessoal[a] per capita 2009
	em R$ mil - IPCA médio de 2009						em %			em R$
MS Noroeste	**165.038,5**	**196.391,3**	**240.548,5**	**259.719,0**	**293.316,1**	**308.225,5**	**5,1**	**11,0**	**54,0**	**756,9**
Água Doce do Norte	6.003,4	7.179,8	8.458,3	9.010,4	10.601,9	10.922,7	3,0	0,4	63,1	903,4
Águia Branca	5.253,5	6.011,8	6.823,7	7.477,8	8.166,2	8.497,2	4,1	0,3	53,1	894,2
Alto Rio Novo	3.600,4	4.433,0	5.528,5	5.892,5	7.013,0	7.582,4	8,1	0,3	63,4	1.228,5
Baixo Guandu	13.090,4	17.130,0	21.091,0	20.693,1	20.617,5	21.187,7	2,8	0,8	52,4	708,8
Barra de São Francisco	15.205,5	13.682,8	20.845,0	27.412,5	33.461,3	33.150,1	-0,9	1,2	66,1	796,0
Boa Esperança	6.840,7	8.269,7	9.091,4	10.114,9	11.245,3	11.501,6	2,3	0,4	53,0	876,7
Colatina	45.445,2	52.921,7	59.112,5	64.194,6	72.881,9	74.518,9	2,2	2,7	50,1	669,1
Ecoporanga	11.527,2	12.273,3	14.131,8	15.522,7	18.094,8	18.128,7	0,2	0,6	53,3	758,8
Governador Lindenberg	3.333,4	5.205,0	6.431,9	7.268,3	8.367,6	9.005,7	7,6	0,3	52,7	864,3
Mantenópolis	5.342,6	7.188,1	8.656,2	8.612,6	9.478,0	9.550,6	0,8	0,3	53,7	821,2
Marilândia	5.305,5	6.099,3	7.438,8	7.945,6	8.765,2	9.446,2	7,8	0,3	53,8	884,8
Nova Venécia	16.450,5	20.462,2	27.368,1	27.296,6	30.662,6	36.509,8	19,1	1,3	58,5	787,6
Pancas	9.021,2	8.653,8	11.384,4	11.912,9	13.193,5	14.175,4	7,4	0,5	53,6	766,4
São Domingos do Norte	3.989,0	4.315,8	5.136,3	5.794,3	6.834,0	7.273,9	6,4	0,3	50,3	886,5
São Gabriel da Palha	6.201,9	11.958,2	16.146,2	16.432,8	17.568,5	19.362,4	10,2	0,7	51,8	632,7
Vila Pavão	3.839,9	5.004,1	6.499,4	7.216,2	8.239,6	8.651,0	5,0	0,3	57,9	948,0
Vila Valério	4.588,3	5.602,6	6.405,2	6.921,1	8.125,3	8.761,1	7,8	0,3	39,1	623,7
MS Litoral Norte	**275.431,9**	**308.426,7**	**371.640,1**	**423.035,4**	**466.742,1**	**504.014,2**	**8,0**	**18,1**	**52,1**	**957,2**
Aracruz	72.079,5	67.715,7	85.304,9	103.543,9	108.914,1	108.023,2	-0,8	3,9	49,9	1.373,3
Conceição da Barra	16.924,2	20.389,8	23.422,4	26.532,5	27.183,4	29.082,7	7,0	1,0	64,2	1.074,8
Fundão	8.247,2	9.682,7	11.097,6	13.661,3	16.272,2	17.641,9	8,4	0,6	62,1	1.073,7
Ibiraçu	4.539,0	5.653,2	7.434,8	8.690,0	9.315,6	10.199,0	9,5	0,4	53,9	951,0
Jaguaré	10.568,6	11.833,4	13.623,9	16.873,6	18.597,7	18.306,4	-1,6	0,7	39,1	779,9
João Neiva	9.744,7	11.203,8	11.538,4	13.262,9	12.907,3	12.126,9	-6,0	0,4	45,4	829,4
Linhares	67.105,8	76.715,1	87.274,0	98.414,6	111.852,5	130.735,8	16,9	4,7	51,0	985,5
Montanha	7.800,4	8.457,1	9.862,6	10.796,0	12.354,2	13.780,7	11,5	0,5	51,3	730,8
Mucurici	4.223,0	4.629,8	5.243,0	5.769,7	5.526,1	5.822,7	5,4	0,2	45,4	985,2
Pedro Canário	5.863,3	8.803,9	10.455,3	12.366,4	14.572,0	15.966,2	9,6	0,6	53,4	654,2
Pinheiros	8.168,2	10.708,9	13.671,9	14.208,8	17.438,0	19.399,3	11,2	0,7	54,7	812,6
Ponto Belo	3.054,9	3.963,6	4.909,4	4.209,7	6.342,3	6.522,3	2,8	0,2	52,5	900,0
Rio Bananal	9.939,4	11.012,1	11.918,8	13.242,5	16.041,8	17.170,6	7,0	0,6	53,9	995,6
São Mateus	40.053,9	48.648,3	64.650,1	68.215,2	74.413,0	83.277,0	11,9	3,0	56,0	819,6
Sooretama	7.119,7	9.009,3	11.233,0	13.248,3	15.011,8	15.959,4	6,3	0,6	52,1	671,7
MS Central	**139.071,2**	**166.591,7**	**201.860,5**	**228.619,4**	**258.986,0**	**272.081,9**	**5,1**	**9,7**	**49,3**	**878,6**
Afonso Cláudio	11.550,5	13.057,0	16.007,2	19.865,8	20.362,7	20.432,3	0,3	0,7	53,7	651,0
Alfredo Chaves	4.274,1	4.969,6	8.036,5	8.221,4	9.375,9	9.896,9	5,6	0,4	44,9	678,6
Anchieta	19.009,4	25.438,6	31.008,5	38.395,0	43.810,9	46.407,7	5,9	1,7	41,4	2.294,5
Brejetuba	4.403,9	5.491,7	6.797,3	8.760,8	9.637,6	10.816,3	12,2	0,4	55,7	974,7
Conceição do Castelo	5.772,8	7.979,3	9.514,5	10.427,4	11.444,7	11.823,8	3,3	0,4	56,7	997,7
Domingos Martins	14.171,6	15.261,4	19.095,0	21.322,8	23.677,2	24.484,8	3,4	0,9	52,5	754,4
Iconha	5.501,5	7.108,5	7.959,0	9.454,4	10.023,7	10.739,3	7,1	0,4	49,2	902,4
Itaguaçu	5.061,2	6.444,0	7.539,2	7.829,5	10.252,1	11.025,6	7,5	0,4	50,8	778,0
Itarana	4.887,1	5.172,4	5.937,8	6.339,9	7.527,4	7.953,2	5,7	0,3	47,0	745,6
Laranja da Terra	4.770,2	5.309,7	5.232,4	7.497,6	8.902,3	9.171,9	3,0	0,3	57,0	823,6
Marechal Floriano	7.475,2	8.431,3	10.431,5	11.498,0	12.450,1	13.673,1	9,8	0,5	60,7	1.027,9
Piúma	6.152,7	8.983,1	10.263,1	12.760,5	13.764,0	14.431,5	4,8	0,5	50,6	838,5
Rio Novo do Sul[b]	4.704,7	6.133,6	7.392,1	7.234,5	9.615,6	8.879,9	-7,7	0,3	55,6	775,7
Santa Leopoldina	8.539,7	8.950,7	9.048,3	10.408,4	11.702,3	11.245,9	-3,9	0,4	60,5	882,5
Santa Maria de Jetibá	13.184,5	14.684,0	18.919,5	18.530,2	22.111,6	23.750,4	7,4	0,9	47,5	700,2
Santa Teresa	9.856,9	11.644,2	14.595,4	14.461,8	16.131,9	17.965,2	11,4	0,6	53,4	866,1
São Roque do Canaã	3.654,6	4.233,6	4.952,6	5.638,1	6.409,2	7.058,0	10,1	0,3	46,2	652,5
Venda Nova do Imigrante	6.100,5	7.299,2	9.130,4	9.973,1	11.787,1	12.326,3	4,6	0,4	38,8	615,5
Região Metropolitana	**645.372,4**	**744.524,6**	**835.581,5**	**1.050.547,3**	**1.160.186,3**	**1.276.505,9**	**10,0**	**45,7**	**51,6**	**764,6**
Cariacica	66.150,2	82.589,8	88.926,1	126.170,4	133.051,3	135.047,4	1,5	4,8	51,9	369,1
Guarapari	35.451,2	38.236,0	47.973,9	50.416,4	57.093,6	67.861,9	18,9	2,4	52,9	649,2
Serra	131.810,1	163.798,0	197.538,1	192.402,9	240.864,3	293.859,4	22,0	10,5	47,6	726,1
Viana	24.061,3	29.727,8	34.503,7	35.506,4	37.977,9	45.430,2	19,6	1,6	57,5	746,9
Vila Velha	102.554,9	120.882,3	118.359,9	152.041,0	172.118,0	197.620,6	14,8	7,1	47,8	477,9
Vitória	285.344,7	309.290,7	348.279,9	494.010,2	519.081,2	536.686,3	3,4	19,2	55,0	1.676,3
MS Sul	**225.776,3**	**271.194,0**	**324.215,7**	**354.254,9**	**413.690,5**	**430.218,9**	**4,0**	**15,4**	**51,1**	**749,4**
Alegre	15.611,9	17.580,9	18.786,6	20.692,2	24.087,0	26.802,5	11,3	1,0	57,4	860,6
Apiacá	3.780,8	4.767,3	6.255,6	6.372,3	7.247,4	7.422,0	2,4	0,3	57,5	941,5
Atílio Vivacqua	5.976,3	6.665,7	6.919,8	7.121,3	8.776,5	8.831,2	0,6	0,3	52,7	943,4
Bom Jesus do Norte	4.295,1	4.637,4	5.913,8	5.927,1	6.759,7	6.803,1	0,6	0,2	52,4	703,4
Cachoeiro de Itapemirim	65.164,0	80.440,6	94.529,4	102.677,0	120.012,6	114.411,2	-4,7	4,1	56,0	568,5
Castelo	12.973,7	17.165,7	19.731,7	22.151,0	25.461,4	25.459,7	0,0	0,9	53,6	766,6
Divino de São Lourenço	2.765,4	3.021,4	4.249,5	4.707,9	4.963,2	5.055,4	1,9	0,2	57,2	1.008,9
Dores do Rio Preto	3.283,0	3.791,3	4.469,4	5.025,7	5.680,6	5.632,0	-0,9	0,2	46,5	895,0
Guaçuí	10.906,7	11.426,3	14.732,2	18.382,1	22.325,9	24.122,6	8,0	0,9	63,3	902,0
Ibatiba	7.729,3	9.543,3	12.351,6	13.087,6	13.168,4	14.386,2	9,2	0,5	56,5	702,8
Ibitirama	4.144,2	5.015,0	6.097,9	6.699,0	7.915,3	8.051,8	1,7	0,3	57,8	871,6
Irupi	4.921,2	5.845,9	7.580,0	8.405,1	8.910,2	9.332,7	4,7	0,3	55,1	869,4
Itapemirim	14.369,7	19.995,3	23.017,1	25.119,9	29.830,1	31.323,8	5,0	1,1	51,6	956,1
Iúna	10.070,7	12.299,9	15.406,8	15.975,2	19.116,9	18.219,6	-4,7	0,7	55,5	694,4
Jerônimo Monteiro	5.758,9	6.156,9	6.820,4	7.405,4	8.945,6	10.040,4	12,2	0,4	63,3	893,7
Marataízes	9.456,1	10.844,1	14.611,7	15.987,4	21.016,6	24.132,0	14,8	0,9	56,9	742,5
Mimoso do Sul	10.765,0	11.105,8	14.448,2	15.243,0	14.747,8	18.326,2	24,3	0,7	51,9	675,6
Muniz Freire	7.882,8	9.525,0	11.612,6	12.926,3	16.290,4	16.362,7	0,4	0,6	52,8	891,3
Muqui	4.487,9	6.014,9	6.318,6	6.863,9	7.730,1	8.985,4	16,2	0,3	49,7	625,0
Presidente Kennedy	6.474,5	9.159,9	10.915,2	13.453,4	16.394,7	21.206,1	29,3	0,8	21,6	1.945,0
São José do Calçado	5.703,2	5.583,9	6.904,8	8.010,3	9.043,0	9.185,3	1,6	0,3	49,3	837,7
Vargem Alta	9.256,1	10.607,8	12.542,7	12.021,7	15.267,1	16.127,2	5,6	0,6	49,3	865,3
TOTAL	**1.450.690,3**	**1.687.128,4**	**1.973.846,3**	**2.316.176,0**	**2.592.921,0**	**2.791.046,4**	**7,6**	**100,0**	**51,6**	**800,4**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: [a]inclui encargos, inativos, pensionistas e salário-família. [b]os dados sobre a despesa do município não estavam consolidados em 2009.

▶ Despesa com pessoal

Posição	Município	Despesa com pessoal[a] em R$	População
1º	Vitória	536.686.346,6	320.156
2º	Serra	293.859.377,7	404.688
3º	Vila Velha	197.620.641,3	413.548
4º	Cariacica	135.047.352,2	365.859
5º	Linhares	130.735.845,7	132.664
6º	Cachoeiro de Itapemirim	114.411.208,7	201.259
7º	Aracruz	108.023.242,8	78.658
8º	São Mateus	83.277.009,0	101.613
9º	Colatina	74.518.927,8	111.365
10º	Guarapari	67.861.887,3	104.534
11º	Anchieta	46.407.662,0	20.226
12º	Viana	45.430.248,5	60.829
13º	Nova Venécia	36.509.751,4	46.354
14º	Barra de São Francisco	33.150.073,8	41.645
15º	Itapemirim	31.323.822,7	32.761
16º	Conceição da Barra	29.082.682,0	27.059
17º	Alegre	26.802.458,0	31.143
18º	Castelo	25.459.714,3	33.212
19º	Domingos Martins	24.484.760,9	32.455
20º	Marataízes	24.132.012,3	32.502
21º	Guaçuí	24.122.575,9	26.743
22º	Santa Maria de Jetibá	23.750.366,8	33.921
23º	Presidente Kennedy	21.206.121,0	10.903
24º	Baixo Guandu	21.187.721,1	29.891
25º	Afonso Cláudio	20.432.281,9	31.384
26º	Pinheiros	19.399.292,7	23.874
27º	São Gabriel da Palha	19.362.399,3	30.604
28º	Mimoso do Sul	18.326.193,3	27.124
29º	Jaguaré	18.306.401,6	23.472
30º	Iúna	18.219.619,7	26.239
31º	Ecoporanga	18.128.738,0	23.891
32º	Santa Teresa	17.965.161,0	20.742
33º	Fundão	17.641.855,1	16.431
34º	Rio Bananal	17.170.567,8	17.247
35º	Muniz Freire	16.362.666,0	18.358
36º	Vargem Alta	16.127.197,3	18.637
37º	Pedro Canário	15.966.230,1	24.404
38º	Sooretama	15.959.403,1	23.761
39º	Piúma	14.431.466,6	17.212
40º	Ibatiba	14.386.199,2	20.471
41º	Pancas	14.175.413,3	18.497
42º	Montanha	13.780.713,8	18.856
43º	Marechal Floriano	13.673.107,5	13.302
44º	Venda Nova do Imigrante	12.326.273,1	20.028
45º	João Neiva	12.126.926,0	14.621
46º	Conceição do Castelo	11.823.799,9	11.851
47º	Boa Esperança	11.501.631,8	13.119
48º	Santa Leopoldina	11.245.887,1	12.743
49º	Itaguaçu	11.025.588,9	14.171
50º	Água Doce do Norte	10.922.699,2	12.091
51º	Brejetuba	10.816.293,0	11.097
52º	Iconha	10.739.332,9	11.901
53º	Ibiraçu	10.199.038,8	10.724
54º	Jerônimo Monteiro	10.040.357,0	11.235
55º	Alfredo Chaves	9.896.895,3	14.585
56º	Mantenópolis	9.550.579,1	11.630
57º	Marilândia	9.446.216,1	10.676
58º	Irupi	9.332.657,4	10.735
59º	São José do Calçado	9.185.267,6	10.965
60º	Laranja da Terra	9.171.897,9	11.136
61º	Governador Lindenberg	9.005.715,3	10.420
62º	Muqui	8.985.363,1	14.377
63º	Rio Novo do Sul[b]	8.879.938,5	11.447
64º	Atílio Vivacqua	8.831.185,9	9.361
65º	Vila Valério	8.761.073,8	14.048
66º	Vila Pavão	8.651.011,7	9.126
67º	Águia Branca	8.497.207,0	9.503
68º	Ibitirama	8.051.819,4	9.238
69º	Itarana	7.953.169,1	10.667
70º	Alto Rio Novo	7.582.420,3	6.172
71º	Apiacá	7.422.029,1	7.883
72º	São Domingos do Norte	7.273.894,6	8.205
73º	São Roque do Canaã	7.058.018,0	10.817
74º	Bom Jesus do Norte	6.803.063,8	9.672
75º	Ponto Belo	6.522.255,5	7.247
76º	Mucurici	5.822.722,2	5.910
77º	Dores do Rio Preto	5.632.034,1	6.293
78º	Divino de São Lourenço	5.055.372,7	5.011
TOTAL		**2.791.046.352,6**	**3.487.199**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES. Nota: [a] inclui inativos, pensionistas e salário-família. [b]os dados sobre a despesa do município não estavam consolidados em 2009.

▶ Despesa com pessoal per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com pessoal[a] (A) em R$	População (B)
1º	Anchieta	2.294,5	46.407.662,0	20.226
2º	Presidente Kennedy	1.945,0	21.206.121,0	10.903
3º	Vitória	1.676,3	536.686.346,6	320.156
4º	Aracruz	1.373,3	108.023.242,8	78.658
5º	Alto Rio Novo	1.228,5	7.582.420,3	6.172
6º	Conceição da Barra	1.074,8	29.082.682,0	27.059
7º	Fundão	1.073,7	17.641.855,1	16.431
8º	Marechal Floriano	1.027,9	13.673.107,5	13.302
9º	Divino de São Lourenço	1.008,9	5.055.372,7	5.011
10º	Conceição do Castelo	997,7	11.823.799,9	11.851
11º	Rio Bananal	995,6	17.170.567,8	17.247
12º	Linhares	985,5	130.735.845,7	132.664
13º	Mucurici	985,2	5.822.722,2	5.910
14º	Brejetuba	974,7	10.816.293,0	11.097
15º	Itapemirim	956,1	31.323.822,7	32.761
16º	Ibiraçu	951,0	10.199.038,8	10.724
17º	Vila Pavão	948,0	8.651.011,7	9.126
18º	Atílio Vivacqua	943,4	8.831.185,9	9.361
19º	Apiacá	941,5	7.422.029,1	7.883
20º	Água Doce do Norte	903,4	10.922.699,2	12.091
21º	Iconha	902,4	10.739.332,9	11.901
22º	Guaçuí	902,0	24.122.575,9	26.743
23º	Ponto Belo	900,0	6.522.255,5	7.247
24º	Dores do Rio Preto	895,0	5.632.034,1	6.293
25º	Águia Branca	894,2	8.497.207,0	9.503
26º	Jerônimo Monteiro	893,7	10.040.357,0	11.235
27º	Muniz Freire	891,3	16.362.666,0	18.358
28º	São Domingos do Norte	886,5	7.273.894,6	8.205
29º	Marilândia	884,8	9.446.216,1	10.676
30º	Santa Leopoldina	882,5	11.245.887,1	12.743
31º	Boa Esperança	876,7	11.501.631,8	13.119
32º	Ibitirama	871,6	8.051.819,4	9.238
33º	Irupi	869,4	9.332.657,4	10.735
34º	Santa Teresa	866,1	17.965.161,0	20.742
35º	Vargem Alta	865,3	16.127.197,3	18.637
36º	Governador Lindenberg	864,3	9.005.715,3	10.420
37º	Alegre	860,6	26.802.458,0	31.143
38º	Piúma	838,5	14.431.466,6	17.212
39º	São José do Calçado	837,7	9.185.267,6	10.965
40º	João Neiva	829,4	12.126.926,0	14.621
41º	Laranja da Terra	823,6	9.171.897,9	11.136
42º	Mantenópolis	821,2	9.550.579,1	11.630
43º	São Mateus	819,6	83.277.009,0	101.613
44º	Pinheiros	812,6	19.399.292,7	23.874
45º	Barra de São Francisco	796,0	33.150.073,8	41.645
46º	Nova Venécia	787,6	36.509.751,4	46.354
47º	Jaguaré	779,9	18.306.401,6	23.472
48º	Itaguaçu	778,0	11.025.588,9	14.171
49º	Rio Novo do Sul[b]	775,7	8.879.938,5	11.447
50º	Castelo	766,6	25.459.714,3	33.212
51º	Pancas	766,4	14.175.413,3	18.497
52º	Ecoporanga	758,8	18.128.738,0	23.891
53º	Domingos Martins	754,4	24.484.760,9	32.455
54º	Viana	746,9	45.430.248,5	60.829
55º	Itarana	745,6	7.953.169,1	10.667
56º	Marataízes	742,5	24.132.012,3	32.502
57º	Montanha	730,8	13.780.713,8	18.856
58º	Serra	726,1	293.859.377,7	404.688
59º	Baixo Guandu	708,8	21.187.721,1	29.891
60º	Bom Jesus do Norte	703,4	6.803.063,8	9.672
61º	Ibatiba	702,8	14.386.199,2	20.471
62º	Santa Maria de Jetibá	700,2	23.750.366,8	33.921
63º	Iúna	694,4	18.219.619,7	26.239
64º	Alfredo Chaves	678,6	9.896.895,3	14.585
65º	Mimoso do Sul	675,6	18.326.193,3	27.124
66º	Sooretama	671,7	15.959.403,1	23.761
67º	Colatina	669,1	74.518.927,8	111.365
68º	Pedro Canário	654,2	15.966.230,1	24.404
69º	São Roque do Canaã	652,5	7.058.018,0	10.817
70º	Afonso Cláudio	651,0	20.432.281,9	31.384
71º	Guarapari	649,2	67.861.887,3	104.534
72º	São Gabriel da Palha	632,7	19.362.399,3	30.604
73º	Muqui	625,0	8.985.363,1	14.377
74º	Vila Valério	623,7	8.761.073,8	14.048
75º	Venda Nova do Imigrante	615,5	12.326.273,1	20.028
76º	Cachoeiro de Itapemirim	568,5	114.411.208,7	201.259
77º	Vila Velha	477,9	197.620.641,3	413.548
78º	Cariacica	369,1	135.047.352,2	365.859
TOTAL		**800,4**	**2.791.046.352,6**	**3.487.199**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES. População para 2009 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). Nota: [a] inclui inativos, pensionistas e salário-família. [b]os dados sobre a despesa do município não estavam consolidados em 2009.

Número de servidores, servidores por vínculo e servidores por mil habitantes em 2009

Regiões e municípios	Número de servidores total	Servidores por vínculo					Servidores por 1.000 habitantes
		Estatutários	CLT	Comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente	
MS Noroeste	**15.873**	**7.185**	**3.643**	**1.593**	**301**	**3.151**	**39**
Água Doce do Norte	548	388	64	72	-	24	45
Águia Branca	476	248	2	74	-	152	50
Alto Rio Novo	515	-	469	39	-	7	83
Baixo Guandu	1.392	1.031	64	258	12	27	47
Barra de São Francisco	1.850	677	144	106	2	921	44
Boa Esperança	400	284	12	104	-	-	30
Colatina	3.234	444	1.848	299	248	395	29
Ecoporanga	1.043	721	252	60	5	5	44
Governador Lindenberg	476	370	57	46	1	2	46
Mantenópolis	576	290	263	23	-	-	50
Marilândia	507	124	-	52	7	324	47
Nova Venécia	1.902	584	5	198	-	1.115	41
Pancas	715	552	106	50	-	7	39
São Domingos do Norte	423	402	-	21	-	-	52
São Gabriel da Palha	877	631	110	36	24	76	29
Vila Pavão	500	147	242	109	1	1	55
Vila Valério	439	292	5	46	1	95	31
MS Litoral Norte	**25.033**	**14.067**	**4.477**	**2.961**	**197**	**3.331**	**48**
Aracruz	4.285	2.540	1.347	391	7	-	54
Conceição da Barra	1.835	959	687	139	-	50	68
Fundão	1.171	267	23	687	-	194	71
Ibiraçu	485	296	131	58	-	-	45
Jaguaré	1.226	638	-	160	20	408	52
João Neiva	557	253	-	82	8	214	38
Linhares	6.151	4.164	49	505	113	1.320	46
Montanha	829	92	448	190	-	99	44
Mucurici	351	203	23	53	-	72	59
Pedro Canário	1.129	587	152	48	-	342	46
Pinheiros	1.090	11	971	108	-	-	46
Ponto Belo	460	150	-	253	-	57	63
Rio Bananal	814	500	-	27	5	282	47
São Mateus	3.681	2.920	239	185	44	293	36
Sooretama	969	487	407	75	-	-	41
MS Central	**15.389**	**8.176**	**1.561**	**2.128**	**278**	**3.246**	**50**
Afonso Cláudio	1.272	898	-	47	20	307	41
Alfredo Chaves	607	318	-	104	11	174	42
Anchieta	2.445	1.300	-	293	-	852	121
Brejetuba	569	315	4	38	3	209	51
Conceição do Castelo	701	427	-	14	43	217	59
Domingos Martins	1.300	563	171	562	-	4	40
Iconha	612	398	1	127	-	86	51
Itaguaçu	722	286	374	18	5	39	51
Itarana	402	34	99	6	-	263	38
Laranja da Terra	570	317	31	157	-	65	51
Marechal Floriano	893	557	6	151	-	179	67
Piúma	762	453	-	79	-	230	44
Rio Novo do Sul	539	408	3	44	-	84	47
Santa Leopoldina	639	229	-	114	144	152	50
Santa Maria de Jetibá	1.260	863	207	169	21	-	37
Santa Teresa	989	626	55	105	-	203	48
São Roque do Canaã	405	184	3	51	8	159	37
Venda Nova do Imigrante	702	-	607	49	23	23	35
Região Metropolitana	**43.254**	**24.827**	**2.259**	**3.144**	**2.594**	**10.430**	**26**
Cariacica	7.723	2.287	327	308	108	4.693	21
Guarapari	2.255	1.223	454	155	62	361	22
Serra	9.383	6.067	884	728	460	1.244	23
Viana	1.958	1.009	1	338	27	583	32
Vila Velha	6.876	4.454	-	757	120	1.545	17
Vitória	15.059	9.787	593	858	1.817	2.004	47
MS Sul	**23.339**	**13.518**	**2.631**	**2.062**	**234**	**4.894**	**41**
Alegre	1.584	1.132	142	123	47	140	51
Apiacá	526	-	435	91	-	-	67
Atílio Vivacqua	629	408	-	17	-	204	67
Bom Jesus do Norte	332	196	64	69	-	3	34
Cachoeiro de Itapemirim	5.565	3.156	354	352	68	1.635	28
Castelo	1.471	791	9	129	17	525	44
Divino de São Lourenço	283	194	69	19	-	1	56
Dores do Rio Preto	282	186	67	29	-	-	45
Guaçuí	988	432	-	121	13	422	37
Ibatiba	895	552	55	70	1	217	44
Ibitirama	437	297	-	64	-	76	47
Irupi	567	400	111	46	-	10	53
Itapemirim	1.624	1.099	124	155	13	233	50
Iúna	919	790	23	46	-	60	35
Jerônimo Monteiro	427	238	76	113	-	-	38
Marataízes	1.592	962	113	137	-	380	49
Mimoso do Sul	1.085	658	2	125	2	298	40
Muniz Freire	722	548	117	36	5	16	39
Muqui	587	4	475	26	11	71	41
Presidente Kennedy	1.068	632	2	157	26	251	98
São José do Calçado	704	287	346	57	-	14	64
Vargem Alta	1.052	556	47	80	31	338	56
TOTAL	**122.888**	**67.773**	**14.571**	**11.888**	**3.604**	**25.052**	**35**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa de Informações Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros - 2009.

MAIS FÁCIL

A Secretaria da Fazenda trabalha para isso: facilitar a vida do contribuinte.

A Secretaria da Fazenda (Sefaz) vem realizando grandes mudanças em nosso Estado. Assim, a sua vida e da sua empresa ficam mais simples. Por meio de produtos e serviços como a NFe, DUA Eletrônico, SPED, Agência Virtual, CTe, PAF – ECF, GT-FAZ, Cadastro Simplificado, Novo SIAFEM, SIGA e NAC, a Sefaz se moderniza e torna seus processos mais ágeis e práticos.

Para saber mais, acesse www.sefaz.es.gov.br.

Secretaria da Fazenda

UM NOVO ESPÍRITO SANTO
Governo do Estado
www.es.gov.br

Custeio

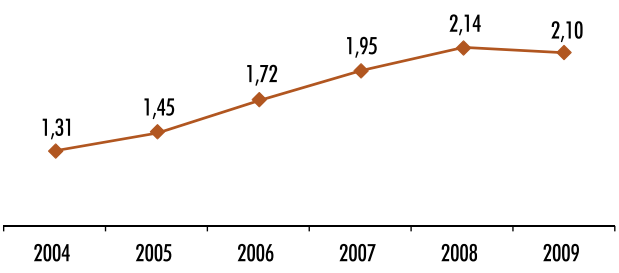
Finanças dos Municípios Capixabas adota como critério para apuração do custeio municipal toda a despesa corrente, exceto pessoal e juros da dívida. Compreende os gastos voltados para a operacionalização dos serviços prestados pela prefeitura, bem como para cobrir os custos inerentes à burocracia estatal. Seus principais itens são os serviços de iluminação pública, limpeza urbana, coleta de lixo, aterro sanitário, sinalização da cidade, manutenção de equipamentos e áreas públicas como vias, escolas, postos de saúde, centros esportivos, praças, parques, jardins e teatros. A aquisição de material de consumo, tais como os utilizados nos serviços de saúde, os combustíveis, as peças, o material das escolas, de limpeza, de escritório, entre outros, também são partes importantes dos gastos com custeio.

Desempenho

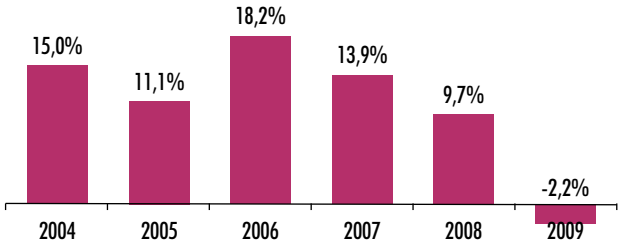
Em 2009, os gastos municipais com custeio totalizaram R$ 2,10 bilhões, o que representou uma queda de -2,2% na comparação com o ano anterior. Foi a primeira retração após uma sequência de aumentos iniciada em 2004.

Evolução da despesa de custeio

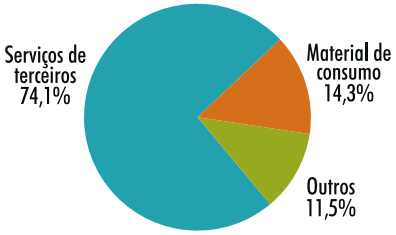
em R$ bilhões - IPCA médio de 2009



Taxa anual de crescimento do gasto com custeio



Composição das despesas com custeio 2009



A retração foi determinada pela queda dos dois principais itens do custeio. Os desembolsos com material de consumo declinaram -12,4%. Já os serviços de terceiros recuaram de forma mais amena: -1,3%.

A redução do custeio representou uma economia de R$ 46,2 milhões aos cofres dos municípios capixabas. Linhares e Vila Velha, que cortaram R$ 26 milhões e R$ 22,8 milhões, respectivamente, influenciaram o resultado geral. O corte dos custeios em Linhares foi de -21,1% em relação a 2008 e em Vila Velha foi de -12,2%. Ao excluí-los da análise, o custeio total teria permanecido estável, enquanto nas maiores cidades, exceto Vitória, teria se elevado em 3,7%. Nesse grupo, os movimentos de queda de Linhares, Vila Velha e Cachoeiro de Itapemirim, onde a redução foi de -10%, foram contrabalanceados pela alta de 50,1% em Guarapari. A elevada expansão na cidade deveu-se ao

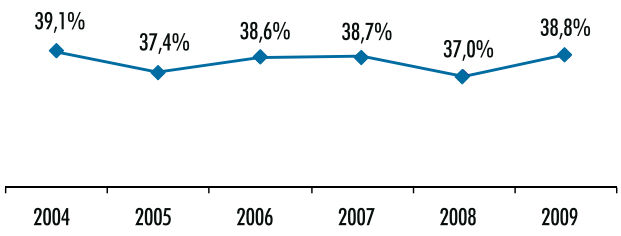
baixo nível do gasto com custeio observado em 2008. Entre os demais municípios, cabe destacar o aumento de 9,7% em São Mateus. Na capital, as despesas com custeio aumentaram apenas 2,5%.

Nos municípios com população inferior a 50 mil habitantes, o corte em média ficou em -3,8% comparado com 2008. Nesse resultado destacaram-se, por um lado, Divino de São Lourenço (-27,5%), Mantenópolis (-25,5%), Jaguaré (-24,8%), Boa Esperança (-22,4%) e Conceição da Barra (-22,4%). Por outro lado, Presidente Kennedy, Vargem Alta e Muqui gastaram, respectivamente, 23,6%, 19,0% e 16,8% a mais que o apurado em 2008.

Peso nos orçamentos

O peso do custeio nos orçamentos dos municípios capixabas só é menor que o da despesa com pessoal, que ficou em 51,6%, em 2009. Entre 2004 e 2009, as prefeituras comprometeram, em média, 38,3% da receita corrente com o custeio, chegando a 38,8% em 2009. Assim, não houve grandes flutuações de um ano para outro. Isso porque a receita municipal e o custeio apresentaram um comportamento similar ao longo do período.

Participação da despesa de custeio na receita corrente



Dos 78 municípios capixabas, quatro deles apresentaram gastos com custeio superior à metade de sua receita corrente. São eles: Muqui, com 53,8%; João Neiva, com 52,6%; Vila Valério, com 51,7%; e Itarana, com 51,1%.

No *ranking* per capita de gasto com custeio, a média estadual das prefeituras ficou em R$ 601,41, no ano de 2009. Presidente Kennedy liderou com R$ 2.850,42, seguido por Anchieta, com R$ 2.221,83, e por Vitória, com R$ 1.271,05. Nas últimas posições, Cariacica gastou apenas R$ 196,26, enquanto Cachoeiro de Itapemirim despendeu R$ 354,93, seguido de Marataízes, com R$ 390,59.

▶ Despesa de custeio[a] - 2004-2009

Regiões e municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Participação 2009 no total da desp. de custeio[a]	Participação 2009 na rec. corr.	Despesa de custeio[a] per capita 2009
	em R$ mil - IPCA médio de 2009						em %			em R$
MS Noroeste	**143.514,4**	**170.474,8**	**198.215,9**	**212.008,1**	**234.450,7**	**226.227,1**	**-3,5**	**10,8**	**39,6**	**555,5**
Água Doce do Norte	4.427,9	4.211,9	5.322,3	6.127,5	6.344,6	5.702,8	-10,1	0,3	33,0	471,7
Águia Branca	4.436,3	4.781,3	4.313,6	4.494,1	5.998,3	5.674,4	-5,4	0,3	35,5	597,1
Alto Rio Novo	2.894,9	3.644,5	3.705,9	4.259,6	5.460,0	5.460,7	0,0	0,3	45,6	884,7
Baixo Guandu	12.398,1	15.859,5	20.539,2	18.307,8	19.203,2	18.702,1	-2,6	0,9	46,2	625,7
Barra de São Francisco	9.353,5	9.160,5	13.642,4	16.089,6	18.271,9	16.781,3	-8,2	0,8	33,5	403,0
Boa Esperança	6.179,1	7.147,2	7.610,0	7.713,6	9.044,7	7.016,0	-22,4	0,3	32,3	534,8
Colatina	39.475,4	51.323,9	54.482,1	61.051,1	58.247,3	60.018,2	3,0	2,9	40,4	538,9
Ecoporanga	9.781,4	10.075,7	13.454,5	12.012,0	13.086,4	14.663,5	12,1	0,7	43,1	613,8
Governador Lindenberg	6.394,3	6.494,5	6.425,6	6.271,3	7.290,6	6.458,1	-11,4	0,3	37,8	619,8
Mantenópolis	5.061,8	6.125,4	6.293,9	7.872,1	9.859,4	7.345,9	-25,5	0,4	41,3	631,6
Marilândia	4.782,0	4.676,1	6.322,8	6.796,2	7.423,9	7.503,2	1,1	0,4	42,8	702,8
Nova Venécia	13.651,0	16.492,3	20.062,2	20.045,6	24.730,7	23.424,4	-5,3	1,1	37,6	505,3
Pancas	6.291,9	9.157,1	9.874,4	10.188,0	10.260,6	9.183,4	-10,5	0,4	34,7	496,5
São Domingos do Norte	3.289,2	4.251,2	5.248,4	7.028,2	6.511,8	6.049,2	-7,1	0,3	41,8	737,3
São Gabriel da Palha	6.559,3	6.937,1	8.698,6	9.050,3	13.381,9	14.805,5	10,6	0,7	39,6	483,8
Vila Pavão	3.436,9	4.546,1	5.817,5	6.831,9	6.731,6	5.854,0	-13,0	0,3	39,2	641,5
Vila Valério	5.101,3	5.590,5	6.402,4	7.869,2	12.603,8	11.584,3	-8,1	0,6	51,7	824,6
MS Litoral Norte	**287.300,9**	**299.976,0**	**350.228,4**	**363.968,9**	**422.873,7**	**387.967,8**	**-8,3**	**18,5**	**40,1**	**736,8**
Aracruz	74.244,8	50.890,0	82.151,9	77.071,4	83.151,5	86.401,3	3,9	4,1	39,9	1.098,4
Conceição da Barra	9.991,1	12.607,1	11.083,3	14.386,8	18.614,3	14.439,2	-22,4	0,7	31,9	533,6
Fundão	5.964,9	7.268,5	10.582,2	13.734,3	14.473,8	13.382,0	-7,5	0,6	47,1	814,4
Ibiraçu	5.385,6	7.129,6	8.256,9	7.274,3	6.844,0	6.977,9	2,0	0,3	36,9	650,7
Jaguaré	26.480,0	31.351,0	28.333,0	26.150,5	30.273,1	22.766,8	-24,8	1,1	48,6	970,0
João Neiva	7.720,5	8.324,3	10.442,2	10.913,8	14.915,8	14.037,2	-5,9	0,7	52,6	960,1
Linhares	57.822,8	73.555,0	84.232,9	92.720,2	123.146,3	97.182,2	-21,1	4,6	37,9	732,5
Montanha	7.782,0	7.317,6	8.521,5	8.777,5	11.579,1	10.348,9	-10,6	0,5	38,5	548,8
Mucurici	4.339,6	3.619,7	4.082,9	4.702,0	5.069,9	5.060,6	-0,2	0,2	39,5	856,3
Pedro Canário	9.172,0	12.666,9	9.490,2	11.585,2	10.932,4	11.535,3	5,5	0,6	38,6	472,7
Pinheiros	8.237,5	9.605,9	9.699,1	11.625,1	12.763,5	12.189,2	-4,5	0,6	34,4	510,6
Ponto Belo	3.550,0	4.245,0	5.159,9	4.935,3	6.110,4	5.215,2	-14,7	0,2	42,0	719,6
Rio Bananal	5.612,4	6.860,5	7.627,6	8.548,7	9.502,6	9.949,7	4,7	0,5	31,2	576,9
São Mateus	52.429,0	55.775,3	59.431,5	59.265,2	59.755,6	65.523,5	9,7	3,1	44,1	644,8
Sooretama	8.568,8	8.759,5	11.133,3	12.278,5	15.741,4	12.958,8	-17,7	0,6	42,3	545,4
MS Central	**147.360,7**	**163.780,6**	**189.441,3**	**207.998,3**	**228.282,0**	**228.201,6**	**0,0**	**10,9**	**41,3**	**736,9**
Afonso Cláudio	9.990,4	12.942,4	13.120,4	12.305,2	14.754,3	16.625,3	12,7	0,8	43,7	529,7
Alfredo Chaves	5.103,1	6.227,2	7.906,0	10.162,8	11.784,8	10.707,6	-9,1	0,5	48,6	734,2
Anchieta	28.722,9	22.478,7	31.089,2	40.197,8	41.433,0	44.938,8	8,5	2,1	40,1	2.221,8
Brejetuba	5.536,5	6.787,1	7.995,7	8.199,9	9.408,8	9.129,6	-3,0	0,4	47,0	822,7
Conceição do Castelo	4.888,3	5.137,3	6.114,3	7.035,5	7.472,3	7.352,3	-1,6	0,4	35,2	620,4
Domingos Martins	13.114,5	14.950,0	15.359,2	14.608,6	15.920,4	16.928,6	6,3	0,8	36,3	521,6
Iconha	6.531,8	8.225,4	8.062,9	9.735,7	11.598,6	9.292,1	-19,9	0,4	42,6	780,8
Itaguaçu	5.706,5	6.903,2	8.864,6	9.428,0	10.106,8	9.697,3	-4,1	0,5	44,7	684,3
Itarana	4.561,8	5.130,6	6.778,0	8.278,4	9.662,1	8.644,9	-10,5	0,4	51,1	810,4
Laranja da Terra	4.723,7	6.191,3	7.237,2	5.503,0	6.349,8	5.755,6	-9,4	0,3	35,8	516,8
Marechal Floriano	7.842,1	7.984,3	8.994,0	10.343,7	10.167,1	9.730,7	-4,3	0,5	43,2	731,5
Piúma	6.607,5	8.631,9	10.157,7	7.777,9	8.310,8	8.469,5	1,9	0,4	29,7	492,1
Rio Novo do Sul[b]	4.973,6	4.931,7	5.620,7	5.151,1	5.578,7	5.219,9	-6,4	0,2	32,7	456,0
Santa Leopoldina	5.113,4	6.056,0	7.246,9	7.965,9	9.413,7	8.460,5	-10,1	0,4	45,5	663,9
Santa Maria de Jetibá	10.584,6	13.658,0	14.110,9	17.318,3	18.502,1	19.863,2	7,4	0,9	39,7	585,6
Santa Teresa	9.935,8	11.221,6	12.002,9	12.136,2	14.941,8	15.948,2	6,7	0,8	47,4	768,9
São Roque do Canaã	4.755,8	5.401,5	6.644,1	7.060,3	8.015,6	7.228,2	-9,8	0,3	47,3	668,2
Venda Nova do Imigrante	8.668,5	10.922,4	12.136,6	14.790,1	14.861,2	14.209,2	-4,4	0,7	44,8	709,5
Região Metropolitana	**540.250,9**	**594.969,7**	**737.770,2**	**895.082,2**	**933.232,4**	**940.872,5**	**0,8**	**44,9**	**38,0**	**563,5**
Cariacica	49.980,7	54.373,0	61.548,9	76.243,8	72.172,6	71.802,9	-0,5	3,4	27,6	196,3
Guarapari	28.167,7	32.181,0	40.614,6	37.566,7	29.538,0	44.328,6	50,1	2,1	34,6	424,1
Serra	110.878,6	123.856,5	150.442,1	217.053,3	221.762,9	227.490,8	2,6	10,8	36,9	562,1
Viana	12.489,4	16.346,7	18.566,1	23.196,9	24.756,8	25.199,7	1,8	1,2	31,9	414,3
Vila Velha	102.748,1	120.293,2	151.276,2	157.028,5	187.965,9	165.116,6	-12,2	7,9	39,9	399,3
Vitória	235.986,4	247.919,2	315.322,4	383.992,9	397.036,2	406.933,8	2,5	19,4	41,7	1.271,0
MS Sul	**188.343,1**	**222.897,8**	**240.724,7**	**275.739,0**	**324.615,9**	**313.983,4**	**-3,3**	**15,0**	**37,3**	**546,9**
Alegre	14.711,6	12.075,9	12.527,6	14.914,0	17.933,0	17.544,9	-2,2	0,8	37,6	563,4
Apiacá	3.934,1	4.305,2	4.396,0	5.403,5	5.374,7	4.638,1	-13,7	0,2	35,9	588,4
Atílio Vivacqua	5.382,6	6.221,8	5.999,6	6.797,9	6.977,1	6.623,4	-5,1	0,3	39,6	707,5
Bom Jesus do Norte	3.663,9	3.894,4	3.676,7	4.164,1	6.389,7	5.286,9	-17,3	0,3	40,7	546,6
Cachoeiro de Itapemirim	34.314,9	52.554,5	52.333,8	63.626,1	79.405,3	71.432,8	-10,0	3,4	34,9	354,9
Castelo	12.144,5	13.318,3	14.899,5	16.795,0	17.361,9	17.142,8	-1,3	0,8	36,1	516,2
Divino de São Lourenço	2.899,3	3.698,1	3.801,8	3.659,3	5.151,7	3.737,0	-27,5	0,2	42,3	745,8
Dores do Rio Preto	2.785,7	3.702,8	4.289,6	4.740,2	5.015,0	4.719,0	-5,9	0,2	38,9	749,9
Guaçuí	9.911,1	10.077,0	11.888,2	14.403,7	17.300,5	14.507,5	-16,1	0,7	38,1	542,5
Ibatiba	8.308,9	9.311,5	9.141,5	10.784,5	12.095,2	10.515,5	-13,1	0,5	41,3	513,7
Ibitirama	3.353,6	4.153,5	4.360,4	4.776,9	4.948,3	5.415,3	9,4	0,3	38,9	586,2
Irupi	5.021,7	5.792,6	5.731,6	6.354,4	6.872,8	6.604,9	-3,9	0,3	39,0	615,3
Itapemirim	14.526,1	15.236,1	19.525,7	21.920,2	25.386,0	22.807,7	-10,2	1,1	37,6	696,2
Iúna	8.157,7	9.041,9	10.500,7	12.380,3	12.944,8	12.249,0	-5,4	0,6	37,3	466,8
Jerônimo Monteiro	3.638,4	4.736,3	4.878,1	5.053,9	5.616,6	4.980,1	-11,3	0,2	31,4	443,3
Marataízes	8.629,5	7.204,0	9.200,3	10.759,2	11.308,6	12.695,0	12,3	0,6	29,9	390,6
Mimoso do Sul	9.515,5	12.069,5	12.842,7	13.598,7	18.131,1	17.335,0	-4,4	0,8	49,1	639,1
Muniz Freire	7.348,9	8.061,3	10.416,8	11.267,8	13.105,5	13.328,5	1,7	0,6	43,0	726,0
Muqui	6.811,8	6.886,7	7.237,6	8.111,5	8.326,9	9.726,0	16,8	0,5	53,8	676,5
Presidente Kennedy	9.672,1	14.469,0	14.840,4	17.976,0	25.149,1	31.078,2	23,6	1,5	31,6	2.850,4
São José do Calçado	5.384,1	6.041,1	7.847,0	7.520,8	8.313,9	7.926,0	-4,7	0,4	42,6	722,8
Vargem Alta	8.227,0	10.046,3	10.388,8	10.731,1	11.508,4	13.689,9	19,0	0,7	41,8	734,6
TOTAL	**1.306.770,0**	**1.452.098,9**	**1.716.380,5**	**1.954.796,5**	**2.143.454,8**	**2.097.252,4**	**-2,2**	**100,0**	**38,8**	**601,4**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: [a] exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas e salário-família. [b]os dados sobre a despesa do município não estavam consolidados em 2009.

▶ Despesa com custeio

Posição	Município	Despesa com custeio[a] em R$	População
1º	Vitória	406.933.834,7	320.156
2º	Serra	227.490.766,4	404.688
3º	Vila Velha	165.116.627,0	413.548
4º	Linhares	97.182.187,8	132.664
5º	Aracruz	86.401.282,6	78.658
6º	Cariacica	71.802.886,2	365.859
7º	Cachoeiro de Itapemirim	71.432.762,3	201.259
8º	São Mateus	65.523.503,0	101.613
9º	Colatina	60.018.238,6	111.365
10º	Anchieta	44.938.774,6	20.226
11º	Guarapari	44.328.633,1	104.534
12º	Presidente Kennedy	31.078.168,0	10.903
13º	Viana	25.199.740,9	60.829
14º	Nova Venécia	23.424.441,3	46.354
15º	Itapemirim	22.807.731,9	32.761
16º	Jaguaré	22.766.848,7	23.472
17º	Santa Maria de Jetibá	19.863.223,1	33.921
18º	Baixo Guandu	18.702.094,9	29.891
19º	Alegre	17.544.897,6	31.143
20º	Mimoso do Sul	17.334.951,2	27.124
21º	Castelo	17.142.844,4	33.212
22º	Domingos Martins	16.928.626,3	32.455
23º	Barra de São Francisco	16.781.260,3	41.645
24º	Afonso Cláudio	16.625.282,6	31.384
25º	Santa Teresa	15.948.215,9	20.742
26º	São Gabriel da Palha	14.805.480,9	30.604
27º	Ecoporanga	14.663.534,9	23.891
28º	Guaçuí	14.507.517,2	26.743
29º	Conceição da Barra	14.439.249,1	27.059
30º	Venda Nova do Imigrante	14.209.153,7	20.028
31º	João Neiva	14.037.247,5	14.621
32º	Vargem Alta	13.689.887,3	18.637
33º	Fundão	13.382.009,9	16.431
34º	Muniz Freire	13.328.532,0	18.358
35º	Sooretama	12.958.803,9	23.761
36º	Marataízes	12.694.974,9	32.502
37º	Iúna	12.249.012,0	26.239
38º	Pinheiros	12.189.249,8	23.874
39º	Vila Valério	11.584.315,5	14.048
40º	Pedro Canário	11.535.281,1	24.404
41º	Alfredo Chaves	10.707.620,9	14.585
42º	Ibatiba	10.515.454,3	20.471
43º	Montanha	10.348.865,1	18.856
44º	Rio Bananal	9.949.662,5	17.247
45º	Marechal Floriano	9.730.741,8	13.302
46º	Muqui	9.725.968,1	14.377
47º	Itaguaçu	9.697.320,7	14.171
48º	Iconha	9.292.101,4	11.901
49º	Pancas	9.183.413,9	18.497
50º	Brejetuba	9.129.592,5	11.097
51º	Itarana	8.644.864,0	10.667
52º	Piúma	8.469.496,2	17.212
53º	Santa Leopoldina	8.460.519,9	12.743
54º	São José do Calçado	7.926.025,2	10.965
55º	Marilândia	7.503.242,7	10.676
56º	Conceição do Castelo	7.352.345,6	11.851
57º	Mantenópolis	7.345.881,2	11.630
58º	São Roque do Canaã	7.228.231,0	10.817
59º	Boa Esperança	7.015.989,6	13.119
60º	Ibiraçu	6.977.851,8	10.724
61º	Atílio Vivacqua	6.623.359,9	9.361
62º	Irupi	6.604.905,5	10.735
63º	Governador Lindenberg	6.458.126,9	10.420
64º	São Domingos do Norte	6.049.187,0	8.205
65º	Vila Pavão	5.853.952,5	9.126
66º	Laranja da Terra	5.755.571,3	11.136
67º	Água Doce do Norte	5.702.847,6	12.091
68º	Águia Branca	5.674.443,6	9.503
69º	Alto Rio Novo	5.460.653,8	6.172
70º	Ibitirama	5.415.316,1	9.238
71º	Bom Jesus do Norte	5.286.917,8	9.672
72º	Rio Novo do Sul[b]	5.219.919,9	11.447
73º	Ponto Belo	5.215.176,7	7.247
74º	Mucurici	5.060.609,1	5.910
75º	Jerônimo Monteiro	4.980.118,0	11.235
76º	Dores do Rio Preto	4.718.970,7	6.293
77º	Apiacá	4.638.086,7	7.883
78º	Divino de São Lourenço	3.736.975,9	5.011
TOTAL		**2.097.252.400,1**	**3.487.199**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES. Nota: [a]abrange toda despesa corrente exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas, salário-família e pagamentos de juros. [b]os dados sobre a despesa do município não estavam consolidados em 2009.

▶ Despesa com custeio per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com custeio[a] (A) em R$	População (B)
1º	Presidente Kennedy	2.850,4	31.078.168,0	10.903
2º	Anchieta	2.221,8	44.938.774,6	20.226
3º	Vitória	1.271,0	406.933.834,7	320.156
4º	Aracruz	1.098,4	86.401.282,6	78.658
5º	Jaguaré	970,0	22.766.848,7	23.472
6º	João Neiva	960,1	14.037.247,5	14.621
7º	Alto Rio Novo	884,7	5.460.653,8	6.172
8º	Mucurici	856,3	5.060.609,1	5.910
9º	Vila Valério	824,6	11.584.315,5	14.048
10º	Brejetuba	822,7	9.129.592,5	11.097
11º	Fundão	814,4	13.382.009,9	16.431
12º	Itarana	810,4	8.644.864,0	10.667
13º	Iconha	780,8	9.292.101,4	11.901
14º	Santa Teresa	768,9	15.948.215,9	20.742
15º	Dores do Rio Preto	749,9	4.718.970,7	6.293
16º	Divino de São Lourenço	745,8	3.736.975,9	5.011
17º	São Domingos do Norte	737,3	6.049.187,0	8.205
18º	Vargem Alta	734,6	13.689.887,3	18.637
19º	Alfredo Chaves	734,2	10.707.620,9	14.585
20º	Linhares	732,5	97.182.187,8	132.664
21º	Marechal Floriano	731,5	9.730.741,8	13.302
22º	Muniz Freire	726,0	13.328.532,0	18.358
23º	São José do Calçado	722,8	7.926.025,2	10.965
24º	Ponto Belo	719,6	5.215.176,7	7.247
25º	Venda Nova do Imigrante	709,5	14.209.153,7	20.028
26º	Atílio Vivacqua	707,5	6.623.359,9	9.361
27º	Marilândia	702,8	7.503.242,7	10.676
28º	Itapemirim	696,2	22.807.731,9	32.761
29º	Itaguaçu	684,3	9.697.320,7	14.171
30º	Muqui	676,5	9.725.968,1	14.377
31º	São Roque do Canaã	668,2	7.228.231,0	10.817
32º	Santa Leopoldina	663,9	8.460.519,9	12.743
33º	Ibiraçu	650,7	6.977.851,8	10.724
34º	São Mateus	644,8	65.523.503,0	101.613
35º	Vila Pavão	641,5	5.853.952,5	9.126
36º	Mimoso do Sul	639,1	17.334.951,2	27.124
37º	Mantenópolis	631,6	7.345.881,2	11.630
38º	Baixo Guandu	625,7	18.702.094,9	29.891
39º	Conceição do Castelo	620,4	7.352.345,6	11.851
40º	Governador Lindenberg	619,8	6.458.126,9	10.420
41º	Irupi	615,3	6.604.905,5	10.735
42º	Ecoporanga	613,8	14.663.534,9	23.891
43º	Águia Branca	597,1	5.674.443,6	9.503
44º	Apiacá	588,4	4.638.086,7	7.883
45º	Ibitirama	586,2	5.415.316,1	9.238
46º	Santa Maria de Jetibá	585,6	19.863.223,1	33.921
47º	Rio Bananal	576,9	9.949.662,5	17.247
48º	Alegre	563,4	17.544.897,6	31.143
49º	Serra	562,1	227.490.766,4	404.688
50º	Montanha	548,8	10.348.865,1	18.856
51º	Bom Jesus do Norte	546,6	5.286.917,8	9.672
52º	Sooretama	545,4	12.958.803,9	23.761
53º	Guaçuí	542,5	14.507.517,2	26.743
54º	Colatina	538,9	60.018.238,6	111.365
55º	Boa Esperança	534,8	7.015.989,6	13.119
56º	Conceição da Barra	533,6	14.439.249,1	27.059
57º	Afonso Cláudio	529,7	16.625.282,6	31.384
58º	Domingos Martins	521,6	16.928.626,3	32.455
59º	Laranja da Terra	516,8	5.755.571,3	11.136
60º	Castelo	516,2	17.142.844,4	33.212
61º	Ibatiba	513,7	10.515.454,3	20.471
62º	Pinheiros	510,6	12.189.249,8	23.874
63º	Nova Venécia	505,3	23.424.441,3	46.354
64º	Pancas	496,5	9.183.413,9	18.497
65º	Piúma	492,1	8.469.496,2	17.212
66º	São Gabriel da Palha	483,8	14.805.480,9	30.604
67º	Pedro Canário	472,7	11.535.281,1	24.404
68º	Água Doce do Norte	471,7	5.702.847,6	12.091
69º	Iúna	466,8	12.249.012,0	26.239
70º	Rio Novo do Sul[b]	456,0	5.219.919,9	11.447
71º	Jerônimo Monteiro	443,3	4.980.118,0	11.235
72º	Guarapari	424,1	44.328.633,1	104.534
73º	Viana	414,3	25.199.740,9	60.829
74º	Barra de São Francisco	403,0	16.781.260,3	41.645
75º	Vila Velha	399,3	165.116.627,0	413.548
76º	Marataízes	390,6	12.694.974,9	32.502
77º	Cachoeiro de Itapemirim	354,9	71.432.762,3	201.259
78º	Cariacica	196,3	71.802.886,2	365.859
TOTAL		**601,4**	**2.097.252.400,1**	**3.487.199**

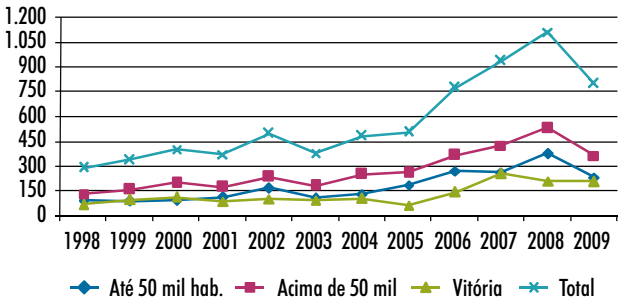
Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES. População para 2009 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). Nota: [a]abrange toda despesa corrente exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas, salário-família e pagamentos de juros. [b]os dados sobre a despesa do município não estavam consolidados em 2009.

Investimentos

Acossados pela crise e em início de mandato, os municípios capixabas promoveram uma forte redução dos investimentos em 2009. Eles recuaram para R$ 794,2 milhões, uma queda de -28,3% frente aos valores efetuados em 2008, que haviam atingido R$ 1,11 bilhão. Portanto, um desembolso a menor de R$ 313,4 milhões. A retração dos investimentos foi generalizada, atingindo 66 dos 78 municípios capixabas. Nas cidades com até 50 mil habitantes o recuo médio foi de -38,5%. Nas demais foi de -23,1%.

Evolução dos investimentos por faixa populacional

em R$ milhões - IPCA médio de 2009



Desde 2004, os municípios capixabas vinham presenciando uma forte expansão da receita. Em 2009, em função da crise financeira internacional que abalou os mercados de crédito no mundo inteiro, a receita caiu -6,1%, forçando as administrações municipais a conter seus planos de investimentos. Num cenário de queda de receita, os gastos mais sujeitos a cortes são exatamente os investimentos, sobre os quais as administrações têm maior flexibilidade para promover alterações.

A comparação do volume de investimentos de 2009 com o de 2008 merece algumas observações importantes. Tão importante quanto a queda da receita, as decisões de investimentos também foram afetadas negativamente em 2009 devido ser esse um ano de início de mandato. Nessas ocasiões, normalmente, as administrações estão planejando o futuro e estabelecendo as prioridades de governo para serem implantadas nos anos seguintes. Ao contrário, em 2008, ano de final de mandato, os investimentos foram alavancados aproveitando não só o crescimento da receita, mas também como tentativa dos governos de melhorarem sua imagem perante a opinião pública.

Outro fator a ser considerado é a reeleição ou não do prefeito. Na administração de continuidade, a equipe de governo está mais afinada, experimentada e já tem projetos para serem executados. Nesses casos, as quedas tendem a ser menores no primeiro ano, podendo ocorrer até mesmo a continuidade do incremento dos investimentos. Novas administrações, por sua vez, vêm sempre com novos atores, alguns inexperientes, a equipe ainda está em fase de entrosamento, os projetos precisam ser maturados e o governo como um todo procura uma identidade.

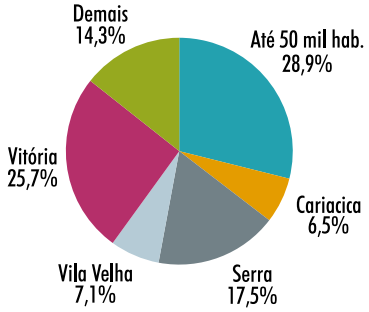
À exceção de Guarapari, em todas as demais cidades com mais de 50 mil habitantes os investimentos efetuados em 2009 foram inferiores ao do ano anterior. A maior queda em termos relativos, de -71,7%, foi verificada em Cachoeiro de Itapemirim, cujos investimentos recuaram de R$ 27,5 milhões, em 2008, para apenas R$ 7,8 milhões, em 2009, o mais baixo nível da presente década e muito próximo do que foi realizado em 2006. Em São Mateus (-48,2%), Vila Velha (-47,7%) e Linhares (-43,4%), apesar de terem caído quase pela metade, ainda assim os investimentos se situaram no mesmo nível dos anos imediatamente anteriores a 2008. Em Aracruz, os investimentos foram reduzidos pela metade, passando de R$ 36,1 milhões para R$ 17,5 milhões, patamar muito abaixo do que o município vinha realizando nos últimos três anos.

Os investimentos de Guarapari, que haviam se situado entre R$ 11 milhões e R$ 12 milhões nos dois anos anteriores, saltaram para R$ 16,7 milhões em 2009, o melhor patamar alcançado pelo município na presente década. Com ligeira queda de -1,6%, os investimentos efetuados por Vitória situaram-se quase no mesmo nível do ano anterior.

Vale citar, em ordem alfabética, alguns pequenos municípios capixabas cujos investimentos têm crescido de forma consistente nos últimos anos e que os mantiveram em expansão em 2009, mesmo diante da crise. São eles: Alfredo Chaves, Alto Rio Novo, Atílio Vivacqua, Boa Esperança, Domingos Martins, Guaçuí, Rio Novo do Sul e Vargem Alta.

Vitória respondeu por 25,7% de todo o investimento efetuado pelos municípios capixabas em 2009, seguido por Serra (17,5%), Vila Velha (7,1%) e Cariacica (6,5%). Juntas, o percentual das quatro maiores cidades do Espírito Santo atinge 56,8%.

Participação dos municípios no total dos investimentos dos municípios capixabas - 2009



A forte contenção dos investimentos fez com que seu peso no conjunto das receitas recuasse de 18%, em 2008, para 13,7%, em 2009. Com 24,2%, Alfredo Chaves foi o município que destinou a maior parcela de sua receita para investimentos, em 2009. Foi seguido por Serra (21,6%), Vargem Alta (20,3%), Vitória (18,9%), Venda Nova do Imigrante (18,4%), Domingos Martins (18,2%), Atílio Vivacqua (18,2%) e Cariacica (18%).

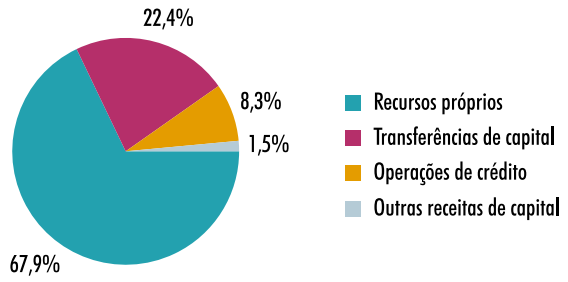
Recursos próprios X Receitas de capital

O conceito de investimentos com recursos próprios aqui utilizado é igual ao valor do total dos investimentos (que inclui as inversões financeiras) menos o valor das receitas de capital. Desse modo, é possível avaliar quanto os municípios investiram de suas receitas correntes, sem contar com as operações de crédito que tenham realizado, e com transferências recebidas do Estado ou da União.

O desempenho negativo da receita total se refletiu não só na queda dos investimentos municipais como também na composição dos recursos que são utilizados por esse item do gasto. A realização dos investimentos com recursos próprios das prefeituras, ou seja, com suas receitas correntes, sofreu uma retração maior que a parcela advinda das receitas de capital, em especial das transferências de capital.

Isso fez com que a parcela do investimento total dos municípios feito através de suas receitas correntes, que foi de 76,3% em 2008, caísse para 67,9% em 2009. Em compensação, a utilização de receitas de capital ampliou-se de 23,7% para 32,1%, no mesmo período. Dentre as receitas de capital, tanto as transferências da União quanto as do Estado encolheram em termos monetários, apesar de terem aumentado ligeiramente suas participações na composição total, com pequena vantagem para as transferências da União.

Origem dos recursos investidos em 2009



Note-se que as cidades menores, aquelas com até 50 mil habitantes, são mais dependentes das transferências de capital para a realização de seus investimentos do que as maiores. Enquanto que as transferências representaram 42,8% dos investimentos para as primeiras, nas maiores esse percentual foi de 20%.

A retração dos diversos recursos destinados aos investimentos fez com que os recursos obtidos através de operações de crédito quase dobrassem, passando de R$ 34,1 milhões para R$ 65,7 milhões. No entanto, quase 70% desse montante, ou seja, R$ 45,9 milhões, foram captados por Vitória.

Além de Vitória, são poucos os demais municípios que eventualmente recorrem ao crédito. Em 2009, Vila Velha recebeu a esse título R$ 6,5 milhões, seguido por Serra, com R$ 4,9 milhões, Colatina, com R$ 2,7 milhões, e Linhares, com R$ 2,6 milhões.

Operações de crédito

Município	Evolução		
	2007	2008	2009
	em R$ milhões - IPCA médio de 2009		
Vitória	1,6	8,6	45,9
Vila Velha	-	6,8	6,5
Serra	0,5	6,1	4,9
Colatina	0,7	0,3	2,7
Linhares	0,4	3,5	2,6
Cariacica	-	3,1	0,9
Cachoeiro de Itapemirim	2,6	4,6	-
Subtotal	**5,7**	**33,1**	**63,5**
Total dos municípios	**7,6**	**34,1**	**65,7**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário.

Composição dos investimentos municipais por porte populacional - 2009

Faixa populacional e capital	Investimento total* (A)	Invest. com recursos próprios* (B)	B / A	Invest. com receita de capital* (C)	C / A	Invest. com transferência de capital* (D)	D / A	Invest. com transferência de capital da União* (E)	E / A	Invest. com transferência de capital do Estado* (F)	F / A
Até 50 mil habitantes	229,6	124,1	54,1%	105,5	45,9%	98,2	42,8%	39,2	17,1%	58,8	25,6%
Acima de 50 mil hab.**	360,8	265,8	73,7%	95,0	26,3%	72,1	20,0%	50,1	13,9%	21,7	6,0%
Vitória	203,9	149,2	73,2%	54,7	26,8%	7,8	3,8%	5,1	2,5%	2,7	1,3%
Total	**794,2**	**539,1**	**67,9%**	**255,1**	**32,1%**	**178,1**	**22,4%**	**94,4**	**11,9%**	**83,2**	**10,5%**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário.
** Valores em milhões de reais. ** Exceto Vitória.*

Evolução dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2004-2009

Origem do recurso	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008
	em R$ mil - IPCA médio de 2009						
Recursos próprios	394.343,2	394.743,2	548.798,7	743.442,4	844.758,4	539.136,0	-36,2
Receita de capital	85.268,2	108.273,3	224.258,9	190.446,7	262.852,8	255.108,6	-2,9
Transferências de capital	71.195,0	93.854,9	203.964,3	149.033,1	217.626,9	178.058,9	-18,2
Transferências da União	40.849,5	37.857,9	59.940,2	78.707,5	108.675,7	94.407,5	-13,1
Transferências do Estado	29.116,6	49.051,4	135.510,3	64.784,5	108.461,8	83.197,5	-23,3
Operações de crédito	8.791,2	4.184,8	5.436,3	7.594,7	34.112,4	65.740,9	92,7
Outras receitas de capital*	5.282,0	10.233,6	14.858,3	33.818,9	11.113,6	11.308,8	1,8
Investimento total	**479.611,4**	**503.016,5**	**773.057,6**	**933.889,1**	**1.107.611,2**	**794.244,6**	**-28,3**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário.
** Inclui alienação de bens, outras transferências de capital e outras receitas de capital.*

Composição dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2004-2009

Origem do recurso	2004	2005	2006	2007	2008	2009
	em %					
Recursos próprios	82,2	78,5	71,0	79,6	76,3	67,9
Receita de capital	17,8	21,5	29,0	20,4	23,7	32,1
Transferências de capital	14,8	18,7	26,4	16,0	19,6	22,4
Transferências da União	8,5	7,5	7,8	8,4	9,8	11,9
Transferências do Estado	6,1	9,8	17,5	6,9	9,8	10,5
Operações de crédito	1,8	0,8	0,7	0,8	3,1	8,3
Outras receitas de capital*	1,1	2,0	1,9	3,6	1,0	1,4
Investimento total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário.
** Inclui alienação de bens, outras transferências de capital e outras receitas de capital.*

Com a participação de todos construímos uma cidade e muitas vitórias

Desenvolvimento com inclusão social

Investimentos em educação, saúde, habitação, infraestrutura urbana e meio ambiente vêm garantindo à Vitória um desenvolvimento que alia vigor econômico e justiça social. Destaque nacional em produção de riquezas, a cidade transformou-se numa capital moderna e em um importante centro de negócios, gerador de empregos e oportunidades. Com o melhor índice de desenvolvimento municipal e a liderança em qualidade de vida, Vitória é exemplo para o país porque cresce junto com cada um de seus cidadãos.

Prefeitura de VITÓRIA

Uma cidade melhor para todos

▶ Despesa com investimentos[a] - 2004-2009

Regiões e municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Participação 2009 no total da desp. com invest.[a]	Participação 2009 na rec. total[b]	Despesa invest.[a] per capita 2009
	em R$ mil - IPCA médio de 2009						em %			em R$
MS Noroeste	**36.877,9**	**56.251,1**	**81.678,2**	**63.419,5**	**89.440,4**	**62.579,6**	**-30,0**	**7,9**	**10,3**	**153,7**
Água Doce do Norte	757,9	1.747,7	2.780,2	1.807,0	2.268,3	2.374,7	4,7	0,3	12,3	196,4
Águia Branca	2.122,9	1.946,2	2.644,5	3.018,9	4.943,0	1.857,6	-62,4	0,2	10,6	195,5
Alto Rio Novo	1.672,9	1.289,9	1.653,4	1.623,5	1.624,5	1.910,0	17,6	0,2	14,7	309,5
Baixo Guandu	415,6	7.722,1	4.454,9	3.945,6	5.693,1	3.815,9	-33,0	0,5	8,9	127,7
Barra de São Francisco	2.066,7	3.688,6	4.745,7	1.628,8	3.375,6	3.304,2	-2,1	0,4	6,4	79,3
Boa Esperança	2.101,0	1.040,2	2.078,8	1.213,8	3.214,6	4.083,9	27,0	0,5	17,4	311,3
Colatina	8.819,0	9.507,5	17.546,9	20.842,7	17.228,1	16.428,0	-4,6	2,1	10,4	147,5
Ecoporanga	2.600,0	2.355,0	2.913,6	1.488,2	5.312,5	2.787,2	-47,5	0,4	8,0	116,7
Governador Lindenberg	2.285,1	3.087,6	4.926,1	3.849,3	6.062,4	3.224,4	-46,8	0,4	17,0	309,4
Mantenópolis	724,9	1.211,2	929,8	1.022,0	1.568,1	1.498,4	-4,4	0,2	7,5	128,8
Marilândia	2.103,9	2.475,1	3.893,7	1.279,4	1.956,9	870,6	-55,5	0,1	4,6	81,5
Nova Venécia	2.799,2	4.365,9	5.721,8	4.578,5	8.588,4	6.867,7	-20,0	0,9	10,5	148,2
Pancas	1.679,2	2.347,7	5.226,8	2.396,7	3.705,7	2.721,8	-26,6	0,3	9,8	147,1
São Domingos do Norte	1.102,6	2.131,9	4.641,4	1.439,8	4.662,8	1.651,2	-64,6	0,2	10,7	201,2
São Gabriel da Palha	687,0	4.740,1	8.274,6	5.291,0	10.930,3	4.546,9	-58,4	0,6	10,7	148,6
Vila Pavão	636,9	1.045,2	3.094,8	2.539,0	1.991,3	1.594,2	-19,9	0,2	9,5	174,7
Vila Valério	4.303,3	5.549,3	6.151,3	5.455,3	6.314,7	3.042,9	-51,8	0,4	12,8	216,6
MS Litoral Norte	**78.957,1**	**107.288,2**	**134.404,0**	**140.752,4**	**177.551,1**	**96.933,6**	**-45,4**	**12,2**	**9,6**	**184,1**
Aracruz	19.815,3	27.377,9	44.355,9	41.627,3	36.134,3	17.532,4	-51,5	2,2	7,8	222,9
Conceição da Barra	1.306,5	4.197,2	2.909,5	2.412,6	3.545,9	3.336,0	-5,9	0,4	7,3	123,3
Fundão	536,2	1.093,3	2.849,2	2.641,9	3.500,4	1.064,4	-69,6	0,1	3,6	64,8
Ibiraçu	2.169,6	1.444,2	2.023,3	3.803,3	4.718,0	2.838,2	-39,8	0,4	13,2	264,7
Jaguaré	6.764,8	8.784,8	5.529,8	5.810,0	3.767,8	5.538,2	47,0	0,7	11,6	236,0
João Neiva	2.450,2	1.390,0	5.961,3	4.206,9	5.240,7	2.403,4	-54,1	0,3	8,0	164,4
Linhares	21.716,9	33.170,0	31.086,6	33.441,7	61.960,1	35.052,7	-43,4	4,4	13,0	264,2
Montanha	3.216,4	5.450,0	7.235,4	7.977,7	8.230,1	3.996,2	-51,4	0,5	13,7	211,9
Mucurici	1.002,4	2.354,1	3.191,0	4.049,7	3.746,9	1.918,3	-48,8	0,2	13,9	324,6
Pedro Canário	5.040,1	1.272,7	1.398,0	5.203,5	2.927,9	2.673,5	-8,7	0,3	8,3	109,6
Pinheiros	1.646,8	3.860,8	5.868,9	13.623,6	16.639,1	3.826,6	-77,0	0,5	10,7	160,3
Ponto Belo	1.337,2	4.437,3	3.035,3	2.944,7	3.249,4	2.054,3	-36,8	0,3	14,0	283,5
Rio Bananal	2.445,2	2.084,9	3.466,9	2.679,3	6.840,6	4.151,9	-39,3	0,5	11,7	240,7
São Mateus	9.311,3	8.211,5	7.334,6	8.181,7	13.908,6	7.197,8	-48,2	0,9	4,8	70,8
Sooretama	198,1	2.159,3	8.158,6	2.148,5	3.141,1	3.349,5	6,6	0,4	10,6	141,0
MS Central	**35.554,3**	**47.664,4**	**76.692,5**	**83.652,1**	**115.177,0**	**76.993,5**	**-33,2**	**9,7**	**13,1**	**248,6**
Afonso Cláudio	2.638,7	2.235,4	3.095,5	3.582,3	4.995,3	2.973,4	-40,5	0,4	7,4	94,7
Alfredo Chaves	1.592,8	2.113,5	2.151,6	3.030,6	5.349,4	6.197,0	15,8	0,8	24,2	424,9
Anchieta	5.262,8	5.949,1	11.402,6	17.904,3	26.464,4	16.085,0	-39,2	2,0	13,9	795,3
Brejetuba	612,9	2.144,8	2.300,6	3.043,2	3.671,0	1.533,4	-58,2	0,2	7,3	138,2
Conceição do Castelo	2.285,1	2.600,5	6.424,7	6.334,2	4.089,0	2.725,4	-33,3	0,3	12,3	230,0
Domingos Martins	3.752,3	5.734,1	8.579,8	4.912,5	8.109,3	9.051,8	11,6	1,1	18,2	278,9
Iconha	1.486,0	1.384,0	3.223,6	1.857,1	4.963,9	1.490,7	-70,0	0,2	6,5	125,3
Itaguaçu	1.356,0	2.280,9	4.099,9	5.477,1	4.638,0	1.837,2	-60,4	0,2	8,0	129,6
Itarana	764,3	1.682,0	4.985,5	2.011,3	5.192,2	1.688,9	-67,5	0,2	8,6	158,3
Laranja da Terra	1.480,9	1.008,3	2.480,4	2.721,9	4.094,3	2.794,9	-31,7	0,4	15,3	251,0
Marechal Floriano	1.810,5	2.430,5	3.469,6	2.532,8	4.076,3	2.407,7	-40,9	0,3	9,5	181,0
Piúma	958,1	1.004,9	2.157,7	2.743,3	3.578,2	3.344,3	-6,5	0,4	11,5	194,3
Rio Novo do Sul[c]	1.492,0	1.141,6	1.400,7	1.892,4	1.829,9	2.024,1	10,6	0,3	12,2	176,8
Santa Leopoldina	865,3	1.667,3	2.272,3	1.716,0	4.643,6	3.414,1	-26,5	0,4	15,9	267,9
Santa Maria de Jetibá	4.879,7	4.417,2	4.895,0	6.638,8	9.257,4	4.510,4	-51,3	0,6	8,8	133,0
Santa Teresa	486,6	2.710,0	4.789,8	7.269,5	8.064,6	5.694,7	-29,4	0,7	16,1	274,5
São Roque do Canaã	590,1	992,4	2.192,9	1.618,5	3.316,6	3.206,9	-3,3	0,4	17,6	296,5
Venda Nova do Imigrante	3.240,2	6.168,0	6.770,4	8.366,3	8.843,6	6.013,7	-32,0	0,8	18,4	300,3
Região Metropolitana	**258.878,1**	**225.587,6**	**397.956,4**	**548.416,0**	**577.447,4**	**480.710,0**	**-16,8**	**60,5**	**17,9**	**287,9**
Cariacica	17.849,5	24.820,8	28.010,6	59.813,1	56.540,6	51.828,2	-8,3	6,5	18,0	141,7
Guarapari	6.665,3	9.535,4	9.233,2	11.997,2	11.000,9	16.704,4	51,8	2,1	12,3	159,8
Serra	67.883,6	93.744,4	136.606,2	152.284,8	175.470,6	139.029,1	-20,8	17,5	21,6	343,5
Viana	8.787,3	8.745,4	23.345,5	14.825,0	20.086,8	13.235,2	-34,1	1,7	15,1	217,6
Vila Velha	54.891,3	29.165,1	59.605,9	57.536,9	107.168,8	56.015,0	-47,7	7,1	12,4	135,4
Vitória	102.801,1	59.576,5	141.155,1	251.959,1	207.179,6	203.898,1	-1,6	25,7	18,9	636,9
MS Sul	**69.344,0**	**66.225,2**	**82.326,5**	**97.649,0**	**147.995,4**	**77.027,8**	**-48,0**	**9,7**	**8,6**	**134,2**
Alegre	3.092,9	1.953,1	4.373,8	5.261,7	5.943,0	3.250,6	-45,3	0,4	6,3	104,4
Apiacá	271,4	1.162,9	947,1	1.229,2	2.565,9	1.231,8	-52,0	0,2	9,1	156,3
Atílio Vivacqua	2.647,3	1.482,3	2.482,2	1.864,5	2.568,5	3.466,8	35,0	0,4	18,2	370,3
Bom Jesus do Norte	523,9	1.061,7	1.545,6	1.598,8	3.136,3	1.750,1	-44,2	0,2	12,2	180,9
Cachoeiro de Itapemirim	30.873,9	14.548,0	7.822,3	20.892,4	27.473,4	7.771,4	-71,7	1,0	3,5	38,6
Castelo	6.584,5	5.553,7	6.486,2	8.803,7	9.949,2	8.049,5	-19,1	1,0	15,9	242,4
Divino de São Lourenço	588,2	919,6	933,1	1.394,7	738,5	669,5	-9,3	0,1	7,2	133,6
Dores do Rio Preto	1.300,6	1.579,3	960,0	1.726,0	1.717,1	1.114,3	-35,1	0,1	9,1	177,1
Guaçuí	2.652,7	2.031,6	4.160,4	3.431,0	5.326,8	5.974,0	12,1	0,8	13,6	223,4
Ibatiba	1.879,3	1.213,8	3.925,5	2.352,5	3.390,2	2.051,3	-39,5	0,3	7,3	100,2
Ibitirama	1.858,4	2.194,3	3.000,4	3.762,5	5.314,0	852,8	-84,0	0,1	6,0	92,3
Irupi	1.150,4	876,8	2.315,3	1.003,4	1.925,6	913,5	-52,6	0,1	5,4	85,1
Itapemirim	2.204,8	8.575,5	8.964,8	6.464,6	16.201,9	9.089,7	-43,9	1,1	14,0	277,5
Iúna	1.666,0	1.398,4	3.633,6	3.622,2	3.802,3	3.260,8	-14,2	0,4	9,4	124,3
Jerônimo Monteiro	659,8	1.228,6	3.685,8	2.300,0	2.567,9	948,9	-63,0	0,1	5,5	84,5
Marataízes	996,0	3.736,4	4.111,7	7.326,3	11.601,5	3.047,8	-73,7	0,4	7,0	93,8
Mimoso do Sul	655,5	2.679,0	4.694,5	4.122,1	3.823,3	1.873,4	-51,0	0,2	5,1	69,1
Muniz Freire	1.523,3	1.655,0	3.784,2	3.819,7	3.543,2	2.824,8	-20,3	0,4	8,6	153,9
Muqui	730,1	1.937,7	2.982,6	3.487,3	4.910,6	1.456,3	-70,3	0,2	7,7	101,3
Presidente Kennedy	5.582,9	6.397,4	4.250,4	5.809,1	23.422,2	7.356,7	-68,6	0,9	7,5	674,7
São José do Calçado	795,8	1.876,3	4.340,9	2.333,7	3.072,5	2.795,8	-9,0	0,4	13,8	255,0
Vargem Alta	1.106,4	2.163,9	2.926,0	5.043,7	5.001,2	7.278,2	45,5	0,9	20,3	390,5
TOTAL	**479.611,4**	**503.016,5**	**773.057,6**	**933.889,1**	**1.107.611,2**	**794.244,6**	**-28,3**	**100,0**	**13,7**	**227,8**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: [a] toda a despesa de capital exceto as amortizações com a dívida. [b] receita total ajustada dos efeitos do Fundef / Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4). [c]os dados sobre a despesa do município não estavam consolidados em 2009.

▶ Investimentos

Posição	Município	Investimentos[a] em R$	População
1º	Vitória	203.898.080,1	320.156
2º	Serra	139.029.135,9	404.688
3º	Vila Velha	56.014.992,8	413.548
4º	Cariacica	51.828.220,5	365.859
5º	Linhares	35.052.694,6	132.664
6º	Aracruz	17.532.417,6	78.658
7º	Guarapari	16.704.410,5	104.534
8º	Colatina	16.428.046,9	111.365
9º	Anchieta	16.085.046,4	20.226
10º	Viana	13.235.155,3	60.829
11º	Itapemirim	9.089.683,1	32.761
12º	Domingos Martins	9.051.759,9	32.455
13º	Castelo	8.049.493,7	33.212
14º	Cachoeiro de Itapemirim	7.771.362,5	201.259
15º	Presidente Kennedy	7.356.741,6	10.903
16º	Vargem Alta	7.278.237,0	18.637
17º	São Mateus	7.197.782,6	101.613
18º	Nova Venécia	6.867.693,7	46.354
19º	Alfredo Chaves	6.197.004,6	14.585
20º	Venda Nova do Imigrante	6.013.735,7	20.028
21º	Guaçuí	5.973.973,6	26.743
22º	Santa Teresa	5.694.684,5	20.742
23º	Jaguaré	5.538.236,0	23.472
24º	São Gabriel da Palha	4.546.924,2	30.604
25º	Santa Maria de Jetibá	4.510.384,8	33.921
26º	Rio Bananal	4.151.916,9	17.247
27º	Boa Esperança	4.083.931,3	13.119
28º	Montanha	3.996.247,9	18.856
29º	Pinheiros	3.826.626,8	23.874
30º	Baixo Guandu	3.815.886,5	29.891
31º	Atílio Vivacqua	3.466.812,8	9.361
32º	Santa Leopoldina	3.414.070,5	12.743
33º	Sooretama	3.349.515,6	23.761
34º	Piúma	3.344.312,1	17.212
35º	Conceição da Barra	3.336.027,5	27.059
36º	Barra de São Francisco	3.304.215,9	41.645
37º	Iúna	3.260.756,7	26.239
38º	Alegre	3.250.567,7	31.143
39º	Governador Lindenberg	3.224.409,1	10.420
40º	São Roque do Canaã	3.206.932,3	10.817
41º	Marataízes	3.047.770,0	32.502
42º	Vila Valério	3.042.911,8	14.048
43º	Afonso Cláudio	2.973.401,0	31.384
44º	Ibiraçu	2.838.159,3	10.724
45º	Muniz Freire	2.824.807,9	18.358
46º	São José do Calçado	2.795.843,6	10.965
47º	Laranja da Terra	2.794.917,9	11.136
48º	Ecoporanga	2.787.210,7	23.891
49º	Conceição do Castelo	2.725.365,5	11.851
50º	Pancas	2.721.756,9	18.497
51º	Pedro Canário	2.673.486,8	24.404
52º	Marechal Floriano	2.407.678,9	13.302
53º	João Neiva	2.403.377,9	14.621
54º	Água Doce do Norte	2.374.656,2	12.091
55º	Ponto Belo	2.054.321,4	7.247
56º	Ibatiba	2.051.253,3	20.471
57º	Rio Novo do Sul[b]	2.024.071,3	11.447
58º	Mucurici	1.918.335,7	5.910
59º	Alto Rio Novo	1.909.964,0	6.172
60º	Mimoso do Sul	1.873.382,0	27.124
61º	Águia Branca	1.857.557,6	9.503
62º	Itaguaçu	1.837.181,0	14.171
63º	Bom Jesus do Norte	1.750.109,2	9.672
64º	Itarana	1.688.926,3	10.667
65º	São Domingos do Norte	1.651.243,8	8.205
66º	Vila Pavão	1.594.204,5	9.126
67º	Brejetuba	1.533.416,4	11.097
68º	Mantenópolis	1.498.415,2	11.630
69º	Iconha	1.490.656,5	11.901
70º	Muqui	1.456.252,5	14.377
71º	Apiacá	1.231.755,5	7.883
72º	Dores do Rio Preto	1.114.304,1	6.293
73º	Fundão	1.064.435,8	16.431
74º	Jerônimo Monteiro	948.909,0	11.235
75º	Irupi	913.504,1	10.735
76º	Marilândia	870.597,4	10.676
77º	Ibitirama	852.831,7	9.238
78º	Divino de São Lourenço	669.461,1	5.011
TOTAL		794.244.561,0	3.487.199

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES. Nota: [a]toda a despesa de capital exceto as amortizações com a dívida. [b]os dados sobre a despesa do município não estavam consolidados em 2009.

▶ Investimentos per capita

Posição	Município	A / B	Investimentos[a] (A) em R$	População (B)
1º	Anchieta	795,3	16.085.046,4	20.226
2º	Presidente Kennedy	674,7	7.356.741,6	10.903
3º	Vitória	636,9	203.898.080,1	320.156
4º	Alfredo Chaves	424,9	6.197.004,6	14.585
5º	Vargem Alta	390,5	7.278.237,0	18.637
6º	Atílio Vivacqua	370,3	3.466.812,8	9.361
7º	Serra	343,5	139.029.135,9	404.688
8º	Mucurici	324,6	1.918.335,7	5.910
9º	Boa Esperança	311,3	4.083.931,3	13.119
10º	Alto Rio Novo	309,5	1.909.964,0	6.172
11º	Governador Lindenberg	309,4	3.224.409,1	10.420
12º	Venda Nova do Imigrante	300,3	6.013.735,7	20.028
13º	São Roque do Canaã	296,5	3.206.932,3	10.817
14º	Ponto Belo	283,5	2.054.321,4	7.247
15º	Domingos Martins	278,9	9.051.759,9	32.455
16º	Itapemirim	277,5	9.089.683,1	32.761
17º	Santa Teresa	274,5	5.694.684,5	20.742
18º	Santa Leopoldina	267,9	3.414.070,5	12.743
19º	Ibiraçu	264,7	2.838.159,3	10.724
20º	Linhares	264,2	35.052.694,6	132.664
21º	São José do Calçado	255,0	2.795.843,6	10.965
22º	Laranja da Terra	251,0	2.794.917,9	11.136
23º	Castelo	242,4	8.049.493,7	33.212
24º	Rio Bananal	240,7	4.151.916,9	17.247
25º	Jaguaré	236,0	5.538.236,0	23.472
26º	Conceição do Castelo	230,0	2.725.365,5	11.851
27º	Guaçuí	223,4	5.973.973,6	26.743
28º	Aracruz	222,9	17.532.417,6	78.658
29º	Viana	217,6	13.235.155,3	60.829
30º	Vila Valério	216,6	3.042.911,8	14.048
31º	Montanha	211,9	3.996.247,9	18.856
32º	São Domingos do Norte	201,2	1.651.243,8	8.205
33º	Água Doce do Norte	196,4	2.374.656,2	12.091
34º	Águia Branca	195,5	1.857.557,6	9.503
35º	Piúma	194,3	3.344.312,1	17.212
36º	Marechal Floriano	181,0	2.407.678,9	13.302
37º	Bom Jesus do Norte	180,9	1.750.109,2	9.672
38º	Dores do Rio Preto	177,1	1.114.304,1	6.293
39º	Rio Novo do Sul[b]	176,8	2.024.071,3	11.447
40º	Vila Pavão	174,7	1.594.204,5	9.126
41º	João Neiva	164,4	2.403.377,9	14.621
42º	Pinheiros	160,3	3.826.626,8	23.874
43º	Guarapari	159,8	16.704.410,5	104.534
44º	Itarana	158,3	1.688.926,3	10.667
45º	Apiacá	156,3	1.231.755,5	7.883
46º	Muniz Freire	153,9	2.824.807,9	18.358
47º	São Gabriel da Palha	148,6	4.546.924,2	30.604
48º	Nova Venécia	148,2	6.867.693,7	46.354
49º	Colatina	147,5	16.428.046,9	111.365
50º	Pancas	147,1	2.721.756,9	18.497
51º	Cariacica	141,7	51.828.220,5	365.859
52º	Sooretama	141,0	3.349.515,6	23.761
53º	Brejetuba	138,2	1.533.416,4	11.097
54º	Vila Velha	135,4	56.014.992,8	413.548
55º	Divino de São Lourenço	133,6	669.461,1	5.011
56º	Santa Maria de Jetibá	133,0	4.510.384,8	33.921
57º	Itaguaçu	129,6	1.837.181,0	14.171
58º	Mantenópolis	128,8	1.498.415,2	11.630
59º	Baixo Guandu	127,7	3.815.886,5	29.891
60º	Iconha	125,3	1.490.656,5	11.901
61º	Iúna	124,3	3.260.756,7	26.239
62º	Conceição da Barra	123,3	3.336.027,5	27.059
63º	Ecoporanga	116,7	2.787.210,7	23.891
64º	Pedro Canário	109,6	2.673.486,8	24.404
65º	Alegre	104,4	3.250.567,7	31.143
66º	Muqui	101,3	1.456.252,5	14.377
67º	Ibatiba	100,2	2.051.253,3	20.471
68º	Afonso Cláudio	94,7	2.973.401,0	31.384
69º	Marataízes	93,8	3.047.770,0	32.502
70º	Ibitirama	92,3	852.831,7	9.238
71º	Irupi	85,1	913.504,1	10.735
72º	Jerônimo Monteiro	84,5	948.909,0	11.235
73º	Marilândia	81,5	870.597,4	10.676
74º	Barra de São Francisco	79,3	3.304.215,9	41.645
75º	São Mateus	70,8	7.197.782,6	101.613
76º	Mimoso do Sul	69,1	1.873.382,0	27.124
77º	Fundão	64,8	1.064.435,8	16.431
78º	Cachoeiro de Itapemirim	38,6	7.771.362,5	201.259
TOTAL		227,8	794.244.561,0	3.487.199

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES. População para 2009 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). Nota: [a]toda a despesa de capital exceto as amortizações com a dívida. [b]os dados sobre a despesa do município não estavam consolidados em 2009.

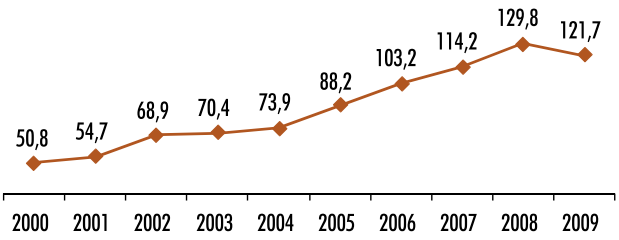
Encargos e amortizações da dívida

As amortizações da dívida, seus juros e demais encargos são despesas geradas pela dívida consolidada, ou seja, dívidas cujos vencimentos para sua liquidação ultrapassam um ano. São passivos de longo prazo, intitulados também de dívida fundada. Os juros e demais encargos são classificados como despesas correntes e as amortizações são despesas de capital.

As despesas do conjunto dos municípios capixabas com encargos e amortizações da dívida recuaram em 2009, após um período de crescimento contínuo desde 2000. O ano encerrou-se com uma despesa de R$ 121,7 milhões, valor -6,2% menor que o registrado em 2008. O pagamento de juros e encargos representou 24% desse montante e as amortizações da dívida participaram com 76% no valor total. Dos 78 municípios, 57 reduziram o valor desse item do gasto, enquanto que os demais 21 aumentaram.

Evolução dos gastos com juros e amortização da dívida

em R$ milhões - IPCA médio de 2009



Taxa anual de crescimento dos encargos e amortizações da dívida

Os 11 municípios com população maior que 50 mil habitantes, incluída a capital, realizaram 72,9% do total do gasto com encargos e amortizações da dívida dos municípios capixabas. Somente Serra, Vitória e Vila Velha representaram mais de 40% do total dessa despesa. Portanto, os gastos com a dívida são bastante concentrados em poucos municípios, os de maior porte populacional e maior volume de receita.

O conjunto dos maiores municípios registrou uma variação negativa de -1,5% em seus gastos com a dívida no ano de 2009. Esse resultado foi influenciado por Vitória, cuja retração foi de -10,7%. Ao desconsiderar a capital, o grupo apresentou aumento de 1,6%. Em termos relativos, Guarapari obteve o maior decréscimo, de -34,9%; seguido por São Mateus, com -13,2%; e Cachoeiro de Itapemirim, com -9,8%.

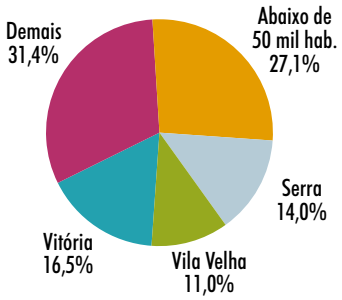
Dentre os municípios que elevaram suas despesas com encargos e amortizações da dívida merecem destaque Viana, com aumento de 21,1%; Linhares, com 18,7%; Vila Velha, com 15,1%; e Aracruz, com 10,5%. Dessas cidades, a maior variação, em termos absolutos, foi a de Vila Velha, cujo acréscimo foi de R$ 1,7 milhão na despesa. As demais cidades acrescentaram de R$ 300 mil a R$ 800 mil, cada uma. Serra manteve estável sua despesa, com um resultado praticamente igual ao realizado em 2008.

Já no conjunto dos municípios com até 50 mil habitantes, a queda de -16,9% foi mais acentuada se comparada ao grupo das cidades maiores. Afonso Cláudio foi o município com a maior queda, de -75,8%. Alto Rio Novo, Iúna e Mimoso do Sul tiveram reduções próximas de -50%, seguidos por Laranja da Terra, com -44,1%. Os maiores aumentos, tanto em valores absolutos quanto na variação percentual, ficaram por conta de Sooretama e Piúma, com acréscimos de R$ 225,4 mil e R$ 319,6 mil, ou 87,3% e 34,9%, respectivamente. Venda Nova do Imigrante teve um incremento de 39,4%, mas que significou apenas R$ 31,7 mil a mais.

Analisando os gastos por habitante, a primeira posição coube a Aracruz, com R$ 90,80, seguido por Anchieta,

com R$ 77,11. Muqui, que em 2008 ocupava a primeira posição no *ranking*, reduziu o gasto para R$ 72,34 por habitante, em 2009. Os menores valores per capita foram registrados em Governador Lindenberg (R$ 1,81), Castelo (R$ 3,83) e Venda Nova do Imigrante (R$ 5,61).

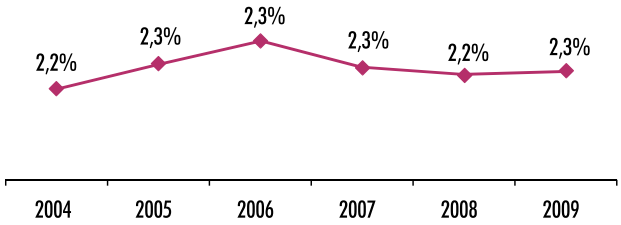
Participação dos municípios nos gastos com a dívida 2009



Em 2009, os municípios capixabas destinaram, em média, 2,3% da receita corrente para o pagamento das despesas com a dívida, mantendo o mesmo patamar dos últimos anos.

Segundo o inciso II do Artigo 7º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, "o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% da receita corrente líquida". Em 2009, os municípios capixabas mantiveram uma situação confortável dentro desses limites. Muqui (5,8%) e Piúma (4,3%) foram os com o maior comprometimento com gastos em encargos e amortizações na receita corrente. Mesmo tendo reduzido essa relação, que chegou a 7,4% em 2008, Muqui continuou na liderança desse *ranking*.

Participação dos gastos com encargos e amortizações da dívida na receita corrente



SINDICOPES

Ao longo de três décadas, o SINDICOPES - Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado do Espírito Santo vem se firmando como uma instituição forte e legítima representante do segmento da construção pesada capixaba. Uma história que a cada ano se fortalece com a união dos Associados e se completa com a geração de milhares de empregos, milhões de reais em impostos arrecadados, melhoria contínua da qualidade de vida e pela sustentabilidade.

Sindicopes. Há 30 anos trabalhando por um mundo muito melhor para se viver.

SINDICOPES

▶Despesa com encargos e amortizações da dívida - 2004-2009

Regiões e municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Participação 2008		Desp. enc. amort. per capita 2009
								no total da desp. com enc. amort.	na rec. corr.	
	em R$ mil - IPCA médio de 2009						em %			em R$
MS Noroeste	**8.019,9**	**10.868,5**	**10.750,1**	**10.174,1**	**12.141,3**	**10.514,8**	**-13,4**	**8,6**	**1,8**	**25,8**
Água Doce do Norte	200,2	274,4	301,1	312,6	353,3	293,0	-17,1	0,2	1,7	24,2
Águia Branca	27,1	188,5	206,8	226,7	258,5	180,0	-30,4	0,1	1,1	18,9
Alto Rio Novo	185,3	350,0	364,9	365,8	408,8	198,4	-51,5	0,2	1,7	32,1
Baixo Guandu	558,6	603,3	587,4	597,0	591,0	663,1	12,2	0,5	1,6	22,2
Barra de São Francisco	772,3	1.527,2	1.407,6	1.477,0	1.934,5	1.560,5	-19,3	1,3	3,1	37,5
Boa Esperança	308,1	474,8	554,0	706,1	874,0	643,4	-26,4	0,5	3,0	49,0
Colatina	1.857,1	2.597,5	3.110,5	2.733,0	3.438,4	3.229,4	-6,1	2,7	2,2	29,0
Ecoporanga	659,2	677,2	725,8	498,5	612,6	619,8	1,2	0,5	1,8	25,9
Governador Lindenberg	11,2	12,2	13,8	11,8	17,9	18,9	5,5	0,0	0,1	1,8
Mantenópolis	224,9	640,8	469,2	243,4	291,5	387,3	32,9	0,3	2,2	33,3
Marilândia	66,0	107,2	340,9	121,6	136,3	116,1	-14,8	0,1	0,7	10,9
Nova Venécia	2.045,1	1.606,9	1.100,4	1.070,5	1.114,1	827,7	-25,7	0,7	1,3	17,9
Pancas	226,9	365,8	421,7	538,1	574,0	606,2	5,6	0,5	2,3	32,8
São Domingos do Norte	119,6	134,6	155,1	205,7	239,0	196,6	-17,7	0,2	1,4	24,0
São Gabriel da Palha	291,1	48,1	172,9	250,7	332,9	282,5	-15,1	0,2	0,8	9,2
Vila Pavão	424,0	434,2	486,6	513,1	643,1	447,0	-30,5	0,4	3,0	49,0
Vila Valério	43,1	825,8	331,5	302,8	321,4	245,0	-23,8	0,2	1,1	17,4
MS Litoral Norte	**10.216,0**	**9.610,2**	**12.742,2**	**18.849,0**	**20.654,4**	**20.292,4**	**-1,8**	**16,7**	**2,1**	**38,5**
Aracruz	3.269,3	2.691,2	5.352,6	7.123,7	6.461,1	7.142,3	10,5	5,9	3,3	90,8
Conceição da Barra	670,9	771,0	797,5	924,3	1.185,2	839,4	-29,2	0,7	1,9	31,0
Fundão	439,9	553,0	678,9	684,3	744,1	586,1	-21,2	0,5	2,1	35,7
Ibiraçu	526,3	715,2	274,8	528,0	566,4	505,0	-10,8	0,4	2,7	47,1
Jaguaré	197,1	275,5	356,4	398,7	341,4	251,2	-26,4	0,2	0,5	10,7
João Neiva	584,7	693,1	565,0	545,2	560,2	371,0	-33,8	0,3	1,4	25,4
Linhares	973,8	737,9	1.395,0	4.353,0	4.260,6	5.057,7	18,7	4,2	2,0	38,1
Montanha	-	-	-	338,8	592,1	458,0	-22,6	0,4	1,7	24,3
Mucurici	-	99,0	179,8	370,2	357,0	286,9	-19,6	0,2	2,2	48,5
Pedro Canário	528,4	653,3	716,8	764,3	1.082,4	819,7	-24,3	0,7	2,7	33,6
Pinheiros	454,5	364,8	976,9	718,9	790,4	558,0	-29,4	0,5	1,6	23,4
Ponto Belo	-	-	0,0	243,2	347,2	335,0	-3,5	0,3	2,7	46,2
Rio Bananal	700,6	764,9	876,3	962,8	711,4	517,5	-27,2	0,4	1,6	30,0
São Mateus	1.799,4	1.074,9	300,1	604,3	2.396,7	2.081,1	-13,2	1,7	1,4	20,5
Sooretama	71,0	216,4	272,1	289,3	258,2	483,5	87,3	0,4	1,6	20,4
MS Central	**3.466,9**	**5.869,5**	**8.616,3**	**10.207,2**	**11.460,1**	**9.889,8**	**-13,7**	**8,1**	**1,8**	**31,9**
Afonso Cláudio	174,1	212,7	874,8	832,4	1.024,0	248,2	-75,8	0,2	0,7	7,9
Alfredo Chaves	228,0	275,0	370,6	700,7	776,1	649,6	-16,3	0,5	2,9	44,5
Anchieta	806,9	1.279,4	1.883,6	1.589,5	1.827,1	1.559,7	-14,6	1,3	1,4	77,1
Brejetuba	-	-	-	-	302,5	217,9	-28,0	0,2	1,1	19,6
Conceição do Castelo	267,2	304,3	311,3	325,7	336,0	244,8	-27,2	0,2	1,2	20,7
Domingos Martins	212,7	496,4	918,2	964,8	980,4	884,9	-9,7	0,7	1,9	27,3
Iconha	95,0	203,3	408,6	878,8	878,7	819,8	-6,7	0,7	3,8	68,9
Itaguaçu	267,6	441,1	287,3	343,0	389,6	306,2	-21,4	0,3	1,4	21,6
Itarana	-	-	48,1	61,8	64,0	66,4	3,8	0,1	0,4	6,2
Laranja da Terra	349,2	409,6	435,0	833,8	920,9	515,1	-44,1	0,4	3,2	46,3
Marechal Floriano	52,5	62,3	320,0	373,0	329,5	376,0	14,1	0,3	1,7	28,3
Piúma	138,4	550,9	791,1	810,0	915,9	1.235,5	34,9	1,0	4,3	71,8
Rio Novo do Sul	355,3	412,8	456,6	334,9	238,7	191,7	-19,7	0,2	1,2	16,7
Santa Leopoldina	146,6	150,5	446,5	467,1	515,3	550,8	6,9	0,5	3,0	43,2
Santa Maria de Jetibá	184,9	740,2	631,4	1.024,0	1.011,1	1.070,4	5,9	0,9	2,1	31,6
Santa Teresa	59,6	196,1	277,6	501,3	672,8	650,4	-3,3	0,5	1,9	31,4
São Roque do Canaã	120,0	135,1	155,5	166,4	197,0	189,9	-3,6	0,2	1,2	17,6
Venda Nova do Imigrante	9,0	-	-	-	80,6	112,4	39,4	0,1	0,4	5,6
Região Metropolitana	**41.038,0**	**47.639,2**	**55.466,1**	**59.043,3**	**65.131,3**	**63.659,8**	**-2,3**	**52,3**	**2,6**	**38,1**
Cariacica	3.977,0	4.406,3	4.921,0	7.236,1	9.104,8	8.925,7	-2,0	7,3	3,4	24,4
Guarapari	2.217,6	2.487,8	2.752,1	3.525,7	2.979,7	1.939,1	-34,9	1,6	1,5	18,6
Serra	9.101,3	11.051,7	16.148,0	16.287,8	17.068,6	17.088,5	0,1	14,0	2,8	42,2
Viana	1.552,4	1.634,5	1.756,3	1.633,9	1.836,2	2.223,9	21,1	1,8	2,8	36,6
Vila Velha	3.976,3	5.655,5	7.745,5	8.467,9	11.596,7	13.345,5	15,1	11,0	3,2	32,3
Vitória	20.213,4	22.403,3	22.143,1	21.891,8	22.545,4	20.137,2	-10,7	16,5	2,1	62,9
MS Sul	**11.142,9**	**14.172,6**	**15.674,3**	**15.960,3**	**20.389,6**	**17.351,7**	**-14,9**	**14,3**	**2,1**	**30,2**
Alegre	491,0	1.312,6	797,7	1.035,2	998,7	1.072,8	7,4	0,8	2,3	34,4
Apiacá	83,1	93,5	107,7	133,6	211,1	197,0	-6,7	0,2	1,5	25,0
Atílio Vivacqua	153,9	100,9	91,1	163,8	220,9	143,9	-34,9	0,2	0,9	15,4
Bom Jesus do Norte	281,1	313,8	353,6	381,8	466,2	324,9	-30,3	0,4	2,5	33,6
Cachoeiro de Itapemirim	5.799,9	6.696,9	7.125,3	6.087,3	8.383,6	7.561,6	-9,8	6,5	3,7	37,6
Castelo	230,2	65,3	64,2	123,1	99,0	127,0	28,3	0,1	0,3	3,8
Divino de São Lourenço	107,6	157,3	169,4	174,6	206,9	199,3	-3,7	0,2	2,3	39,8
Dores do Rio Preto	27,7	61,6	119,5	124,8	139,1	127,4	-8,4	0,1	1,1	20,2
Guaçuí	205,7	406,4	681,2	614,3	575,4	598,4	4,0	0,4	1,6	22,4
Ibatiba	284,7	353,0	492,8	533,8	740,1	662,9	-10,4	0,6	2,6	32,4
Ibitirama	75,5	97,3	108,4	129,5	127,2	115,7	-9,0	0,1	0,8	12,5
Irupi	72,0	89,7	362,7	522,5	488,0	393,5	-19,4	0,4	2,3	36,7
Itapemirim	185,5	381,3	606,6	686,2	1.245,1	1.332,6	7,0	1,0	2,2	40,7
Iúna	547,9	737,6	1.002,4	1.034,2	955,0	434,1	-54,5	0,7	1,3	16,5
Jerônimo Monteiro	170,1	302,3	357,1	396,3	409,3	406,0	-0,8	0,3	2,6	36,1
Marataízes	72,7	528,5	661,3	557,9	841,8	682,3	-18,9	0,6	1,6	21,0
Mimoso do Sul	780,3	859,8	701,2	664,2	978,3	423,4	-56,7	0,8	1,2	15,6
Muniz Freire	364,4	303,0	360,0	418,6	488,9	474,6	-2,9	0,4	1,5	25,9
Muqui	389,5	408,4	492,0	1.148,7	1.452,1	1.040,1	-28,4	1,1	5,8	72,3
Presidente Kennedy	140,7	143,2	138,7	150,3	222,6	216,2	-2,9	0,2	0,2	19,8
São José do Calçado	375,6	425,8	215,2	190,1	328,9	212,5	-35,4	0,3	1,1	19,4
Vargem Alta	303,7	334,3	666,6	689,6	811,4	605,7	-25,3	0,6	1,9	32,5
TOTAL	**73.883,6**	**88.159,9**	**103.249,0**	**114.234,0**	**129.776,8**	**121.708,5**	**-6,2**	**100,0**	**2,3**	**34,9**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

▶ Despesas com encargos e amortizações da dívida

Posição	Município	Encargos e amortizações da dívida em R$	População
1º	Vitória	20.137.210,3	320.156
2º	Serra	17.088.476,9	404.688
3º	Vila Velha	13.345.475,3	413.548
4º	Cariacica	8.925.659,8	365.859
5º	Cachoeiro de Itapemirim	7.561.627,1	201.259
6º	Aracruz	7.142.288,8	78.658
7º	Linhares	5.057.666,4	132.664
8º	Colatina	3.229.364,3	111.365
9º	Viana	2.223.874,6	60.829
10º	São Mateus	2.081.127,0	101.613
11º	Guarapari	1.939.128,3	104.534
12º	Barra de São Francisco	1.560.501,3	41.645
13º	Anchieta	1.559.667,2	20.226
14º	Itapemirim	1.332.551,5	32.761
15º	Piúma	1.235.522,0	17.212
16º	Alegre	1.072.826,5	31.143
17º	Santa Maria de Jetibá	1.070.419,2	33.921
18º	Muqui	1.040.059,6	14.377
19º	Domingos Martins	884.929,1	32.455
20º	Conceição da Barra	839.406,7	27.059
21º	Nova Venécia	827.687,9	46.354
22º	Iconha	819.811,6	11.901
23º	Pedro Canário	819.712,1	24.404
24º	Marataízes	682.283,3	32.502
25º	Baixo Guandu	663.125,6	29.891
26º	Ibatiba	662.854,7	20.471
27º	Santa Teresa	650.367,6	20.742
28º	Alfredo Chaves	649.640,6	14.585
29º	Boa Esperança	643.402,1	13.119
30º	Ecoporanga	619.818,1	23.891
31º	Pancas	606.159,0	18.497
32º	Vargem Alta	605.722,1	18.637
33º	Guaçuí	598.391,8	26.743
34º	Fundão	586.050,6	16.431
35º	Pinheiros	557.950,2	23.874
36º	Santa Leopoldina	550.821,5	12.743
37º	Rio Bananal	517.527,9	17.247
38º	Laranja da Terra	515.116,2	11.136
39º	Ibiraçu	505.023,2	10.724
40º	Sooretama	483.544,6	23.761
41º	Muniz Freire	474.607,1	18.358
42º	Montanha	458.011,3	18.856
43º	Vila Pavão	447.003,8	9.126
44º	Iúna	434.108,1	26.239
45º	Mimoso do Sul	423.385,7	27.124
46º	Jerônimo Monteiro	406.003,6	11.235
47º	Irupi	393.482,5	10.735
48º	Mantenópolis	387.328,3	11.630
49º	Marechal Floriano	376.041,3	13.302
50º	João Neiva	370.995,3	14.621
51º	Ponto Belo	334.968,5	7.247
52º	Bom Jesus do Norte	324.901,3	9.672
53º	Itaguaçu	306.218,4	14.171
54º	Água Doce do Norte	292.967,3	12.091
55º	Mucurici	286.928,4	5.910
56º	São Gabriel da Palha	282.526,8	30.604
57º	Jaguaré	251.208,1	23.472
58º	Afonso Cláudio	248.162,9	31.384
59º	Vila Valério	244.956,0	14.048
60º	Conceição do Castelo	244.754,2	11.851
61º	Brejetuba	217.865,2	11.097
62º	Presidente Kennedy	216.187,6	10.903
63º	São José do Calçado	212.473,3	10.965
64º	Divino de São Lourenço	199.282,0	5.011
65º	Alto Rio Novo	198.403,0	6.172
66º	Apiacá	196.971,1	7.883
67º	São Domingos do Norte	196.577,2	8.205
68º	Rio Novo do Sul	191.726,0	11.447
69º	São Roque do Canaã	189.898,5	10.817
70º	Águia Branca	179.953,5	9.503
71º	Atílio Vivacqua	143.875,5	9.361
72º	Dores do Rio Preto	127.395,5	6.293
73º	Castelo	127.042,6	33.212
74º	Marilândia	116.118,1	10.676
75º	Ibitirama	115.691,9	9.238
76º	Venda Nova do Imigrante	112.365,7	20.028
77º	Itarana	66.427,6	10.667
78º	Governador Lindenberg	18.896,0	10.420
TOTAL		121.708.501,4	3.487.199

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES.

▶ Despesas com encargos e amortizações da dívida per capita

Posição	Município	A / B	Encargos e amortizações da dívida (A) em R$	População (B)
1º	Aracruz	90,8	7.142.288,8	78.658
2º	Anchieta	77,1	1.559.667,2	20.226
3º	Muqui	72,3	1.040.059,6	14.377
4º	Piúma	71,8	1.235.522,0	17.212
5º	Iconha	68,9	819.811,6	11.901
6º	Vitória	62,9	20.137.210,3	320.156
7º	Boa Esperança	49,0	643.402,1	13.119
8º	Vila Pavão	49,0	447.003,8	9.126
9º	Mucurici	48,5	286.928,4	5.910
10º	Ibiraçu	47,1	505.023,2	10.724
11º	Laranja da Terra	46,3	515.116,2	11.136
12º	Ponto Belo	46,2	334.968,5	7.247
13º	Alfredo Chaves	44,5	649.640,6	14.585
14º	Santa Leopoldina	43,2	550.821,5	12.743
15º	Serra	42,2	17.088.476,9	404.688
16º	Itapemirim	40,7	1.332.551,5	32.761
17º	Divino de São Lourenço	39,8	199.282,0	5.011
18º	Linhares	38,1	5.057.666,4	132.664
19º	Cachoeiro de Itapemirim	37,6	7.561.627,1	201.259
20º	Barra de São Francisco	37,5	1.560.501,3	41.645
21º	Irupi	36,7	393.482,5	10.735
22º	Viana	36,6	2.223.874,6	60.829
23º	Jerônimo Monteiro	36,1	406.003,6	11.235
24º	Fundão	35,7	586.050,6	16.431
25º	Alegre	34,4	1.072.826,5	31.143
26º	Bom Jesus do Norte	33,6	324.901,3	9.672
27º	Pedro Canário	33,6	819.712,1	24.404
28º	Mantenópolis	33,3	387.328,3	11.630
29º	Pancas	32,8	606.159,0	18.497
30º	Vargem Alta	32,5	605.722,1	18.637
31º	Ibatiba	32,4	662.854,7	20.471
32º	Vila Velha	32,3	13.345.475,3	413.548
33º	Alto Rio Novo	32,1	198.403,0	6.172
34º	Santa Maria de Jetibá	31,6	1.070.419,2	33.921
35º	Santa Teresa	31,4	650.367,6	20.742
36º	Conceição da Barra	31,0	839.406,7	27.059
37º	Rio Bananal	30,0	517.527,9	17.247
38º	Colatina	29,0	3.229.364,3	111.365
39º	Marechal Floriano	28,3	376.041,3	13.302
40º	Domingos Martins	27,3	884.929,1	32.455
41º	Ecoporanga	25,9	619.818,1	23.891
42º	Muniz Freire	25,9	474.607,1	18.358
43º	João Neiva	25,4	370.995,3	14.621
44º	Apiacá	25,0	196.971,1	7.883
45º	Cariacica	24,4	8.925.659,8	365.859
46º	Montanha	24,3	458.011,3	18.856
47º	Água Doce do Norte	24,2	292.967,3	12.091
48º	São Domingos do Norte	24,0	196.577,2	8.205
49º	Pinheiros	23,4	557.950,2	23.874
50º	Guaçuí	22,4	598.391,8	26.743
51º	Baixo Guandu	22,2	663.125,6	29.891
52º	Itaguaçu	21,6	306.218,4	14.171
53º	Marataízes	21,0	682.283,3	32.502
54º	Conceição do Castelo	20,7	244.754,2	11.851
55º	São Mateus	20,5	2.081.127,0	101.613
56º	Sooretama	20,4	483.544,6	23.761
57º	Dores do Rio Preto	20,2	127.395,5	6.293
58º	Presidente Kennedy	19,8	216.187,6	10.903
59º	Brejetuba	19,6	217.865,2	11.097
60º	São José do Calçado	19,4	212.473,3	10.965
61º	Águia Branca	18,9	179.953,5	9.503
62º	Guarapari	18,6	1.939.128,3	104.534
63º	Nova Venécia	17,9	827.687,9	46.354
64º	São Roque do Canaã	17,6	189.898,5	10.817
65º	Vila Valério	17,4	244.956,0	14.048
66º	Rio Novo do Sul	16,7	191.726,0	11.447
67º	Iúna	16,5	434.108,1	26.239
68º	Mimoso do Sul	15,6	423.385,7	27.124
69º	Atílio Vivacqua	15,4	143.875,5	9.361
70º	Ibitirama	12,5	115.691,9	9.238
71º	Marilândia	10,9	116.118,1	10.676
72º	Jaguaré	10,7	251.208,1	23.472
73º	São Gabriel da Palha	9,2	282.526,8	30.604
74º	Afonso Cláudio	7,9	248.162,9	31.384
75º	Itarana	6,2	66.427,6	10.667
76º	Venda Nova do Imigrante	5,6	112.365,7	20.028
77º	Castelo	3,8	127.042,6	33.212
78º	Governador Lindenberg	1,8	18.896,0	10.420
TOTAL		34,9	121.708.501,4	3.487.199

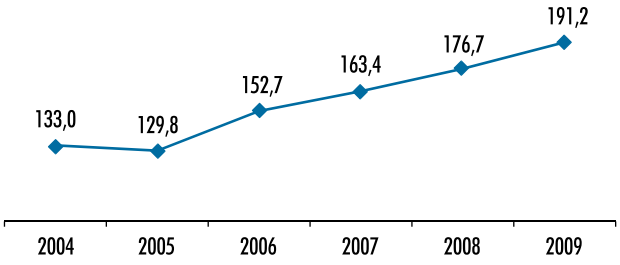
Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES. População para 2009 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

Câmaras municipais

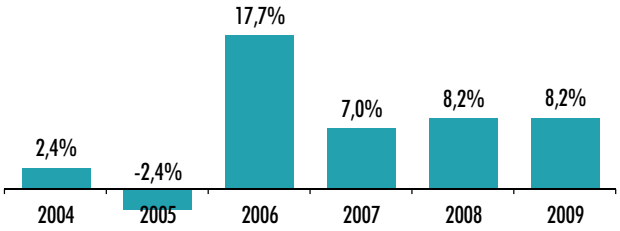
Apesar da queda na receita total dos municípios em 2009, os gastos com as câmaras municipais mantiveram o ritmo de crescimento, com alta de 8,2% frente ao ano anterior. Eles passaram de R$ 176,7 milhões, em 2008, para R$ 191,2 milhões, em 2009. Com esse aumento, o comprometimento da receita corrente com os legislativos municipais passou de 3,1% para 3,5%.

Evolução do gasto com câmaras

em R$ milhões - IPCA médio de 2009



Taxa anual de crescimento da despesa com câmaras



O aumento dos desembolsos com o legislativo municipal, num cenário adverso das receitas, pode ser atribuído às regras estabelecidas pela Emenda Constitucional (EC) nº 25/2000, que alterou a redação do artigo 29 da Constituição Federal (CF), e acrescentou o artigo 29-A. Segundo o disposto nesse artigo, o total das despesas das câmaras municipais tem como parâmetro o montante da receita municipal do ano anterior e não do ano em curso. O valor atribuído ao Poder Legislativo Municipal está limitado entre 5% e 8% (conforme o porte populacional) da receita tributária e das transferências previstas pela CF no § 5º do artigo 153 (imposto sobre ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial) e nos artigos 158 (IRRF, ITR, IPVA e ICMS) e 159 (FPM, IPI-exportação), realizadas no exercício anterior. Dessa forma, a forte expansão das receitas em 2008 refletiu-se na despesa com as câmaras em 2009.

Para o exercício de 2010 passará a ter efeito as regras estabelecidas pela nova Emenda Constitucional nº 58/2009. Ela mantém a base de cálculo para os repasses, mas reduz os percentuais incidentes sobre essa base e aumenta o número de vereadores.

Limites do gasto com câmaras municipais determinados pela EC nº 25

Faixas populacionais	Limites máximos EC nº 25
Até 100 mil habitantes	8%
De 100 mil e um a 300 mil habitantes	7%
De 300 mil e um a 500 mil habitantes	6%
Acima de 500 mil habitantes	5%

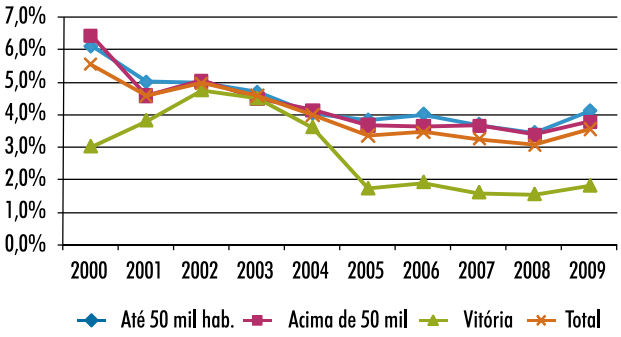
Fonte: Emenda Constitucional nº 25, de 14/02/2000.

Limites do gasto com câmaras municipais determinados pela EC nº 58

Faixas populacionais	Limites máximos EC nº 58
Até 100 mil habitantes	7%
De 100 mil e um a 300 mil habitantes	6%
De 300 mil e um a 500 mil habitantes	5%
De 500 mil e um a 3 milhões de habitantes	4,5%
De 3 milhões e um a 8 milhões de habitantes	4%
Acima de 8 milhões de habitantes	3,5%

Fonte: Emenda Constitucional nº 58, de 23/09/2009.

Participação da despesa com câmara na receita corrente municipal 2000-2009



A grande maioria das câmaras municipais expandiu seus gastos em 2009. Nas cidades com população inferior a 50 mil habitantes, a despesa teve um acréscimo de R$ 7,7 milhões em relação a 2008, com alta de 11,7%. Nesse grupo destaca-se Ibiraçu, com um aumento de 61,9%. São José do Calçado (56,8%), Piúma (53,3%) e Sooretama (47%) também acusaram forte aumento.

Nos municípios com população superior a 50 mil habitantes, São Mateus registrou o maior salto, de 34,7%, com o gasto do legislativo municipal subindo de R$ 4 milhões, em 2008, para R$ 5,4 milhões, em 2009. Em seguida vem o município de Guarapari, com um aumento de 19,4%.

Com expansão de 14,4%, no Município de Vila Velha a despesa com o legislativo local subiu de R$ 15,7 milhões para R$ 18 milhões, passando a ocupar a vice-liderança no *ranking* das maiores despesas com as câmaras entre os municípios capixabas. Essa posição era até então ocupada pela capital, que passou à terceira colocação depois que seus gastos aumentaram com menor intensidade (6,7%). Cariacica e Cachoeiro de Itapemirim tiveram crescimento próximo a 10%. No Município de Serra os gastos se mantiveram praticamente estáveis (0,5%) e a cidade continuou na liderança, com gastos de R$ 23,4 milhões, valor 30% acima do segundo colocado nessa classificação.

Poucos municípios tiveram queda nos gastos com as câmaras municipais. Conceição do Castelo, com uma redução de -28%, teve o maior decréscimo. São Domingos do Norte registrou queda de -22,9%. Apesar desse resultado, os gastos na câmara do município representaram 5,4% da receita corrente, um dos índices mais altos do Estado. Em Divino de São Lourenço a fatia da receita corrente destinada à Câmara atingiu 6,8%. Aracruz teve uma redução de -16,4%, após um aumento de 26,5% em 2008.

Gasto per capita

O gasto médio por habitante com o legislativo municipal capixaba foi de R$ 54,83, em 2009. Nas cidades com até 50 mil habitantes, o indicador foi de R$ 67,39. Já nos municípios com população acima de 50 mil habitantes, exceto Vitória, o valor médio caiu para R$ 47,24. Em Vitória, cada habitante contribuiu com R$ 54,85 para manter a Câmara Municipal. Os municípios que apresentaram um resultado per capita acima de R$ 100,0 foram Anchieta (R$ 259,20), Divino São Lourenço (R$ 119,25), Presidente Kennedy (R$ 108,73), Vila Pavão (R$ 104,21), Alto Rio Novo (R$ 103,93) e Atílio Vivacqua (R$ 100,59).

Três fatores se conjugam para explicar que cidades menores gastam mais por habitante com as câmaras: a) as pequenas cidades têm uma receita per capita também maior; b) contam com um número mínimo de vereadores proporcionalmente maior; e c) necessitam de uma estrutura mínima de funcionamento.

Gasto com Câmara per capita por faixa populacional

Municípios agrupados por faixas populacionais	Despesa com câmara per capita *em R$*
Até 15 mil habitantes	77,0
De 15 a 30 mil habitantes	72,4
De 30 a 50 mil habitantes	50,1
Acima de 50 mil habitantes (exceto Vitória)	47,2
Vitória	54,8
Total	**54,8**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

Número de vereadores por faixa populacional do município - Resolução nº 21.702/2004

Número de habitantes do município	Número de vereadores
até 47.619	9
de 47.620 até 95.238	10
de 95.239 até 142.857	11
de 142.858 até 190.476	12
de 190.477 até 238.095	13
de 238.096 até 285.714	14
de 285.715 até 333.333	15
de 333.334 até 380.952	16
de 380.953 até 428.571	17
de 428.572 até 476.190	18
de 476.191 até 523.809	19
de 523.810 até 571.428	20
de 571.429 até 1.000.000	21
de 1.000.001 até 1.121.952	33
de 1.121.953 até 1.243.903	34
de 1.243.904 até 1.365.854	35
de 1.365.855 até 1.487.805	36
de 1.487.806 até 1.609.756	37
de 1.609.757 até 1.731.707	38
de 1.731.708 até 1.853.658	39
de 1.853.659 até 1.975.609	40
de 1.975.610 até 4.999.999	41
de 5.000.000 até 5.119.047	42
de 5.119.048 até 5.238.094	43
de 5.238.095 até 5.357.141	44
de 5.357.142 até 5.476.188	45
de 5.476.189 até 5.595.235	46
de 5.595.236 até 5.714.282	47
de 5.714.283 até 5.833.329	48
de 5.833.330 até 5.952.376	49
de 5.952.377 até 6.071.423	50
de 6.071.424 até 6.190.470	51
de 6.190.471 até 6.309.517	52
de 6.309.518 até 6.428.564	53
de 6.428.565 até 6.547.611	54
Acima de 6.547.612	55

Fonte: Resolução nº 21.702, de 02/04/2004, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Número de vereadores por faixa populacional do município - EC nº 58/2009

Número de habitantes do município	Número de vereadores
até 15.000	9
de 15.000 até 30.000	11
de 30.000 até 50.000	13
de 50.000 até 80.000	15
de 80.000 até 120.000	17
de120.000 até 160.000	19
de 160.000 até 300.000	21
de 300.000 até 450.000	23
de 450.000 até 600.000	25
de 600.000 até 750.000	27
de 750.000 até 900.000	29
de 900.000 até 1.050.000	31
de 1.050.000 até 1.200.000	33
de 1.200.000 até 1.350.000	35
de 1.350.000 até 1.500.000	37
de 1.500.000 até 1.800.000	39
de 1.800.000 até 2.400.000	41
de 2.400.000 até 3.000.000	43
de 3.000.000 até 4.000.000	45
de 4.000.000 até 5.000.000	47
de 5.000.000 até 6.000.000	49
de 6.000.000 até 7.000.000	51
de 7.000.000 até 8.000.000	53
Acima de 8.000.000	55

Fonte: Emenda Constitucional (EC) nº 58, de 23/09/2009.

O número de vereadores

A Resolução nº 21.702/2004, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), fixou o número de vereadores em todo o país, de acordo com o tamanho da população municipal estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2003.

A Emenda Constitucional (EC) nº 58, de 23 de setembro de 2009, aumentou o número de vereadores em relação ao que determinava a Resolução 21.702/2004, foi reduzida a quantidade de faixas populacionais de 36 para 24 e determinou-se para cada uma delas um número ímpar de vereadores, com o objetivo de facilitar o processo de deliberação local. A EC nº 58/2009 só será válida para as próximas eleições.

PMAT CAPIXABA

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO

O Bandes tem uma linha de crédito desenvolvida especialmente para atender às prefeituras. É o PMAT Capixaba, uma linha de crédito que financia a modernização da administração tributária e otimização dos gastos públicos em diversas áreas, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local sustentável.

Mais desenvolvimento para os municípios. Mais crescimento para todo o Estado.

Informações:
(27) 3331-4287
www.bandes.com.br

bandesatendeouvidoria
0800-2834202

bandes
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A

UM NOVO ESPÍRITO SANTO
Governo do Estado

▶ Câmaras municipais - 2004-2009

Regiões e municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Participação 2009 no total da desp. com câmaras	Participação 2009 na rec. corr.	Desp. câmaras per capita 2009
	em R$ mil - IPCA médio de 2009						em %			em R$
MS Noroeste	**14.618,5**	**15.105,6**	**17.408,6**	**18.584,4**	**20.058,6**	**22.295,4**	**11,2**	**11,7**	**3,9**	**54,7**
Água Doce do Norte	628,1	670,0	732,0	769,7	828,4	1.008,6	21,7	0,5	0,0	83,4
Águia Branca	534,7	589,4	688,9	701,8	784,0	891,3	13,7	0,5	5,6	93,8
Alto Rio Novo	404,8	424,3	437,7	474,0	528,4	641,4	21,4	0,3	5,4	103,9
Baixo Guandu	1.147,3	1.051,6	987,2	1.365,4	1.288,8	1.596,1	23,8	0,8	3,9	53,4
Barra de São Francisco	1.189,9	1.338,0	1.509,3	1.697,3	1.612,7	1.935,8	20,0	1,0	3,9	46,5
Boa Esperança	620,2	808,9	787,8	766,7	840,4	811,7	-3,4	0,4	3,7	61,9
Colatina	2.847,3	2.378,0	2.782,9	3.170,5	3.539,6	3.462,8	-2,2	1,8	2,3	31,1
Ecoporanga	1.130,5	1.122,3	1.680,2	1.675,6	1.722,3	2.057,9	19,5	1,1	6,0	86,1
Governador Lindenberg	520,3	541,2	623,9	610,5	718,5	801,3	11,5	0,4	4,7	76,9
Mantenópolis	641,8	661,0	639,7	776,1	769,1	844,0	9,7	0,4	4,7	72,6
Marilândia	438,9	599,1	785,3	803,5	778,6	970,0	24,6	0,5	5,5	90,9
Nova Venécia	1.520,6	1.448,2	1.772,0	1.658,0	1.830,6	2.131,9	16,5	1,1	3,4	46,0
Pancas	754,4	877,3	937,1	910,2	917,0	898,5	-2,0	0,5	3,4	48,6
São Domingos do Norte	345,4	436,6	411,1	486,7	1.005,7	775,6	-22,9	0,4	5,4	94,5
São Gabriel da Palha	1.010,1	1.009,6	1.108,2	1.106,7	1.262,4	1.425,4	12,9	0,7	3,8	46,6
Vila Pavão	447,8	545,8	651,0	758,7	811,9	951,0	17,1	0,5	6,4	104,2
Vila Valério	436,2	604,3	874,2	853,0	820,2	1.092,2	33,2	0,6	4,9	77,7
MS Litoral Norte	**23.981,3**	**25.444,1**	**29.841,8**	**31.132,0**	**34.453,0**	**36.603,2**	**6,2**	**19,1**	**3,8**	**69,5**
Aracruz	6.954,8	5.443,9	6.610,5	6.982,6	8.836,3	7.390,4	-16,4	3,9	3,4	94,0
Conceição da Barra	1.284,6	1.692,9	1.993,2	1.689,2	1.952,0	2.141,7	9,7	1,1	4,7	79,1
Fundão	835,1	909,4	1.085,0	1.145,6	1.239,1	1.361,3	9,9	0,7	4,8	82,8
Ibiraçu	0,0	681,1	727,2	671,5	613,1	992,7	61,9	0,5	5,2	92,6
Jaguaré	1.393,9	1.448,6	1.595,6	1.708,8	1.626,0	1.932,9	18,9	1,0	4,1	82,4
João Neiva	688,3	674,6	629,4	745,0	704,5	823,8	16,9	0,4	3,1	56,3
Linhares	4.695,5	5.616,8	6.947,4	7.494,7	8.585,6	8.574,2	-0,1	4,5	3,3	64,6
Montanha	757,9	604,6	609,3	725,4	709,0	942,1	32,9	0,5	3,5	50,0
Mucurici	436,0	481,8	466,6	489,3	584,7	588,2	0,6	0,3	4,6	99,5
Pedro Canário	789,3	949,3	1.151,0	1.297,4	1.416,3	1.485,6	4,9	0,8	5,0	60,9
Pinheiros	923,2	1.078,0	1.200,1	1.091,7	1.191,7	1.682,0	41,1	0,9	4,7	70,5
Ponto Belo	372,2	437,9	528,8	630,4	652,5	578,8	-11,3	0,3	4,7	79,9
Rio Bananal	899,5	937,8	1.011,9	1.208,1	1.292,4	1.180,0	-8,7	0,6	3,7	68,4
São Mateus	3.243,4	3.676,0	4.299,0	4.284,7	4.005,5	5.394,7	34,7	2,8	3,6	53,1
Sooretama	707,5	811,3	986,8	967,6	1.044,0	1.534,8	47,0	0,8	5,0	64,6
MS Central	**11.988,4**	**14.347,6**	**18.149,7**	**17.498,8**	**22.461,5**	**23.411,9**	**4,2**	**12,2**	**4,2**	**75,6**
Afonso Cláudio	706,0	879,1	1.030,0	894,8	1.573,1	1.463,7	-7,0	0,8	3,8	46,6
Alfredo Chaves	480,8	505,1	471,6	398,3	1.221,9	959,0	-21,5	0,5	4,4	65,8
Anchieta	1.428,9	2.024,1	3.318,9	3.650,0	5.624,6	5.242,6	-6,8	2,7	4,7	259,2
Brejetuba	679,6	551,1	547,1	448,7	495,2	641,7	29,6	0,3	3,3	57,8
Conceição do Castelo	411,0	566,2	563,1	618,9	988,6	712,0	-28,0	0,4	3,4	60,1
Domingos Martins	1.469,6	1.500,6	2.057,8	1.885,9	2.061,9	2.015,7	-2,2	1,1	4,3	62,1
Iconha	473,2	701,1	765,0	904,2	1.070,0	1.169,0	9,2	0,6	5,4	98,2
Itaguaçu	0,0	516,0	504,6	519,7	514,8	749,3	45,6	0,4	3,5	52,9
Itarana	340,8	428,7	533,3	593,5	629,7	819,4	30,1	0,4	4,8	76,8
Laranja da Terra	359,6	327,8	455,9	357,5	389,6	578,5	48,5	0,3	3,6	52,0
Marechal Floriano	687,1	930,1	953,1	985,3	884,1	1.286,1	45,5	0,7	5,7	96,7
Piúma	779,5	782,6	788,0	813,3	793,0	1.216,0	53,3	0,6	4,3	70,6
Rio Novo do Sul	522,6	562,6	637,3	697,9	720,9	...	..	..	..	..
Santa Leopoldina	656,2	652,7	668,3	684,3	790,7	991,8	25,4	0,5	5,3	77,8
Santa Maria de Jetibá	811,9	968,9	1.735,6	1.271,8	1.765,1	1.758,9	-0,4	0,9	3,5	51,9
Santa Teresa	1.176,3	1.093,4	1.264,0	1.298,3	1.416,8	1.628,7	15,0	0,9	4,8	78,5
São Roque do Canaã	504,0	478,7	543,3	618,3	594,4	818,4	37,7	0,4	5,4	75,7
Venda Nova do Imigrante	501,2	878,8	1.312,8	858,1	927,1	1.361,2	46,8	0,7	4,3	68,0
Região Metropolitana	**62.711,8**	**53.206,2**	**62.595,7**	**70.131,9**	**72.456,5**	**77.919,9**	**7,5**	**40,8**	**3,1**	**46,7**
Cariacica	5.717,8	6.225,9	7.412,6	8.143,8	9.320,7	10.260,5	10,1	5,4	3,9	28,0
Guarapari	4.002,2	3.523,0	3.406,4	3.959,4	4.678,1	5.587,1	19,4	2,9	4,4	53,4
Serra	14.287,3	13.855,5	16.316,2	22.279,7	23.306,0	23.419,1	0,5	12,2	3,8	57,9
Viana	1.725,3	2.071,1	2.611,9	2.735,3	3.000,0	3.126,9	4,2	1,6	4,0	51,4
Vila Velha	12.398,9	14.621,4	16.994,4	16.053,4	15.702,4	17.967,0	14,4	9,4	4,3	43,4
Vitória	24.580,3	12.909,2	15.854,2	16.960,3	16.449,3	17.559,3	6,7	9,2	1,8	54,8
MS Sul	**19.696,0**	**21.700,6**	**24.747,9**	**26.043,5**	**27.278,5**	**30.958,0**	**13,5**	**16,2**	**3,7**	**53,9**
Alegre	1.086,8	999,7	1.126,7	932,7	963,4	967,7	0,4	0,5	2,1	31,1
Apiacá	380,9	486,7	507,6	489,6	476,1	456,6	-4,1	0,2	3,5	57,9
Atílio Vivacqua	354,9	363,6	-	772,4	901,9	941,7	4,4	0,5	5,6	100,6
Bom Jesus do Norte	388,4	493,0	516,6	607,6	567,6	696,6	22,7	0,4	5,4	72,0
Cachoeiro de Itapemirim	4.714,1	6.128,3	7.240,4	6.641,8	7.370,9	8.111,3	10,0	4,2	4,0	40,3
Castelo	1.059,3	1.152,8	1.526,5	1.532,9	1.474,2	1.776,6	20,5	0,9	3,7	53,5
Divino de São Lourenço	344,3	379,9	414,9	403,5	430,3	597,6	38,9	0,3	6,8	119,3
Dores do Rio Preto	357,6	336,8	383,2	435,5	418,8	496,8	18,6	0,3	4,1	78,9
Guaçuí	1.025,9	783,8	836,5	1.001,1	808,2	1.085,2	34,3	0,6	2,8	40,6
Ibatiba	852,8	727,2	782,5	1.135,2	1.140,4	995,8	-12,7	0,5	3,9	48,6
Ibitirama	460,4	523,5	549,1	644,4	792,0	787,0	-0,6	0,4	5,6	85,2
Irupi	586,0	576,8	661,8	730,6	780,6	978,9	25,4	0,5	5,8	91,2
Itapemirim	1.128,9	1.352,8	1.726,9	1.490,2	1.551,6	2.081,5	34,2	1,1	3,4	63,5
Iúna	1.094,9	980,8	872,4	1.037,0	1.335,4	1.159,5	-13,2	0,6	3,5	44,2
Jerônimo Monteiro	458,2	533,1	634,1	726,0	814,6	903,2	10,9	0,5	5,7	80,4
Marataízes	1.029,3	1.191,7	1.308,1	1.464,8	1.758,0	1.788,2	1,7	0,9	4,2	55,0
Mimoso do Sul	787,1	1.065,2	1.188,0	1.192,1	1.303,2	1.534,7	17,8	0,8	4,3	56,6
Muniz Freire	822,3	927,6	937,3	1.490,8	1.306,2	1.522,4	16,6	0,8	4,9	82,9
Muqui	698,5	697,4	798,5	815,0	827,0	969,1	17,2	0,5	5,4	67,4
Presidente Kennedy	540,5	630,3	757,8	797,3	876,8	1.185,5	35,2	0,6	1,2	108,7
São José do Calçado	601,0	628,5	610,9	468,2	618,0	969,1	56,8	0,5	5,2	88,4
Vargem Alta	924,1	741,1	1.368,3	1.234,7	763,3	952,9	24,9	0,5	2,9	51,1
TOTAL	**132.995,9**	**129.804,1**	**152.743,7**	**163.390,6**	**176.708,1**	**191.188,4**	**8,2**	**100,0**	**3,5**	**54,8**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

▶ Despesa com Câmara

Posição	Município	Despesa com câmara em R$	População
1º	Serra	23.419.055,0	404.688
2º	Vila Velha	17.966.975,4	413.548
3º	Vitória	17.559.259,1	320.156
4º	Cariacica	10.260.516,9	365.859
5º	Linhares	8.574.242,9	132.664
6º	Cachoeiro de Itapemirim	8.111.321,1	201.259
7º	Aracruz	7.390.436,0	78.658
8º	Guarapari	5.587.132,6	104.534
9º	São Mateus	5.394.715,5	101.613
10º	Anchieta	5.242.598,4	20.226
11º	Colatina	3.462.832,0	111.365
12º	Viana	3.126.917,5	60.829
13º	Conceição da Barra	2.141.675,2	27.059
14º	Nova Venécia	2.131.866,7	46.354
15º	Itapemirim	2.081.522,3	32.761
16º	Ecoporanga	2.057.944,3	23.891
17º	Domingos Martins	2.015.655,2	32.455
18º	Barra de São Francisco	1.935.843,9	41.645
19º	Jaguaré	1.932.921,5	23.472
20º	Marataízes	1.788.150,5	32.502
21º	Castelo	1.776.613,2	33.212
22º	Santa Maria de Jetibá	1.758.875,9	33.921
23º	Pinheiros	1.682.002,8	23.874
24º	Santa Teresa	1.628.710,0	20.742
25º	Baixo Guandu	1.596.058,3	29.891
26º	Sooretama	1.534.766,5	23.761
27º	Mimoso do Sul	1.534.653,8	27.124
28º	Muniz Freire	1.522.405,6	18.358
29º	Pedro Canário	1.485.628,3	24.404
30º	Afonso Cláudio	1.463.668,7	31.384
31º	São Gabriel da Palha	1.425.401,8	30.604
32º	Fundão	1.361.280,1	16.431
33º	Venda Nova do Imigrante	1.361.157,3	20.028
34º	Marechal Floriano	1.286.082,5	13.302
35º	Piúma	1.216.007,7	17.212
36º	Presidente Kennedy	1.185.526,8	10.903
37º	Rio Bananal	1.180.007,8	17.247
38º	Iconha	1.168.971,6	11.901
39º	Iúna	1.159.488,9	26.239
40º	Vila Valério	1.092.155,7	14.048
41º	Guaçuí	1.085.213,5	26.743
42º	Água Doce do Norte	1.008.569,8	12.091
43º	Ibatiba	995.797,3	20.471
44º	Ibiraçu	992.671,3	10.724
45º	Santa Leopoldina	991.796,3	12.743
46º	Irupi	978.920,0	10.735
47º	Marilândia	970.022,4	10.676
48º	São José do Calçado	969.137,6	10.965
49º	Muqui	969.071,7	14.377
50º	Alegre	967.656,0	31.143
51º	Alfredo Chaves	959.037,3	14.585
52º	Vargem Alta	952.930,6	18.637
53º	Vila Pavão	950.989,9	9.126
54º	Montanha	942.052,0	18.856
55º	Atílio Vivacqua	941.668,6	9.361
56º	Jerônimo Monteiro	903.231,7	11.235
57º	Pancas	898.481,4	18.497
58º	Águia Branca	891.328,2	9.503
59º	Mantenópolis	843.975,3	11.630
60º	João Neiva	823.834,0	14.621
61º	Itarana	819.396,9	10.667
62º	São Roque do Canaã	818.363,8	10.817
63º	Boa Esperança	811.685,3	13.119
64º	Governador Lindenberg	801.281,4	10.420
65º	Ibitirama	787.028,3	9.238
66º	São Domingos do Norte	775.559,2	8.205
67º	Itaguaçu	749.322,9	14.171
68º	Conceição do Castelo	711.979,0	11.851
69º	Bom Jesus do Norte	696.615,7	9.672
70º	Brejetuba	641.738,1	11.097
71º	Alto Rio Novo	641.438,9	6.172
72º	Divino de São Lourenço	597.566,1	5.011
73º	Mucurici	588.157,3	5.910
74º	Ponto Belo	578.808,7	7.247
75º	Laranja da Terra	578.540,5	11.136
76º	Dores do Rio Preto	496.820,6	6.293
77º	Apiacá	456.639,8	7.883
78º	Rio Novo do Sul	...	11.447
TOTAL		191.188.372	3.487.199

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES.

▶ Despesa com Câmara per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com câmara (A) em R$	População (B)
1º	Anchieta	259,2	5.242.598,4	20.226
2º	Divino de São Lourenço	119,3	597.566,1	5.011
3º	Presidente Kennedy	108,7	1.185.526,8	10.903
4º	Vila Pavão	104,2	950.989,9	9.126
5º	Alto Rio Novo	103,9	641.438,9	6.172
6º	Atílio Vivacqua	100,6	941.668,6	9.361
7º	Mucurici	99,5	588.157,3	5.910
8º	Iconha	98,2	1.168.971,6	11.901
9º	Marechal Floriano	96,7	1.286.082,5	13.302
10º	São Domingos do Norte	94,5	775.559,2	8.205
11º	Aracruz	94,0	7.390.436,0	78.658
12º	Águia Branca	93,8	891.328,2	9.503
13º	Ibiraçu	92,6	992.671,3	10.724
14º	Irupi	91,2	978.920,0	10.735
15º	Marilândia	90,9	970.022,4	10.676
16º	São José do Calçado	88,4	969.137,6	10.965
17º	Ecoporanga	86,1	2.057.944,3	23.891
18º	Ibitirama	85,2	787.028,3	9.238
19º	Água Doce do Norte	83,4	1.008.569,8	12.091
20º	Muniz Freire	82,9	1.522.405,6	18.358
21º	Fundão	82,8	1.361.280,1	16.431
22º	Jaguaré	82,4	1.932.921,5	23.472
23º	Jerônimo Monteiro	80,4	903.231,7	11.235
24º	Ponto Belo	79,9	578.808,7	7.247
25º	Conceição da Barra	79,1	2.141.675,2	27.059
26º	Dores do Rio Preto	78,9	496.820,6	6.293
27º	Santa Teresa	78,5	1.628.710,0	20.742
28º	Santa Leopoldina	77,8	991.796,3	12.743
29º	Vila Valério	77,7	1.092.155,7	14.048
30º	Governador Lindenberg	76,9	801.281,4	10.420
31º	Itarana	76,8	819.396,9	10.667
32º	São Roque do Canaã	75,7	818.363,8	10.817
33º	Mantenópolis	72,6	843.975,3	11.630
34º	Bom Jesus do Norte	72,0	696.615,7	9.672
35º	Piúma	70,6	1.216.007,7	17.212
36º	Pinheiros	70,5	1.682.002,8	23.874
37º	Rio Bananal	68,4	1.180.007,8	17.247
38º	Venda Nova do Imigrante	68,0	1.361.157,3	20.028
39º	Muqui	67,4	969.071,7	14.377
40º	Alfredo Chaves	65,8	959.037,3	14.585
41º	Linhares	64,6	8.574.242,9	132.664
42º	Sooretama	64,6	1.534.766,5	23.761
43º	Itapemirim	63,5	2.081.522,3	32.761
44º	Domingos Martins	62,1	2.015.655,2	32.455
45º	Boa Esperança	61,9	811.685,3	13.119
46º	Pedro Canário	60,9	1.485.628,3	24.404
47º	Conceição do Castelo	60,1	711.979,0	11.851
48º	Apiacá	57,9	456.639,8	7.883
49º	Serra	57,9	23.419.055,0	404.688
50º	Brejetuba	57,8	641.738,1	11.097
51º	Mimoso do Sul	56,6	1.534.653,8	27.124
52º	João Neiva	56,3	823.834,0	14.621
53º	Marataízes	55,0	1.788.150,5	32.502
54º	Vitória	54,8	17.559.259,1	320.156
55º	Castelo	53,5	1.776.613,2	33.212
56º	Guarapari	53,4	5.587.132,6	104.534
57º	Baixo Guandu	53,4	1.596.058,3	29.891
58º	São Mateus	53,1	5.394.715,5	101.613
59º	Itaguaçu	52,9	749.322,9	14.171
60º	Laranja da Terra	52,0	578.540,5	11.136
61º	Santa Maria de Jetibá	51,9	1.758.875,9	33.921
62º	Viana	51,4	3.126.917,5	60.829
63º	Vargem Alta	51,1	952.930,6	18.637
64º	Montanha	50,0	942.052,0	18.856
65º	Ibatiba	48,6	995.797,3	20.471
66º	Pancas	48,6	898.481,4	18.497
67º	Afonso Cláudio	46,6	1.463.668,7	31.384
68º	São Gabriel da Palha	46,6	1.425.401,8	30.604
69º	Barra de São Francisco	46,5	1.935.843,9	41.645
70º	Nova Venécia	46,0	2.131.866,7	46.354
71º	Iúna	44,2	1.159.488,9	26.239
72º	Vila Velha	43,4	17.966.975,4	413.548
73º	Guaçuí	40,6	1.085.213,5	26.743
74º	Cachoeiro de Itapemirim	40,3	8.111.321,1	201.259
75º	Colatina	31,1	3.462.832,0	111.365
76º	Alegre	31,1	967.656,0	31.143
77º	Cariacica	28,0	10.260.516,9	365.859
78º	Rio Novo do Sul	..	...	11.447
TOTAL		54,8	191.188.372,0	3.487.199

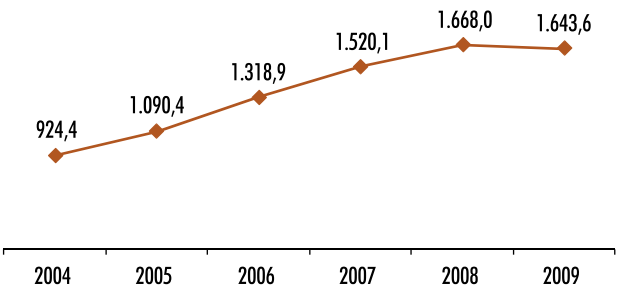
Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES. População para 2009 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

Educação

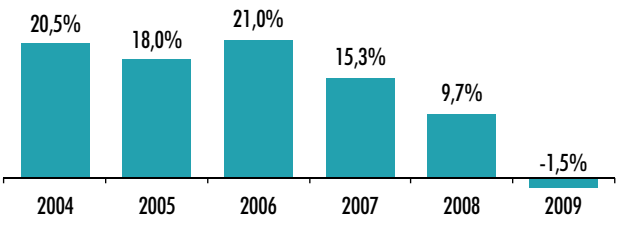
Em 2009, os recursos aplicados em educação pelos municípios capixabas, de R$ 1,64 bilhão, foram -1,5% menor em relação ao ano anterior. Foi a primeira queda após cinco anos de crescimento acentuado. Essa pequena retração deveu-se ao impacto da crise financeira internacional sobre as receitas municipais.

Evolução dos gastos com educação

em R$ milhões - IPCA médio de 2009



Taxa de crescimento anual dos gastos em educação



A Serra foi o município que mais aumentou os gastos em educação em termos absolutos, com recursos adicionais aplicados na área de R$ 21,1 milhões. Os valores saltaram de R$ 180 milhões, em 2008, para R$ 201 milhões, em 2009, com crescimento relativo de 11,7%.

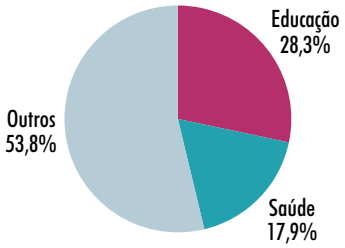
Ainda no grupo de cidades com mais de 50 mil habitantes, São Mateus elevou seu dispêndio em 16,8%, após ter ficado estagnado no ano anterior. Também exibiram crescimento Linhares (8,8%), Guarapari (6,4%), Viana (5,3%) e Colatina (2,4%). Os recursos aplicados na área encolheram em Cachoeiro de Itapemirim (-8,7%), Aracruz (-7,8%) e Vila Velha (-6,6%). Em Cariacica a queda foi menos acentuada (-1,5%).

Na capital, a despesa com educação declinou pelo segundo ano consecutivo. A queda de -6,7% em 2009 ocorreu após ter havido um recuo de -4,2% em 2008 frente ao ano de 2007, ano de maior volume de recursos aplicados na educação municipal.

No conjunto, as cidades com até 50 mil habitantes reduziram seus recursos para educação em -4,4%. As maiores quedas ocorreram em Itarana (-31%), Divino de São Lourenço (-28,7%), Ibitirama (-21,3%), Atílio Vivacqua (-18,7%), Montanha (-18,2%), Jerônimo Monteiro (-17%), Dores do Rio Preto (-16,2%), Baixo Guandu (-15,3%) e Bom Jesus do Norte (-15,2%). Em contrapartida, Alfredo Chaves (26,3%), São Roque do Canaã (16,3%) e Piúma (10,2%) tiveram aumentos de dois dígitos.

A educação é a função que mais recebe recursos na administração municipal. Em 2009, ela respondeu, em média, por 28,3% da despesa total, contra 17,9% da saúde. Essa participação explica-se pela obrigação constitucional do município aplicar, na educação, um mínimo de 25% de toda receita proveniente de impostos e transferências constitucionais e legais.

Participação do gasto municipal com educação e saúde no gasto total - 2009



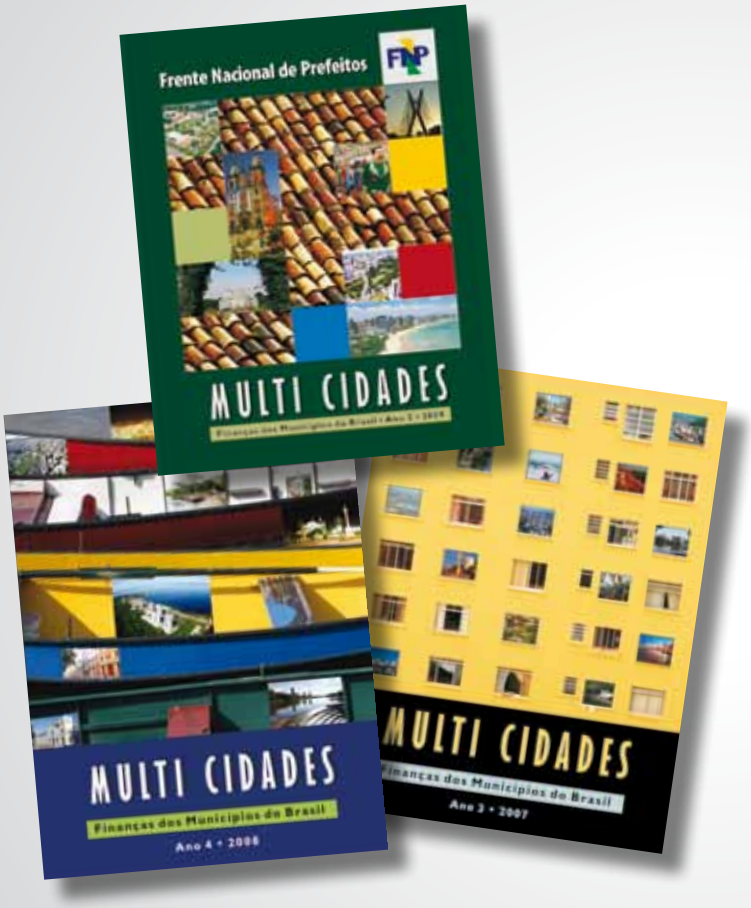
Embora a despesa com educação tenha declinado em 2009, o volume de recursos aplicados conforme determina a Constituição aumentou. Segundo os dados do Sistema de Informação sobre Orçamento Público na Educação (Siope), entre 2008 e 2009, a aplicação de recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) aumentou de 26,7% para 28,5%. Em 2009, esse indicador alcançou seu maior nível em Divino de São Lourenço (38%), São Mateus (35,8%) e Afonso Cláudio (35,3%). Outras 20 cidades aplicaram entre 30% e 35%. A determinação constitucional não foi cumprida em apenas quatro cidades: Presidente Kennedy, Guaçuí, Itarana e Vila Pavão, nas quais o indicador ficou entre 20% e 24,5%.

Gasto por aluno

Em 2009, o gasto médio por aluno nos municípios capixabas foi de R$ 3.291,68. Mais uma vez a liderança coube a Presidente Kennedy, que aplicou R$ 6.650,52 por aluno. Em seguida aparecem Alegre (R$ 5.822,94), Anchieta (R$ 5.575,18) e São Domingos do Norte (R$ 5.162,59). Vitória, com R$ 4.539,82, é o quinto da lista e o único município com mais de 50 mil habitantes a figurar entre os 25 primeiros. No outro extremo encontram-se Cariacica (R$ 2.450,93), Marataízes (R$ 2.554,66), Conceição da Barra (R$ 2.555,23), Guarapari (R$ 2.565,55) e Atílio Vivacqua (R$ 2.569,49) - veja o *ranking* na página 97.

Três fatores conjugados explicam as disparidades existentes no dispêndio por estudante: a capacidade de financiamento do município, a quantidade de alunos e a prioridade dada à educação na agenda municipal, que pode ser capitada pelo excedente da aplicação mínima exigida pela Constituição.

Por um lado, as maiores despesas por estudante tendem a ocorrer nas cidades com níveis de receita corrente per capita mais elevadas, em função da exigência constitucional de vinculação de receitas à educação. Por outro lado, quanto mais o município exceder o mínimo exigido pela Constituição em relação às demais cidades, maior será sua despesa por aluno. Por fim, quanto menor o contingente discente matriculado na rede municipal mais elevada será a aplicação de recursos por estudante.



aequus®
CONSULTORIA

Cada vez mais presente nas prefeituras de todo o Brasil

www.aequus.com.br
Tel.: (27) 3235-7841

▶ Educação - 2005-2009

Regiões e municípios	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/ 2008	Partic. na desp. total 2009	Participação das receitas de impostos na MDE (CF art. 212)[a]	Gasto com educação por aluno da rede municipal 2009	Nº de matrículas na rede municipal 2009
	em R$ mil - IPCA médio de 2009					em %			em R$	
MS Noroeste	**130.247,3**	**169.917,1**	**174.479,8**	**190.163,1**	**181.012,2**	**-4,8**	**29,8**	**29,7**	**3.198,7**	**56.589**
Água Doce do Norte	4.399,0	5.230,9	5.809,6	6.000,8	6.077,6	1,3	31,5	29,0	3.231,0	1.881
Águia Branca	4.479,1	4.947,8	6.214,5	6.620,3	5.661,5	-14,5	34,9	32,6	3.610,7	1.568
Alto Rio Novo	2.587,7	3.263,6	3.338,5	3.888,8	4.003,0	2,9	26,4	29,7	3.779,9	1.059
Baixo Guandu	12.497,9	14.053,6	14.812,2	15.970,7	13.528,7	-15,3	30,5	27,2	3.226,5	4.193
Barra de São Francisco	11.493,2	16.066,8	16.919,8	19.048,2	16.663,9	-12,5	30,4	28,2	3.079,6	5.411
Boa Esperança	4.925,2	5.681,4	6.346,1	7.116,4	7.304,6	2,6	31,4	32,2	3.516,9	2.077
Colatina	34.736,0	37.956,5	44.789,0	45.364,1	46.463,4	2,4	30,1	32,0	3.096,7	15.004
Ecoporanga	7.046,1	8.773,7	9.127,0	10.533,3	10.358,8	-1,7	28,6	30,1	3.818,2	2.713
Governador Lindenberg	2.613,4	4.555,2	3.189,4	3.476,8	3.536,8	1,7	18,9	25,8	4.350,3	813
Mantenópolis	4.257,6	5.274,9	5.418,4	6.174,1	5.401,5	-12,5	28,8	27,8	2.704,8	1.997
Marilândia	3.502,8	4.195,9	4.308,0	4.678,7	4.347,0	-7,1	24,2	25,7	3.422,8	1.270
Nova Venécia	14.410,0	23.357,7	22.559,9	24.687,6	22.462,0	-9,0	33,2	31,8	2.760,1	8.138
Pancas	5.838,8	8.152,7	7.541,6	8.847,4	8.468,5	-4,3	31,7	32,6	3.765,5	2.249
São Domingos do Norte	3.300,3	6.503,1	3.958,4	4.739,0	4.625,7	-2,4	30,5	30,9	5.162,6	896
São Gabriel da Palha	5.075,7	10.915,2	8.527,0	10.961,3	10.361,1	-5,5	26,6	25,9	2.660,8	3.894
Vila Pavão	3.333,8	5.337,1	5.395,5	5.618,9	5.280,6	-6,0	31,9	20,8	3.325,3	1.588
Vila Valério	5.750,7	5.651,2	6.225,0	6.436,8	6.467,5	0,5	27,4	30,9	3.518,8	1.838
MS Litoral Norte	**201.372,7**	**251.471,1**	**283.531,9**	**300.683,4**	**306.015,8**	**1,8**	**30,3**	**29,0**	**3.139,6**	**97.469**
Aracruz	46.358,4	52.455,2	61.386,1	56.771,0	52.353,4	-7,8	23,9	25,5	3.246,9	16.124
Conceição da Barra	10.697,5	12.655,2	13.554,2	15.651,7	16.718,8	6,8	35,1	25,6	2.555,2	6.543
Fundão	5.737,5	8.238,4	8.403,2	9.777,2	9.606,7	-1,7	29,4	27,2	2.837,2	3.386
Ibiraçu	3.505,9	4.647,7	5.451,2	4.841,8	4.337,8	-10,4	21,1	27,1	3.739,5	1.160
Jaguaré	13.715,3	14.839,4	13.648,9	16.377,4	16.479,1	0,6	35,2	31,5	3.114,0	5.292
João Neiva	6.240,1	10.781,6	8.901,2	8.596,7	7.707,6	-10,3	26,6	25,5	2.734,2	2.819
Linhares	37.696,9	45.008,4	59.755,3	68.760,1	74.832,1	8,8	27,9	28,9	3.505,5	21.347
Montanha	6.611,6	9.752,8	10.698,2	12.669,7	10.358,3	-18,2	36,2	34,3	3.673,2	2.820
Mucurici	2.866,4	3.819,9	3.285,6	3.450,8	3.287,5	-4,7	25,1	30,2	3.084,0	1.066
Pedro Canário	5.165,1	6.265,5	8.760,8	8.708,5	8.855,1	1,7	28,6	26,2	2.605,2	3.399
Pinheiros	7.623,2	10.946,4	12.628,0	13.779,4	13.189,1	-4,3	36,7	29,8	2.695,5	4.893
Ponto Belo	2.802,9	3.897,8	3.567,1	4.451,1	4.118,6	-7,5	29,2	34,6	3.502,2	1.176
Rio Bananal	5.563,9	8.236,9	8.790,7	10.175,2	10.190,2	0,1	32,1	28,4	3.231,9	3.153
São Mateus	38.388,3	50.504,7	53.390,3	52.864,6	61.737,5	16,8	39,1	35,8	3.135,0	19.693
Sooretama	8.399,8	9.421,2	11.311,0	13.808,3	12.243,9	-11,3	37,4	27,4	2.662,9	4.598
MS Central	**109.245,6**	**145.438,6**	**158.422,3**	**175.360,2**	**171.017,7**	**-2,5**	**29,1**	**28,8**	**3.769,8**	**45.365**
Afonso Cláudio	9.556,4	12.155,5	13.949,1	13.778,4	14.747,8	7,0	36,6	35,3	3.412,3	4.322
Alfredo Chaves	3.249,0	5.361,1	6.701,8	6.820,8	8.615,5	26,3	31,4	32,9	4.452,5	1.935
Anchieta	14.283,5	22.334,5	27.915,4	33.201,6	31.338,1	-5,6	28,8	28,9	5.575,2	5.621
Brejetuba	4.284,3	5.048,8	6.491,5	6.830,9	6.740,6	-1,3	31,1	26,6	4.304,3	1.566
Conceição do Castelo	4.834,9	8.670,8	8.041,0	7.635,9	7.317,3	-4,2	33,0	27,3	3.384,5	2.162
Domingos Martins	11.346,6	13.279,0	13.207,9	16.500,5	15.984,0	-3,1	31,1	26,3	3.106,7	5.145
Iconha	4.230,1	5.702,3	5.308,0	5.753,0	5.355,4	-6,9	24,0	28,8	3.070,7	1.744
Itaguaçu	4.751,7	6.560,2	6.206,5	6.921,4	6.654,2	-3,9	29,1	27,5	4.067,3	1.636
Itarana	3.255,2	3.980,7	4.192,1	6.273,3	4.326,1	-31,0	23,6	21,6	3.943,5	1.097
Laranja da Terra	3.972,9	5.009,5	5.148,7	4.992,8	4.306,3	-13,7	23,6	27,9	3.420,4	1.259
Marechal Floriano	5.075,9	6.377,9	7.169,9	7.741,1	6.985,8	-9,8	26,7	26,2	2.876,0	2.429
Piúma	5.866,0	8.081,9	8.634,0	9.434,5	10.398,2	10,2	37,8	29,2	2.950,7	3.524
Rio Novo do Sul	3.455,0	4.125,2	4.401,3	4.800,8	4.656,0	-3,0	28,5	27,3	3.912,6	1.190
Santa Leopoldina	4.563,6	5.229,5	5.457,5	7.001,7	6.015,0	-14,1	25,4	34,1	4.020,7	1.496
Santa Maria de Jetibá	9.337,4	10.173,1	11.444,9	13.206,6	12.841,9	-2,8	26,1	26,3	3.592,1	3.575
Santa Teresa	8.672,5	11.684,3	12.395,0	12.051,8	12.249,5	1,6	30,4	33,0	3.486,9	3.513
São Roque do Canaã	2.817,0	3.380,8	3.796,9	3.780,5	4.396,8	16,3	24,9	29,0	4.379,3	1.004
Venda Nova do Imigrante	5.693,5	8.283,3	7.960,9	8.634,4	8.089,2	-6,3	24,8	29,2	3.767,7	2.147
Região Metropolitana	**484.261,6**	**547.035,3**	**682.091,9**	**737.139,0**	**735.476,9**	**-0,2**	**26,6**	**28,4**	**3.329,4**	**220.901**
Cariacica	66.881,4	76.843,9	101.332,4	101.651,2	100.128,0	-1,5	37,4	31,7	2.450,9	40.853
Guarapari	27.572,3	33.148,4	35.598,4	41.360,9	44.001,7	6,4	33,6	25,9	2.565,5	17.151
Serra	108.384,5	118.644,9	140.414,7	179.968,5	201.043,3	11,7	29,7	31,0	3.556,7	56.526
Viana	19.646,6	28.116,0	27.946,0	31.169,9	32.824,6	5,3	38,1	31,3	2.883,9	11.382
Vila Velha	84.146,4	106.509,0	120.805,1	137.653,6	128.508,7	-6,6	29,7	26,6	2.884,4	44.553
Vitória	177.630,4	183.773,1	255.995,4	245.335,0	228.970,4	-6,7	19,6	26,9	4.539,8	50.436
MS Sul	**165.252,7**	**205.018,2**	**221.589,9**	**264.674,4**	**250.121,9**	**-5,5**	**29,8**	**27,1**	**3.165,7**	**79.009**
Alegre	11.484,8	12.070,0	12.863,0	13.572,4	13.806,2	1,7	28,4	26,2	5.822,9	2.371
Apiacá	3.351,7	3.918,7	4.188,6	4.384,5	3.886,1	-11,4	28,8	28,5	2.601,2	1.494
Atílio Vivacqua	5.014,8	5.466,5	5.438,5	6.402,2	5.203,2	-18,7	27,3	28,0	2.569,5	2.025
Bom Jesus do Norte	2.366,7	2.741,3	3.218,8	4.265,7	3.617,0	-15,2	25,5	32,8	3.893,4	929
Cachoeiro de Itapemirim	45.669,5	47.340,7	58.751,7	69.420,5	63.364,8	-8,7	31,5	25,6	2.773,3	22.848
Castelo	11.089,1	12.527,0	14.361,3	17.460,3	16.485,7	-5,6	32,5	28,0	3.258,7	5.059
Divino de São Lourenço	1.781,1	2.322,9	1.964,1	2.223,0	1.585,1	-28,7	16,4	38,0	4.095,9	387
Dores do Rio Preto	3.332,2	2.732,6	3.577,2	3.480,3	2.918,1	-16,2	25,2	...	3.981,0	733
Guaçuí	5.605,5	10.526,0	10.626,9	16.120,9	14.106,5	-12,5	31,2	23,0	2.844,6	4.959
Ibatiba	6.859,7	9.961,2	9.862,6	9.439,1	10.147,2	7,5	36,7	28,1	2.854,3	3.555
Ibitirama	3.309,1	3.721,5	4.515,0	5.555,0	4.373,9	-21,3	30,3	26,3	2.794,8	1.565
Irupi	4.168,5	5.151,3	5.025,5	5.417,3	5.565,3	2,7	32,3	28,6	2.974,5	1.871
Itapemirim	10.816,4	10.863,7	12.149,3	15.584,6	15.756,4	1,1	24,4	28,5	3.165,8	4.977
Iúna	8.578,5	12.237,2	13.485,4	14.552,1	14.315,2	-1,6	41,9	28,7	2.983,0	4.799
Jerônimo Monteiro	3.084,8	5.015,8	4.077,2	4.816,7	3.995,9	-17,0	24,4	25,5	3.225,1	1.239
Marataízes	5.500,1	10.499,1	10.850,4	15.862,5	14.814,5	-6,6	36,5	26,3	2.554,7	5.799
Mimoso do Sul	6.204,4	8.480,4	9.009,8	10.023,0	9.608,9	-4,1	25,3	26,4	3.376,3	2.846
Muniz Freire	6.048,5	10.733,0	10.549,4	12.788,9	11.952,5	-6,5	36,2	29,1	3.786,0	3.157
Muqui	3.776,9	5.122,6	4.286,3	5.393,3	5.873,9	8,9	27,7	32,4	3.479,8	1.688
Presidente Kennedy	7.123,3	8.617,1	8.788,4	12.078,1	12.589,4	4,2	21,0	24,5	6.650,5	1.893
São José do Calçado	3.334,8	6.348,6	4.515,4	4.744,2	4.822,3	1,6	24,0	28,6	2.985,9	1.615
Vargem Alta	6.752,1	8.620,7	9.485,2	11.090,0	11.333,7	2,2	30,1	25,6	3.541,8	3.200
TOTAL	**1.090.379,9**	**1.318.880,3**	**1.520.115,8**	**1.668.020,2**	**1.643.644,4**	**-1,5**	**28,3**	**28,5**	**3.291,7**	**499.333**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Número de matrículas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Participação na receita de impostos e transferências constitucionais na manutenção e no desenvolvimento do ensino, coletada no Sistema de Informações de Orçamento Públicos da Educação (Siope). Os dados dos municípios que não estavam disponíveis no Siope foram complementados com dados do TCEES. Nota: [a]valores para atendimento do artigo 212 da Constituição Federal, dados do Siope.

▶ Despesa com educação

Posição	Município	Despesa com educação em R$	População
1º	Vitória	228.970.383,4	50.436
2º	Serra	201.043.344,3	56.526
3º	Vila Velha	128.508.745,1	44.553
4º	Cariacica	100.128.004,9	40.853
5º	Linhares	74.832.098,5	21.347
6º	Cachoeiro de Itapemirim	63.364.808,6	22.848
7º	São Mateus	61.737.538,8	19.693
8º	Aracruz	52.353.355,1	16.124
9º	Colatina	46.463.418,7	15.004
10º	Guarapari	44.001.727,0	17.151
11º	Viana	32.824.646,6	11.382
12º	Anchieta	31.338.067,3	5.621
13º	Nova Venécia	22.461.961,5	8.138
14º	Conceição da Barra	16.718.838,4	6.543
15º	Barra de São Francisco	16.663.889,3	5.411
16º	Castelo	16.485.667,9	5.059
17º	Jaguaré	16.479.051,1	5.292
18º	Domingos Martins	15.984.050,0	5.145
19º	Itapemirim	15.756.350,9	4.977
20º	Marataízes	14.814.476,8	5.799
21º	Afonso Cláudio	14.747.762,6	4.322
22º	Iúna	14.315.247,6	4.799
23º	Guaçuí	14.106.524,5	4.959
24º	Alegre	13.806.185,3	2.371
25º	Baixo Guandu	13.528.682,7	4.193
26º	Pinheiros	13.189.099,1	4.893
27º	Santa Maria de Jetibá	12.841.879,9	3.575
28º	Presidente Kennedy	12.589.438,4	1.893
29º	Santa Teresa	12.249.490,5	3.513
30º	Sooretama	12.243.946,6	4.598
31º	Muniz Freire	11.952.504,3	3.157
32º	Vargem Alta	11.333.719,5	3.200
33º	Piúma	10.398.213,5	3.524
34º	São Gabriel da Palha	10.361.145,8	3.894
35º	Ecoporanga	10.358.791,6	2.713
36º	Montanha	10.358.340,0	2.820
37º	Rio Bananal	10.190.157,0	3.153
38º	Ibatiba	10.147.202,4	3.555
39º	Mimoso do Sul	9.608.892,6	2.846
40º	Fundão	9.606.685,4	3.386
41º	Pedro Canário	8.855.147,1	3.399
42º	Alfredo Chaves	8.615.537,0	1.935
43º	Pancas	8.468.516,4	2.249
44º	Venda Nova do Imigrante	8.089.209,6	2.147
45º	João Neiva	7.707.604,3	2.819
46º	Conceição do Castelo	7.317.346,3	2.162
47º	Boa Esperança	7.304.629,3	2.077
48º	Marechal Floriano	6.985.826,6	2.429
49º	Brejetuba	6.740.607,5	1.566
50º	Itaguaçu	6.654.182,9	1.636
51º	Vila Valério	6.467.505,4	1.838
52º	Água Doce do Norte	6.077.556,7	1.881
53º	Santa Leopoldina	6.014.959,7	1.496
54º	Muqui	5.873.940,8	1.688
55º	Águia Branca	5.661.519,5	1.568
56º	Irupi	5.565.282,7	1.871
57º	Mantenópolis	5.401.502,1	1.997
58º	Iconha	5.355.358,9	1.744
59º	Vila Pavão	5.280.637,7	1.588
60º	Atílio Vivacqua	5.203.219,9	2.025
61º	São José do Calçado	4.822.283,0	1.615
62º	Rio Novo do Sul	4.655.967,3	1.190
63º	São Domingos do Norte	4.625.683,9	896
64º	São Roque do Canaã	4.396.828,7	1.004
65º	Ibitirama	4.373.895,0	1.565
66º	Marilândia	4.347.000,9	1.270
67º	Ibiraçu	4.337.769,0	1.160
68º	Itarana	4.326.052,8	1.097
69º	Laranja da Terra	4.306.330,9	1.259
70º	Ponto Belo	4.118.628,1	1.176
71º	Alto Rio Novo	4.002.951,8	1.059
72º	Jerônimo Monteiro	3.995.901,4	1.239
73º	Apiacá	3.886.144,7	1.494
74º	Bom Jesus do Norte	3.616.973,8	929
75º	Governador Lindenberg	3.536.809,1	813
76º	Mucurici	3.287.518,5	1.066
77º	Dores do Rio Preto	2.918.097,0	733
78º	Divino de São Lourenço	1.585.128,2	387
TOTAL		1.643.644.387,5	499.333

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES.

▶ Despesa com educação por aluno

Posição	Município	A / B	Despesa com educação (A) em R$	Matrículas 2009 (B)
1º	Presidente Kennedy	6.650,5	12.589.438,4	1.893
2º	Alegre	5.822,9	13.806.185,3	2.371
3º	Anchieta	5.575,2	31.338.067,3	5.621
4º	São Domingos do Norte	5.162,6	4.625.683,9	896
5º	Vitória	4.539,8	228.970.383,4	50.436
6º	Alfredo Chaves	4.452,5	8.615.537,0	1.935
7º	São Roque do Canaã	4.379,3	4.396.828,7	1.004
8º	Governador Lindenberg	4.350,3	3.536.809,1	813
9º	Brejetuba	4.304,3	6.740.607,5	1.566
10º	Divino de São Lourenço	4.095,9	1.585.128,2	387
11º	Itaguaçu	4.067,3	6.654.182,9	1.636
12º	Santa Leopoldina	4.020,7	6.014.959,7	1.496
13º	Dores do Rio Preto	3.981,0	2.918.097,0	733
14º	Itarana	3.943,5	4.326.052,8	1.097
15º	Rio Novo do Sul	3.912,6	4.655.967,3	1.190
16º	Bom Jesus do Norte	3.893,4	3.616.973,8	929
17º	Ecoporanga	3.818,2	10.358.791,6	2.713
18º	Muniz Freire	3.786,0	11.952.504,3	3.157
19º	Alto Rio Novo	3.779,9	4.002.951,8	1.059
20º	Venda Nova do Imigrante	3.767,7	8.089.209,6	2.147
21º	Pancas	3.765,5	8.468.516,4	2.249
22º	Ibiraçu	3.739,5	4.337.769,0	1.160
23º	Montanha	3.673,2	10.358.340,0	2.820
24º	Águia Branca	3.610,7	5.661.519,5	1.568
25º	Santa Maria de Jetibá	3.592,1	12.841.879,9	3.575
26º	Serra	3.556,7	201.043.344,3	56.526
27º	Vargem Alta	3.541,8	11.333.719,5	3.200
28º	Vila Valério	3.518,8	6.467.505,4	1.838
29º	Boa Esperança	3.516,9	7.304.629,3	2.077
30º	Linhares	3.505,5	74.832.098,5	21.347
31º	Ponto Belo	3.502,2	4.118.628,1	1.176
32º	Santa Teresa	3.486,9	12.249.490,5	3.513
33º	Muqui	3.479,8	5.873.940,8	1.688
34º	Marilândia	3.422,8	4.347.000,9	1.270
35º	Laranja da Terra	3.420,4	4.306.330,9	1.259
36º	Afonso Cláudio	3.412,3	14.747.762,6	4.322
37º	Conceição do Castelo	3.384,5	7.317.346,3	2.162
38º	Mimoso do Sul	3.376,3	9.608.892,6	2.846
39º	Vila Pavão	3.325,3	5.280.637,7	1.588
40º	Castelo	3.258,7	16.485.667,9	5.059
41º	Aracruz	3.246,9	52.353.355,1	16.124
42º	Rio Bananal	3.231,9	10.190.157,0	3.153
43º	Água Doce do Norte	3.231,0	6.077.556,7	1.881
44º	Baixo Guandu	3.226,5	13.528.682,7	4.193
45º	Jerônimo Monteiro	3.225,1	3.995.901,4	1.239
46º	Itapemirim	3.165,8	15.756.350,9	4.977
47º	São Mateus	3.135,0	61.737.538,8	19.693
48º	Jaguaré	3.114,0	16.479.051,1	5.292
49º	Domingos Martins	3.106,7	15.984.050,0	5.145
50º	Colatina	3.096,7	46.463.418,7	15.004
51º	Mucurici	3.084,0	3.287.518,5	1.066
52º	Barra de São Francisco	3.079,6	16.663.889,3	5.411
53º	Iconha	3.070,7	5.355.358,9	1.744
54º	São José do Calçado	2.985,9	4.822.283,0	1.615
55º	Iúna	2.983,0	14.315.247,6	4.799
56º	Irupi	2.974,5	5.565.282,7	1.871
57º	Piúma	2.950,7	10.398.213,5	3.524
58º	Vila Velha	2.884,4	128.508.745,1	44.553
59º	Viana	2.883,9	32.824.646,6	11.382
60º	Marechal Floriano	2.876,0	6.985.826,6	2.429
61º	Ibatiba	2.854,3	10.147.202,4	3.555
62º	Guaçuí	2.844,6	14.106.524,5	4.959
63º	Fundão	2.837,2	9.606.685,4	3.386
64º	Ibitirama	2.794,8	4.373.895,0	1.565
65º	Cachoeiro de Itapemirim	2.773,3	63.364.808,6	22.848
66º	Nova Venécia	2.760,1	22.461.961,5	8.138
67º	João Neiva	2.734,2	7.707.604,3	2.819
68º	Mantenópolis	2.704,8	5.401.502,1	1.997
69º	Pinheiros	2.695,5	13.189.099,1	4.893
70º	Sooretama	2.662,9	12.243.946,6	4.598
71º	São Gabriel da Palha	2.660,8	10.361.145,8	3.894
72º	Pedro Canário	2.605,2	8.855.147,1	3.399
73º	Apiacá	2.601,2	3.886.144,7	1.494
74º	Atílio Vivacqua	2.569,5	5.203.219,9	2.025
75º	Guarapari	2.565,5	44.001.727,0	17.151
76º	Conceição da Barra	2.555,2	16.718.838,4	6.543
77º	Marataízes	2.554,7	14.814.476,8	5.799
78º	Cariacica	2.450,9	100.128.004,9	40.853
TOTAL		3.291,7	1.643.644.387,5	499.333

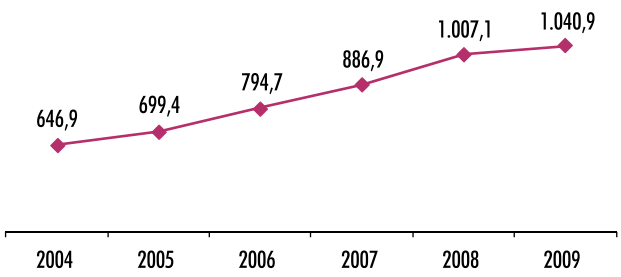
Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES. População para 2009 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

Saúde

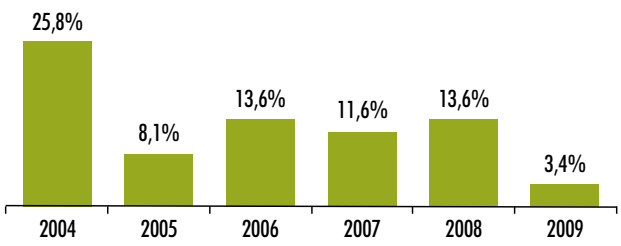
A despesa com saúde do conjunto dos municípios do Espírito Santo ultrapassou R$ 1 bilhão em 2009. Apesar do gasto recorde, 3,4% maior que o do ano anterior, ocorreu uma desaceleração no ritmo de crescimento dos recursos aplicados na área, que nos anos anteriores se expandira entre 8,1% e 25,8%.

Evolução dos gastos com saúde

em R$ milhões - IPCA médio de 2009



Taxa de crescimento do gasto municipal com saúde



A pequena alta de 2009 pode ser avaliada positivamente, pois a crise vivida pela economia brasileira repercutiu na receita corrente dos municípios capixabas, que declinou -6,5%.

O dispêndio em saúde avançou em todas as faixas populacionais. As cidades com mais de 50 mil habitantes, exceto Vitória, gastaram, em média, 4,4% a mais que em 2008. O destaque desse grupo foi Serra, que elevou sua despesa em 15,1%, realizando um aporte adicional de R$ 16,1 milhões, o maior aumento monetário entre todos os municípios do Estado. São Mateus e Viana também exibiram elevadas taxas de crescimento, 14,9% e 9,3%, respectivamente. Inversamente, Cachoeiro de Itapemirim registrou a maior redução, com queda de -13,3%. Na capital, os gastos ficaram praticamente estáveis, com aumento de 0,4%.

Entre os menores municípios, nove apresentaram taxas de crescimento superior a 15%, com destaque para Alto Rio Novo (34,6%), Muqui (30%) e São Gabriel da Palha (25,6%). Os piores desempenhos nesse grupo foram verificados em Bom Jesus do Norte, Ibitirama, Afonso Cláudio e Vila Valério, cujos decréscimos oscilaram entre -15,7% e -22,3%.

Apenas quatro municípios concentraram o equivalente a 40% dos gastos municipais em saúde. Vitória e Serra lideraram o aporte, respondendo por 16,2% e 11,7%, respectivamente. Já Vila Velha e Linhares aplicaram aproximadamente 6% do total.

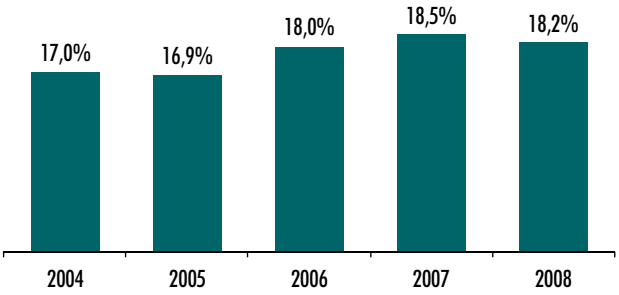
Gastos com recursos próprios

O sistema público de saúde é financiado pelos municípios via utilização de receitas próprias e recursos repassados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com a Emenda Constitucional nº 29, promulgada pelo Congresso Nacional em 13 de setembro de 2000, desde 2004 os municípios devem aplicar no mínimo 15% das receitas de IPTU, ITBI, ISS, IRRF e dos valores integrais das transferências constitucionais de FPM, ICMS, IPVA, ITR e IPI-exportação em gastos com a saúde. Além disso, os recursos SUS, provenientes da União (via Fundo Nacional de Saúde) e dos estados (via Fundo Estadual de Saúde), compõem a outra parcela de recursos destinados aos serviços prestados nessa área pelas municipalidades.

No Espírito Santo a maior parte do dispêndio municipal com saúde é efetuada com recursos próprios. Em 2009, eles responderam por 71% do total, contra 29% das transferências do SUS. Os repasses são mais importantes para São José do Calçado e Colatina, nos quais representou aproximadamente 60%. Em Afonso Cláudio, Pedro Canário, Águia Branca, Alegre, Guaçuí e Pancas, os recursos do SUS responderam por mais da metade do gasto.

Desde 2006, as cidades capixabas têm aplicado, em média, pouco mais de 18,2% de seus recursos vinculados na saúde. Entre 2006-2008, todos os municípios cumpriram a aplicação mínima de 15%. Em 2009, apenas Barra de São Francisco e Água Doce do Norte não alcançaram 15%, porém ficaram muito próximos dele, com 14,8% e 14,9%, respectivamente.

Gasto em saúde com recursos próprios sobre a receita vinculada



O indicador atingiu seu maior nível em Presidente Kennedy com 32,1%. Em outras cinco cidades ele foi superior a 25%: Rio Novo do Sul (25,4%), Laranja da Terra (25,4%), Atílio Vivacqua (25,6%), São Roque do Canaã (26,3%) e Marilândia (26,7%).

Gasto per capita

Os municípios capixabas destinaram à saúde, em média, R$ 298,50 por habitante. Os maiores valores foram registrados em Anchieta (R$ 1.069,93) e Presidente Kennedy (R$ 1.021,28). Alto Rio Novo, Aracruz e Vitória aplicaram mais de R$ 500.

Verifica-se que as cidades que possuem as maiores receitas per capita tendem a ser também as que realizam os maiores gastos per capita em saúde e vice-versa. Isso porque as principais receitas correntes já são vinculadas à área.

Entre os dez primeiros, seis constam no *ranking* das dez maiores receitas correntes per capita: Presidente Kennedy (R$ 9.024,32), Anchieta (R$ 5.539,15), Vitória (R$ 3.047,43), Aracruz (R$ 2.754,34), Alto Rio Novo (R$ 1.938,22) e Linhares (R$ 1.930,66). No outro extremo, entre os dez que menos gastam por habitante com a área de saúde, sete figuram no *ranking* das menores receitas correntes per capita: Cariacica (R$ 711,30), Vila Velha (R$ 999,68), Cachoeiro de Itapemirim (R$ 1.015,63), Guarapari (R$ 1.227,25), Iúna (R$ 1.250,29), Barra de São Francisco (R$ 1.204,22) e Afonso Cláudio (R$ 1.212,37).

C2 Comunicação.
Transformando a relação com a imprensa em valor para o seu negócio.

Quando uma empresa investe no relacionamento com a imprensa reforça sua reputação e imagem institucional. Uma comunicação com conteúdo amplia os horizontes, abre mercados, atrai talentos e gera novas oportunidades. Assim trabalha a C2 Comunicação. A gente transforma a relação com a imprensa em valor para o seu negócio.

Rua José Farias, 98, ed. Plena Center, sala 604, Barro Vermelho,Vitória, ES
27 3227.0277 c2@c2press.com.br

▶ Saúde - 2004-2009

Regiões e municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/ 2008	Partic. na desp. total 2009	Gasto em saúde com recursos próprios sobre a receita vinculada[a]	Gasto com saúde per capita 2009 em R$
	em R$ mil - IPCA médio de 2009						em %			
MS Noroeste	**82.112,8**	**88.012,3**	**108.134,4**	**110.152,6**	**120.375,7**	**126.427,3**	**5,0**	**20,8**	**18,8**	**310,5**
Água Doce do Norte	2.333,4	2.152,8	3.339,6	3.500,8	3.674,2	3.514,0	-4,4	18,2	14,9	290,6
Águia Branca	1.859,5	2.106,5	2.554,4	2.370,2	3.306,7	3.049,5	-7,8	18,8	18,3	320,9
Alto Rio Novo	1.886,2	2.181,2	2.351,9	2.260,4	2.543,0	3.423,7	34,6	22,6	19,1	554,7
Baixo Guandu	3.847,6	6.841,9	8.995,9	8.138,0	8.323,5	8.570,0	3,0	19,3	21,1	286,7
Barra de São Francisco	6.577,8	682,0	7.255,1	7.694,5	9.498,2	9.271,6	-2,4	16,9	14,8	222,6
Boa Esperança	3.273,7	3.580,7	4.131,2	4.174,0	4.330,0	4.784,4	10,5	20,6	17,7	364,7
Colatina	25.686,6	27.060,4	29.425,3	32.008,6	29.973,2	31.490,5	5,1	20,4	15,9	282,8
Ecoporanga	5.942,4	6.675,2	7.891,4	7.401,7	9.455,7	9.008,2	-4,7	24,9	18,4	377,1
Governador Lindenberg	2.753,6	3.662,3	4.039,6	3.934,3	4.325,2	4.214,9	-2,6	22,5	22,2	404,5
Mantenópolis	2.520,0	3.812,7	3.558,8	3.793,2	4.209,3	4.013,4	-4,7	21,4	15,0	345,1
Marilândia	3.496,2	3.654,0	4.011,8	3.846,0	4.408,7	5.239,8	18,9	29,2	26,7	490,8
Nova Venécia	7.154,7	8.600,0	10.421,6	10.518,1	12.721,0	15.489,3	21,8	22,9	24,3	334,2
Pancas	4.698,4	5.356,6	6.372,7	6.297,0	6.456,7	6.125,7	-5,1	23,0	17,6	331,2
São Domingos do Norte	1.493,0	1.762,6	2.170,3	2.612,5	2.885,3	3.132,1	8,6	20,6	18,4	381,7
São Gabriel da Palha	4.634,5	5.232,4	5.903,6	5.802,2	6.635,0	8.332,1	25,6	21,4	23,7	272,3
Vila Pavão	1.536,8	1.987,1	2.575,8	2.322,1	2.565,9	2.500,8	-2,5	15,1	17,7	274,0
Vila Valério	2.418,4	2.664,0	3.135,2	3.479,3	5.064,0	4.267,2	-15,7	18,1	18,1	303,8
MS Litoral Norte	**128.096,5**	**146.110,9**	**158.274,6**	**170.113,8**	**197.454,9**	**200.257,1**	**1,4**	**19,8**	**20,6**	**380,3**
Aracruz	30.215,8	34.705,5	33.996,4	36.078,5	42.525,2	42.244,2	-0,7	19,3	19,0	537,1
Conceição da Barra	6.217,3	7.670,7	7.688,9	7.345,7	8.830,3	8.953,1	1,4	18,8	21,0	330,9
Fundão	2.879,0	3.836,8	5.114,4	6.025,8	6.542,1	7.346,3	12,3	22,5	22,7	447,1
Ibiraçu	2.417,8	2.844,3	3.778,3	3.829,4	3.402,5	3.696,6	8,6	18,0	16,4	344,7
Jaguaré	6.863,8	8.088,2	8.520,2	8.126,7	8.958,8	7.850,1	-12,4	16,8	17,0	334,4
João Neiva	3.800,9	4.780,0	6.082,0	5.284,9	5.727,3	6.410,3	11,9	22,2	21,0	438,4
Linhares	37.933,0	40.648,1	45.595,9	54.038,7	62.565,3	62.090,7	-0,8	23,2	23,2	468,0
Montanha	3.419,3	3.864,8	4.941,1	5.359,1	6.311,5	5.784,9	-8,3	20,2	21,3	306,8
Mucurici	2.273,8	2.046,7	2.378,2	2.357,4	2.607,9	2.424,9	-7,0	18,5	18,2	410,3
Pedro Canário	3.971,8	5.943,2	4.416,5	5.525,6	6.753,4	6.052,1	-10,4	19,5	17,5	248,0
Pinheiros	4.537,4	5.538,1	5.243,8	6.004,5	7.402,7	7.763,7	4,9	21,6	21,9	325,2
Ponto Belo	1.732,7	2.230,7	2.898,8	2.652,1	2.844,4	2.876,8	1,1	20,4	21,3	397,0
Rio Bananal	4.085,5	4.554,1	4.960,0	5.286,3	6.552,4	7.172,7	9,5	22,6	24,2	415,9
São Mateus	14.367,7	15.792,5	18.351,2	17.538,4	20.652,2	23.738,6	14,9	15,0	19,6	233,6
Sooretama	3.380,8	3.567,1	4.308,8	4.660,7	5.778,8	5.852,1	1,3	17,9	20,8	246,3
MS Central	**71.014,7**	**80.688,7**	**96.965,9**	**109.622,2**	**121.654,3**	**127.600,0**	**4,9**	**21,7**	**19,4**	**412,0**
Afonso Cláudio	5.841,7	7.023,9	7.712,5	7.226,9	9.333,5	7.769,3	-16,8	19,3	17,2	247,6
Alfredo Chaves	1.689,5	2.736,4	4.450,3	4.453,5	5.607,3	6.018,6	7,3	21,9	17,9	412,7
Anchieta	13.734,8	11.263,9	13.713,0	18.749,7	17.981,1	21.640,5	20,4	19,9	16,4	1.069,9
Brejetuba	2.658,2	3.748,5	4.056,8	4.249,2	4.801,2	5.106,1	6,4	23,5	19,6	460,1
Conceição do Castelo	2.646,8	3.426,3	3.914,0	4.447,2	4.449,1	4.733,2	6,4	21,4	20,0	399,4
Domingos Martins	5.743,6	6.323,0	7.561,6	8.267,2	9.315,4	10.925,3	17,3	21,3	20,4	336,6
Iconha	2.269,2	3.215,7	4.149,8	4.563,1	4.669,3	4.417,2	-5,4	19,8	21,7	371,2
Itaguaçu	2.752,0	2.815,5	3.979,8	5.259,1	5.089,3	5.023,5	-1,3	22,0	19,2	354,5
Itarana	2.396,2	2.278,3	2.820,6	3.070,1	3.914,1	3.692,8	-5,7	20,1	17,4	346,2
Laranja da Terra	2.287,9	2.975,7	3.533,8	3.860,1	4.246,7	4.367,5	2,8	23,9	25,4	392,2
Marechal Floriano	3.113,2	3.734,9	4.675,3	5.338,5	5.103,0	5.159,0	1,1	19,7	20,1	387,8
Piúma	2.805,4	4.030,9	4.883,6	5.020,8	5.386,1	5.834,1	8,3	21,2	21,9	339,0
Rio Novo do Sul	2.341,6	2.315,4	2.019,4	3.099,6	3.971,2	3.995,1	0,6	24,5	25,4	349,0
Santa Leopoldina	2.628,9	2.827,6	3.182,2	4.013,8	4.647,0	4.007,3	-13,8	16,9	18,3	314,5
Santa Maria de Jetibá	7.166,3	8.441,9	9.651,2	9.790,4	11.466,1	11.500,2	0,3	23,4	19,2	339,0
Santa Teresa	4.117,0	5.159,1	6.607,3	7.494,6	9.025,0	10.357,4	14,8	25,7	20,0	499,3
São Roque do Canaã	2.252,8	2.651,9	3.738,8	3.870,6	4.828,2	4.623,9	-4,2	26,1	26,3	427,5
Venda Nova do Imigrante	4.569,7	5.719,8	6.315,9	6.847,7	7.820,6	8.428,9	7,8	25,8	21,2	420,9
Região Metropolitana	**273.325,4**	**276.058,6**	**309.235,2**	**359.744,9**	**404.895,3**	**425.324,1**	**5,0**	**15,4**	**16,8**	**254,7**
Cariacica	27.308,6	25.647,9	27.399,6	33.781,1	37.160,4	36.921,9	-0,6	13,8	17,3	100,9
Guarapari	11.156,8	11.752,0	16.567,1	15.798,3	18.115,5	18.504,6	2,1	14,1	16,4	177,0
Serra	74.377,8	69.596,9	75.969,1	81.525,4	106.127,9	122.199,8	15,1	18,0	17,7	302,0
Viana	8.671,9	9.321,5	12.316,2	11.220,0	12.340,4	13.485,5	9,3	15,7	18,0	221,7
Vila Velha	46.078,8	44.599,0	49.364,0	53.283,8	62.638,3	65.101,0	3,9	15,1	16,4	157,4
Vitória	105.731,4	115.141,3	127.619,3	164.136,3	168.512,8	169.111,3	0,4	14,5	16,3	528,2
MS Sul	**92.384,6**	**108.520,9**	**122.046,0**	**137.239,8**	**162.676,7**	**161.333,7**	**-0,8**	**19,2**	**19,2**	**281,0**
Alegre	6.578,2	6.623,2	8.152,5	10.010,3	9.824,9	11.010,9	12,1	22,6	21,1	353,6
Apiacá	1.635,3	2.201,5	2.977,4	2.872,5	3.095,9	2.873,8	-7,2	21,3	20,1	364,6
Atílio Vivacqua	3.254,5	3.834,4	3.924,7	4.138,3	4.428,6	4.616,0	4,2	24,2	25,6	493,1
Bom Jesus do Norte	2.232,0	2.445,7	2.922,5	2.651,9	4.187,4	3.252,8	-22,3	23,0	19,6	336,3
Cachoeiro de Itapemirim	23.867,3	24.764,3	26.733,9	31.504,5	36.893,0	31.994,1	-13,3	15,9	15,7	159,0
Castelo	7.029,2	7.183,6	8.476,4	9.781,9	10.239,4	10.948,4	6,9	21,6	20,3	329,7
Divino de São Lourenço	1.356,4	1.540,8	2.074,4	1.724,9	2.247,7	2.077,8	-7,6	21,5	15,6	414,6
Dores do Rio Preto	1.425,1	1.867,7	2.284,4	2.538,6	2.844,3	2.485,9	-12,6	21,4	21,4	395,0
Guaçuí	3.595,3	4.617,5	5.723,1	7.521,3	8.239,1	8.159,5	-1,0	18,1	19,1	305,1
Ibatiba	4.705,9	4.591,0	5.597,8	6.198,7	7.272,8	6.812,2	-6,3	24,7	23,9	332,8
Ibitirama	1.891,9	2.366,3	1.602,6	1.741,1	3.943,5	3.192,5	-19,0	22,1	21,4	345,6
Irupi	1.989,1	2.415,0	3.005,3	3.245,5	4.008,0	3.898,0	-2,7	22,6	21,9	363,1
Itapemirim	4.647,1	5.959,6	6.762,6	7.086,1	9.291,7	9.094,6	-2,1	14,1	19,4	277,6
Iúna	3.766,7	4.214,8	4.936,9	5.247,2	6.382,5	5.687,1	-10,9	16,6	16,5	216,7
Jerônimo Monteiro	1.716,5	2.206,8	2.498,1	2.662,0	2.964,6	3.129,7	5,6	19,1	19,7	278,6
Marataízes	4.108,5	5.093,4	5.422,9	6.628,3	7.788,3	9.024,6	15,9	22,3	23,4	277,7
Mimoso do Sul	5.890,7	5.804,1	7.158,1	7.002,0	7.606,6	9.325,4	22,6	24,6	17,2	343,8
Muniz Freire	1.746,0	3.894,0	4.330,9	5.048,6	5.790,5	5.851,2	1,0	17,7	17,7	318,7
Muqui	3.535,1	3.827,0	3.837,4	4.229,9	4.375,5	5.688,1	30,0	26,8	22,8	395,6
Presidente Kennedy	0,0	4.962,8	4.725,9	5.562,7	10.125,4	11.135,0	10,0	18,6	32,1	1.021,3
São José do Calçado	2.834,7	3.150,8	3.189,4	3.803,0	3.973,0	3.823,7	-3,8	19,0	16,1	348,7
Vargem Alta	4.579,0	4.956,4	5.709,0	6.040,4	7.154,0	7.252,4	1,4	19,2	19,2	389,1
TOTAL	**646.934,0**	**699.391,3**	**794.656,2**	**886.873,4**	**1.007.056,8**	**1.040.942,2**	**3,4**	**17,9**	**18,2**	**298,5**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos da Saúde (Siops). Nota: [a] valores para atender a Emenda Constitucional nº 29, dados do Siops.

▶ Despesa com saúde

Posição	Município	Despesa com saúde em R$	População
1º	Vitória	169.111.287,1	320.156
2º	Serra	122.199.820,6	404.688
3º	Vila Velha	65.101.034,6	413.548
4º	Linhares	62.090.735,2	132.664
5º	Aracruz	42.244.227,1	78.658
6º	Cariacica	36.921.894,1	365.859
7º	Cachoeiro de Itapemirim	31.994.146,6	201.259
8º	Colatina	31.490.469,7	111.365
9º	São Mateus	23.738.625,1	101.613
10º	Anchieta	21.640.455,4	20.226
11º	Guarapari	18.504.550,1	104.534
12º	Nova Venécia	15.489.296,3	46.354
13º	Viana	13.485.506,1	60.829
14º	Santa Maria de Jetibá	11.500.232,6	33.921
15º	Presidente Kennedy	11.135.006,1	10.903
16º	Alegre	11.010.922,3	31.143
17º	Castelo	10.948.412,2	33.212
18º	Domingos Martins	10.925.320,5	32.455
19º	Santa Teresa	10.357.418,0	20.742
20º	Mimoso do Sul	9.325.357,8	27.124
21º	Barra de São Francisco	9.271.577,0	41.645
22º	Itapemirim	9.094.630,6	32.761
23º	Marataízes	9.024.604,3	32.502
24º	Ecoporanga	9.008.196,3	23.891
25º	Conceição da Barra	8.953.082,1	27.059
26º	Baixo Guandu	8.570.025,4	29.891
27º	Venda Nova do Imigrante	8.428.909,9	20.028
28º	São Gabriel da Palha	8.332.114,0	30.604
29º	Guaçuí	8.159.486,6	26.743
30º	Jaguaré	7.850.136,6	23.472
31º	Afonso Cláudio	7.769.289,9	31.384
32º	Pinheiros	7.763.663,9	23.874
33º	Fundão	7.346.324,1	16.431
34º	Vargem Alta	7.252.350,9	18.637
35º	Rio Bananal	7.172.676,7	17.247
36º	Ibatiba	6.812.151,5	20.471
37º	João Neiva	6.410.347,5	14.621
38º	Pancas	6.125.720,1	18.497
39º	Pedro Canário	6.052.134,9	24.404
40º	Alfredo Chaves	6.018.644,8	14.585
41º	Sooretama	5.852.056,1	23.761
42º	Muniz Freire	5.851.213,0	18.358
43º	Piúma	5.834.055,6	17.212
44º	Montanha	5.784.897,7	18.856
45º	Muqui	5.688.096,6	14.377
46º	Iúna	5.687.097,6	26.239
47º	Marilândia	5.239.802,7	10.676
48º	Marechal Floriano	5.159.026,1	13.302
49º	Brejetuba	5.106.127,1	11.097
50º	Itaguaçu	5.023.507,3	14.171
51º	Boa Esperança	4.784.402,2	13.119
52º	Conceição do Castelo	4.733.191,1	11.851
53º	São Roque do Canaã	4.623.931,4	10.817
54º	Atílio Vivacqua	4.615.982,8	9.361
55º	Iconha	4.417.222,2	11.901
56º	Laranja da Terra	4.367.463,4	11.136
57º	Vila Valério	4.267.199,6	14.048
58º	Governador Lindenberg	4.214.908,1	10.420
59º	Mantenópolis	4.013.437,7	11.630
60º	Santa Leopoldina	4.007.333,8	12.743
61º	Rio Novo do Sul	3.995.095,2	11.447
62º	Irupi	3.898.044,9	10.735
63º	São José do Calçado	3.823.741,7	10.965
64º	Ibiraçu	3.696.592,1	10.724
65º	Itarana	3.692.798,7	10.667
66º	Água Doce do Norte	3.514.005,9	12.091
67º	Alto Rio Novo	3.423.739,2	6.172
68º	Bom Jesus do Norte	3.252.783,0	9.672
69º	Ibitirama	3.192.467,0	9.238
70º	São Domingos do Norte	3.132.089,0	8.205
71º	Jerônimo Monteiro	3.129.740,7	11.235
72º	Águia Branca	3.049.459,1	9.503
73º	Ponto Belo	2.876.762,8	7.247
74º	Apiacá	2.873.807,7	7.883
75º	Vila Pavão	2.500.824,7	9.126
76º	Dores do Rio Preto	2.485.880,8	6.293
77º	Mucurici	2.424.871,1	5.910
78º	Divino de São Lourenço	2.077.783,6	5.011
TOTAL		**1.040.942.223,3**	**3.487.199**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES.

▶ Despesa com saúde per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com saúde (A) em R$	População (B)
1º	Anchieta	1.069,9	21.640.455,4	20.226
2º	Presidente Kennedy	1.021,3	11.135.006,1	10.903
3º	Alto Rio Novo	554,7	3.423.739,2	6.172
4º	Aracruz	537,1	42.244.227,1	78.658
5º	Vitória	528,2	169.111.287,1	320.156
6º	Santa Teresa	499,3	10.357.418,0	20.742
7º	Atílio Vivacqua	493,1	4.615.982,8	9.361
8º	Marilândia	490,8	5.239.802,7	10.676
9º	Linhares	468,0	62.090.735,2	132.664
10º	Brejetuba	460,1	5.106.127,1	11.097
11º	Fundão	447,1	7.346.324,1	16.431
12º	João Neiva	438,4	6.410.347,5	14.621
13º	São Roque do Canaã	427,5	4.623.931,4	10.817
14º	Venda Nova do Imigrante	420,9	8.428.909,9	20.028
15º	Rio Bananal	415,9	7.172.676,7	17.247
16º	Divino de São Lourenço	414,6	2.077.783,6	5.011
17º	Alfredo Chaves	412,7	6.018.644,8	14.585
18º	Mucurici	410,3	2.424.871,1	5.910
19º	Governador Lindenberg	404,5	4.214.908,1	10.420
20º	Conceição do Castelo	399,4	4.733.191,1	11.851
21º	Ponto Belo	397,0	2.876.762,8	7.247
22º	Muqui	395,6	5.688.096,6	14.377
23º	Dores do Rio Preto	395,0	2.485.880,8	6.293
24º	Laranja da Terra	392,2	4.367.463,4	11.136
25º	Vargem Alta	389,1	7.252.350,9	18.637
26º	Marechal Floriano	387,8	5.159.026,1	13.302
27º	São Domingos do Norte	381,7	3.132.089,0	8.205
28º	Ecoporanga	377,1	9.008.196,3	23.891
29º	Iconha	371,2	4.417.222,2	11.901
30º	Boa Esperança	364,7	4.784.402,2	13.119
31º	Apiacá	364,6	2.873.807,7	7.883
32º	Irupi	363,1	3.898.044,9	10.735
33º	Itaguaçu	354,5	5.023.507,3	14.171
34º	Alegre	353,6	11.010.922,3	31.143
35º	Rio Novo do Sul	349,0	3.995.095,2	11.447
36º	São José do Calçado	348,7	3.823.741,7	10.965
37º	Itarana	346,2	3.692.798,7	10.667
38º	Ibitirama	345,6	3.192.467,0	9.238
39º	Mantenópolis	345,1	4.013.437,7	11.630
40º	Ibiraçu	344,7	3.696.592,1	10.724
41º	Mimoso do Sul	343,8	9.325.357,8	27.124
42º	Santa Maria de Jetibá	339,0	11.500.232,6	33.921
43º	Piúma	339,0	5.834.055,6	17.212
44º	Domingos Martins	336,6	10.925.320,5	32.455
45º	Bom Jesus do Norte	336,3	3.252.783,0	9.672
46º	Jaguaré	334,4	7.850.136,6	23.472
47º	Nova Venécia	334,2	15.489.296,3	46.354
48º	Ibatiba	332,8	6.812.151,5	20.471
49º	Pancas	331,2	6.125.720,1	18.497
50º	Conceição da Barra	330,9	8.953.082,1	27.059
51º	Castelo	329,7	10.948.412,2	33.212
52º	Pinheiros	325,2	7.763.663,9	23.874
53º	Águia Branca	320,9	3.049.459,1	9.503
54º	Muniz Freire	318,7	5.851.213,0	18.358
55º	Santa Leopoldina	314,5	4.007.333,8	12.743
56º	Montanha	306,8	5.784.897,7	18.856
57º	Guaçuí	305,1	8.159.486,6	26.743
58º	Vila Valério	303,8	4.267.199,6	14.048
59º	Serra	302,0	122.199.820,6	404.688
60º	Água Doce do Norte	290,6	3.514.005,9	12.091
61º	Baixo Guandu	286,7	8.570.025,4	29.891
62º	Colatina	282,8	31.490.469,7	111.365
63º	Jerônimo Monteiro	278,6	3.129.740,7	11.235
64º	Marataízes	277,7	9.024.604,3	32.502
65º	Itapemirim	277,6	9.094.630,6	32.761
66º	Vila Pavão	274,0	2.500.824,7	9.126
67º	São Gabriel da Palha	272,3	8.332.114,0	30.604
68º	Pedro Canário	248,0	6.052.134,9	24.404
69º	Afonso Cláudio	247,6	7.769.289,9	31.384
70º	Sooretama	246,3	5.852.056,1	23.761
71º	São Mateus	233,6	23.738.625,1	101.613
72º	Barra de São Francisco	222,6	9.271.577,0	41.645
73º	Viana	221,7	13.485.506,1	60.829
74º	Iúna	216,7	5.687.097,6	26.239
75º	Guarapari	177,0	18.504.550,1	104.534
76º	Cachoeiro de Itapemirim	159,0	31.994.146,6	201.259
77º	Vila Velha	157,4	65.101.034,6	413.548
78º	Cariacica	100,9	36.921.894,1	365.859
TOTAL		**298,5**	**1.040.942.223,3**	**3.487.199**

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES. População para 2009 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

Gasto com saúde - 2009

Regiões e municípios	Gastos com saúde A	Receita SUS B	Gasto com recursos próprios C = A - B	Receita SUS / Total saúde B / A	Rec. próprios / Total saúde C / A
	em R$ mil - IPCA médio de 2009			em %	
MS Noroeste	**126.427,3**	**52.706,9**	**73.720,4**	**41,7**	**58,3**
Água Doce do Norte	3.514,0	1.456,5	2.057,5	41,4	58,6
Águia Branca	3.049,5	1.605,8	1.443,6	52,7	47,3
Alto Rio Novo	3.423,7	911,7	2.512,1	26,6	73,4
Baixo Guandu	8.570,0	2.145,3	6.424,7	25,0	75,0
Barra de São Francisco	9.271,6	4.376,5	4.895,0	47,2	52,8
Boa Esperança	4.784,4	1.991,2	2.793,2	41,6	58,4
Colatina	31.490,5	18.662,5	12.828,0	59,3	40,7
Ecoporanga	9.008,2	3.601,1	5.407,1	40,0	60,0
Governador Lindenberg	4.214,9	1.014,9	3.200,0	24,1	75,9
Mantenópolis	4.013,4	1.939,7	2.073,7	48,3	51,7
Marilândia	5.239,8	1.530,9	3.708,9	29,2	70,8
Nova Venécia	15.489,3	6.192,8	9.296,5	40,0	60,0
Pancas	6.125,7	3.080,9	3.044,8	50,3	49,7
São Domingos do Norte	3.132,1	685,1	2.447,0	21,9	78,1
São Gabriel da Palha	8.332,1	2.352,8	5.979,4	28,2	71,8
Vila Pavão	2.500,8	453,7	2.047,1	18,1	81,9
Vila Valério	4.267,2	705,5	3.561,7	16,5	83,5
MS Litoral Norte	**200.257,1**	**67.528,3**	**132.728,8**	**33,7**	**66,3**
Aracruz	42.244,2	11.559,5	30.684,7	27,4	72,6
Conceição da Barra	8.953,1	3.776,1	5.176,9	42,2	57,8
Fundão	7.346,3	2.041,9	5.304,5	27,8	72,2
Ibiraçu	3.696,6	988,0	2.708,6	26,7	73,3
Jaguaré	7.850,1	2.865,6	4.984,6	36,5	63,5
João Neiva	6.410,3	2.509,9	3.900,4	39,2	60,8
Linhares	62.090,7	22.318,9	39.771,8	35,9	64,1
Montanha	5.784,9	1.755,6	4.029,3	30,3	69,7
Mucurici	2.424,9	876,8	1.548,0	36,2	63,8
Pedro Canário	6.052,1	3.262,2	2.789,9	53,9	46,1
Pinheiros	7.763,7	3.297,8	4.465,9	42,5	57,5
Ponto Belo	2.876,8	917,1	1.959,7	31,9	68,1
Rio Bananal	7.172,7	1.919,6	5.253,0	26,8	73,2
São Mateus	23.738,6	8.015,8	15.722,8	33,8	66,2
Sooretama	5.852,1	1.423,3	4.428,7	24,3	75,7
MS Central	**127.600,0**	**39.737,1**	**87.862,9**	**31,1**	**68,9**
Afonso Cláudio	7.769,3	4.392,7	3.376,6	56,5	43,5
Alfredo Chaves	6.018,6	966,9	5.051,7	16,1	83,9
Anchieta	21.640,5	3.697,6	17.942,8	17,1	82,9
Brejetuba	5.106,1	1.644,1	3.462,1	32,2	67,8
Conceição do Castelo	4.733,2	1.157,4	3.575,8	24,5	75,5
Domingos Martins	10.925,3	3.141,5	7.783,8	28,8	71,2
Iconha	4.417,2	1.156,2	3.261,1	26,2	73,8
Itaguaçu	5.023,5	1.635,6	3.387,9	32,6	67,4
Itarana	3.692,8	1.420,2	2.272,6	38,5	61,5
Laranja da Terra	4.367,5	1.065,6	3.301,9	24,4	75,6
Marechal Floriano	5.159,0	1.878,6	3.280,5	36,4	63,6
Piúma	5.834,1	2.259,3	3.574,7	38,7	61,3
Rio Novo do Sul	3.995,1	1.091,3	2.903,8	27,3	72,7
Santa Leopoldina	4.007,3	1.054,0	2.953,4	26,3	73,7
Santa Maria de Jetibá	11.500,2	4.343,3	7.156,9	37,8	62,2
Santa Teresa	10.357,4	4.432,9	5.924,5	42,8	57,2
São Roque do Canaã	4.623,9	1.738,8	2.885,2	37,6	62,4
Venda Nova do Imigrante	8.428,9	2.661,1	5.767,8	31,6	68,4
Região Metropolitana	**425.324,1**	**82.703,1**	**342.621,0**	**19,4**	**80,6**
Cariacica	36.921,9	15.481,4	21.440,5	41,9	58,1
Guarapari	18.504,6	7.883,9	10.620,7	42,6	57,4
Serra	122.199,8	15.714,0	106.485,8	12,9	87,1
Viana	13.485,5	4.290,4	9.195,1	31,8	68,2
Vila Velha	65.101,0	20.301,2	44.799,9	31,2	68,8
Vitória	169.111,3	19.032,2	150.079,1	11,3	88,7
MS Sul	**161.333,7**	**59.072,8**	**102.260,9**	**36,6**	**63,4**
Alegre	11.010,9	5.779,2	5.231,7	52,5	47,5
Apiacá	2.873,8	1.058,1	1.815,7	36,8	63,2
Atílio Vivacqua	4.616,0	1.442,5	3.173,5	31,2	68,8
Bom Jesus do Norte	3.252,8	1.493,8	1.759,0	45,9	54,1
Cachoeiro de Itapemirim	31.994,1	12.662,5	19.331,6	39,6	60,4
Castelo	10.948,4	3.834,8	7.113,6	35,0	65,0
Divino de São Lourenço	2.077,8	624,1	1.453,7	30,0	70,0
Dores do Rio Preto	2.485,9	603,9	1.882,0	24,3	75,7
Guaçuí	8.159,5	4.162,8	3.996,7	51,0	49,0
Ibatiba	6.812,2	2.431,6	4.380,5	35,7	64,3
Ibitirama	3.192,5	1.047,7	2.144,8	32,8	67,2
Irupi	3.898,0	897,0	3.001,0	23,0	77,0
Itapemirim	9.094,6	2.246,6	6.848,1	24,7	75,3
Iúna	5.687,1	2.055,9	3.631,2	36,2	63,8
Jerônimo Monteiro	3.129,7	1.205,9	1.923,8	38,5	61,5
Marataízes	9.024,6	3.219,7	5.804,9	35,7	64,3
Mimoso do Sul	9.325,4	3.996,5	5.328,8	42,9	57,1
Muniz Freire	5.851,2	1.911,0	3.940,2	32,7	67,3
Muqui	5.688,1	1.980,2	3.707,9	34,8	65,2
Presidente Kennedy	11.135,0	1.331,9	9.803,1	12,0	88,0
São José do Calçado	3.823,7	2.396,9	1.426,8	62,7	37,3
Vargem Alta	7.252,4	2.690,2	4.562,2	37,1	62,9
TOTAL	**1.040.942,2**	**301.748,3**	**739.194,0**	**29,0**	**71,0**

Fonte: balanços municipais de 2009, coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), não apreciados em plenário.

Felicidade é morar numa cidade
Feita do jeitinho pra gente ser feliz

Cultura, Lazer, Turismo, Esporte, Economia, Saneamento, Agricultura, Segurança, Educação, Saúde, Cidadania, Planejamento, Responsabilidade Social e Consciência Ambiental.
Tudo isso tem aqui.

Nosso lar é Colatina
Aqui é nosso lugar

PREFEITURA
Colatina
NO CAMINHO CERTO

*Alberto J. Mendes Borges**
*Helder Ignacio Salomão***

g100: os municípios pobres do Brasil e o caso de Cariacica

A questão da desigualdade de recursos disponíveis entre os municípios para prestação de serviços públicos é um tema que tem sido pouco e mal discutido pela sociedade brasileira. Da mesma forma que muitos não se sensibilizam com a forte desigualdade de renda entre as pessoas, assim também existe certa inclinação de se ver com naturalidade a forte discrepância de receita entre as cidades brasileiras.

No Brasil, os municípios têm um papel central na prestação dos serviços públicos de demanda mais imediata para a população e na implantação de políticas sociais

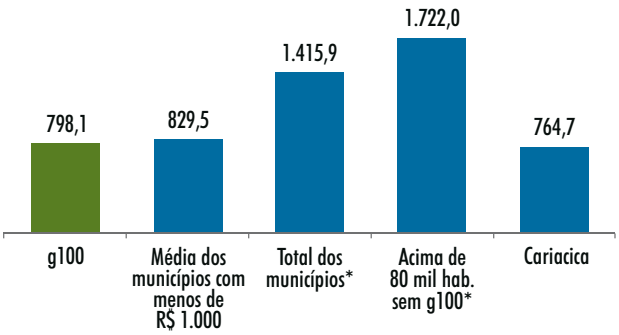
que possam resultar na redução das desigualdades socioeconômicas. Em face dessa posição estratégica, é impensável implantar políticas voltadas para os segmentos com maior grau de vulnerabilidade social sem atacar o problema das desigualdades de receita entre as cidades.

Atualmente, um grande número de municípios vive uma realidade desconhecida para o Brasil. São cidades negligenciadas pelo Sistema Tributário Brasileiro e que abrigam uma população com alta vulnerabilidade social. Liderados pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), os prefeitos das cem cidades com mais de 80 mil habitantes e baixa receita por habitante se organizaram no **g100** para dar visibilidade aos problemas desses municípios e, junto com os diversos segmentos da sociedade brasileira, buscar soluções para transformar essa situação que envergonha a Federação.

Cerca de mil municípios brasileiros onde residem 47,5 milhões de pessoas, mais de 1/4 da população brasileira, possuem baixa receita por habitante. Metade dessa população reside em cem cidades com mais de 80 mil habitantes espalhadas pelo território nacional, grande parte delas localizadas na periferia de regiões metropolitanas. Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a receita média por habitante dos municípios brasileiros foi de R$ 1.415,90, em 2008. Esse valor cai para R$ 798,10 para o grupo do **g100**.

No Estado do Espírito Santo, apenas o Município de Cariacica pertence ao **g100**. No entanto, sua população corresponde a 10% do total do Estado. Sistematicamente, ao longo dos últimos anos, Cariacica vem ocupando a última posição no *ranking* de menor receita por habitante entre os municípios capixabas. Em 2009, por exemplo, obteve uma receita por habitante de R$ 785,7, valor menor que a metade da média dos municípios do Estado, que foi de R$ 1.661,1.

Receita total per capita 2008



** não inclui Brasília*

Esses municípios têm uma baixa receita por habitante não por opção ou omissão de seus governantes. O problema tem suas raízes fincadas na forma de organização das finanças públicas no país. Portanto, é um problema estrutural que se estende por todo o território nacional.

O nosso sistema tributário foi criado em meados dos anos 60 como parte das reformas fiscal e financeira promovidas pelo regime militar. Apesar de algumas mudanças, seu desenho atual já não atende às necessidades de financiamento das cidades populosas com baixo dinamismo econômico. Entre outros aspectos, a dinâmica do crescimento populacional tornou obsoleto o sistema de partilha de recursos entre os municípios.

Quando o sistema tributário foi concebido, o Brasil contava com apenas 122 cidades com mais de 80 mil habitantes. Estimativa populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou 353 municípios em 2009, portanto, quase o triplo de quatro décadas atrás. Nesse período, a população do país cresceu, adensando-se em grandes centros urbanos. Grandes aglomerados urbanos se formaram, muitos deles tendo as capitais estaduais como polo aglutinador. Enquanto a população nacional dobrou, a dos municípios que hoje fazem parte de grandes áreas de concentração de população aumentou 161% e a das cidades com mais de 80 mil habitantes mais do que triplicou (216%).

Grandes e médias cidades brasileiras com anêmica base econômica apresentam baixo potencial de ar-

recadação de tributos municipais e tampouco possuem empresas que geram Valor Adicionado Fiscal (VAF) em níveis suficientes que lhes garantam uma participação satisfatória na distribuição do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ao mesmo tempo, não são bem servidas pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cuja função primordial é dotar de recursos as municipalidades menos habitadas.

Com efeito, o ICMS médio por habitante dos municípios do **g100** em 2008 foi de R$ 131,2, contra R$ 368,4 nas cidades com mais de 80 mil habitantes. No caso do FPM, o valor médio por habitante das cidades brasileiras foi de R$ 276,9 e nas cidades do **g100** foi de apenas R$ 160,2. Para as cidades com até 10 mil habitantes o valor alcançou R$ 817,1. No Espírito Santo, por exemplo, o valor transferido pela União de FPM por habitante para Cariacica, em 2009, foi de R$ 102,3, contra uma média estadual de R$ 244,8, portanto, menos da metade. As transferências estaduais de ICMS, por sua vez, alcançaram R$ 156,7 em Cariacica e R$ 475,1 na média do Estado, nesse caso três vezes menor.

Os baixos níveis da receita por habitante têm sérias consequências no gasto das cidades. Segundo a legislação vigente no Brasil, os municípios devem aplicar, no mínimo, 25% da receita de impostos em educação e 15% em saúde, as duas áreas que mais demandam recursos dos orçamentos municipais e das quais mais dependem as pessoas financeiramente mais carentes.

Os municípios do **g100** aplicaram em educação, em 2008, R$ 1.984,20 por aluno, praticamente a metade (54,9%) das demais cidades com mais de 80 mil habitantes. Na saúde a situação foi semelhante. Enquanto as demais com mesmo perfil populacional aplicaram R$ 368,80 por habitante, nas cidades do **g100** esse valor foi, em média, de R$ 199,10. Com base nos dados de 2009, é possível identificar que, enquanto a média dos municípios capixabas aplicou R$ 3.285,0 por aluno, em Cariacica o valor foi de R$ 2.450,9. Na saúde, a comparação é de R$ 297,8 contra R$ 100,9.

Assim, é forçoso se concluir que, por mais que zelem e melhorem a qualidade da aplicação dos recursos públicos e possam fazer mais com menos, os dados acima não deixam dúvidas quanto à dificuldade enfrentada pelos municípios do **g100** para ofertar serviços que atendam adequadamente às demandas sociais.

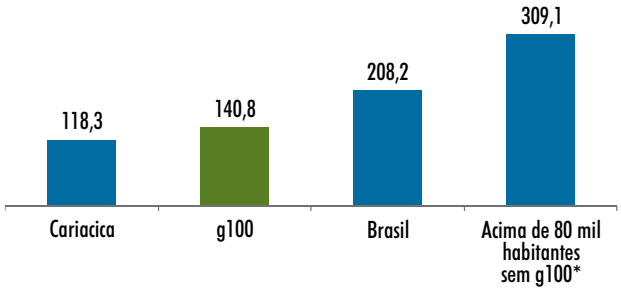
É preciso que se tenha consciência de que, além de baixa receita por habitante, nessas cidades reside a população que mais necessita dos serviços públicos. Um farto número de indicadores socioeconômicos demonstra de forma contundente que nas cidades populosas e de baixa receita reside uma população com maior grau de vulnerabilidade social, fortemente dependente das políticas públicas.

Entende-se por vulnerabilidade social, conforme Ruben Kaztman, a "incapacidade de uma pessoa ou de um domicílio para aproveitar-se das oportunidades, disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos, para melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deterioração". Ainda segundo o pesquisador, "as fontes de vulnerabilidade social mais importantes na atualidade estão ligadas aos fenômenos de precariedade e instabilidade no trabalho, vinculados ao funcionamento do mercado, e com a falta de proteção e insegurança ligada ao encolhimento do Estado e ao processo de debilitação das instituições primordiais: família e comunidade."

A partir de dados do IBGE é possível identificar que o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante médio das cidades do **g100** foi de R$ 7 mil em 2006 (em Cariacica foi de R$ 6.728,00), valor que equivale a pouco mais de um terço do indicador das demais cidades com população acima de 80 mil habitantes e 54% da média nacional.

Economias com baixo dinamismo geram poucos empregos e renda para sua população. Com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego, as economias das cidades do **g100** geraram em média 140,8 empregos formais para cada mil habitantes, menos da metade (45,6%) do indicador das demais cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes. Em Cariacica o indicador foi de 118,3, valor abaixo até mesmo da média do **g100**.

Emprego formal por mil habitantes - 2008



** não inclui Brasília*

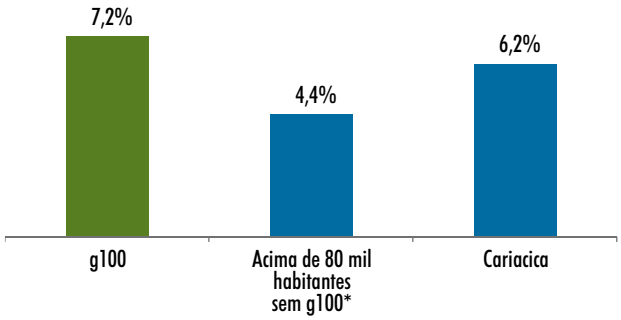
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, vem sendo largamente utilizado em estudos e pesquisas. Ele serve de base para o Relatório de Desenvolvimento Humano publicado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O IDH-M é uma versão municipal do IDH, elaborado com base em indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). Por meio dele é possível avaliar comparativamente o bem-estar de uma população.

O IDH-M nos revela que apenas um terço das cidades do **g100** apresenta IDH maior que o da média nacional de 0,766. Considerando os demais municípios com população acima de 80 mil habitantes, o percentual é de 79,9%.

Para fechar essa lista inicial de argumentos utilizamos dados da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Para a distribuição do Bolsa Família, o Governo Federal estima o número de famílias pobres por município. Segundo essa estimativa, existe no Brasil quase 13 milhões de famílias pobres, o que corresponde a 1,4% da população. Nas cidades com mais de 80 mil habitantes, excluídas as integrantes do **g100**, esse indicador é de 4,4%, e avança para 7,2% nas cidades do **g100**. Em Cariacica o indicador foi de 6,2%

Proporção das famílias pobres na população



** não inclui Brasília*

Notem a situação perversa que o envelhecimento do Sistema Tributário Brasileiro, aliado ao crescimento econômico com exclusão social, criou para um grupo de cidades brasileiras. Em cidades excluídas do ponto de vista fiscal, habita uma população excluída do ponto vista socioeconômico. A ruptura dessa perversa situação exige um amplo debate nacional, que corrija essa profunda injustiça e aponte alternativas na direção de um maior equilíbrio nas receitas dos municípios brasileiros e na Federação.

* *Economista, diretor da Aequus Consultoria e editor dos anuários Finanças dos Municípios Capixabas, Paulistas, Fluminenses, Mineiros e Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil.*

** *Prefeito do Município de Cariacica.*

*Marcos Antônio Bragatto**

A LRF e as finanças do Estado do Espírito Santo

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) completou dez anos de existência no mês de maio de 2010. A lei estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendidos os Poderes Executivo e Legislativo, nesse abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário, o Ministério Público e as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. A LRF contribuiu de forma decisiva para a transformação das finanças do Estado do Espírito Santo verificada entre 2002 e 2009.

Suas disposições preliminares estabelecem que "a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas...".

Com o advento da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentá-

rias (LDO) passa a ser o instrumento mais importante no planejamento das finanças públicas nos três níveis de governo, sendo o ponto de partida para o ciclo da gestão fiscal responsável. A partir do Anexo de Metas Fiscais, a LDO apresenta uma proposta de ação e planejamento para o exercício seguinte, tendo por objetivo o equilíbrio fiscal, traduzido de acordo com a LRF nos resultados primário e nominal. Além disso, no Anexo de Metas Fiscais o administrador público demonstrará o nível máximo de endividamento que o ente poderá suportar no exercício seguinte.

A atual administração estadual assumiu o governo do Espírito Santo em 2003, diante de uma das piores situações fiscais, comparativamente aos demais estados da União, no tocante a todos os indicadores preconizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A dívida flutuante, ou seja, a dívida financeira líquida em 31/12/2002, era da ordem de R$ 1,2 bilhão, composta de R$ 300 milhões de despesas realizadas sem empenho e de R$ 900 milhões de restos a pagar sem disponibilidade financeira para cobertura, sendo R$ 483 milhões de folhas de pagamento de pessoal vencidas.

O momento era dramático visto que o montante dessa dívida representava cerca de 60% da receita líquida disponível do ano de 2002, cujo total foi de R$ 2 bilhões. Por hipótese, seria necessária toda a arrecadação dos primeiros sete meses de 2003, sem pagar qualquer outro dispêndio vincendo, para quitação da dívida financeira herdada.

Grande parte desse desequilíbrio foi provocado pelo elevado comprometimento da receita de caixa do tesouro estadual com gastos de pessoal. O cenário foi agravado pela aprovação, na antiga Assembleia Legislativa, de um conjunto de leis referentes a reajustes de planos e cargos de salários, no segundo semestre daquele ano, combinado com uma política tributária de renúncia fiscal, que beneficiou alguns setores econômicos através da concessão de regimes especiais para cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

Conforme o Balanço Geral do Estado de 2002, o comprometimento da receita corrente líquida com pessoal de todos os poderes foi de 57,3%. Entretanto, quando comparada à receita de caixa do tesouro, isto é, à receita efetivamente disponível, que não inclui a arrecadação do ICMS Fundap (Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias) e dos convênios, verifica-se que o nível efetivo de comprometimento foi de 74,7%, muito acima, portanto, do referencial de 60% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com base nos princípios da LRF, o Estado elaborou em 2003 a LDO para o exercício de 2004, contendo entre outros os seguintes objetivos e estratégias: reconstruir e modernizar a máquina pública do Estado; promover o desenvolvimento econômico e social; e sanear o Estado econômica e financeiramente.

Paralelo a isso, e sabendo da necessidade de enquadrar a situação fiscal do Estado nos limites definidos na LRF, o governo do Espírito Santo adotou as seguintes medidas no primeiro semestre de 2003: revisão do orçamento previsto para 2003, com a aprovação pela Assembleia Legislativa de substitutivo, reduzindo em R$ 286 milhões as despesas de todos os Poderes; ações tributárias por meio da extinção de privilégios fiscais e da revogação pela Justiça de liminares que permitiam a evasão do ICMS; e o apoio do Governo Federal, em especial quando da negociação da venda de receita de *royalties* do petróleo para o Tesouro Nacional, no valor de R$ 350 milhões, para quitação dos salários atrasados dos servidores e capitalização do Fundo de Previdência.

A política de saneamento orçamentário e financeiro foi planejada e executada, portanto, através do incremento da receita, da auditoria técnica para revisão e renegociação de contratos e da melhoria da qualidade do gasto público.

No campo da despesa, a redução dos gastos de custeio administrativo em aproximadamente 20%, na administração direta e indireta, derivou do trabalho de auditoria na renegociação de contratos e de controle e gerenciamento das despesas. Para tanto, contribuíram a implementação, pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, do Sistema de Pregão Eletrônico, para aquisição, com menor custo, de produtos e serviços por todos os órgãos do Estado e a implantação do Sistema de Controle de Custo, instrumento de gestão destinado a acompanhar todas as despesas de custeio e sua evolução em tempo real.

Com tudo isso, e ancorada numa rígida programação financeira de desembolso controlada pela Secretaria de

Estado da Fazenda, desde o primeiro mês de governo, as contas passaram a ser limitadas à arrecadação. Depois de longos anos, o Estado teve um orçamento equilibrado, sem déficit orçamentário.

O cenário fiscal ocorrido nos primeiros meses de 2003 possibilitou ao Estado normalizar o pagamento da folha mensal dos servidores a partir do mês de janeiro, e equacionar a principal dívida herdada de governos anteriores, ou seja, o débito referente aos salários atrasados, visto que foi quitado até o mês de julho o montante de R$ 167 milhões com tesouro estadual gerados nesse ano. O restante dos atrasados, relativos a parcelas de vencimentos de 1998 e à folha de dezembro de 2002, foram completamente liquidados até o mês de novembro de 2003.

Uma outra medida significante para o equilíbrio fiscal de curto, médio e longo prazos foi a reorganização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo. Por intermédio da Lei Complementar nº 282, de abril de 2004, o Estado equacionou a dívida previdenciária e o passivo atuarial. Foram criados dois fundos: o Fundo Financeiro e o Fundo Previdenciário. O primeiro destina-se ao pagamento das aposentadorias dos servidores contratados até a data de publicação da lei. Trata-se de fundo sob o regime de caixa. O Fundo Previdenciário é composto igualmente das contribuições do Estado e dos servidores que ingressaram após a lei. Nesse caso, o tesouro estadual não arca com a possibilidade de complementação das aposentadorias futuras, que deverão ser cobertas com as aplicações financeiras dos recursos desse Fundo.

Após o intenso ajuste implementado no primeiro semestre de 2003 e no ano de 2004, veio a tarefa mais difícil: a manutenção evolutiva do equilíbrio fiscal, isto é, a manutenção das conquistas obtidas e a ampliação gradativa da capacidade de investimento com recursos próprios, dentro dos limites e parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, com o objetivo de financiar a melhoria da prestação de serviços públicos e os programas e as ações de governo para atendimento das demandas de todos os cidadãos deste Estado. Essa foi a principal meta que balizou a elaboração do Plano Plurianual para o quadriênio 2004-2007, decorrente das "Orientações Estratégicas de Governo – Gestão 2003-2006".

Atualmente, o Estado do Espírito Santo enquadra-se abaixo de todos os limites estabelecidos nos Relatórios de Gestão Fiscal da LRF, conforme relatórios do último quadrimestre de 2009, a saber:

Despesa com pessoal:
Percentual sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) registrado = 45,16%
Limite prudencial = 57%

Dívida consolidada líquida:
Percentual sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) registrado = 8,28%
Limite definido por resolução do Senado = 200%

Garantia de valores:
Percentual sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) registrado = 0,14%
Limite definido por resolução do Senado = 22%

Operações de crédito:
Percentual sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) registrado = 2,45%
Limite definido por resolução do Senado = 16%.

Uma das principais contribuições da LRF para essa transição consistiu em estabelecer que a LDO disporá sobre o equilíbrio entre receita e despesa critérios e formas de limitação de empenho, e normas relativas ao controle de custo, e conterá um Anexo de Metas Fiscais que definirá metas anuais para receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida.

Conjugando a aplicação dos princípios, indicadores e limites definidos pela LRF com a adoção do planejamento estratégico, a execução orçamentária do Estado do Espírito Santo evoluiu no decorrer dos anos de 2003 a 2009 até alcançar o significativo patamar de capacidade de investimentos de 15% dos recursos próprios. Ao mesmo tempo, a situação financeira do Estado em 31/12/2009 era completamente inversa à de 2002. A dívida financeira líquida de R$ 1,2 bilhão transformou-se numa disponibilidade líquida de caixa de R$ 1,5 bilhão. Recursos que foram sendo prudentemente acumulados ao longo dos anos para servirem de base ao enfretamento de cenários adversos e até mesmo para alavancar investimentos de maior porte.

* *Consultor do Executivo da Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo e assessor do Gabinete do Governador.*

Viana

O Município de Viana, com a administração da prefeita Angela Sias em seu segundo ano de mandato, em 2010, ampliou os serviços e investimentos em todas as áreas. Apesar da crise mundial, o município aumentou a arrecadação, principalmente a municipal. Só o ISS cresceu 77% e o IPTU arrecadou mais 22%, em 2009.

Vários convênios foram firmados com os governos Federal e Estadual, além de outras entidades. Viana está incluído nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e estão sendo aplicados R$ 13 milhões em obras de urbanização e saneamento. A Secretaria de Obras está pavimentando diversas ruas da cidade e construindo escadarias e outras vias de acesso pra melhorar o deslocamento dos moradores.

Na zona rural, novas pontes e estradas rurais pavimentadas facilitam o trânsito e o escoamento da produção agrícola. Na área de Meio Ambiente os departamentos de Educação Ambiental, Fiscalização e Licenciamento estão mais atuantes e atentos ao cumprimento das Leis Ambientais.

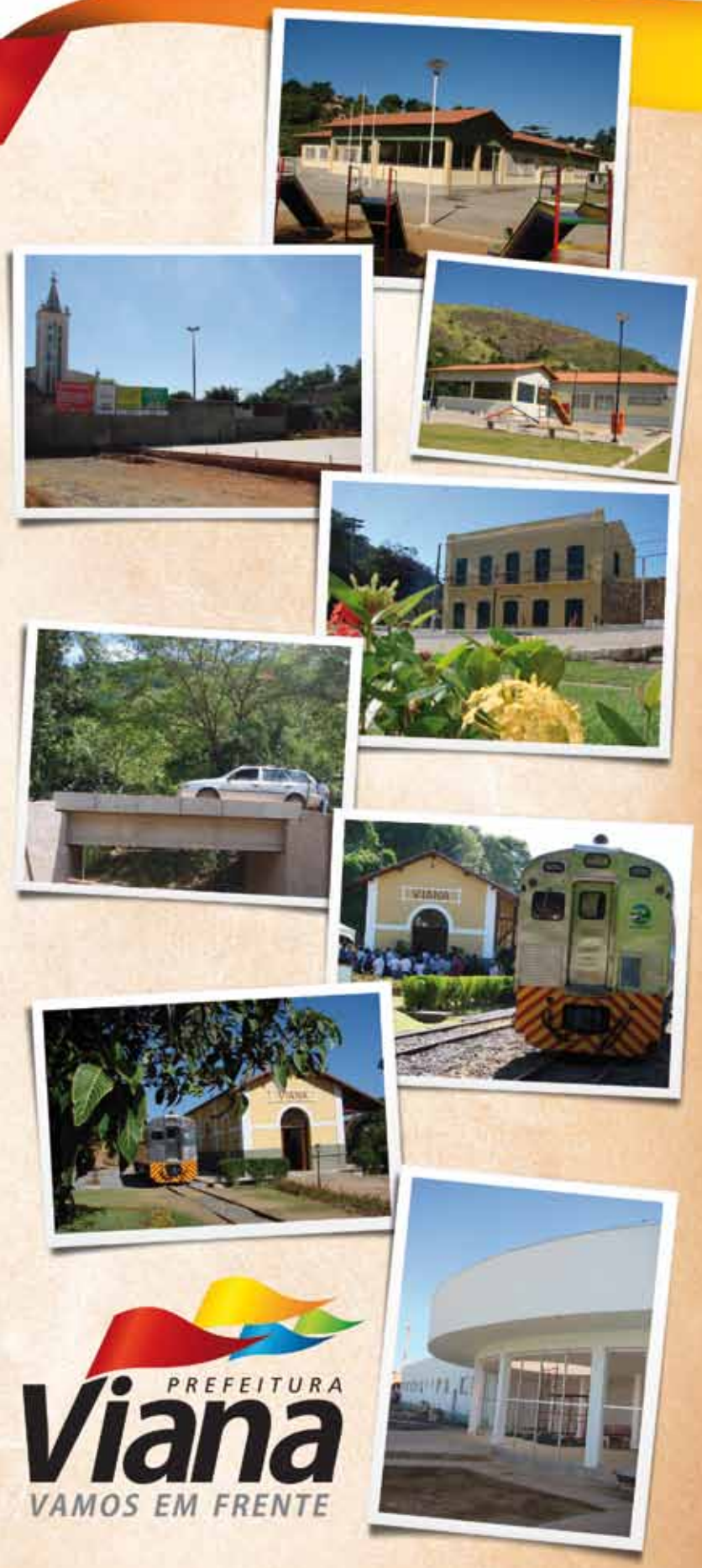
Os investimentos em Educação elevaram o número de vagas ofertadas, com destaque para a educação infantil, que atingiu 2.249 vagas, em 2009. Três novas escolas foram inauguradas e outras três estão em fase de acabamento, além de um Centro Infantil ampliado.

Democratizar o acesso à arte e preservar a diversidade são elementos cruciais para uma nova gestão da cultura no Município de Viana. As áreas cultural, turística e esportiva estão sendo ampliadas através da produção, do acesso aos bens culturais e do resgate da memória. Viana entrou no roteiro turístico do Brasil com O Trem das Montanhas. Inaugurado em janeiro, o passeio virou atração e tem trazido turistas de todo o país.

A Segurança Pública é uma das prioridades da administração. Foi implantado o serviço de videomonitoramento, alarmes, além dos 65 vigilantes em todas as unidades de saúde, escolas e prédios públicos.

A saúde foi reestruturada. Entre as novidades está o Acolhimento com Classificação de Riscos no Pronto Atendimento Municipal, serviço que reduziu em 50% os atendimentos considerados ambulatoriais. Viana aderiu ao Consórcio Intermunicipal de Saúde e oferece à comunidade as especialidades de média complexidade. Um novo Pronto Atendimento será inaugurado e entregue à população no início do 2º semestre de 2010.

Os investimentos realizados e o trabalho dedicado da equipe de governo para transformar e aumentar a qualidade de vida do Município está trazendo a confiança necessária ao morador e dando-lhe a certeza que Viana está seguindo no rumo de novas conquistas e garantindo um futuro promissor.



PREFEITURA
Viana
VAMOS EM FRENTE

*Helio M. Tollini**
*José Roberto Afonso***

Pela **responsabilidade orçamentária**

I - Introdução

A Constituição de 1988 (art. 165, § 9º) estabelece a necessidade de aprovar-se lei complementar na área das finanças públicas, que deverá substituir a Lei nº 4.320, de 1964. Essa lei disporá sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual (PPA), da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei orçamentária anual (LOA), e estabelecerá normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e o funcionamento de fundos.

Após várias tentativas frustradas ao longo de mais de 20 anos de aprovar-se nova lei complementar de finanças públicas, o senador Jereissati injetou novo ânimo nas discussões ao

apresentar o Projeto de Lei no Senado (PLS) 229/09 (http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/59631.pdf), denominado de Lei de Responsabilidade Orçamentária (LRO), que propõe a responsabilidade na gestão dos instrumentos de finanças públicas, além de alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)[1]. Em 25 de novembro de 2009, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, por unanimidade, Substitutivo (http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/69449.pdf) apresentado pelo senador Virgílio.

Entretanto, com a aprovação de requerimentos para que houvesse a tramitação conjunta com outros projetos que já se encontravam na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal,[2] houve a necessidade de que todos os projetos retornassem à CCJ para confecção de novo Parecer. O Senador Virgílio apresentou novo Parecer (http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/79600.pdf) que foi aprovado, por unanimidade, na CCJ em 23 de junho de 2010. O projeto está agora na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, onde será relatado pelo Senador Dornelles."

Este artigo apresenta de forma resumida, em três seções, a proposta de LRO, consubstanciada na forma do novo Substitutivo apresentado pelo senador Virgílio. A primeira seção aborda a problemática relação entre o PPA, a LDO e a LOA; a segunda trata da apreciação legislativa das propostas orçamentárias (com foco no governo federal); e a terceira analisa outros problemas relacionados ao processo e aos procedimentos orçamentários. Este artigo não tratará do aperfeiçoamento das regras de responsabilidade fiscal estabelecidas pela LRF, tópico coberto pela proposta de LRO.

II – A visão de médio prazo

Ao assumir um caráter determinista, o PPA federal, que já não orienta a LOA do primeiro exercício do seu período de vigência por conta do descasamento das datas de encaminhamento e aprovação, deixou de ser um instrumento estratégico na determinação das políticas públicas. Pior, como a base temporal do PPA é fixa, criaram-se mecanismos de revisão e flexibilização do PPA ao longo de sua vigência, subvertendo-se a hierarquia das leis ao permitir a alteração do PPA por novas ações incluídas na LOA. A proposta de LRO simplifica o PPA, propondo que ele passe a ser um documento político que reflita o plano de governo apresentado durante a campanha política pelo candidato eleito. Caberia ao PPA definir estratégias e diretrizes, bem como a estrutura dos programas orçamentários. Assim, mais agregado, seria possível antecipar a apresentação do PPA para 15 de abril. Ainda com relação ao PPA, a LRO introduz cenário prospectivo contendo os objetivos da estratégia fiscal de longo prazo e inclui nos programas as despesas de pessoal que concorrem para a consecução de seus objetivos.

A atual sistemática orçamentária exige que um projeto de execução plurianual seja repetidamente aprovado todos os anos, para que seja executado até o seu término, o que contribui para o surgimento das 'obras inacabadas', projetos que deixaram de receber recursos para sua conclusão. Dada limitação de ordem constitucional, a proposta de LRO enfrenta o problema apenas parcialmente, ao determinar que a LOA somente inclua novos projetos caso os anteriormente aprovados estejam plenamente contemplados. A ideia é que o Legislativo aprove o projeto pelo seu custo total, mas dotações correspondentes a parcelas desse custo sejam incorporadas à LOA do ano 't' e dos exercícios subsequentes, da forma mais automatizada possível, de acordo com previsão constante do cronograma de desembolso financeiro do projeto (revisto anualmente).

Para evitar que a plurianualidade acima mencionada ameace o equilíbrio fiscal no médio prazo, a proposta de LRO institui cenário fiscal de médio prazo, definido anualmente na LDO. Um anexo da LDO deverá conter tabela detalhada explicitando os fluxos esperados de receitas e despesas, de forma a demonstrar o espaço fiscal disponível em cada um dos quatro exercícios subsequentes para novas iniciativas de investimentos. Assim, espera-se que o total de gastos seja mantido dentro de montante compatível com a arrecadação de receitas e a trajetória esperada de evolução da dívida.

Ainda no que concerne ao médio prazo, a proposta de LRO preocupa-se em introduzir visão de médio prazo na alocação dos recursos orçamentários. Para tanto, é necessário atender a duas condições: decidir como se prioriza a despesa e estabelecer condições que permitam a aferição efetiva dessa priorização. Nesse sentido, a proposta de LRO determina que, no máximo, 20% dos programas finalísticos constantes do PPA sejam indicados como prioritários pela LDO, anualmente, e que as LOAs apresentem, durante o período abrangido pelo PPA, para esses programas, crescimento na alocação de recursos acima da média dos demais programas.

III – A apreciação legislativa

A proposta de LRO prevê a imposição de restrições finan-

[1] *Depois, o senador Casagrande apresentou o PLS 248/09 (http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/59960.pdf), que, além da responsabilidade fiscal, enfatiza a contabilidade, o controle e a gestão administrativa.*

[2] *Os PLS nos 450 (Sen. Borges) e 175 (Sen. Colombo) passaram a tramitar conjuntamente aos PLS nos 229 (Sen. Jereissati) e 248 (Sen. Casagrande).*

ceiras, quantitativas e qualitativas mais rígidas às emendas dos parlamentares. A participação dos senadores na apresentação de emendas à LOA restringir-se-ia a uma emenda conjunta, assinada exclusivamente pelos três representantes da bancada de senadores de cada Estado, de forma a buscar-se um consenso sobre a maior prioridade estadual a ser financiada por recursos federais a cada ano. Ademais, o conjunto das 27 emendas seria limitado financeiramente em valor equivalente a 0,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União. Quanto aos deputados, estariam limitados à apresentação de apenas dez emendas individuais, com o valor total do conjunto dessas emendas limitado ao equivalente a 0,3% da RCL da União.

O aprimoramento do processo de apreciação orçamentária passa pelo respeito ao texto constitucional, que determina (art. 166, § 3º, inciso II) que somente sejam aprovados acréscimos à programação de despesas propostos pelo Legislativo caso haja cancelamento de valor equivalente nas despesas. No entanto, o Congresso Nacional alega sempre ter havido "erro ou omissão" na estimativa original das receitas constantes da proposta orçamentária, utilizando-se desse subterfúgio controverso para incorporar novas receitas que financiarão novas despesas.[3] A solução proposta pela LRO para esse problema é a instituição de um comitê de receitas, com metade de seus membros originários do Poder Executivo e a outra metade composta por representantes do Poder Legislativo e da sociedade civil. Esse comitê definiria previamente ao encaminhamento da proposta de LOA os valores das receitas que deverão constar da proposta e da LOA.

Em complemento a essas mudanças, a proposta de LRO institui para a União a obrigatoriedade de execução pelo Executivo das despesas incluídas na LOA pelas emendas parlamentares, desde que comprovada a sua viabilidade técnica, econômica e ambiental. Como o valor global desses gastos está definido ex-ante e limitado a 0,5% da RCL, não haverá risco ao equilíbrio fiscal embutido na instituição da execução mandatória dessas emendas. Outra complementação refere-se à exigência de publicidade dos critérios e das fórmulas a serem utilizados pelo Executivo na execução dos gastos públicos. Essas informações passam a ser explicitadas nos PPAs, para os programas, e em anexo às leis orçamentárias, no caso dos projetos. Objetiva-se, com isso, obter maior transparência nas decisões dos gestores do Executivo quanto à motivação de suas decisões de alocação dos recursos, e incentivar o Legislativo a discutir esses critérios e fórmulas.

IV – As alterações nos processos e procedimentos orçamentários

Uma disfunção temporal atualmente enfrentada pelos níveis inferiores de governo ao prepararem as suas propostas de LOA é o desconhecimento do montante das transferências a serem recebidas dos níveis superiores de governo. Para amenizar tal situação, visto que os valores ainda podem ser alterados durante a tramitação legislativa nos níveis superiores, a proposta de LRO estabelece prazos de submissão dos projetos de LOA escalonados por nível de governo. A data de submissão dos projetos de LOA passaria a ser 31 de agosto para a União, 15 de setembro para os estados, e 30 de setembro para os municípios.

Para suprir a ausência de análises técnicas que subsidiem a decisão de iniciar ou não determinado projeto, a proposta de LRO institui "Central de Projetos" no âmbito do Poder Executivo de cada ente da Federação, que conterá os projetos de grande vulto com estudo de viabilidade concluído, com horizonte temporal de 20 anos. A proposta exige a realização de estudo prévio pela administração pública, demonstrando a viabilidade econômica, técnica e ambiental; de projeto básico, realizado por terceiros, por meio de licitação, com peso elevado para a parte técnica; e de projeto executivo, realizado por terceiros, contratado por ocasião do projeto básico.

Em relação aos restos a pagar (RAP), a proposta de LRO inova ao estabelecer regras diferenciadas para cancelamento de RAP por grupo da despesa, com previsão de punições severas aos administradores que descumpri-las. A proposta de LRO prevê, para as despesas correntes, o cancelamento do RAP não pago até três meses após haver sido inscrito no RAP. Para as despesas de capital,

[3] *O art. 166, § 3º, inciso III, alínea "a", da Constituição permite a correção pelo Congresso de "erros ou omissões" encontrados nos projetos de LOAs.*

o prazo sobe para seis meses, ressalvadas as operações de crédito efetivamente realizadas e os investimentos de caráter plurianual financiados por vinculações constitucionais ou legais. Excetuam-se dessas restrições as despesas que exijam a realização de licitação internacional.

A proposta de LRO corrobora a reforma contábil atualmente em curso no setor público brasileiro, passando a contabilidade a caracterizar-se pelo foco nos atos e fatos que afetem o patrimônio e, por conseguinte, a situação patrimonial líquida do ente. A receita e a despesa patrimonial passam a ser contabilizadas pelo regime de competência plena, independentemente de recebimento ou pagamento registrados durante a execução da LOA, enquanto a receita e despesa orçamentárias continuarão a ser apropriadas no exercício financeiro no momento de sua arrecadação ou empenho. A proposta de LRO determina ainda a instituição de regras de avaliação e mensuração do ativo e do passivo, a serem homogeneizadas na federação pelo Conselho de Gestão Fiscal (CGF), e define os procedimentos e as demonstrações contábeis, com regras para consolidação dessas últimas.

Quanto aos classificadores orçamentários, a proposta de LRO define como sendo auxiliares vários classificadores que hoje constam da LOA da União, simplificando o *layout* da mesma e facilitando a sua compreensão por leigos. Os classificadores auxiliares (não obrigatórios para estados e municípios) constariam apenas dos bancos de dados eletrônicos, o que assegura o registro da despesa de acordo com esses classificadores no momento de sua execução, sem prejuízo da transparência. Ademais, a proposta de LRO estabelece padrão nacional mínimo para diversas classificações orçamentárias, mantida a atual liberdade para que cada ente defina os seus próprios programas orçamentários.

A proposta de LRO estabelece as condições para a participação popular e a realização de audiências públicas durante a elaboração dos planos e leis orçamentárias, bem como o controle social de suas execuções. Outra exigência da LRO é a adoção, por cada ente da Federação, de sistema de folha de pagamentos e de sistema informatizado integrado de orçamento e contabilidade, inclusive por entidades da administração indireta, com especificações contábeis e tecnológicas de padrão mínimo nacional.

Quanto à transparência, a proposta de LRO exige ampla divulgação das decisões, pareceres, alertas, instruções, relatórios e votos dos tribunais de contas, inclusive da manifestação das unidades técnicas que compõem a instrução dos processos, estabelecendo ainda regras para o parecer prévio dos tribunais sobre as contas do Chefe do Poder Executivo. Ademais, a proposta de LRO cria novos demonstrativos, como o que discrimina o impacto e o custo fiscal das operações do Banco Central. Além disso, estabelece regras de final de mandato para facilitar a transição governamental ao exigir a disponibilização plena de informações relativas às contas públicas do ente.

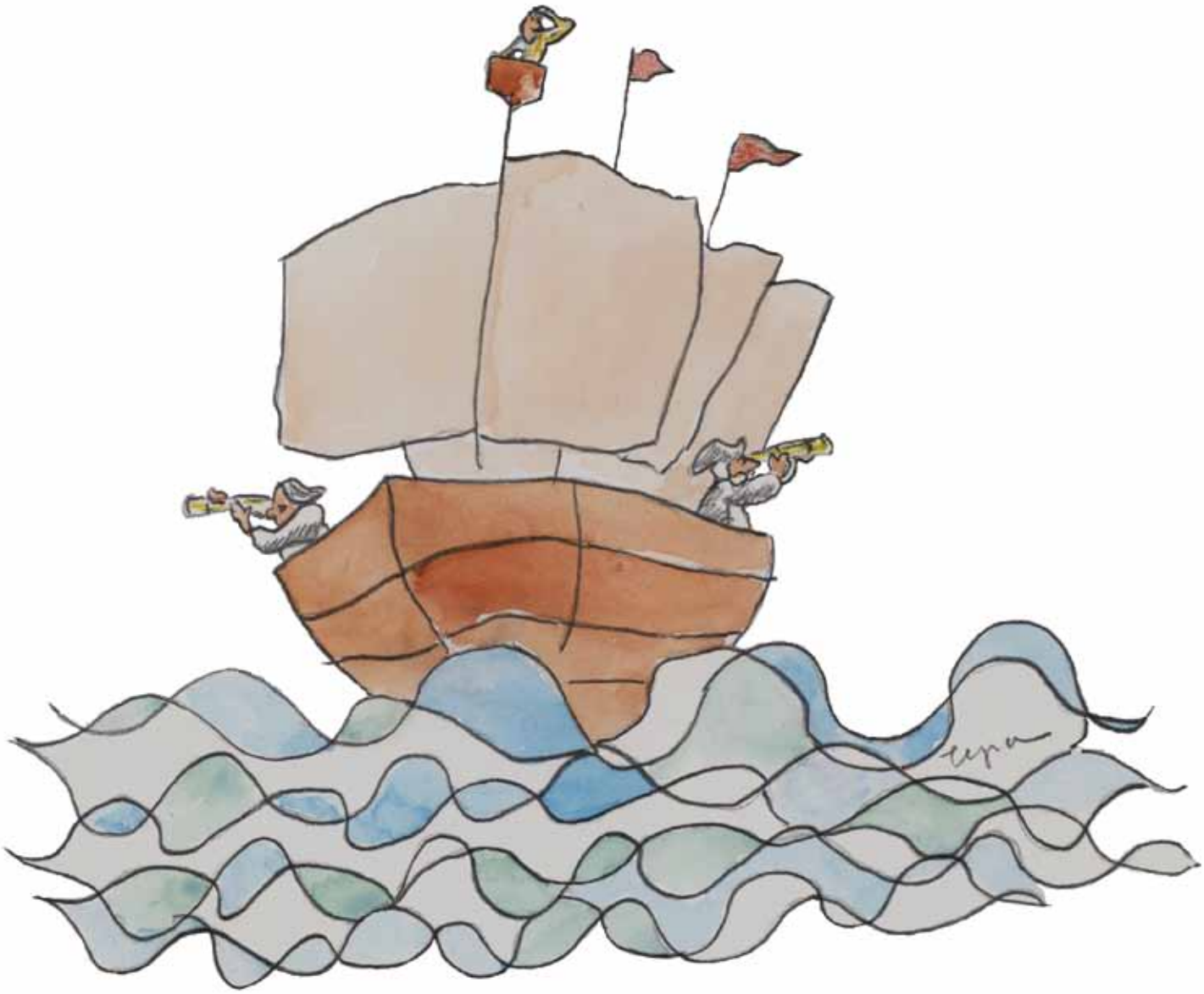
V - Conclusões

A credibilidade da LOA envolve não apenas a limitação da despesa de acordo com a arrecadação das receitas e as metas de resultado fiscal, mas também da existência de um processo de gestão financeira que assegure qualidade na alocação dos recursos. Mais do que isso, a LOA precisa recuperar a sua capacidade de determinar a alocação final do gasto, o que ocorre apenas se a execução da LOA for próxima da programação original. A conquista dessa aderência à realidade, com respeito à restrição fiscal do ente e a uma alocação eficiente dos recursos, passa por uma série de medidas que estão consubstanciadas na proposta de lei de responsabilidade orçamentária ora em tramitação no Senado Federal.

O equacionamento da questão fiscal por si só não garante que os recursos públicos estejam sendo bem aplicados. Além da LRF, um marco histórico no sentido de colocar a questão fiscal na agenda de todos os administradores públicos, outra dimensão precisa ser equacionada: a qualidade do gasto público. Os processos orçamentários federal, estadual e municipal enfrentam sérias dificuldades para produzir orçamentos que reflitam prioridades reais na alocação dos gastos públicos, definidas por planos de médio prazo, e que levem em consideração aspectos de eficiência, eficácia e efetividade.

No aspecto político, a LRO pode vir a significar também um avanço na forma como a sociedade avalia os seus governantes. Esses avanços se consolidarão na medida em que a sociedade aprender a valorizar governos que se preocupem em controlar a programação de apoio, assim entendida como aquela que resulta em serviços ofertados ao próprio Estado, como a formulação de políticas, a coordenação, a avaliação e o controle. Com o tempo, os cidadãos virão a perceber que somente havendo esse controle haverá maior espaço fiscal para o financiamento das programações finalísticas, aquelas que os beneficiam com bens e serviços públicos ofertados diretamente à sociedade.

* *Economista, Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. E-mail: htollini@gmail.com.*
** *Economista e técnico em Contabilidade, da carreira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a serviço do Senado Federal. E-mail: zeroberto@joserobertoafonso.ecn.br.*



*Ana Paula Vitali Janes Vescovi**

A crise internacional e a **economia capixaba**

Os ciclos econômicos, as recessões e as expansões que se intercalam ao longo do tempo são eventos imanentes ao processo de desenvolvimento das nações. O entendimento sobre sua duração, intensidade e características suscita amplos esforços científicos. Algumas abordagens sugerem que ciclos mais curtos são resultantes de processos de (des)acumulação de estoques e ocorrem em média a cada três anos; segundo outras abordagens, ciclos mais longos ocorrem a cada 50 anos em média e têm conexão com mudança de padrões tecnológicos vigentes.

Segundo o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos – Codace – da Fundação Getulio Vargas (FGV), a última crise no Brasil teve início no quarto trimestre de 2008,

perdurando até o primeiro trimestre de 2009; acarretou uma retração de 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e foi a mais intensa dos últimos 28 anos no país. Para a economia americana, epicentro dos eventos financeiros responsáveis pela eclosão da crise, esse teria sido o evento mais grave dos últimos 60 anos, precedido apenas pela Grande Depressão de 1929. Esses são fortes indícios de que estejamos nos deparando com um processo de maior capacidade de transformação.

O propósito deste breve artigo é apresentar e discutir os principais impactos da crise internacional sobre a economia do Espírito Santo. Nada mais próprio, se considerarmos que as causas imediatas ainda não foram completamente sanadas e que seus desdobramentos já impactam os países nórdicos, asiáticos e, em especial, a comunidade europeia. Entender esses mecanismos de transmissão torna-se importante para que possamos tirar lições desses eventos, e atuar de forma efetiva com o espaço permitido pelas políticas públicas no sentido de sua mitigação. Por outro lado, se estamos realmente diante de um processo de maior complexidade, precisamos apurar nosso olhar estratégico sobre ele.

Os ciclos econômicos no Espírito Santo caracterizam-se por apresentar quase duas vezes a volatilidade média dos ciclos ocorridos no Brasil. Ou seja, a economia capixaba é duas vezes mais instável que a brasileira, pois cresce relativamente mais nas expansões e se retrai também com maior intensidade. Nossas recessões são mais curtas que os períodos de expansão, o que permite à economia capixaba crescer mais do que a brasileira no longo prazo. A partir dos anos 70, a média anual de crescimento do Estado foi de +6,4%, superior em 42% à média brasileira. Desde o início do registro das contas nacionais e das estimativas regionais no Brasil, o Espírito Santo figura entre os cinco estados da federação com maior crescimento econômico.

Existem alguns sinais de que o crescimento do Estado vinha se acelerando. Antes do início da crise, o Espírito Santo crescia por 12 trimestres de forma contínua, com taxa anualizada média de +8,2% por trimestre. No acumulado do período, o PIB estadual acumulou alta real de +24,5%, 60% maior que a expansão brasileira.

O que confere tais características ao crescimento de longo prazo do Estado – mais acelerado e mais volátil – é a maior exposição relativa da atividade do Espírito Santo à economia internacional. Metade do PIB local é movimentada por transações com o resto do mundo, sejam exportações ou importações. O tamanho relativo do mercado interno capixaba, importante para conferir mais estabilidade ao processo de crescimento, ainda é pequeno comparativamente àqueles de economias mais maduras como as de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e dos estados do Sul, ou a de estados mais populosos, como Minas Gerais e Bahia.

Assim sendo, o nível de atividade no Espírito Santo começou a ser afetado com a crise imobiliária dos Estados Unidos, já no ano de 2008. Naquele período, as indústrias moveleira e de rochas ornamentais perceberam o enfraquecimento de suas vendas externas, diante de uma intensa perda de ritmo nas novas construções habitacionais naquele país. Mas a demanda crescente de minérios e aços vinda do Oriente, em particular da China, mais do que compensou os sinais de problemas. O excesso de liquidez internacional - originária justamente das inovações financeiras no mercado de hipotecas norte-americano - catapultou os preços internacionais de *commodities*, e permitiu manter a acumulação de divisas pelos países produtores e exportadores desses bens, entre os quais se inclui o Brasil.

Entretanto, foi somente com a passagem de uma crise imobiliária localizada para uma crise financeira de proporções globais que o Brasil se percebeu afetado. O marco temporal foi o mês de setembro de 2008, quando falhas na atuação do banco central americano, o *Federal Reserve System* (FED), permitiram a concordata do Banco *Lehman Brothers*, um dos maiores do mundo. Foi esse evento que concedeu visibilidade às dificuldades já anunciadas de instituições hipotecárias nos Estados Unidos e de outras instituições financeiras ao redor do mundo.

O primeiro canal de transmissão da crise aconteceu pelo mercado de crédito. A exposição das carteiras de crédito *subprime* de importantes instituições financeiras internacionais minou a confiança dos agentes econômicos na solidez do sistema bancário. A explosão pontual da aversão ao risco travou as operações de crédito e secou a liquidez em escala global.

Com poucas divisas transitando pelos mercados internacionais, o segundo canal de transmissão passou a ser o de bens e serviços, ou seja, o de importações e exportações. Sem crédito, as transações internacionais foram reduzidas ao mínimo necessário e financiável, com recursos de caixa daquelas empresas dispostas a fazê-lo. Foi justamente nesse momento que o Espírito Santo começa a ser afetado de modo mais contundente. No ano de 2009, a economia capixaba encolheu -4,0%, intensidade bem maior do que aquela percebida na economia brasileira, de -0,2%, equivalente a cerca de duas vezes a média mundial, de -2,2%.

As exportações estaduais, particularmente as de minério de ferro e aços, sofreram retração de, respectivamente,

-66,89% e -33,04% no período correspondente à crise, ou seja, entre julho de 2008 e janeiro de 2009, segundo a cronologia elaborada pelo Codace. O declínio no movimento dos portos também foi sensível aos olhos dos agentes, embora de difícil mensuração. As compras externas foram afetadas pelos estoques em alta, no caso da China, ou pela forte perda de confiança, no caso da Europa, dos Estados Unidos e do Japão.

Por sua vez, as empresas capixabas foram afetadas pela abrupta queda de demanda decorrente tanto do ajuste de estoques empreendido pelos principais mercados compradores quanto pela perda de contratos e redução dos negócios; adicionalmente, também ocorreu a queima de riquezas decorrente do encolhimento do mercado de derivativos e dos custos financeiros (aumento de dívida) alçados para cobrir desajustes de curto prazo nos fluxos de caixa.

A queda de -25% do índice de produção industrial estadual provocou fechamento de postos de trabalho, tanto diretos quanto indiretos, por conta da dispensa de contratos terceirizados. No mercado de trabalho formal as dispensas extrassazonais somaram 9 mil postos. Contudo, o ajuste foi menos que proporcional à perda em termos de atividade econômica, implicando declínio da produtividade do trabalho (-24%), mais evidente no setor industrial. A queda das vendas reais no varejo realçou a contração na renda total dos capixabas e a perda de confiança quanto à manutenção dos empregos e à continuidade do processo de crescimento como um todo. Se na média brasileira o consumo das famílias (+4,1%) continuou a crescer mesmo com o choque externo, no Espírito Santo o consumo no varejo recuou -1,1%.

Três setores, contudo, contribuíram para sustentar a renda da economia local. O primeiro foi a construção civil habitacional, cujos investimentos têm prazo médio de maturação de três anos. Vindos de um período de aquecimento, o volume de obras em andamento e o grau de capitalização das construtoras foram elementos suficientes para sustentar um bom nível de empregos em um setor que é reconhecidamente intensivo em mão de obra e forte gerador de postos de trabalho.

Um segundo setor foi o de petróleo e gás. No auge da crise, os investimentos nesse setor chegaram a representar 40% do total anunciado para o Estado. Com a Petrobras capitalizada e cumprindo um papel contracíclico para o governo federal, o Espírito Santo foi relativamente mais beneficiado exatamente por representar uma fronteira na produção nacional.

Um terceiro setor foi o público. No caso, foram fundamentais as desonerações tributárias e as medidas de incentivos fiscais e financeiros do governo federal. No governo estadual, o manejo bem-sucedido e exemplar das contas públicas assegurou o crescimento das disponibilidades financeiras do Tesouro nos anos anteriores à crise. Essas disponibilidades financeiras foram mais do que suficientes para arcar com os investimentos públicos no auge da crise. Diferentemente das ações ativadas pelo governo federal, os investimentos estaduais foram realizados sem a necessidade de aumentar o endividamento público.

As evidências sobre o Espírito Santo nos dão conta de que a recessão na economia local decorrente da crise internacional teve duração de três trimestres. A recuperação iniciou-se no segundo trimestre de 2009, com uma discreta retomada das vendas externas. À medida que os preços de *commodities* sofriam quedas consecutivas, a ponto de mudar seu patamar, a China protagonizou a retomada das importações mundiais desses produtos, conquistando a posição de principal destino das exportações capixabas a partir do quarto trimestre de 2008. O movimento chinês foi percebido como estratégico, visando novamente à formação de estoques, pois aproveitou as maiores baixas dos preços internacionais e mudanças na dinâmica de formação de preços do minério de ferro nos tempos da crise, quando os contratos de longo prazo foram substituídos por negociações nos mercados à vista (spot).

Os mercados europeus e asiáticos também protagonizaram um movimento particular nas exportações de celulose. Com a queda nos preços internacionais dessa *commodity* (36,3% entre agosto de 2008 e setembro de 2009), algumas plantas industriais localizadas na Europa perderam capacidade de competir e saíram do mercado. Esse espaço foi coberto por plantas brasileiras, com larga vantagem competitiva. Com isso, as quantidades exportadas de celulose parecem ter se sustentado durante a

crise, embora o setor tenha sofrido problemas financeiros por conta de perdas com derivativos, o que implicou uma reestruturação societária e administrativa para equacionar seu endividamento.

O setor de aços também foi severamente afetado com a paralisação inédita de dois dos três altos-fornos presentes na capacidade industrial instalada no Estado. Nesse caso, o mercado interno brasileiro foi capaz de atenuar os efeitos da interrupção momentânea da produção. Parte da produção das laminadoras pôde ser destinada ao mercado interno, estimulado pela atividade das indústrias de veículos e construção civil. Ambos os setores foram beneficiados por reduções tributárias temporárias. Mas, com efeito, somente com a gradual normalização do mercado externo foi possível retomar o nível de produção do setor.

O setor exportador foi o mais importante elemento de contágio da crise e também o mais importante na recuperação. Existem, contudo, assimetrias entre o desempenho dos grupos de grandes exportadores e de pequenos e médios exportadores na dinâmica da recuperação. O primeiro grupo já retomou o volume de exportações observado antes da crise. O segundo ainda mantém vendas externas abaixo daquele nível.

As dificuldades percebidas pelos grandes exportadores foram conjunturais e dizem respeito a conformações recentes dos ciclos econômicos no contexto da crise mundial. Para os pequenos exportadores fica patente que o declínio da atividade tem fundamentos mais estruturais e provavelmente reflete a mudança de preços relativos em favor, especialmente, da maior competitividade chinesa. A valorização do Real talvez seja o elemento mais emblemático desse processo e realça o maior peso relativo do custo logístico, de capital e de mão de obra no Brasil *vis-à-vis* o mesmo na China. Essa discrepância de preços, em particular, prejudica em maior intensidade os setores comercializáveis com o exterior (*tradeables*) e não associados a vantagens comparativas locais.

As características dos ciclos de negócios no Espírito Santo nos trazem importantes reflexões sobre a crise recente. Embora o nível de produção do Estado já tenha voltado aos patamares anteriores à crise, não é possível afirmar que essa já passou. Na verdade, eventos mais recentes na Europa descortinam uma etapa que será mais lentamente absorvida: a dos ajustes fiscais, particularmente necessários nos países desenvolvidos. Para o Espírito Santo contabilizamos perda de riquezas superior a R$ 15 bilhões, equivalentes à queda da atividade nesse período e aos três trimestres perdidos em termos de crescimento.

Algumas lições dos impactos da crise sobre a economia do Espírito Santo tornam-se importantes para o desenho de políticas públicas. Em primeiro lugar, é necessário atentar para as mudanças geopolíticas decorrentes da reorganização da economia mundial a partir da crise. A maior importância relativa da China, onde há escassez de recursos naturais, pode contribuir para aumentar continuadamente o valor das *commodities*, o que, ao mesmo tempo, restringe a competitividade na área de manufaturados. A rentabilidade dos negócios pode se deslocar lentamente, por algum período de tempo, para os setores produtores de bens básicos, comparativamente aos manufaturados tradicionais. Persistirá, contudo, o valor adicionado crescente das inovações tecnológicas e dos serviços locais, não transacionáveis com o exterior (*non-tradeables*).

Em segundo lugar, o Espírito Santo precisa estar atento para a direção dos novos paradigmas tecnológicos, que apontam para fontes de energia limpas e renováveis, e avaliar como aproveitar ao máximo as oportunidades trazidas pelo ciclo do petróleo e gás. A direção das novas tecnologias poderá restringir, no tempo, os benefícios desse ciclo. Isso implica valorizar o investimento em educação - o que torna os indivíduos capazes de absorver tecnologias; nos serviços relacionados ao bem-estar e à qualidade de vida; e na construção de uma estrutura produtiva capaz de lidar com o fim do ciclo dos recursos naturais não renováveis. Em terceiro lugar, por fim, é necessário fortalecer e criar instituições capazes de lidar de forma criativa com tamanhos desafios, assegurando transformações culturais na sociedade.

Independentemente dessas indicações para as estratégias de desenvolvimento de longo prazo, ficam lições bastante objetivas para o curto prazo. Considerando-se o comportamento dos ciclos de negócios do Espírito Santo, os governos estadual e municipais precisam se organizar para antevê-los e ajustar as finanças públicas para promoverem maior estabilidade ao crescimento local. Ou seja: precisamos assegurar que as expansões gerem receitas que, em parte, deverão ser resguardadas para cobrir uma menor arrecadação de impostos durante as fases de contração. Assim, a responsabilidade fiscal e o aumento da capacidade de investimento com recursos públicos estaduais, alcançados nos anos mais recentes, precisam ser assegurados de modo permanente para benefício das futuras gerações.

* *Economista, Diretora Presidente do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).*

*José Eugênio Vieira**

Microempresas: um grande negócio para os municípios

Micro e pequenos negócios têm potencial para alavancar a economia dos municípios, gerando emprego e renda nas áreas urbanas e também no campo

Já é fato conhecido que mais da metade dos empregos com carteira assinada no Brasil são gerados e mantidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que representam quase 98% do número total de empresas no país. No Espírito Santo, os números seguem essa proporção.

Muito embora sejam responsáveis por somente 20% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, aproximadamente, os pequenos negócios são os maiores responsáveis pelo nível de empregos e, consequentemente, pelo consumo no mercado interno. Seu impacto sobre a economia não pode, portanto, ser desconsiderado pelas administrações públicas quando de seus planejamentos estratégicos.

O Brasil já acordou para esse tema e hoje temos uma legislação que nos permite avançar na construção de um ambiente propício ao desenvolvimento – e não mais à mera sobrevivência – das microempresas e das empresas de pequeno porte. A Constituição Federal, por meio da Emenda 42/2003, já previa uma "definição de tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte".

Porém, só em dezembro de 2006, é que foi sancionada a Lei Complementar 123, que ficou conhecida como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Ela é fruto de um período de quatro anos de mobilização da classe empresarial, que participou das discussões para a elaboração do documento-base, cuja redação ficou a cargo do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

A Lei, em seus capítulos, prevê condições diferenciadas para as micro e pequenas empresas na parte tributária (com a instituição do Simples Nacional, regime tributário que ficou conhecido como Supersimples), na desburocratização (mais agilidade na hora de abrir uma empresa ou então de dar baixa em suas atividades), no acesso ao crédito (ao exigir que todas as informações sobre linhas de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte tenham ampla publicidade), nas compras governamentais (facilitando a participação de empresas desse porte na licitações e demais compras públicas), entre outros.

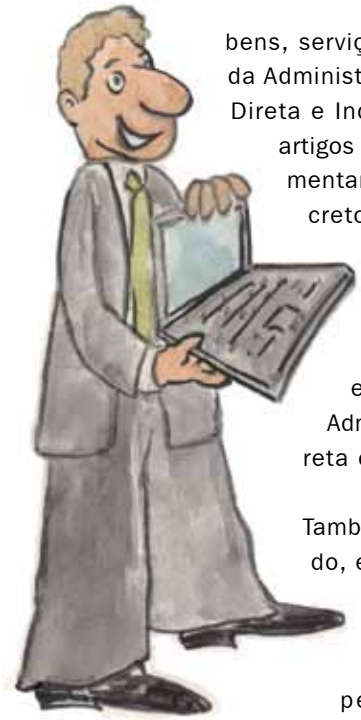
Aprovada a Lei, iniciou-se o trabalho de regulamentação e o Estado do Espírito Santo foi o primeiro do país a conseguir a aprovação da Lei em 100% dos seus municípios. Essa grande conquista, no entanto, está longe de representar uma linha de chegada: continuam os esforços pela implementação dessas leis municipais, muitas das quais precisam agora ser revistas de acordo com a Lei Complementar 128/2008, que acrescentou condições ainda melhores para o segmento, por exemplo, a criação da figura jurídica do Empreendedor Individual, que veio para formalizar as atividades econômicas dos chamados trabalhadores "por conta própria" ou autônomos, cuja receia bruta anual não ultrapasse R$ 36 mil.

O Espírito Santo também foi o primeiro a publicar o Boletim de Crédito (cuja terceira edição já está sendo preparada), documento feito em parceria do Sebrae/ES com as instituições financeiras Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banestes, Bandes e Sicoob. Além de trazer os dados sobre o crédito concedido a microempresas e empresas de pequeno porte no Estado, o Boletim inclui também uma tabela com as principais linhas e suas características, além de uma série de orientações para que o empreendedor faça o melhor uso desse crédito. O Boletim está permanentemente disponível na internet, no endereço www.boletimdecredito.com.br.

Outro dos direitos garantidos às microempresas pela Lei Geral é o tratamento diferenciado com relação às compras governamentais. A lei estipulou que toda compra pública no valor de até R$ 80 mil deverá ter como fornecedores apenas microempresas ou empresas de pequeno porte. Essa medida, além de criar novos mercados para esses empreendimentos, beneficia os municípios no sentido de que o dinheiro público acaba circulando dentro do próprio município, movimentando a economia local.

O Sebrae/ES é parceiro dos municípios em todas as etapas dessa gigantesca tarefa que é criar um ambiente legal propício ao desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte. Além de fornecer consultoria para a adaptação da Lei Geral à realidade dos municípios, já realizamos também treinamentos na área de compras governamentais, atendendo tanto aos empresários quanto aos gestores públicos no sentido de melhor conhecer e aplicar esse dispositivo.

O Sebrae/ES e o Governo do Estado do Espírito Santo entendem que a articulação do poder de compra do Estado é um elemento valioso para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico, se dirigido de forma estruturada e consistente, em benefício de microempresas e empresas de pequeno porte. Foi assinado no dia 20 de maio de 2008, pelo Governo do Estado do Espírito Santo, o Decreto Estadual nº 2.060-R, que regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas nas contratações públicas de



bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos dos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e do decreto 2.061–R, que institui o Portal de Compras Governamentais do Estado do Espírito Santo (www.compras.es.gov.br), no âmbito da Administração Estadual Direta e Indireta.

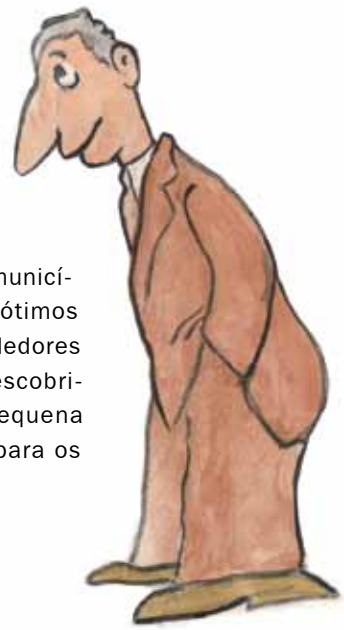
Também estamos promovendo, em diversos municípios capixabas, cursos de formação de Agentes de Desenvolvimento, personagens também criados pela Lei Geral. Esses agentes são funcionários indicados pela prefeitura para fazer a articulação entre o poder público e a iniciativa privada. Os cursos são feitos em parceria com o Governo do Estado e a ideia é criar, com a colaboração de diversos parceiros, uma Rede de Agentes de Desenvolvimento, para manter esses técnicos em contato permanente e em constante atualização, com a ajuda de um portal na internet.

Ainda dentro do contexto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, outras áreas de atuação do Sebrae/ES em parceria com o Governo e entidades de representação vêm beneficiando esse universo de empresas nos municípios onde estão instaladas. Uma delas é a ampliação do acesso à justiça por meio da instalação de câmaras regionais de mediação e arbitragem, fortalecendo a utilização dos meios extrajudiciais de solução de conflitos no âmbito empresarial, e implantando uma nova cultura de que boa parte dessas controvérsias podem ser resolvidas, sem ter que recorrer à justiça estatal, com redução de custos e prazo.

Uma outra diretriz dada pela Lei Geral está relacionada à vigilância sanitária, e promoveu aqui no Estado a elaboração de manuais e relatórios sanitários, simplificando e padronizando os procedimentos de fiscalização das que atuam nos municípios. Para essa finalidade, foram capacitados agentes sanitários do Estado e dos municípios em parceria com o Sebrae/ES, com o objetivo de orientar e preparar os empresários para o registro e a adequação de suas atividades, classificando-as de acordo com a intensidade dos riscos que representam para a saúde pública, e utilizando um novo método que permite negociar ações corretivas e estabelecer prazos para que o empresário possa se regularizar e atender à legislação.

Com relação ao Empreendedor Individual, o Sebrae/ES tem feito esforços no sentido de levar a informação aos trabalhadores informais, seja pela internet seja por meio de palestras e treinamentos. Como resultado, o Espírito Santo chegou à segunda quinzena de maio com mais de 8 mil Empreendedores Individuais cadastrados – capixabas que, na formalidade, passarão a ter CNPJ e direito à aposentadoria, entre outros benefícios. Espera-se, além da evidente inclusão social que o Empreendedor Individual proporciona, um estímulo à geração de postos de trabalho, uma vez que cada empreendedor tem direito a contratar até um funcionário com carteira assinada, sem perder o status de Empreendedor Individual – que garante uma redução drástica na carga tributária e também na burocracia.

Em suma: o Sebrae/ES está atuando em diversas frentes a fim de cumprir sua missão, que é promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno portes. Mais do que isso, o Sebrae/ES entende que a sua missão vem ao encontro das necessidades do Estado do Espírito Santo, de interiorizar o desenvolvimento, e também das necessidades dos municípios, alavancando a receita ao mesmo tempo em que promove a geração de trabalho e de renda para os empreendedores – um círculo virtuoso que, juntos, estamos construindo para um futuro ainda melhor.



Nesse círculo virtuoso e de inclusão social, os negócios de pequeno porte impulsionam os municípios do Espírito Santo, e temos ótimos exemplos de prefeitos empreendedores que abraçaram essa causa e descobriram que apoiar a micro e a pequena empresa é um grande negócio para os seus municípios!

* *Diretor-Superintendente do Sebrae/ES*

ANCHIETA SAÚDE E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

ESF III

ESF Mãe-Bá

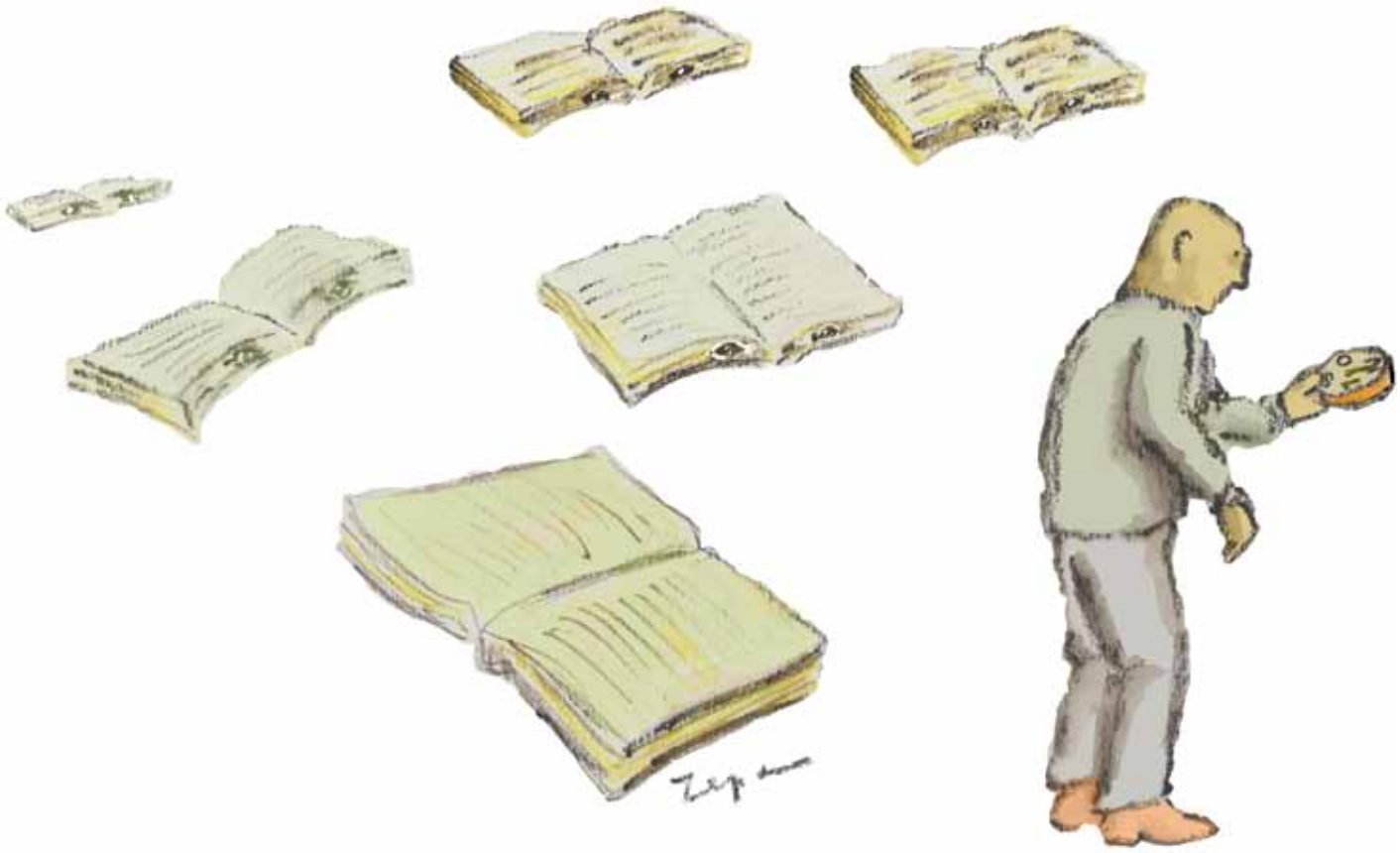
Na Saúde, Anchieta mostra resultados com serviços de qualidade. Temos cobertura de 100% de ESFs – Estratégia Saúde da Família - em nosso município. Estamos construindo novas Unidades de Saúde e um grande Pronto Atendimento regional em parceria com o Governo do Estado. Além disso, estamos salvando pessoas com o nosso Serviço de Suporte Básico à Vida, acionado pelo 190. Estamos inovando, **Anchieta é o primeiro município do Estado a criar os Conselhos Locais de Saúde.**

A administração de Anchieta está em busca da excelência na Educação. Além de novas escolas construídas, alimentação escolar de qualidade, transporte gratuito até para universitários e estudantes de cursos técnicos e tantas outras ações, o município está lançando um moderno Programa de Gestão Educacional e deixará a nossa educação em patamares ainda mais elevado. **Anchieta é o primeiro município do Espírito Santo a adotar este moderno Programa de Gestão na Educação.**

Em Anchieta é assim, o município no Rumo do Desenvolvimento Sustentável.

PREFEITURA DE ANCHIETA

No rumo do desenvolvimento sustentável



*Sebastião Carlos Ranna de Macedo**

Desempenho ou legalidade? O aparente paradoxo entre o controle de formalismo e o controle de resultado

Para contextualizar o tema em debate, faz-se necessária breve excursão no tempo para buscar os fundamentos que justificam nossa abordagem. Max Weber afirmava que o Direito é o devenir do direito. De fato, tem-se admitido três fases no direito moderno. A primeira foi a liberal, que dominou o final do século XVIII e grande parte do século XIX, acompanhando a Revolução Industrial, e primava pela não intervenção estatal, caracterizadora do Estado de Direito. A segunda fase, conhecida como social, que se estendeu do século XIX até o final do século XX, caracterizadora do Estado Social, sob suas duas formas dominantes, o Estado do Bem-Estar Social e o Estado Socialista, e foi marcada por sucessivas crises globais, com destaque para a

primeira grande guerra, a quebra da Bolsa de Nova York em 1929, a segunda guerra mundial e o início do período conhecido como guerra fria, no qual dois blocos disputam a hegemonia mundial, a corrida armamentista, a forte intervenção estatal na economia com grandes investimentos estruturantes, desaguando no enfraquecimento do bloco socialista e a queda do muro de Berlim.

E a terceira fase, a instrumental, que surge no final do século XX e início do século XXI sob a forma do Estado Democrático de Direito, na qual são consolidados e incorporados novos valores. No Brasil, a Constituição de 1988 (e suas emendas) ao tratar de direitos e garantias fundamentais de primeira, segunda e terceira gerações, e ao abordar a forma de atuação do Estado como formulador, regulador e prestador de serviços públicos, é uma boa síntese do novo paradigma.

E no pensar da professora e ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia Antunes Rocha:

> "como a Constituição cuida desse traçado fundamental e ele flexibiliza-se ao sabor das mutações sociais, a interpretação constitucional há que partir desta natureza para revelar e traduzir o sentido que lhe vai no texto e no espírito.
>
> A interpretação dos princípios constitucionais tem, pois, que adequar o texto para que tenha suficiência e resguarde a finalidade do próprio Direito no Estado.
>
> Daí ser aceito, atualmente, que na interpretação dos princípios constitucionais o contexto vale tanto e até mesmo, eventualmente, mais que a literalidade do texto, se este não for redutível aos valores socialmente buscados.
>
> Daí dever-se anotar que a interpretação dos princípios constitucionais haverá de ser progressiva, ou evolutiva, atendendo por esta a que se faz buscando adaptar-se o sentido havido no texto e no contexto à realidade da sociedade estatal no momento de sua aplicação."

Nesse ponto cabe uma reflexão: qual o papel do Estado?

Os artigos 1º e 3º de nossa Carta Maior nos dão uma direção segura ao tratar dos fundamentos e objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, e os valores sociais do trabalho); construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem discriminação.

Feita essa breve reflexão, passemos a uma abordagem das ferramentas que dispomos para dar concretude aos anseios do povo, enquanto elemento constitutivo da nação, organizada politicamente em seu território soberano.

Dessa forma, citando o trabalho de Cláudia Lima Félix (auditoria de desempenho aplicada na avaliação da execução de metas orçamentárias do setor público), podemos sintetizar que o Estado é um sistema integrado de ações, politicamente organizadas, que visam a proporcionar satisfação às necessidades de uma sociedade. Em função da multiplicidade de ações, requer controles que garantam a efetiva gestão dos recursos públicos, proporcionada pela adoção de técnicas e procedimentos de administração e gestão amplamente difundidos no setor privado.

Entre essas técnicas destaca-se a auditoria como instrumento de avaliação capaz de abranger toda a administração, auxiliando na tomada de decisão na medida em que orienta, interpreta e prevê fatos.

Nesse ponto cabe uma breve consideração do que seja responsabilidade com os resultados públicos.

Um novo conceito de responsabilidade com a administração pública tem sido introduzido no Brasil. É a *accountability*, ainda sem tradução para o português, e que alguns autores (Abrucio e Loureiro, 2004; Campos, 1990) definem como responsabilização dos governantes.

Tendo em vista a busca pela eficiência e eficácia da administração pública, e por ser esse o objetivo deste estudo, a definição que mais se alinha é a que nos oferece Rocha (2007, p.3):

> "Neste sentido pode-se entender a *accountability* como a responsabilização permanente dos gestores públicos em termos da avaliação da conformidade/legalidade, mas também da economia, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos atos praticados em decorrência do uso do poder que lhes é outorgado pela sociedade."

Os mecanismos de avaliação da gestão dos recursos públicos primam pela verificação quantitativa

dos gastos, validação de relatórios orçamentários e contábeis e conformidade, ou seja, buscam o cumprimento da legalidade em uma perspectiva burocrática ainda predominante, em detrimento da eficiência tão requerida pelos atuais objetivos da administração pública, voltada para resultados e atendimento das necessidades sociais.

A eficiência pretendida pelo Estado consta explicitada na Constituição Federal como um dos princípios da administração pública (art. 37, *caput*) e a avaliação de desempenho como forma de atingi-la. O art. 70 nos fornece o fundamento jurídico para aplicá-la.

Orçamento – ficção ou instrumento de gestão?

O orçamento público, durante muitos anos, foi entendido apenas como ato de previsão de receita e fixação da despesa para um determinado período de tempo, geralmente, um ano.

Modernamente esse conceito tem sido alterado, principalmente após as reformas ocorridas na gestão das atividades do Estado, que busca se adaptar ao movimento de globalização por que passa a humanidade, em busca de um Estado gerencial voltado a resultados, sendo incorporado à definição anterior conceitos de controle e eficiência.Essa é uma nova visão atribuída ao orçamento, como elemento de planejamento e gerenciamento governamental.

O planejamento pode ser dividido em estratégico e operacional.

Do ponto de vista da gestão pública, estratégico é o que trata da missão institucional, avaliando macroprocessos, a partir da análise dos ambientes externos e internos, e orientando a formulação de planos de ação para um período de quatro anos, ou seja, o Plano Plurianual (PPA).

O operacional é aquele que objetiva assegurar a viabilidade dos objetivos estabelecidos no estratégico, compatibilizando e articulando os recursos disponíveis com o propósito de medir a atuação governamental.

Nas entidades públicas esse planejamento detalha as diretrizes e interações do Plano Plurianual, observando a conjuntura política, técnica e financeira e sendo concretizado na Lei de Diretrizes Orçamentária e na Lei Orçamentária Anual.

A avaliação dos macroprocessos e do atingimento dos objetivos estabelecidos para o setor público no Brasil se realiza através dos Tribunais de Contas dos entes federados onde existam e pela Controladoria Geral da União, dos estados e municípios, onde houver, ou por outros órgãos com atribuições de controle.

Para Rocha (2007), a atuação dos Tribunais de Contas é ineficiente na promoção da *accountability* em função da atuação coercitiva/normativa e do intenso apego ao padrão tradicional de verificação da conformidade/legalidade, uma vez que esse padrão lhes garante uma atuação sem maiores contestações.

Concluída a execução orçamentária ao final do exercício social, o agente público responsável pela gestão dos recursos promove a prestação de contas da gestão do exercício social findo, a qual deverá ser analisada pelos órgãos de controle interno ou externo.

Ressalte-se que os órgãos de controle podem e devem exercer suas atribuições durante todo o exercício social, sendo a análise da prestação de contas o fechamento desses procedimentos.

Auditoria operacional / desempenho

O modelo de controle ainda utilizado em muitos órgãos está focado principalmente em aspectos de legalidade, regularidade e conformidade, sendo essa a forma mais simples de controle por ter objetivos mais corretivos e menos preventivos.

Contudo, a multiplicidade de ações implementadas pelo Estado requer a aplicação de um conjunto de técnicas de análise e avaliação capazes de orientar decisões, e revelar práticas irregulares e resultados das ações dos administradores públicos.

É nesse aspecto que consideramos a utilização da auditoria de desempenho como ferramenta de análise do processo de gestão organizacional, avaliando a efetividade da aplicação dos recursos públicos e auxiliando na prestação de contas das ações dos governantes à sociedade.

Para o setor público, a auditoria, inicialmente, restringia-se à verificação do cumprimento da legalidade dos atos administrativos e financeiros, através da análise de processos de despesa e de prestação de contas.

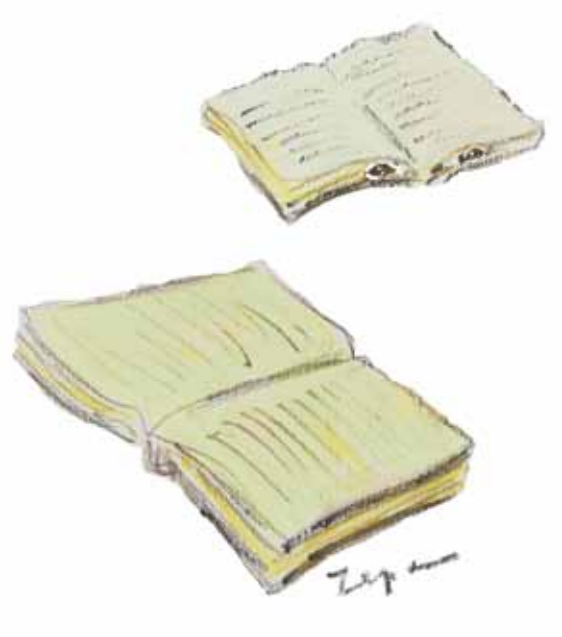
Esse foi o entendimento da finalidade da Auditoria Governamental, assim definida pelo Instituto Latino-Americano de Ciências Fiscalizadoras, Ilacif, em 1977 em Lima, Peru, com a "Declaração de Lima". Posteriormente, em 1981, o Ilacif classificou a Auditoria Governamental em três tipos: Auditoria de Exigência Mínima, Auditoria de Desempenho e Auditoria de Resultados.

A Auditoria de Exigência Mínima é o que pode ser denominado Auditoria Tradicional, ou de legalidade/conformidade.

A Auditoria de Desempenho seria aquela que avaliaria a economicidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Finalmente, a Auditoria de Resultados seria aquela voltada para o confronto entre os resultados alcançados e os objetivos esperados.

A partir da necessidade de diretrizes especiais para auditoria operacionais, a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai) publicou em julho de 2004, as DIRETRIZES PARA APLICAÇÃO DE NORMAS DE AUDITORIA OPERACIONAL, e foi traduzida para o português pelo Tribunal



de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), em julho de 2005, definindo que:

> "A auditoria operacional é um exame independente da eficiência e da eficácia das atividades, dos programas e dos organismos da Administração Pública, prestando a devida atenção à economia, com o objetivo de realizar melhorias."

Para o TCU, a auditoria operacional é definida em: "o processo de coleta e de análise sistemáticas de informações sobre características, processos e resultados de um programa, atividade ou organização, com base em critérios fundamentados, com o objetivo de aferir o desempenho da gestão governamental, com a finalidade de subsidiar os mecanismos de responsabilização por desempenho e contribuir para aperfeiçoar a gestão pública".

Assim, a auditoria de conformidade estaria mais preocupada, na área governamental, com questões do tipo: tinha orçamento para a despesa ser executada? foi realizada licitação? a nota fiscal foi atestada por servidores competentes? foram designados fiscais para acompanhar a obra? dentre outras; já a auditoria de desempenho, busca verificar se o gestor público administrou os recursos públicos que se encontravam sob a sua responsabilidade com economia e eficiência, objetivando atingir os resultados pretendidos e as metas pactuadas nos instrumentos de planejamento de um governo que são os PPAs e os Orçamentos Anuais.

Nos dias atuais os modelos de auditoria podem ser denominados de contábil, de gestão, de recursos externos, de sistemas, de programas, operacional, de avaliação de metas, e de conformidade, de acordo com o tipo de análise a ser efetuado.

Isso porque o conceito é mais dinâmico, atribuindo-lhe funções que abrangem toda a administração da empresa, passando a ter um regime mais voltado à orientação, interpretação e previsão de fatos.

Do exposto, percebe-se que a auditoria deixou de ser vista apenas como conferência de documentos contábeis para assumir uma postura no gerenciamento da empresa, visando, dessa forma, a ajudar a mesma na obtenção de resultados positivos. Não cabe mais ao auditor a função passiva de mero chancelador de ritos, processos e contas, devendo adotar uma atitude proativa, questionadora, com relatórios que agreguem valor à gestão.

Quadro resumo

Onde realizamos? Em programas, atividades ou organizações.

Com que meio? Coleta e análise sistemática de informações.

Qual o objetivo? Aferir o desempenho da gestão governamental.

Qual a sua finalidade? Subsidiar os mecanismos de responsabilização por desempenho e contribuir para aperfeiçoar a gestão pública.

Como? Informações tempestivas e independentes sobre a atuação das atividades governamentais que subsidiarão as decisões do Legislativo.

A auditoria operacional poderá, dessa maneira, contribuir para a melhoria na prática gerencial, aperfeiçoando a administração pública, a partir de conhecimento e exame da atuação estatal para formular recomendações.

Auditoria operacional em obras

Na maioria dos Tribunais de Contas, a ideia de auditoria de resultados, especialmente em obras públicas, está mais consolidada.

Desde 1996, com a criação do Comitê Nacional de Auditoria de Obras Públicas – Conaop, os Tribunais de Contas da União, Estados e Municípios realizam o Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas – Sinaop, objetivando discutir questões afetas ao contexto das obras públicas e da divulgação de experiências e sistemas informatizados para suportar o processo de planejamento, execução e monitoramento das obras.

No campo de aplicação das auditorias de obras, o auditor-contador pode examinar planilhas de custos, fazer estudos comparativos entre obras, além de outros exames voltados para questões de legalidade/conformidade. Contudo, um auditor-engenheiro pode verificar, de forma mais acurada, por exemplo, se os itens que compõem a planilha de custos são compatíveis com a obra, se as especificações dos projetos básicos e executivos foram cumpridas, se o material utilizado foi suficiente para não colocar em risco a população beneficiária, se as medições suportam o pagamento das notas fiscais dos empreiteiros, dentre outras.

Para Sá (1998, p. 47), “no campo da auditoria do setor público, o exame abrange especializações nítidas de ordem legal, contábil, econômica e até social, o que exige muito do auditor, sugerindo ‘especializações’”.

No mesmo sentido, Grateron (1999, p. 53) explicou que no setor governamental as auditorias devem ser realizadas por meio de “uma equipe integrada por profissionais de diversas áreas: administradores, contadores, economistas, engenheiros, advogados, etc., que ajudarão a realizar o trabalho e medir os resultados da gestão administrativa, estabelecendo os indicadores mais adequados para tal medição”.

Vale registrar que os dois maiores grupos de despesa pública concentram-se em folha de pagamento de pessoal, cujos limites estão definidos na Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, e obras e serviços de engenharia. Infelizmente, ainda não se dá aos registros de admissão e aposentadoria a importância que merecem. A relevância da despesa, da ordem de 60% da receita corrente líquida (limite imposto pela LRF), aponta para a necessidade de ações conjuntas, com utilização de recursos de Tecnologia da Informação (TI), e compartilhamento de banco de dados entre os entes federados para coibir acúmulo irregular de cargo ou emprego público.

Na outra ponta, as obras de infraestrututa, tão prementes e mal planejadas, com projetos básicos carecedores de informações suficientes para apresentação de propostas factíveis, favorecem o “jogo de planilhas”,

imoral e ilegal, desviando recursos que, fatalmente, impedirão de se atender a outras demandas. Cria-se um ciclo vicioso, difícil de ser combatido, mas que a sociedade não suporta mais, e cabe aos gestores e aos órgãos de controle criar mecanismos que mitiguem essa prática. A auditoria operacional, por suas particularidades acima abordadas, aliada à transparência do planejamento à execução, pode contribuir muito para essa mudança de cultura.

Reflexões finais

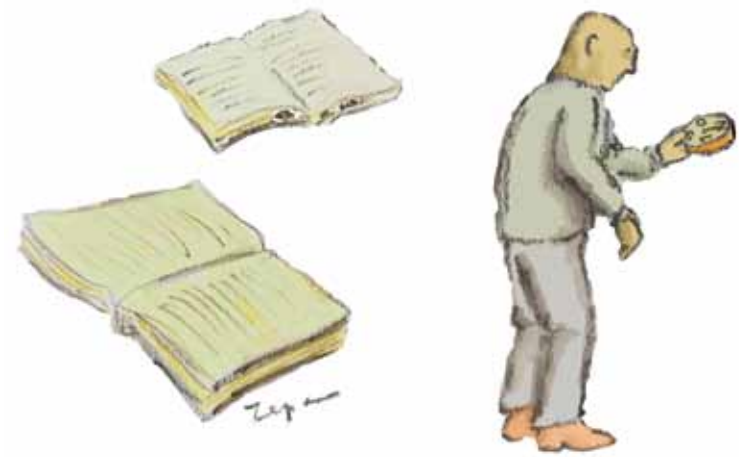
O desempenho administrativo não deve ser mensurado apenas do ponto de vista quantitativo. A sociedade não espera dos seus administradores relatórios que informem apenas o custo dos produtos ou serviços, mas a qualidade e quantidade de produtos e serviços colocados à sua disposição, com responsabilidade. As informações prestadas à sociedade devem evidenciar a efetiva contraprestação dos recursos colocados à disposição do Estado através do recolhimento compulsório de impostos.

A boa gestão pode, então, ser alcançada, a partir de uma melhor atuação dos órgãos de controle, através da capacitação de seus dirigentes, da elaboração de planejamentos estratégicos e operacionais mais alinhados com as reais necessidades, com a elaboração de dados físicos e financeiros sobre o cumprimento de metas físicas estabelecidas nas leis orçamentárias, e através da *accountability*.

Só que não é nada simples, na prática, essa mudança de foco. O direito trabalha antecipando-se às condutas e, para dar segurança aos sujeitos regulados, costuma definir qual é o modo que faz lícita a ação deles. O que os reformadores estão nos dizendo é que o modo não terá relevância se não for positiva a consequência dessa ação. Com a reforma administrativa, está em curso, portanto, a passagem de um direito público de modos para um direito público de resultados.

A auditoria em obras públicas deve ser incentivada no contexto governamental, especialmente pelos riscos de superfaturamento, irregularidades em licitações, paralisação e abandono de obras, dentre outros.

Pode-se concluir que as auditorias operacionais diferem das auditorias tradicionais pela flexibilidade na

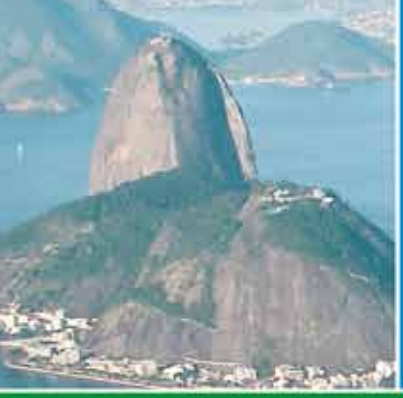


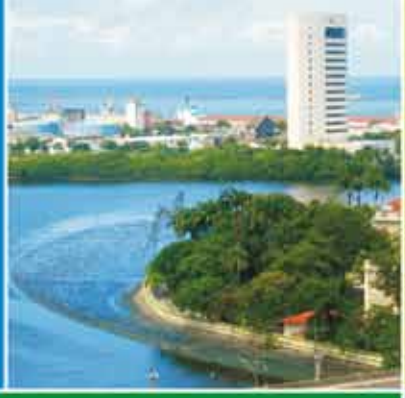
escolha de temas, métodos de trabalho, avaliação de programas e forma de comunicar as conclusões, enquanto a auditoria tradicional somente verifica informações.

Para encerrar, trazemos as reflexões do professor Carlos Ari Sundfeld ao apresentar a edição brasileira da obra "Desempenho ou Legalidade? Auditoria operacional e de gestão pública em cinco países":

> O direito público está sempre mudando suas bases, como reflexo do que acontece na sociedade, na economia, na tecnologia, na organização do poder. Quem se interessa por ele não pode descolar um minuto só da realidade.
>
> Este livro cuida de uma dessas mudanças que precisamos compreender: a relativa à nova gestão pública e seu controle. A existência mesma do direito público seria impossível se não houvesse fiscalização sobre o que fazem os gestores públicos; disso ninguém duvida. Mas qual é o dever essencial do administrador, cujo cumprimento tem de ser controlado? Agir com milimétrica observância dos infinitos requisitos formais que as normas e manuais são capazes de inventar? Ou seu dever é executar programas públicos eficientes e eficazes? As reformas dos últimos anos têm caminhado nessa segunda linha, e o teor atual do famoso art. 37 da Constituição Brasileira, que incorporou o princípio da eficiência administrativa, é testemunha eloquente disso.

* *Conselheiro do Tribunal de Contas do Espírito Santo*





Associe-se à **Frente Nacional de Prefeitos** e promova os interesses da sua cidade

Uma entidade municipalista suprapartidária, dirigida exclusivamente por prefeitas e prefeitos em pleno exercício dos seus mandatos, e que representa especialmente os municípios das regiões metropolitanas, as médias e grandes cidades.
Seja bem vindo!

SRTVS Quadra 701, bloco H, Edifício Record, Sala 603
Brasília/DF - Tel.: (61) 3322-0228 / 3044-9800
www.fnp.org.br

Frente Nacional de Prefeitos

O QUE O SEBRAE FAZ PELOS EMPREENDEDORES E PEQUENAS EMPRESAS.

Desafio Sebrae:
5.128 universitários capixabas participaram do maior game de negócios do mundo (8 países participantes) nos últimos dois anos, aprendendo a administrar uma empresa virtual e concorrendo a prêmios.

Empretec:
1.589 pessoas no Estado passaram pelo melhor e mais completo curso de imersão em empreendedorismo, com metodologia desenvolvida pelas Nações Unidas (ONU) e oferecido no Brasil com exclusividade pelo Sebrae.

Internacionalização das Micro e Pequenas Empresas:
Com um projeto piloto já em execução no Estado, este Programa é uma iniciativa de âmbito nacional, com o objetivo de preparar as microempresas para um mercado doméstico cada vez mais globalizado.

Programa Sebrae Empresas Avançadas:
Mais uma novidade do Sebrae que já está em fase experimental em todo o país. O objetivo é impulsionar pequenas empresas com mais de dois anos de existência, que tenham mais de 10 funcionários e que já estejam consolidadas no mercado.

Plano de negócios:
741 empreendedores solicitaram e receberam, do Sebrae/ES, essa importante ferramenta de gestão, fundamental para quem quer reduzir os riscos antes de abrir ou expandir um negócio.

NossoCrédito:
O Sebrae/ES é parceiro do programa de microcrédito do Governo do Estado e atua na capacitação dos futuros empreendedores. Nos últimos dois anos, mais de 2 mil pessoas já foram orientadas sobre como aplicar com sucesso o recurso emprestado.

Educação:
Com o programa Jovens Empreendedores: Primeiros Passos, o Sebrae/ES está levando noções de empreendedorismo a mais de 12 mil alunos da primeira à oitava série do ensino público.

Cultura:
Mais de R$ 2 milhões já foram investidos pelo Sebrae/ES na área de cultura, incluindo capacitação e estudos nos setores de música e audiovisual, além do apoio à realização de ações empreendedoras de caráter cultural.

Encontros e rodadas de negócios:
O Sebrae cria oportunidades para que as microempresas apresentem seus produtos e serviços a grandes empresas do mesmo setor. Nos últimos dois anos, mais de 1.300 empresas já foram beneficiadas, gerando negócios da ordem de R$ 200 milhões.

Crescimento e competitividade. Esses são apenas alguns dos resultados da atuação do Sebrae nas **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Capixabas**. Por meio de parcerias com entidades públicas e privadas, além de produtos e serviços, como **cursos, palestras, consultorias, planos de negócios**, dentre outros, milhares de pequenos negócios já foram planejados, montados e fortalecidos, e seus empreendedores capacitados. Porque o Sebrae é uma instituição que pensa de forma global, mas age de maneira local. Pois sabe como a **geração de emprego e renda** nas pequenas empresas contribui decisivamente para o **desenvolvimento econômico sustentável** do nosso Estado.

Saiba mais, procure o Sebrae.
Acesse: www.es.sebrae.com.br ou ligue: 0800 570 0800

SEBRAE

0800 570 0800
www.es.sebrae.com.br

ARTCOM.com.br

PLANEJAMENTO.

Importante nas coisas simples da vida, essencial no desenvolvimento do Espírito Santo.

Planejar é estabelecer aonde se quer chegar, direcionando os recursos para o que realmente importa. O Governo do Estado faz isso. Direciona os investimentos públicos para que possam beneficiar um maior número de pessoas. Assim, os recursos viram melhorias na vida dos capixabas. E o Estado não para de crescer.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Economia e Planejamento